



Programa
Mulher e
Ciência

PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres - **SPM/PR**
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - **MCTI**
Ministério da Educação - **MEC**
Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico - **CNPq**
Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero
e o Empoderamento das Mulheres - **ONU Mulheres**

CO-PROMOÇÃO

Diretoria de Cooperação Institucional
/Serviço de Prêmios - **CNPq**
Secretaria de Educação Básica - **SEB/MEC**
Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão - **SECADI/MEC**
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - **CNDM**



Ministério da
Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministério da
Educação

Secretaria de
Políticas para as Mulheres



7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero - Redações, Artigos Científicos e Projetos Pedagógicos Premiados

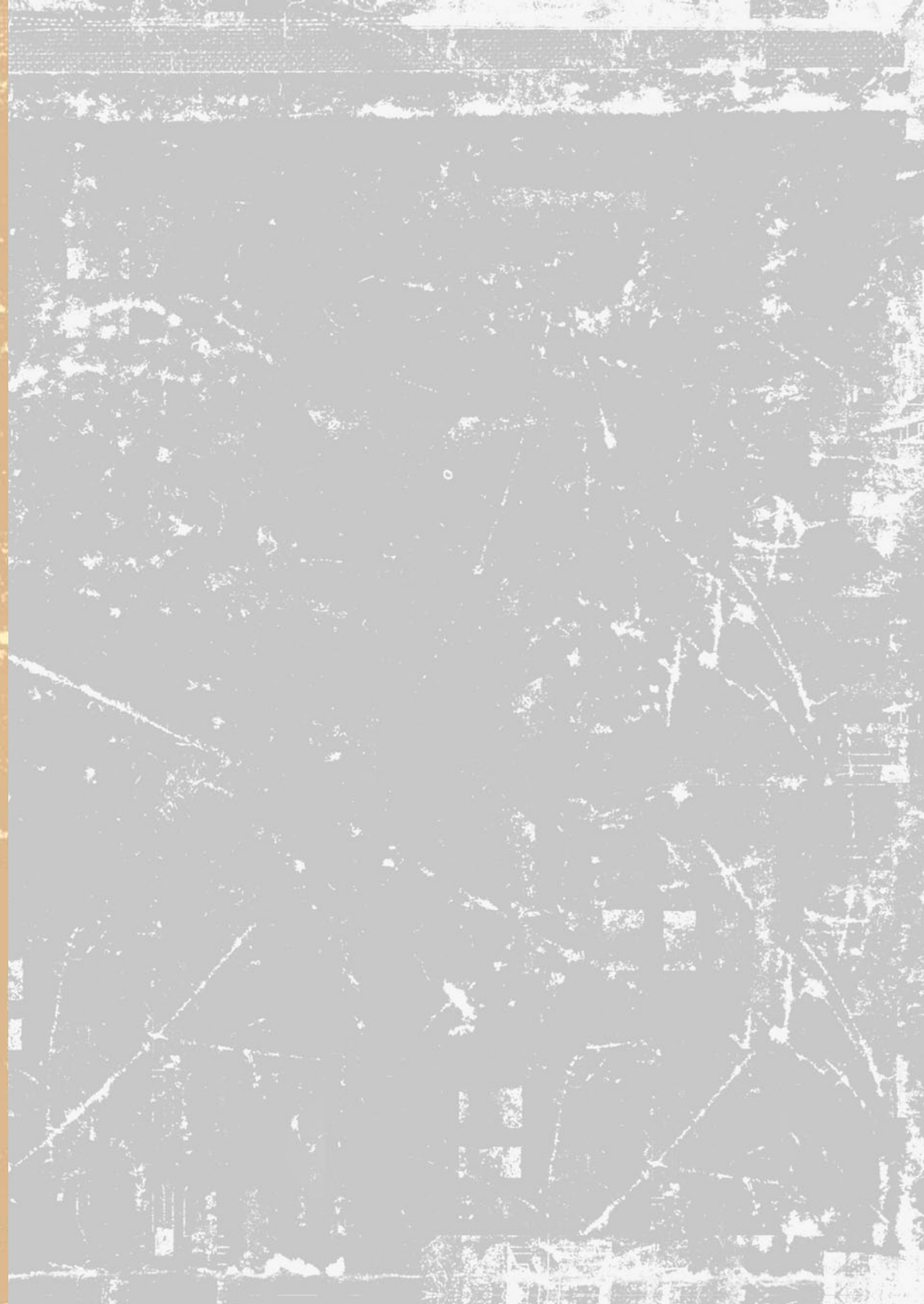
70

PREMIO
CONSTRUINDO
AIGUALDADE
DE GÊNERO



7º prêmio
Construindo
a Igualdade
de Gênero

q6 r6u6lo
9 jdn9rqq6
r0u2j1n1u496





Programa
Mulher e
Ciência

**7º Prêmio
Construindo
a Igualdade
de Gênero**

www.igualdadedegenero.cnpq.br

Brasília 2012

**REDAÇÕES,
ARTÍGOS
CIENTÍFICOS
E PROJETOS
PEDAGÓGICOS
PREMIADOS**

PROMOÇÃO

Secretaria de Políticas para as Mulheres - **SPM/PR**

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - **MCTI**

Ministério da Educação - **MEC**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - **CNPq**

Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero

e o Empoderamento das Mulheres - **ONU Mulheres**

CO-PROMOÇÃO

Diretoria de Cooperação Institucional/ Serviço de Prêmios - **CNPq**

Secretaria de Educação Básica - **SEB/MEC**

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - **SECADI/MEC**

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - **CNDM**

PARABÉNS!!



VENCEDORAS

Adrienne Kátia Savazoni Morelato
Alcileide Cabral do Nascimento
Alice Martins Morais
Ana Carolina de Moraes Colombaroli
Ana Carolina Tardin Rodrigues de Medeiros
Ana Paula Cardoso da Silva
Ane Talita da Silva Rocha
Arthur Ferreira Figueira
Bárbara Borges Wendel
Bárbara Costa Ribeiro
Belkiss Martins
Bernadette Heluey Moreira Fernandes Barata
Camilla Cruz
Carla Letícia Pereira Oliveira
Catarina Cabral Rocha
Ciep Brizolão 165 Brigadeiro Sérgio Carvalho
Cleiton Zóia Münchow
Colégio Meta de Ensino
Colégio Sesi Ampére
David da Silva de Moraes
Dayvison Leandro dos Santos
Diesieli de Lima Ribeiro
E.M.E.F. Antenor Nascentes
Eliani Martins da Cunha
Elisabete Maria Espindola
Eloá Tanure
Esc. Est. de Ed. Profissional Governador Waldemar Alcântara
Escola Estadual de Ensino Médio Cristo Rei

e VENCEDORES

Escola Estadual São José
Felipe de Souza Damião
Gizely Storch Nascimento
Guacira Marcondes Machado Leite
Heitor Campos
Heloisa Buarque de Almeida
Henrique Frey
Inst. Fed. de Ed. Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Josélia Marina Koupak
Josiani Nascimento Dias
Josineide da Silva Bezerra
Juliana Delmonte da Silva
Juliano André Deotti da Silva
Lívia de Rezende Cardoso
Luane Carol Penteado
Marcos Santana de Oliveira
Maria Cristina dos Anjos Ribeiro
Maria Helena Ferreira
Marlucy Alves Paraiso
Paulo César Correa Borges
Paulo Marcos da Silva Dutra
Rafael Huguenin
Sandra Duquesne Strapazzon
Sandra Izabele de Souza
Sarah Ramos Barroso
Simone Fávero Taietti
Simone Feijó de Melo
Varlei Rodrigo do Couto
Yasmim Timoteo da Silva

©2012. Presidência da República
Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes
Zona Cívico-Administrativa
70150-908 – Brasília-DF
Fone: (61) 3411-4330
Fax: (61) 3327-7464
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.spmulheres.gov.br

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Projeto Gráfico
Aldo Ricchiero

Revisão
Luana Nery Moraes

Distribuição gratuita

Tiragem: 5.000 exemplares

Impressão: Gráfica e Editora Movimento

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Biblioteca/SPM/PR

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres.
7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações, artigos
científicos e projetos pedagógicos premiados – 2011. Brasília: Presidência
da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

228 páginas

1. Igualdade de gênero. 2. Estudos de gênero. I. Título.

CDU 396.1

SUMÁRIO

Apresentação, 23

Introdução geral, 25

Categoria Mestre e Estudante de Doutorado
Artigos científicos premiados

Introdução, 33

Conflitos de uma bruta flor: governo e querereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental, 35

Lívia de Rezende Cardoso

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Professora Orientadora: Marlucy Alves Paraiso

Entre o passageiro e o eterno: representações da solidão e da melancolia na poesia feminina brasileira, 57

Adrienne Kátia Savazoni Morelato

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Professora Orientadora: Guacira Marcondes Machado Leite

Categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado
Artigos científicos premiados

Introdução, 79

O prazer como o local do “não dito”: discursos e relações juvenis sobre sexualidade(s) e gênero, 81

Ane Talita da Silva Rocha

Universidade de São Paulo (USP)

Professora Orientadora: Heloisa Buarque de Almeida

A cidade e as mariposas: A formação do imaginário social em torno da prostituição feminina em Pouso Alegre – MG (1969-1989), 99

Varlei Rodrigo do Couto

Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)

Professora Orientadora: Elisabete Maria Espindola

Categoria Estudante de Graduação
Artigos científicos premiados

Introdução, **117**

Moças Desonradas: Usos da Justiça pelas mulheres e famílias populares através dos processos de defloramento em Recife (1900 – 1912), 119

Sandra Izabele de Souza

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Professora Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento

Violação da dignidade da mulher no cárcere: restrições à visita íntima nas penitenciárias femininas, 133

Ana Carolina de Moraes Colombaroli

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Professor Orientador: Paulo César Correa Borges

Categoria Estudante de Ensino Médio

Introdução, **149**

Categoria Estudante de Ensino Médio
Redações premiadas na Etapa Nacional

AMAPÁ – Macapá, **153**

Ser menina, pobre e preta no Brasil

Bárbara Costa Ribeiro – Escola Conexão Aquarela

Professora Orientadora: Josiani Nascimento Dias

PIAUI – Teresina, **156**

Carta à mãe

Catarina Cabral Rocha – Colégio Sagrado Coração de Jesus

SANTA CATARINA – Tangará, **161**

As mulheres que carreguei

Simone Fávero Taietti – Escola de Educação Básica Mater Salvatoris

Professora Orientadora: Sandra Duquesne Strapazzon

Categoria Estudante de Ensino Médio
Redações premiadas na Etapa por Unidade da Federação

BAHIA – Barreiras, **167**

Por mais mecânicas

Carla Letícia Pereira Oliveira – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Barreiras

ESPÍRITO SANTO – Vitória, **170**

Amélia, a mulher (que não deveria ser) de verdade

Ana Carolina Tardin Rodrigues de Medeiros – Colégio Sagrado Coração de Maria

Professor Orientador: Heitor Campos

GOIÁS – Goiânia, **173**

Querida Marilyn

Bárbara Borges Wendel – Colégio Ávila COC

MARANHÃO – Dom Pedro, **176**

Brinquedos coloridos

Marcos Santana de Oliveira – Associação Educacional Professora Noronha

Professor Orientador: David da Silva de Moraes

MINAS GERAIS – Teófilo Otoni, **178**

Aprendendo a inovar

Sarah Ramos Barroso – Escola Pequeno Príncipe

Professora Orientadora: Eloá Tanure

PARÁ – Castanhal, **182**

Mulher: muito além de Cinderela

Alice Martins Moraes – Instituto de Ensino Darwin

Professora Orientadora: Eliani Martins da Cunha

PARAÍBA – Bananeiras, **186**

Visita íntima

Felipe de Souza Damião – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Professora Orientadora: Josineide da Silva Bezerra

PARANÁ – Prudentópolis, **189**

A mulher invisível

Luane Carol Penteado – Colégio Imaculada Virgem Maria

Professora Orientadora: Josélia Marina Koupak

PERNAMBUCO – Santa Cruz do Capibaribe, **192**

Mulher: o sexo forte,

Yasmim Timoteo da Silva – Escola de Referência em Ensino Médio Luiz Alves da Silva

Professora Orientadora: Maria Cristina dos Anjos Ribeiro

RIO DE JANEIRO – Nova Iguaçu, **195**

Menino usa azul, menina usa rosa

Arthur Ferreira Figueira – Escola Técnica Estadual João Luis do Nascimento

Professor Orientador: Rafael Huguenin

RIO GRANDE DO SUL – Erechim, **198**

Os múltiplos fatores da desigualdade

Camilla Cruz – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Professora Orientadora: Belkiss Martins

RONDÔNIA – Buritis, **202**

Afinal, somos todos iguais...

Diesieli de Lima Ribeiro – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Buriti

Professora Orientadora: Gizely Storch Nascimento

SÃO PAULO – Itu, **204**

Aborto: uma questão moral?

Ana Paula Cardoso da Silva - Colégio Objetivo Itu

Professor Orientador: Henrique Frey

Categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero

Projetos pedagógicos premiados

Introdução, **209**

CEARÁ – Ubajara, **211**

Escola e as Relações de Desigualdade: Aprender a Conviver

Escola Estadual de Educação Profissional Governador Waldemar Alcântara

Coordenação do Projeto: Benedito Braz Sobrinho

MATO GROSSO DO SUL – Coxim, **213**

A Voz das Mulheres na História e na Filosofia: Contribuições para a Desconstrução do Sexismo na Educação Técnica e Tecnológica

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

Coordenação do Projeto: Cleiton Zoia Munchow

MINAS GERAIS – Juiz de Fora, **215**

I Semana Meta de Humanidades: O Poder Feminino em Debate

Colégio Meta de Ensino

Coordenação do Projeto: Bernadette Heluey Moreira Fernandes Barata

PARANÁ – Ampére, **217**

Construindo a Igualdade de Gênero

Colégio Sesi Ampére - Ensino Médio

Coordenação do Projeto: Silvana Mara Bernardi Rizotto

PERNAMBUCO – Carpina, **219**

“Entre o Silêncio e o Insulto”: I Semana de Relações de Gênero e Diversidade Sexual da Escola Estadual São José

Coordenação do Projeto: Dayvison Leandro dos Santos

RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro, **221**

A Mulher na Escola: Olhares, Leituras e Reflexões

CIEP Brizolão 165 Brigadeiro Sérgio Carvalho

Coordenação do Projeto: Paulo Marcos da Silva Dutra

RIO GRANDE DO SUL – São Leopoldo, **223**

Construindo a Igualdade de Gênero

Escola Estadual de Ensino Médio Cristo Rei

Coordenação do Projeto: Maria Helena Ferreira

SÃO PAULO – São Paulo, **225**

Educação para a Igualdade de Gêneros:

“Grupo de Estudos Feministas Gilka Machado”

E.M.E.F. Antenor Nascentes

Coordenação do Projeto: Juliana Delmonte da Silva

APRESENTAÇÃO

A construção de uma cultura que expresse valores de igualdade, solidariedade e respeito às diferenças é uma tarefa contínua e cotidiana. Escolas e universidades são espaços privilegiados para essa tarefa.

É preciso uma transformação da cultura patriarcal, ainda dominante, impregnada de estereótipos e preconceitos geradores de discriminação e desigualdades. Fomentar o interesse para uma reflexão crítica de estudantes, profissionais, professoras e professores sobre esses temas contribui para formar e ampliar agentes da promoção dos princípios de cidadania e do combate à discriminação. Possibilitar a sensibilização e a reflexão sobre conteúdos relativos à equidade de gênero e o respeito às diferenças - em oposição aos valores e conteúdos sexistas e discriminatórios, ainda presentes no material didático e nas próprias relações na escola, entre seus diversos segmentos - influi para a consolidação dos valores da igualdade.

O Prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero*, realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a ONU Mulheres, tem o objetivo de viabilizar as transformações culturais e de difundir, por meio da educação e da formação de valores, atitudes não discriminatórias e libertárias.

O Prêmio é uma das ações do *Programa Mulher e Ciência*, que visa a estimular a produção e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e a promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

A publicação que ora apresentamos finaliza a sétima edição do Prêmio, divulgando as redações, artigos científicos e projetos pedagógicos premiados, de modo a disseminar as ideias e os trabalhos acadêmicos produzidos por estudantes e profissionais dos mais diferentes pontos do País em torno do debate sobre igualdade de gênero e respeito à diversidade.

Esta edição contou com a adesão de 3.965 participantes, distribuídos nas categorias: Estudante de Ensino Médio, que se inscreveram com redações; Estudante de Graduação; Graduados, Especialistas e Estudantes de Mestrado; e Mestres e Estudantes de Doutorado, que se inscreveram com artigos científicos. A categoria Escola Promotora da Igualdade destacou-se pelo crescimento do número de projetos e ações pedagógicas apresentados em relação à edição anterior. As ações de promoção da igualdade de gênero desenvolvidas em seu cotidiano contribuem para favorecer o envolvimento da comunidade escolar em torno dessa discussão.

Agradecemos a todas e todos que, de alguma forma, participaram desse processo: estudantes que se inscreveram nas mais diversas categorias e esforçaram-se para pensar nessa temática e expor os resultados de sua reflexão; professoras e professores que se dispuseram a orientar seus estudantes; as e os profissionais da educação que divulgaram e se empenharam para uma maior participação de seu corpo discente, bem como aquelas e aqueles que contribuíram para o desenvolvimento de projetos e práticas em suas escolas. Um agradecimento destacado às e aos componentes das Comissões Julgadoras, que se debruçaram em análises criteriosas sobre tantas redações e artigos. Agradecemos também a coordenação desse processo e a entusiasmada colaboração da equipe da SPM, assim como a contribuição cotidiana e abnegada de todas as pessoas representantes dos nossos parceiros.

Cabe-nos ainda um agradecimento especial à Deputada Federal Iriny Lopes, que esteve à frente da SPM como Ministra durante treze meses da atual gestão da Presidenta Dilma Rousseff, e com entusiasmo lançou a presente edição do Prêmio.

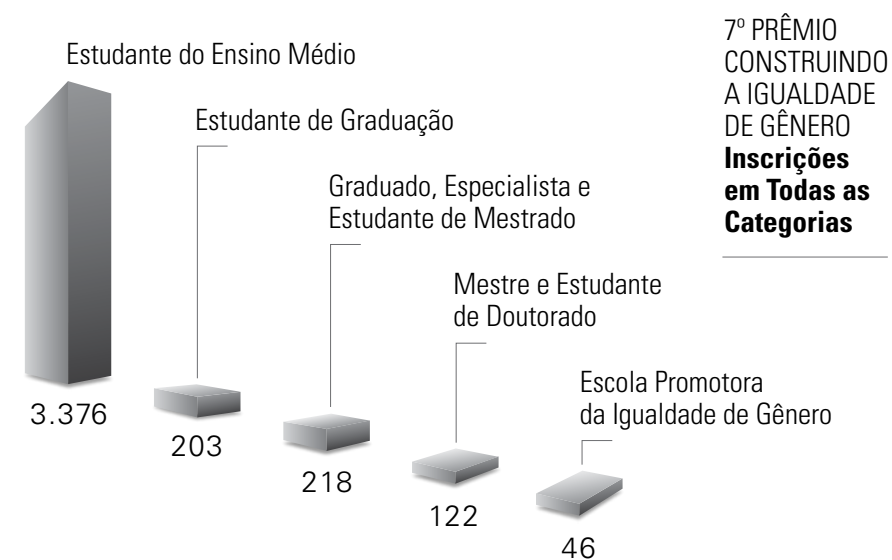
No momento em que divulgamos à sociedade o resultado desta edição, parabenizamos as premiadas e os premiados pela qualidade e riqueza das ideias apresentadas e dos trabalhos desenvolvidos. Que esta publicação “contamine” estudantes e escolas dos mais diversos lugares do nosso país, somando esforços para a quebra de estereótipos, projetando uma nova realidade, em que mulheres e homens estejam juntos construindo um país justo e igualitário.

Eleonora Menicucci

*Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
da Presidência da República*

Os órgãos parceiros na organização do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR); o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); e a ONU Mulheres – sentem-se orgulhosos ao apresentar as vencedoras e vencedores da 7ª edição do certame. Acreditam que ações como essas são fundamentais para quebrar estereótipos e preconceitos e construir a igualdade entre mulheres e homens.

A edição de 2011 do Prêmio recebeu 3.965 inscrições. Deste total, 203 foram inscritos para concorrer na categoria Estudante de Graduação, 218 para a categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado e 122 para a categoria Mestre e Estudante de Doutorado. Dessa forma, a participação da comunidade universitária contribuiu com um total de 543 artigos científicos na temática do Prêmio. Já as/os estudantes de Ensino Médio enviaram 3.376 redações e as escolas inscreveram 46 projetos na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero, conforme mostra o gráfico abaixo



Na edição de 2011 observa-se, como nos anos anteriores, uma grande participação de estudantes de Ensino Médio, porém também merece destaque a categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero, cujo número de relatos de projetos e ações pedagógicas no campo da promoção da igualdade de gênero quase triplicou, mostrando a ampliação da compreensão e do compromisso de professoras e professores, bem como de gestoras e gestores escolares com essa temática. Esse é um dado bastante positivo, pois um maior envolvimento das escolas contribuirá para uma maior e mais qualificada participação de estudantes.

A Comissão Julgadora responsável por avaliar os artigos científicos pré-selecionados nas categorias do ensino superior – Mestre e Estudante de Doutorado; Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; e Estudante de Graduação – foi integrada por Anita Brumer, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, designada para presidir a Comissão; Durval Muniz de Albuquerque Júnior, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Lia Zanotta Machado, da Universidade de Brasília; Luzia Margareth Rago, da Universidade Estadual de Campinas; Marlene Neves Strey, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Nilda Guimarães Alves, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; e Reinaldo Matias Fleuri, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Considerando a participação em todas as categorias relacionadas ao Ensino Superior, a 7ª edição do Prêmio recebeu a inscrição de 543 artigos científicos. Numa pré-seleção técnica realizada pela equipe do CNPq, 282 artigos, ou seja, aproximadamente 52% dos trabalhos, cobriram os critérios para serem encaminhados para análise da Comissão. Dentre os artigos pré-selecionados, 100 foram da categoria Estudante de Graduação; 109 da categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; e 73 artigos da categoria Mestre e Estudante de Doutorado.

Reunida em 30 de novembro de 2011, a Comissão Julgadora indicou duas mulheres, uma da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e outra da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), como vencedoras na categoria Mestre e Estudante de Doutorado. Na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado, foi premiada uma mulher, da Universidade de São Paulo (USP), e um homem, da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Na categoria Estudante de Graduação, foram agraciadas duas mulheres, uma da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e outra da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

A Comissão Julgadora das categorias Estudante de Ensino Médio e Escola Promotora da Igualdade de Gênero foi formada por Alexandre Martins Joca, doutorando da Universidade Federal do Ceará; Allan Santos da Rosa, historiador; Carolina Pereira Tokarski, advogada; Elisete Schwade, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Elza Maria Campos, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo, da Universidade

Federal Fluminense; e Lourdes Maria Bandeira, da Universidade de Brasília, escolhida para presidir a Comissão.

As redações e os projetos pedagógicos de escolas passaram anteriormente por um processo de pré-seleção realizado por uma comissão formada por representantes dos vários órgãos que patrocinam o Prêmio. Das 3.376 redações enviadas, 383 foram indicadas a participar da etapa final e dos 46 relatos de escolas, 18 foram pré-selecionados.

Reunida em 29 de novembro de 2011, a Comissão Julgadora indicou como os três melhores trabalhos na etapa nacional da categoria Estudante de Ensino Médio as redações dos estados de Piauí, Santa Catarina e Amapá, todas de autoria feminina. Na etapa por Unidade da Federação, foram premiadas redações de Pará, Rondônia, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo dez escritas por mulheres e três por homens. Na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero, foram escolhidos como vencedores os projetos pedagógicos enviados por escolas do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Paraná.

Com relação à premiação, as vencedoras e vencedores da categoria Mestre e Estudante de Doutorado receberam o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Da categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado, receberam R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e da categoria Estudante de Graduação, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Se atenderem aos critérios do CNPq, as premiadas e premiados podem receber bolsas de estudo para desenvolvimento de projetos relacionados à temática do Prêmio.

Na categoria Estudante de Ensino Médio os/as ganhadores/as da etapa nacional receberam um laptop, uma impressora multifuncional e uma bolsa de Iniciação Científica Junior do CNPq. Os/as agraciados/as na etapa Unidade da Federação ganharam um computador e um monitor LCD. As escolas vencedoras da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero receberam um prêmio no valor de R\$ 10.000,00 cada.

Os departamentos a que pertencem as/os premiadas/os de todas as categorias e as/os professoras/es orientadoras/es receberam uma assinatura anual da Revista Estudos Feministas e do Cadernos PAGU.

CATEGORIA

MESTRE E

ESTUDANTE DE DOUTORADO

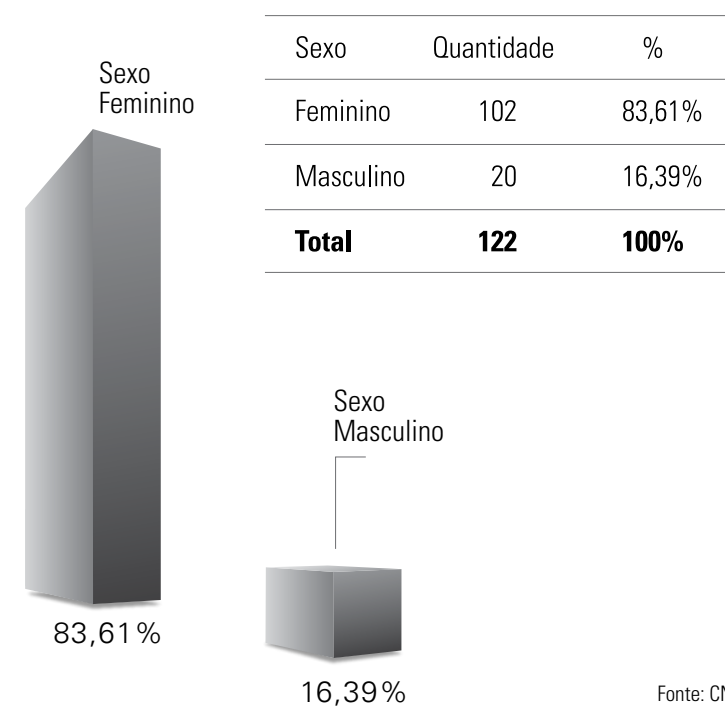
ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

Introdução

Na categoria Mestre e Estudante de Doutorado foram inscritos 122 artigos, com uma elevada participação das mulheres, representando 83,61% dos artigos concorrentes. No processo de pré-seleção, foram selecionados 73 artigos científicos, correspondendo a 59,83% do total.

7º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO Categoria Mestre e Estudante de Doutorado

Artigos Inscritos Segundo o Sexo



Fonte: CNPq/SPM, 2011

Conflitos de uma bruta flor: governo e querereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental.

Lívia de Rezende Cardoso

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Orientadora: Marlucy Alves Paraíso

1 Currículo experimental e querereres

Abstração, racionalidade, atenção, sensibilidade, concentração, manuseio, delicadeza e organização são algumas demandas produzidas para meninos e meninas no currículo de aulas experimentais de Ciências. Este trabalho objetiva analisar as relações de gênero naquilo que adquiriu “uma posição de destaque no ensino das ciências” (SARAIVA-NEVES, CABALLERO e MOREIRA, 2006, p. 385): o fazer experimental. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo em aulas experimentais de Ciências de uma escola pública de Belo Horizonte-MG com duração de um ano letivo, o que compõe minha pesquisa de doutorado. A partir de etnografia pós-moderna (JORDÃO, 2004; CLIFFORD, 1986), deixei experimentos, livros, roteiros, gestos, objetos, vestimentas, professores/as, alunos/as tornarem-se o *currículo experimental*. Fundamentada em teorias pós-críticas, entendo currículo como um artefato que diz como sujeitos “podem ser, como devem proceder e o que devem tornar-se” (PARAÍSO, 2006, p. 97); como territórios culturais “sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais os diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia” (SILVA, 2002, p. 135). Atenta às disputas culturais, busco pelas especialidades demandadas a sujeitos e como tais demandas produzem efeitos generificados a depender dos discursos que passam a atuar nesse currículo.

Em cada discurso, *quereres*. Em cada *quereres*, demandas. Em cada demanda, posições generificadas. Denomino tais produções e demandas generificadas por *quereres*. *Quereres* que, aqui, deseja *seres bruta flor*. *Ah! Bruta flor do querer/ Ah! Bruta flor, bruta flor*¹... A *bruta flor*, que é do *querer*, é, antes, querida pelo *querer*. Por ser tão querida, a *bruta flor* torna-se seu *desejo*, uma produção de um *querer*. Mas, por ser próprio do *querer*, seu *desejo* não tem fim. E, como o *querer* quer *sem fim*, o *querer* torna-se *quereres*. O *quereres* quer, deseja e, por muito querer e desejar, produz devaneios de *quereres*. E a *bruta flor*, em devaneadores movimentos de *ser bruta* e de *ser flor*, provoca o *quereres* para querê-la ainda mais. Em tantos *quereres*, poderia a *bruta flor* ser tão singular, uniforme e constante como nos remeteria a imagem de uma singela *flor*? Ou, ao ser *querida*, *desquerida* e *requerida*, prevaleceriam incertezas, desassossegos e amplitudes do ser *bruta*? Talvez, entre o *querer* do *quereres* e o *ser* da *bruta flor*, importe apenas o *querer ser* e o *ser do querer*.

¹ Refrão da música *O querereres* composta e interpretada por Caetano Veloso em seu disco *Velô* de 1984. Destaco que os trechos que iniciam os tópicos seguintes foram retirados de tal música.

O *querer ser* é, aqui, tomado como aquilo que deseja, que demanda, que incita uma desejosa produção. O *ser do querer* é, então, o *sujeito* desejado, demandado e produzido por tal desejoso *querer*. Ao considerar *quereres* e *seres*, situo as análises deste trabalho na esfera do conflito entre o que se deseja e o que se produz, entre o que se define e o que se gera, entre o prescritivo e a fuga. Assim, se por um lado o *quereres* pretende-se produtivo, por outro o *ser* torna-se seu efeito, sua invenção. Por conseguinte, como sua única função é querer infinitamente, o *quereres* atua ao sabor de seus devaneios. Tais devaneios, por sua vez, variam conforme inspirações e influências. Em cada uma delas, o *quereres* confere marcas ao *sujeito*. Longe de serem excludentes ou opostas, marcas que constituem *sujeitos* contam de desejos, narram históricos de vontades, dizem das cobiças, aspiram verdades e incitam *sujeitos* a *serem* de determinadas formas.

Este trabalho opta por pensar discursos generificados tal qual o *quereres*. Situados nos devaneios de certas inspirações e influências históricas, tais discursos produzem e governam relações de gênero e sexualidades. Compreendo gênero neste trabalho como “os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2010a, p. 24). Afinal, a inscrição de gêneros nos corpos “é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura” (LOURO, 2010, p. 11). Por sua vez, a sexualidade é “aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2010b, p. 155). Ao concordar com tais definições, importa entender o “modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico” (LOURO, 1997, p. 22). Importa, assim, demarcar essas duas categorias como construções. Porém, são construções que não pertencem nem ao *quereres*, nem ao *ser do querer*. As construções são da ordem da performatividade que seria a “reiteração das normas” (BUTLER, 2010b, p. 163), do intenso exercício de produzir *quereres ser*.

Ao embasar-me nessas definições, utilizo como conceitos teóricos dessa pesquisa a análise do discurso foucaultiano, posições de sujeito e governo. Na análise do discurso, é necessário mostrar como os diferentes discursos “remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas, e carregam significação que podem ser comuns a toda uma época” (FOUCAULT, 2005, p. 134). Ao atravessar professores/as e alunos/as no *currículo experimental*, discursos convidam sujeitos a posicionarem-se por meio de “práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios” (FOUCAULT, 2006, p. 11). Isso corresponde a investigar os modos de subjetivação que “são todos os processos e as práticas heterogêneas por meio dos quais os seres humanos vêm a se relacionar consigo mesmos e com os outros como sujeitos de um certo tipo” (PARAÍSO, 2006, p. 101). Nesse processo, estabelece-se o governo de sujeitos que “implica em certos modos de educação e de transformação dos indivíduos, na medida em que se trata não somente, eviden-

temente, de adquirir certas aptidões, mas também de adquirir certas atitudes” (FOUCAULT, 1982, p. 02). Para tal, processam-se técnicas do eu e de dominação, compondo as tecnologias de subjetivação (PARAÍSO, 2007).

Além de considerar os discursos sobre gênero e sexualidade como construções históricas e culturais, como formas de governo de condutas, como *quereres* e como fortes marcas que produzem *seres*, é necessário, também, pensá-los no cruzamento com os discursos da ciência moderna que compõem o fazer no *currículo experimental*. Nesse cruzamento discursivo, diferenciadas demandas do *quereres*, que fixam *sujeitos* de formas específicas, entram em conflito a depender das formações discursivas, o que torna a *bruta flor* como um *ser* conflituoso. Assim, aqui, interesse-me não apenas pelos supostos *seres* fixos que são queridos pelos discursos, mas pelos *seres* híbridos, cambiantes, conflituosos, estranhos, que são produzidos nos cruzamentos discursivos. Se por um lado considero as categorias de gênero e sexualidade como performance repetida, como “reencenação e nova experiência de um conjunto de significados estabelecidos socialmente” (BUTLER, 2010a, p. 200), por outro, ao entender *seres* como efeitos de tais categorias, vejo-os como os que, potencialmente, “rompem as regras e transgridem os arranjos” (LOURO, 2008, p. 16).

Desse modo, argumento, neste artigo, que o *currículo experimental* investigado, ao acionar uma *tecnologia do querer*, demanda conflituosamente um sujeito híbrido que denomino de *bruta flor*. Tal tecnologia de subjetivação, operada por discursos generificados, atua de modo a demandar diferentes posições a esse sujeito: *florzinha*, *espinho*, *cravo*, *cozinheira* e *mestre-cuca*. Uma demanda que governa gêneros e sexualidades, ora para reafirmar as demarcações heteronormativas estabelecidas culturalmente, ora para borrar as fronteiras de gênero e sexualidade ao atender ou forjar as supostas demandas do fazer experimental em laboratório de ciências escolar. Assim, desenvolvo uma escrita que procura analisar os conflitos demandados ao sujeito *bruta flor* pelo *quereres* de gênero e sexualidade em um currículo permeado por discursos científicos.

Ao desenvolver tal argumentação, divido este artigo em três partes. Em *Quereres e seres*, lanço meu olhar inicial para as posições de sujeito que fixam *seres* nas binárias demandas, historicamente estabelecidas, de feminino e masculino. Narro, aí, como *florzinhas*, *espinho* e *cravos* são constituídos/as e convidados/as a portarem-se sob a égide da heteronormatividade. No tópico seguinte, discuto o conflituoso *Não querer* e *és* no fazer experimental. Ou seja, analiso como a enunciação “meninas fazem o experimento e meninos pensam sobre os resultados” que circula fortemente nesse currículo é produzida por discursos generificados e, ao mesmo tempo, reiterados ou contestados ao cruzar-se com discursos científicos que demandam *cozinheira*, *mestre-cuca* e *bruta flor*. Por fim, no tópico *Quereres sem fim*, concluo discutindo como a *tecnologia do querer* governa sujeitos.

2 *Quereres e seres*

Onde queres revólver, sou coqueiro/ E onde queres dinheiro, sou paixão/ Onde queres descanso, sou desejo/ E onde sou só desejo, queres não/ E onde não queres nada, nada falta/ E onde voas bem alto, eu sou o chão/ E onde pisas o chão, minha alma salta/ E ganha liberdade na amplidão. Guerra ou paz? Dinheiro ou paixão? Descanso ou desejo? Quem quer? Quem não quer? Quem produz tantos *quereres*? Como é possível só *quereres*? E se não quiser querer, é possível fugir do *quereres*? O que quer querer o *quereres*? Mais que simples capricho de querer o que não se pode ou de não querer o que se tem, *quereres* sobre corpos são produzidos pelos discursos guiados pela heteronormatividade: “prática reguladora” que produz efeitos na “relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”, o que acaba por engendrar gêneros (BUTLER, 2010a, p. 39). Heteronormatividade como um “regime da heterossexualidade [que] atua para circunscrever e contornar a ‘materialidade’ do sexo e essa ‘materialidade’ é formada e sustentada através de – e como – uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual” (BUTLER, 2010b, p. 170).

A heteronormatividade foi, detalhadamente, estudada por Foucault, porém, recebendo a denominação de dispositivo da sexualidade (MISKOLCI, 2007, p. 5). De acordo com Foucault, o dispositivo da sexualidade, mais especificamente em sua construção do século XX, consistiu em “reduzir o sexo à sua função reprodutiva, à sua função heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial” (FOUCAULT, 2010, p. 114). Aos sabores desse conjunto de normas, quer-se uma identidade para um corpo e outra para outro corpo. Assim, em um sistema heteronormativo, caberia, apenas, duas identidades de sexo/gênero/desejo: masculino e feminino. Tal hipótese binária encerra “a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, no qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2010a, p. 24).

Porém, prefiro entender que efeitos, *seres*, gêneros do *quereres* apontam “não para uma essência feminina ou masculina (natural, única ou mutável), mas para processos determinados e múltiplos de construção discursiva” (PARAÍSO, GONÇALVES, 2009, p. 03). Um processo construtivo que, pela normatização e controle (FOUCAULT, 2010), organiza-se em uma matriz excludente que produz “um domínio de seres abjetos” (BUTLER, 2010b, p. 155). Tais seres abjetos são entendidos como aqueles que “não se conformam às normas de inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2010a, p. 39). Desse modo, passo a apresentar fragmentos narrados no diário de campo desta pesquisa, analisando como *quereres* de gênero e sexualidade são operados no *currículo experimental* para construir discursivamente *seres* femininos, masculinos e abjetos.

2.1 *Florzinhas: seres queridos*

Florzinha, minha flor, querida, anjinha, docinho, lindinha. Em práticas recorrentes nesse currículo, são usados nomes como esses para referir-se às

meninas. Em um episódio, vejo a professora Ângela perceber que uma aluna fez um gráfico com dois locais para o valor zero. Chamando-a de “florzinha”, ela fala com muito jeito que estava errada aquela forma e passa a explicar-lhe o porquê e como fazer o certo (Diário de Campo, 28/08/2010, p. 10). Ou, ainda, quando alunas acertam a resposta ela diz: “muito bem Carolzinha”; “tinha que ser a Gabizinha” (Diário de Campo, 26/08/2010, p. 6-7). Longe de ser um simples chamamento, entendo que “a linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros [...] pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo” (LOURO, 1997, p. 67). Ao ser chamada de *florzinha*, esse *ser* é convocado e posicionado de determinadas formas pelo *quereres*. Afinal, a produção de *florzinhas* pelos discursos generificados apenas se inicia com a *técnica de nomeação*.

Uma *florzinha* logo entende pela *técnica de reconhecimento* que seu gênero é situado socialmente. Aprende que, em sua cultura, ditos são produzidos sobre aquilo que é *ser* mulher. Reconhece naquilo que é ensinado, discutido e apresentado como conhecimentos científicos sobre o biológico quais as funções a ela se destinam quando adulta. Identifica os endereçamentos de gênero ao ouvir da professora Paula que não é para “deixar titia, mamãe, vovó aproveitar alimentos que começaram a estragar” (Diário de Campo, 25/08/2010, p. 4); ou receber da professora Ângela a recomendação de que é preciso ensinar “a sua mãe que só pode lavar os alimentos quando for usar. Para acondicionar não, pois perde a proteção natural” (Diário de Campo, 15/09/2010, p. 19); ou ser advertida pela Sônia que “mulher é que geralmente carrega a casa no carro, não é isso? Carrega faca, vasilha. Não pode, não é?” (Diário de Campo, 18/11/2010, p. 50).

Nos momentos em que os/as educadores/as referiam-se a afazeres domésticos, tais como cozinhar pães, bolos ou pizzas, arrumar a casa e cuidar da família, as mulheres – em funções como mães, avós, tias e irmãs – eram as protagonistas das ações. Assim, são elas que “cozinham”, “lavam os alimentos”, “carregam o que é necessário”, enfim, são responsabilizadas pelo cuidado da família (PARAÍSO, 2010; WALKERDINE, 1995). Essa ligação direta entre mulher e espaço privado tem sido estabelecida historicamente. Afinal, em muitas sociedades, “seu trabalho era da ordem do doméstico, da reprodução” (PERROT, 2008, p. 109) o que a tornou, embora isso venha mudando atualmente, sempre a rainha do lar, a dona-de-casa, mesmo quando passou a exercer profissões no espaço público (PERROT, 2008). Como reflexo desse discurso generificado, as mulheres tiveram uma educação em que não podiam “estragar-se a nenhum talento em prejuízo de seus deveres, já que sua vida, embora menos laboriosa, deve ser mais assídua a suas tarefas corriqueiras” (CORAZZA, 2004, p. 284). Além disso, desde os filósofos das Luzes, mais especificamente com a invenção da Sophia por Rousseau, pensou-se em “formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe” (PERROT, 2008, p. 93).

Ao embolsar outros arranjos na atualidade, tal educação generificada ganha materialidade nas diferenças entre brinquedos e materiais oferecidos a meninas e meninos, nas histórias contadas ou nas músicas cantadas, dançadas e endereçadas (CARVALHAR, 2010). Para *florzinhas*, caberia qualquer “apelo à domesticidade, à maternidade e ao cultivo da beleza” (FELIPE, 2000, p. 170). Nesse sistema de pensamento, “a natureza das mulheres estava situada em seus corpos” (WALKERDINE, 2007, p. 14), o que implicaria em discursos de que sexualidade e reprodução estão “associadas como funções naturais” (LOPES, 2006, p. 52). Isto é, com tais discursos de que mulheres foram feitas naturalmente para o lar, para associar sexualidade-reprodução e para a beleza que agrada e serve aos homens, desde muito pequenas, ensina-lhes papéis, moral de histórias. Educam-se atitudes, comportamentos. Engendram-se gostos, desejos.

No *currículo experimental*, vê-se circular discursos, reiterar heteronormatividades, construir performatividades de gênero – ou “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2010b, p. 154) –, fabricar *florzinhas*. Em um dia de observação, fiquei aguardando a abertura do laboratório sentada num banco junto aos/às alunos/as. Observei que, em uma das conversas, meninas comparavam seus jalecos e a pauta girava em torno de se os seus jalecos engordavam ou não, se eram curtos ou não, se as deixavam feias ou não (Diário de campo, 30/08/2010, p. 17). Educadas para cultivarem a beleza, *florzinhas* sabem que em aulas experimentais elas devem ser femininas, porém, não só pela beleza de seus corpos nos jalecos. Ao transitar pelos grupos, vejo quando a estagiária propõe a um grupo de meninas que elas tirem um pedaço da unha para pôr na placa de Petri. No entanto, elas protestam dizendo que não podiam estragar suas unhas. Na negociação, uma delas pergunta se poderia ser um pedacinho do esmalte que estava velho e a estagiária consente (Diário de campo, 25/08/2010, p. 6). Preocupações com a beleza expressam insegurança e inquietude pela “complexidade das exigências em relação aos cuidados com o corpo que hoje se impõem” (SCHWENGBER, 2008, p. 82). Afinal, cuidados ou desleixos com o corpo, a maneira como e com o que se vestem, os modos de enfeitarem-se sinalizaram, ao longo da história das mulheres, condições de selvageria, sedução, pureza ou emancipação (PERROT, 2008).

Entre tais sinais, o mais valorizado, no *currículo experimental*, seria o da pureza. Ao discutir as temperaturas encontradas nos experimentos, a professora Ângela dirige-se para um grupo formado só por meninos e diz: “aquele grupo ali que gosta de uma fofoca e de uma conversa, a temperatura ambiente estava alta. A temperatura das quietinhas e anjinhas [apontando para um grupo formado só por meninas], sem muita agitação, a temperatura ambiente era menor” (Diário de Campo, 26/08/2010, p. 11). As *florzinhas*, aqui, são novamente submetidas à nomeação. Ser quietinha e anjinha significa, nesse currículo, ser comportada, tranquila, não agitada. Tais atributos são tidos como típicos da doçura feminina “qualidade mais importante da mulher” (CORAZZA, 2004, p. 285).

Se por um lado *florzinhas* são queridas pelo *quereres* para serem do lar, para servirem à reprodução, para tornarem-se maternas, belas, puras, calmas e doces, por outro há um investimento em discursos feministas. Assim, ao mesmo tempo em que as meninas são fixadas e reguladas para serem *florzinhas*, incita-se que adotem outras atitudes. Um exemplo disso ocorre quando a professora Ângela diz “meninas, olhem o que vocês precisam fazer com seus namorados, noivos e maridos” e começa a soltar a cuba de gelo no chão diversas vezes. As meninas vibram e, no final, ela pergunta se aprenderam (Diário de Campo, 26/08/2011, p. 8). Em outro momento, vejo um grupo que só tinha uma menina e dois meninos. Aí, a professora diz em tom de riso: “primeiro vocês ouvem ela e depois falam. Vocês lembram que mulher é perfeição? Lembrem que X é a perfeição. O Y é só uma necessidade” (Diário de Campo, 13/06/2011, p. 63).

Com o intuito de emancipar suas alunas, de tirá-las de uma situação dita opressora, a ação da referida educadora torna-se problemática em dois aspectos. No primeiro deles, apesar dela entender que estaria subvertendo a ordem, continua-se operando com os binarismos de gênero e sob a égide da heteronormatividade. Nesse discurso feminista, as mulheres continuam destinadas ao casamento, ao desejo por homens, a uma única possibilidade: ser mulher. Por outro lado, a segunda ação é pautada por um discurso feminista que se apóia no biológico para justificar e garantir um respeito pelas mulheres. Um retorno ao biológico, mesmo que de forma estratégica, continua a “desbancar a premissa feminista de que a biologia não é o destino” (BUTLER, 2010a, p. 54). Além disso, continua-se a operar com um sentido unitário de mulher, sem considerar a “questão da diferença dentro da diferença” (SCOTT, 1992, p. 87).

2.2 Espinhos, para que te quero!

Desafiar, arrancar, competir, jogar, beber, carregar são verbos endereçados a meninos no *currículo experimental*. Se para meninas usa-se substantivos e adjetivos, a masculinidade solicita à *técnica de nomeação* a ação dos verbos. Para corresponder às demandas do *quereres* de gênero e sexualidade, eles posicionam-se como *seres espinhos*. Afinal, precisam ter resistência, permanecer fortes, suportar adversidades do ambiente. Posso presenciar essa forma de posicionarem-se em uma atividade que solicitava colocar material biológico na placa de Petri. Vejo um grupo de meninos se pegando, quase estapeando-se, para um arrancar o fio de cabelo do outro. A professora Paula tenta, sem sucesso, mediar a euforia, mas só param quando conseguem arrancar os fios desejados (Diário de Campo, 25/08/2010, p. 6). Tal modo de construir *espinhos* espelha-se, por meio da *técnica de reconhecimento*, em uma masculinidade socialmente aceita como “dura, forjada no esporte, na competição e numa violência consentida” (LOURO, 2010, p. 17).

Além de competidores, *espinhos* destinam-se ao sofrimento. Afinal, historicamente, a eles foram destinadas “tarefas mais árduas, como carregar

objetos pesados, fazer mais esforço físico, desempenhar trabalhos mais grosseiros, machucar-se fisicamente, se fosse o caso, como se todas essas fossem práticas ‘naturais’ do mundo masculino” (ROSA, 2008, p. 24). Ainda nesse universo de competição, sofrimento e dor, percorro o laboratório e vejo que, ao encerrar o experimento, quatro alunos passam a competir para saber quem aguenta segurar gelo por mais tempo. Cada um fica com a mão extremamente vermelha e gemem de dor até a professora perceber e acabar com a brincadeira (Diário de campo, 30/08/2010, p. 13). Aqui, o *quereres* performativo de gênero reitera a norma e quer ensiná-los que “o pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento” (WELZER-LANG, 2009, p. 463).

Porém, não é só de sofrimento que vivem *espinhos*. Eles são produzidos como apreciadores de futebol. Ao tratar de formas de regulação do corpo, Ângela pergunta a um aluno: “Jonatas, o que aconteceria com o jogador depois do primeiro tempo se não tivéssemos esse mecanismo?” (Diário de campo, 12/04/2011, p. 60). No início de outra aula, vejo o estagiário dizer à professora da turma que montou a aula em cima de um vídeo que traz cenas de bonitos gols de falta feitos por jogadores de futebol para chamar atenção dos alunos com dificuldade e, assim, fazê-los aprender sobre movimento e trajetória. Durante tal aula, ele dirige-se apenas aos *espinhos*, perguntando-lhes e solicitando-lhes participação, mesmo com a interferência de algumas meninas não convidadas por ele (Diário de Campo, 18/11/2010, p. 51). Mas não são só os/as mestres/as que pensam assim, os meninos também demonstram gostar de futebol. Ao perceber que um aluno não está gostando de observar ao microscópio, a Sônia adverte que aquele é a melhor disciplina, mas ele retruca: “é não professora. O de educação física é muito melhor. Meus amigos estão todos tendo aula de futebol agora e eu aqui” (Diário de campo, 01/09/2010, p. 19).

Em tais fragmentos, discursos generificados destinam meninos ao esporte, tal como observou Reis (2011), igualmente, em seu trabalho. Em outra pesquisa, com manuais de educação para meninos em meados do século XIX, Louro (1995, p. 91) conclui que “parece ser especialmente evidente em processo de educação masculina a competição integrar a maior parte dessas atividades”, o que acaba por influenciar a relação entre “meninos, rapazes e homens adultos” (LOURO, 2010, p. 23). Nessa construção binária de corpos no *currículo experimental*, existiria uma crença de que “a masculinidade é compreendida em termos de um conjunto de instintos básicos” (WALKERDINE, 1995, p. 213). Para *seres espinhos*, seus instintos básicos são definidos como competitividade, força e sofrimento que acabam por destiná-los a uma atividade esportiva que as materializariam: o futebol.

O discurso de que “mulheres e homens são feitos um para o outro” (CORAZZA, 2004, p. 282) compõe o currículo estudado. Quando uma professora diz à outra que os alunos se comportaram na aula porque a mesma foi feita com experimento, Paula retruca, afirmando que o motivo “é porque tinha muita menina

e os meninos estavam querendo impressionar as meninas do 9º ano” (Diário de Campo, 26/08/2010, p. 7). Em outra situação, enquanto estou na porta do laboratório, um aluno pede para beber água, mas volta da porta ao ver um grupo de meninas e diz que não vai mais porque está de jaleco e tem vergonha (Diário de Campo, 26/08/2010, p. 11). Nota-se que o discurso de culto à beleza incide sobre ambos. No entanto, por pensá-los/as como complementares, produz-se *quereres* diferenciados. Enquanto meninas ornamentam seus jalecos, bordando-os com diversas cores (Diário de Campo, 30/08/2010, p. 14), meninos preferem não se expor ao se avaliarem com aparência duvidosa.

O *quereres* de gênero e sexualidade invoca uma suposta natureza “como modo de estabelecer limites necessários para a vida gendrada” (PRIS, MEIJER, 2002, p. 157). Ao considerar como essência natural as características que destinam a cada *ser*, produzem-se *florzinhas* como calminhas, anjinhas e lindinhas para *espinhos* que são, por sua vez, *seres* resistentes, fortes e competitivos. Um *quereres* de gênero e sexualidade que consegue atingir seu objetivo no *currículo experimental*: “formar a todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2007, p. 6). Uma norma, um discurso que fixa sujeitos, “corpos que pesam” (BUTLER, 2010b, p. 170), que destina *florzinhas* a *espinhos*, que produz seus desejos, que os/as atravessa de modo a fazê-los/as portarem-se como complementares. Isso se dá de tal modo que, em uma aula experimental sobre a temática reciclagem e reutilização, ouço uma aluna dizer que o único problema de usar caixas de papelão é carregar o peso. Em seguida, Gabriela interrompe-a e diz: “ué, homem serve para isso mesmo, para carregar nossas coisas” (Diário de Campo, 07/10/2010, p. 41).

2.3 Cravos, botões de flor secos

Você não pode se portar assim Aline! Lucas é estranho assim mesmo! Alisson e Gael, vocês só ficam com as meninas! Essas três frases tornaram-se corriqueiras no laboratório pesquisado. O que elas possuem em comum? Lamentação, correção e desconforto por parte de quem as pronuncia. Se *florzinhas* foram nomeadas com substantivos e adjetivos, e *espinhos* por verbos, *seres cravos* são definidos e identificados por outra atualização da *técnica de nomeação*: as frases imperativas! Por meio delas, produz-se outro tipo de *seres* do *quereres*: os que teimam em não seguir as normas, cumprir os papéis que lhes foram destinados, corresponder ao que se espera de meninas e de meninos. Desse modo, *cravos* são *botões secos da flor do craveiro*, empregados como *especiarias* e tidos como *excêntricos* a depender do local que circulam. São corpos que não pesam, são abjetos (BUTLER, 2010a).

Cravos podem ser identificados de algumas formas. Na primeira delas, o estranhamento que leva alguém a ser nomeado assim ocorre quando *florzinhas* não portam-se como meninas quietas, calmas e doces. Os momentos em que

isso era observado na pesquisa foram quando Aline era agressiva com os/as colegas, quando não prestava atenção na aula, baixando sua cabeça para dormir, ou quando se recusava a participar do experimento. Sua aparência também era motivo de comentários das colegas, visto que ela não seguia um padrão de beleza para meninas: seus cabelos negros, curtos e crespos eram domados com uma fita que deixava os fios à vontade na parte de trás, além disso, seu jaleco não possuía nenhuma ornamentação e ficava disposto em seu corpo de modo livre, sem costuras para defini-lo. Em todos esses casos, Aline era, constante e incansavelmente, vigiada e solicitada a corresponder às normas. Durante uma conversa de intervalo, a professora Ângela comentou, em tom de lamento, o comportamento tido por inadequado da aluna e justificou-o com o fato de Aline morar só com o pai e não ter uma referência feminina em sua criação desde pequena (Diário de Campo, 30/08/2010, p. 15).

Ser comentada pelas colegas e advertida pela professora são sintomas de que seus atos não se conformam às normas de inteligibilidade cultural. Por se sentirem autorizadas no “regime binário: lícito e não lícito, permitido e proibido” (FOUCAULT, 2010, p. 93), já que cumprem o querer do *quereres*, elas punem “os que não desempenham corretamente o seu gênero” (BUTLER, 2010a, p. 199). Afinal, o currículo escolar, geralmente, “não disponibiliza outras formas de masculinidade e de feminilidade, preocupando-se apenas em estabelecer e reafirmar aquelas já consagradas como sendo ‘a’ referência” (FELIPE; GUIZZO, 2008, p. 33). Ao dizer que Aline não possui referências femininas, o que chamei anteriormente por *técnica de reconhecimento* acionada pelo currículo investigado, a professora afirma, mesmo que não intencionalmente, que gênero é uma construção instituída “por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2010a, p. 200).

Outra forma de definir *seres* como sendo *cravos* ocorre quando os meninos não correspondem a um padrão de masculinidade violenta, competitiva e inquieta. Observei tal situação, principalmente, com o aluno Lucas. Menino franzino, muito quieto, sem muitos/as amigos/as, educado e quase afônico nas aulas. Além disso, não o via envolvido em discussões para passeios ou festas, nem disputando com os/as colegas para ter vez nas falas ou nas votações. Percebi que esse comportamento trouxe desconfortos para seus/as colegas de turma, pois sempre referiam-se a ele como o estranho. Afinal, eles/as acostumaram-se a entender que as mulheres é quem “são, fisicamente, menos capazes do que os homens” (LOURO, 1997, p. 73), bem como mais educadas e quietas. Porém, percebi que havia aceitação desse comportamento pelos/as educadores/as. Talvez, ele esteja muito próximo do que a pedagogia do certo-errado do *currículo experimental* espera de seus pupilos, tendo em vista que ele nunca errava as respostas quando era solicitado. Assim, estabelece-se um conflito entre aquilo que se produz na escola como menino másculo e menino aluno (REIS, 2011).

Um terceiro modo de ser enquadrado como *cravo* é, além de não corresponder ao padrão de masculinidade, gostar da feminilidade. Nesse quesito, Alisson e Gael faziam questão de marcar que queriam parecer meninas. Isto porque, eles só participavam do grupo das meninas e usavam acessórios pensados para meninas, tendo a cor rosa como predominante, tais como mochilas, estojos, cadernos e canetas bem ornamentadas e de personagens como Pucca e Barbie. Além disso, sempre que eu me aproximava, eles pronunciavam frases com vozes delicadas e cheias de palavras no diminutivo como se quisessem falar num padrão de fala dita feminina. Alguns exemplos seriam: “é porque nós estamos acostumados com o digital, amor”, diz Gael; ou “a tecnologia deixa tudo sem detalhezinhos, né?”, diz Alisson (Diário de Campo, 26/08/2010, p. 13); ou “ai que bonitinho o bichinho descendo”, diz o Alisson (Diário de Campo, 30/08/2010, p. 14).

O fato de Alisson e Gael só quererem andar com meninas dá mostras de que haveria “uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos/as homossexuais como pelos/as próprios/as” (LOURO, 2010, p. 29). Dá-nos mostra, por outro lado, de que não se pode entender que “a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2010a, p. 24). Isto porque “o poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras” (FOUCAULT, 2010, p. 93). É desse modo que produzem-se *cravos*, abjetos. Segundo Butler, abjeto “não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (PRIS, MEIJER, 2002, p. 161).

Mesmo no espectro de *seres cravos* ou abjetos, analiso que “pouco se transita entre os planos” (ROLNIK, 2006, p. 2). Digo isso porque, entre as três formas de produzir tais posições de sujeito, a que menos incomodou foi o caso dos meninos portarem-se como *florzinhas*. Ou seja, Gael e Alisson não estavam entre os planos. Eles se encaixaram discretamente em uma das duas categorias de gênero. Tal atitude é o que objetiva muitos/as educadores/as que, ao saberem que existe uma norma heterossexual, portam-se de modo a “conter gestos” e “formular acordos” com aqueles que tentam sair dessa matriz normativa (CARVALHAR, 2010, p. 42). Por outro lado, Aline foi o *cravo* que mais provocou incômodos, afinal, ela não se esforçava para ser nem *florzinha*, nem *espinho*. Essa conduta caracterizou-se como “um ponto fora da curva” (SILVA, 2008, p. 93). Aline se aproxima do *querer*: aquele sujeito da diferença “que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2008, p. 39). Aline foi o *cravo* que mais incomodou porque “o que efetivamente incomoda é a manifestação aberta e pública de sujeitos e práticas não heterossexuais” (LOURO, 2010, p. 29).

Heteronormatividade, *seres* femininos e masculinos são, respectivamente, respostas para as perguntas iniciais feitas neste trabalho: quem e o que quer o *quereres*? Porém, no *currículo experimental*, é possível encontrar a produção de mais *seres*. Se existem outros *seres*, então, haveria outra forma de guiar o *quereres* de modo diferente da heteronormatividade? Isto é, seria possível fugir desse *quereres*? Ao considerar que sexualidade e poder são coextensivos (FOUCAULT, 2010), refuta-se a possibilidade de construir um *ser* do *quereres* de maneira “subversiva ou emancipatória que possa ser livre da lei” (BUTLER, 2010a, p. 53). O que reforçaria esse argumento é a própria construção de Gael e Alisson a partir da categoria de gênero mulher. Ou seja, “a construção de construtos heterossexuais em estruturas não heterossexuais” (BUTLER, 2010a, p. 57). Desse modo, a “heteronormatividade marca até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto” (MISKOLCI, 2007, p. 5). No entanto, destaco que a persistência e proliferação de tais atos expõem “os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade” (BUTLER, 2010a, p. 39).

3 Não *quereres* e *és*

Eu queria querer-te amar o amor/ Construir-nos dulcíssima prisão/ Encontrar a mais justa adequação/ Tudo métrica e rima e nunca dor/ Mas a vida é real e é de viés/ E vê só que cilada o amor me armou/ Eu te quero (e não queres) como sou/ Não te quero (e não queres) como és. Aprisionar docemente, adequar deleites, excluir metricamente dores, transpor sonhos ao real e harmonizar conflitos parecem ser desejos do *quereres*. Considerando que só basta querer, o que impede o *quereres* de satisfazer seus devaneios? Talvez, o *quereres* não saiba de fato o que quer? Ou os *seres* do *quereres* não o querem? Antes de esperar pela decisão do *quereres* sobre o que ele quer no *currículo experimental*, parece-me convidativo pensar, inicialmente, os efeitos do *quereres* de gênero e sexualidade em seu cruzamento com o discurso do fazer experimental. Ao entender como *seres* são produzidos nesse cruzamento discursivo, pode-se estar ajudando o *quereres* a descobrir o que se quer no currículo estudado. Com tal intuito, passo a analisar como as categorias de gênero e sexualidade são operadas pelo *quereres* quando se tem o *quereres* da ciência moderna agindo no currículo.

3.1 Limitadas, mas boas cozinheiras

Em uma das conversas iniciais com a professora Ângela, então coordenadora da área de ciências da escola, ouço-a dizer que “as meninas são mais centradas, no geral. Podem conversar, mas elas têm uma construção de conhecimento mais comprometida. Com isso, elas são mais dóceis, mas têm a construção do conhecimento na área da abstração com maior dificuldade que os meninos” (Diário de Campo, 20/09/2010, p. 29). A partir dessa fala, pode-se entender que suas características de *florzinhas* – centradas, dóceis e comprometidas – conferem às meninas, pela *técnica de destinação*, um papel específi-

co no *currículo experimental*: o de realizar o experimento, mas nunca o papel de construir abstração sobre seus resultados. Pode-se compreender, também, que para realização de um experimento, são necessárias calma e tranquilidade, critérios anunciados por Paula ao declarar qual o melhor grupo do dia: “as meninas aqui. Elas ficaram conversando, fofocando e triturando bem. Com calma, devagar e sempre. Por isso ficou show de bola” (Diário de campo, 15/09/2010, p. 21).

No laboratório escolar, define-se que o papel das meninas é fazer a prática, ocupar a bancada e manipular instrumentos, materiais biológicos e aparelhos. Tal forma de conferir-lhes uma função no laboratório reflete o que é encontrado socialmente. Vale ressaltar que “o mecanismo cultural regulamentado de transformação de masculinos e feminismos biológicos em gêneros distintos e hierarquizados [é] comandado pelas instituições culturais” (BUTLER, 2010a, p. 112). De acordo com estudos sobre a mulher na ciência, “a maioria das mulheres participa do projeto na bancada do laboratório”, enquanto os homens são os coordenadores (OSADA; COSTA, 2006, p. 294). Isto é, há uma segmentação das funções, “mantendo-as como técnicas e assistentes” (LOPES, 2006, p. 55), o que explicita a ideia de “incapacidade das mulheres serem boas pesquisadoras” (COSTA, 2006, p. 455) e as conduzem a uma “ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência” (LOURO, 1997, p. 17).

Se esses estudos confirmam que elas têm papel secundário na ciência, outros mostram que não é em toda ciência que as mulheres estão presentes. Entre elas, a participação feminina só é maioria nas ciências humanas e linguística, sendo muito pequena nas ciências exatas (MELO; OLIVEIRA, 2006). Tal estudo sinaliza a perspectiva de que, socialmente, a feminilidade é definida como apropriada apenas para algumas áreas do conhecimento. Ao desempenhar diferenciados trabalhos, essa essência feminina lhes seria exigida, o que desfaria a “distinção entre os domínios público e privado [na vida das mulheres]” (HARAWAY, 2009, p. 76). Tal exigência pode ser encontrada na “perfeita secretária: que ela coloque flores e que cuide de seu patrão” (PERROT, 2008, p. 115); nas fábricas como costureiras (RAGO, 2002); nos hospitais como enfermeiras (PERROT, 2008); ou na professora que cuida e educa com amor (PARAÍSO, 2002).

No *currículo experimental*, uma essência feminina – calma, atenciosa e afeita ao doméstico – é produzida para que elas se destinem ao fazer experimental, construindo uma posição de sujeito *cozinheira*: aquela que segue receita, manipula ingredientes e opera utensílios. Afinal, cozinha sempre foi um espaço destinado às mulheres (PERROT, 2008). No currículo estudado, sempre que se fala em cozinhar, as mães são citadas: “se a mãe de vocês costuma fazer pão em casa, vocês já viram que ela coloca a massa para descansar?” (Diário de Campo, 30/09/2010). A professora Ângela, quando lembra-se de utensílio doméstico, refere-se à mulher: “gente, a água faz o que lá na chaleira da sua mãe?” (Diário de Campo, 12/04/2011). Assim, acha-se que eletrodomésticos são das mulheres e “são pensados por designers e engenheiros e vendidos para as mulheres. Isso se

reflete não só no desenho das peças e seu projeto, mas na idéia que lhe é inerente de algo feito para ‘a mulher’ (CABRAL, 2006, p. 80). Além disso, os trabalhos manuais mais delicados, como “manejar a agulha, elas o aprendem sempre de bom grado” (CORAZZA, 2004, p. 283).

Tal convite para meninas portarem-se como *cozinheiras* pode ser observado em alguns momentos. Em um deles, a professora Paula entrega vidro e tomate do experimento para uma aluna. Depois disso, um segundo tomate é lavado e a mesma professora pergunta quem quer colocá-lo no vaso. Muitos/as alunos/as pedem, mas ela entrega para a mesma aluna que colocou o primeiro. Quando um aluno questiona porque ele não foi escolhido, ela responde que ele tinha cara de que ia fazer bagunça (Diário de Campo, 26/08/2010). Como bagunça é algo inerente aos *espinhos* e isso não combina com a organização do laboratório, os meninos entendem que no *currículo experimental* as meninas é quem estão habilitadas a realizar a experimentação. Por isso, quando eu questiono à professora Ângela se ela percebe que há critérios de escolha entre os/as alunos/as para decidir quais irão realizar o experimento, ela me responde que “alguns alunos têm medo disso e gostam que elas façam. Então, nem sempre o melhor aluno é o eleito” (Diário de Campo, 20/09/2010).

Ao confirmar o predomínio de escolhas pelas meninas para fazer o experimento e ressaltar que nem sempre os melhores são escolhidos, a professora, mais uma vez, indica que os meninos são melhores alunos que as meninas. Como foi explicitado na fala que abriu esse tópico, as meninas têm mais dificuldade no campo da abstração, o que é problemático aqui e em muitas outras pedagogias, nas quais espera-se ver “todas as crianças como progredindo em direção ao ‘pensamento abstrato’” (WALKERDINE, 1995, p. 209). Esse discurso, que limita biologicamente as meninas, pode ser encontrado no final do século XVIII, quando “havia psicólogos, médicos e filósofos que defendiam que as diferenças físicas de pele ou de órgãos corporais qualificavam alguns indivíduos e outros não” (SCOTT, 2005, p. 16); ou nos fisiologistas do final do século XIX ao afirmarem que “as mulheres têm um cérebro menor, mais leve, menos denso” (PERROT, 2008, p. 96).

Além disso, o *currículo experimental* define que, para elas terem sucesso nesse espaço, só restaria serem esforçadas. Essa condição de esforço feminino no currículo escolar também foi encontrada por outras pesquisadoras. Em um dos currículos estudados, “as garotas eram acusadas de ir bem porque trabalhavam muito, seguiam regras, comportavam-se bem” (WALKERDINE, 1995, p. 214). Em outra pesquisa, constatou-se que, apesar de terem um melhor índice de aprovação, as meninas são menos citadas como brilhantes e inteligentes por “não terem criatividade, voz própria, autonomia e, portanto, participarem pouco, não serem questionadoras, não terem papel de liderança no grupo” (CARVALHO, 2001, p. 562).

Se, inicialmente, o *quereres* de discursos generificados deseja, produz e

posiciona as meninas como *seres florzinhas*, ao cruzar-se com discursos da ciência moderna, tal *quereres* de gênero e sexualidade engendra as alunas como *seres cozinheiras* no *currículo experimental*. Se esses discursos limitam as mulheres biologicamente, as compreendem como sendo do espaço doméstico e as governam para serem passivas, como produzir alunas sob outros padrões ou olhares que as vejam de outras formas? Mais que isso, como seria possível construir um currículo que as potencializasse e que fugissem de tantos rótulos e aprisionamentos? Como no currículo investigado predomina-se um sistema binário de gênero, passo a discutir como os meninos são pensados por tal currículo.

3.2 *Mestres-cucas, apesar da desatenção*

“Apesar da desorganização dos meninos, do não querer dos meninos, que eles são muito mais de querer pensar em coisas diferentes, de se distraírem mais facilmente e de voltarem com mais dificuldade, eles têm uma possibilidade de fazer o abstrato ficar mais tranquilo na hora da construção. Eles não têm grandes problemas” (Diário de Campo, 20/09/2010). Dando continuidade ao fato de meninos e meninas serem pensados de maneira oposta e complementar no currículo estudado, pode-se, a partir dessa fala, entender que os *espinhos* – competitivos, violentos, bagunceiros, desatenciosos, dispersos – têm, pela *técnica de destinação*, uma função no *currículo experimental*: abstrair, pensar, construir conhecimento em cima dos resultados encontrados. A condição de meninos masculinos os tira o peso de precisar realizar o experimento, isso é tarefa para as meninas.

Desse modo, enquanto meninas são *cozinheiras*, meninos são *seres mestre-cuca*. Se por muito tempo a cozinha foi das mulheres, os homens passam a invadi-la numa condição de pensadores, chefes e organizadores para que esse espaço torne-se masculino e, só assim, seja “a grande cozinha” (PERROT, 2008, p. 97). Demarcadas as funções, observo que é muito difícil vê-los borrando essas fronteiras. Pergunto a um menino, que está em um grupo que só tem meninas, o porquê dele não se envolver com a prática e deixá-las fazendo sozinhas. Ele me responde, dizendo: “prefiro não mexer para não dar nenhum problema, nenhum desastre” (Diário de Campo, 30/09/2010). Nessas situações, há uma convivência por parte dos/as professores em não forçá-los a realizar o experimento. Os meninos, geralmente, são solicitados e chamados para o experimento no momento de argumentarem e construírem o conhecimento sobre o que foi realizado. Como aponta Butler (2010a, p. 167), em uma sociedade historicamente heteronormativa e compulsória, “distribuem-se aos homens os direitos da fala plena e autorizada, negando-os às mulheres.”

Em uma das entrevistas que realizei com os/as educadores/as, questionei à professora Ângela porque alguns/as alunos/as nunca realizam os experimentos e porque outros/as algumas vezes realizam. Ignorando a parte da pergunta que destinava-se às meninas, talvez por considerá-la inoportuna, já

que seria obrigação delas fazerem a prática, ela me respondeu que: “é interessante que o Paulo, apesar dele ser um aluno muito bagunceiro, ele é simpático. Então, o pessoal gosta que ele faça. O Ítalo não é tão bagunceiro, mas tem problema de relacionamento. Então, eles não gostam que ele faça. O Vagner e o Jean são os que mais têm defasagem. Aí, normalmente não fazem” (Diário de campo, 20/09/2010). A professora narra apenas os casos de exceção: o aluno que tem permissão para fazer por ser simpático versus o que não é simpático e tem problema de relacionamento, bem como os que são problemáticos e apresentam defasagem nas aulas experimentais. Desse modo, ela usa a fala para justificar tudo o que foge do esperado para *mestres-cucas*: fazer o experimento ou ser defasado.

Pode-se perceber que o fracasso nas aulas experimentais não é algo “natural” para os meninos. Então, produz-se a necessidade de sempre justificá-lo. Ao me aproximar da professora antes de ir embora, tenho de esperar ela terminar a conversa que está tendo com cinco alunos. Cada um quer saber a opinião dela sobre eles nas aulas. A professora segue, portanto, fazendo a avaliação de um por um sempre dizendo qual é o problema central de cada um. A partir de sua fala, identifico que, para a professora Ângela, existiriam três problemas fundamentais que justificariam o não sucesso de *mestres-cucas* em aulas experimentais: dispersão, falta de conclusão do raciocínio e doença (Diário de Campo, 27/06/2011). Assim, se não for um problema de saúde que os esteja atrapalhando, o não sucesso dos meninos é justificada por “desleixo, descompromisso e desinteresse” (CARVALHO, 2001, p. 656), ou por serem considerados mais “desatentos, mais indisciplinados” (PARAÍSO; GONÇALVES, 2009, p. 12). Ou seja, fracassos de meninos nunca são da ordem do biológico.

De modo diferente, o problema de defasagem das meninas nesse currículo é da ordem do biológico. Ao comparar o problema de aprendizagem de uma aluna e de um aluno, percebe-se como o biológico é tratado de modo diferenciado: “a Juliana, eu não sei mais o que fazer com ela. Eu não vejo mais como tirar nada dela, já deu o que tinha para dar. É porque o caso dela é de..., é de..., é de limitação mesmo. Ela não pode mais do que isso. Agora, o Valdson me surpreendeu muito, estou amando ele. Na verdade, há muito tempo, a escola vem advertindo à mãe dele que ele tinha problemas. Ele era disperso, desatencioso, mas agora ele já está sendo medicado e está ótimo” (Diário de Campo, 18/11/2010). O problema de meninas *cozinheiras*, por conseguinte, é ter seu biológico defeituoso, é um *a priori*, é ser limitada desde o nascimento, por isso a necessidade de esforço. Já meninos *mestres-cucas*, se aparecer algum problema em sua natureza perfeita, isso é um *a posteriori*, é uma doença.

Em outro momento de comparação entre meninos e meninas, uma professora diz que “Manuela é considerada a melhor aluna por todos os professores. Eu não acho ela tão boa, pois ela não vai além. Talvez ela seja uma boa funcionária pública, que cumpre seus horários, que não questiona. Mas o Arthur, que quase não escreve, ele é excelente, faz excelentes aulas. Ele ganharia um emprego

para ela de empreendedor de gerir ideias” (Diário de Campo, 26/08/2011). Ou seja, o aluno, claramente com desempenho inferior à aluna, é considerado como muito brilhante, enquanto a aluna é narrada como mediana e limitada. Essa narrativa, permeada por discursos generificados, tenta fazer as mulheres se predestinarem a um destino de fracasso, inferioridade e submissão ao acreditarem que serão “boas operárias, boas secretárias, assistentes de pesquisa, mas nunca grandes pensadoras ou gênios” (WALKERDINE, 1995, p. 215).

3.3 *Bruta flor, mesmo não querida*

“Viu como ela é uma aluna boa? Ela consegue trazer questões que extrapolam a aula” (Diário de Campo, 26/08/2010). A tal boa aluna se chama Liza, uma menina inquieta, questionadora, curiosa, que declara querer se tornar uma cientista no futuro. Um *ser*, efeito do *quereres* de gênero e sexualidade, que mistura algumas características: é doce e delicada como uma *florzinha*, é inquieta e competitiva como um *espinho*, é estranha e excêntrica como um *cravo*, é do fazer e do experimentar como uma *cozinheira*, é pensante e bem sucedida como um *mestre-cuca*. Ela seria, então, o maior dos desejos do *quereres*? Possivelmente, mais que algo intencional e premeditado, o *quereres* produziu, sem esperar, um *ser* híbrido, estranho, quando agiu no cruzamento entre discursos generificados e discursos do fazer experimental em laboratório escolar. Assim sendo, “fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido” (BUTLER, 2010a, p. 164).

Por transitar em diversos planos, a *bruta flor*, mesmo não previamente querida, passa a ser querida pelo *quereres* no *currículo experimental*. Ela dispensa as *técnicas de nomeação, de reconhecimento e de destinação*. Ela passeia pelas fronteiras, já que esse é “lugar de relação, região de encontro, cruzamento e confronto. Ela separa e, ao mesmo tempo, põe em contato culturas e grupos. Zona de policiamento é também zona de transgressão e subversão” (LOURO, 2008, p. 19). Ela é “o estranho, o incoerente, o que está ‘fora’ da lei, que nos dá uma maneira de compreender o mundo inquestionado” (BUTLER, 2010a, p. 161). A produção da *bruta flor* nos mostra que a construção das feminilidades não está dada, não é natural e que é arbitrária. A *bruta flor* brinca com o ser menina, aluna, experimentadora. A *bruta flor* rouba aquilo que convém, seja isso feminino ou masculino. Os *seres bruta flor* do currículo pesquisado “indicam que o processo de se ‘fazer’ como sujeito pode ser experimentado com intensidade e prazer. Fazem pensar para além dos limites conhecidos, para além dos limites pensados” (LOURO, 2008, p. 23).

Tais *seres* nos fazem pensar que, antes de se instituir uma “guerra de gêneros” entre *florzinhas, espinhos e cravos*, entre *cozinheiras e mestres-cucas* no *currículo experimental*, seria mais produtivo pensar em uma “guerra aos

gêneros” (ROLNIK, 2006). Uma forma de desfazer as normas que “teria o efeito de fazer proliferarem as configurações de gênero, desestabilizar as identidades substantivas e despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade” (BUTLER, 2010a, p. 211). Apesar da *tecnologia do querer* de gênero e sexualidade ser fortemente operada nesse currículo por meio de suas técnicas e guiada pelos discursos generificados da ciência moderna, vejo que as fronteiras que delimitam os *seres* desejados não são de todo imperativas.

Ser organizado ou não, ter a letra bonita ou não, apresentar nojo ou não, são situações para todos/as. Quando a Paula passa a distribuir frasquinhos com invertebrados, ouço os/as alunos/as dizerem: “ai que nojo”, “eu odeio isso”, “se eu soubesse que ia ter isso, eu tinha me escondido no banheiro”, “aff, eu odeio baratas”. Além disso, alguns/as ficam empurrando os frascos, dizendo que não os querem por perto (Diário de Campo, 29/09/2010). Em outra situação, me dirijo a um grupo de meninos e ouço a professora dizer: “agora, precisam escrever na placa qual foi o material coletado. Mas espere! Quem tem a letra mais bonita?”. Depois de um tempo eles elegem um que tinha uma boa letra para escrever na placa (Diário de Campo, 26/08/2010). Aqui, mais uma vez, vê-se que tais atitudes e comportamentos são “performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2010a, p. 194).

Se relações de gênero e sexualidades são aqui borradas e estremecidas, isso não significa que os sujeitos estejam livres dos atravessamentos discursivos. A construção de fugas, narrada anteriormente, só é possível porque os *quereres* de gênero foram perturbados pelo discurso da ciência moderna. Ao permitir que *cozinheiras* pensem e abstraíam, que *espinhos* tenham letra bonita e sejam quietos, que *florzinhas* compitam e argumentem nas aulas é porque o discurso científico almeja *seres* de um certo tipo. O *ser* que tem sucesso no *currículo experimental* é uma *bruta flor*: híbrida, que precisa mesclar expressões de feminilidade e de masculinidade, que constantemente foge da biologia de seu sexo e que se desamarra de normas binárias. Um sujeito que não é abjeto como Gael, Alisson e Lucas, nem *queer* como Aline. É um *ser* que ludibriou o *quereres* de gênero e sexualidade para ceder aos caprichos do *quereres* do fazer experimental da ciência moderna.

4 *Quereres sem fim*

*O querer e o estares sempre a fim/ Do que em mim é em mim tão desigual/ Faz-me querer-te bem, querer-te mal/ Bem a ti, mal ao querer assim/ Infinitivamente impessoal/ E eu querendo querer-te sem ter fim/ E, querendo-te, aprender o total/ Do querer que há, e do que não há em mim. Quereres é seres? Quereres é sempre igual? Quereres é infinito? Quereres quer assim? Quereres quer sem fim? Quereres quer para si? Ao fluir pelos tantos desejos, caprichos, afinidades e finalidades no *currículo experimental*, é possível entender o querer*

do *quereres*. Quando gênero, sexualidade e fazer experimental permeiam o *quereres*, percebe-se como anseios impetuosos são desfeitos frente a tentações de produzir um sujeito da ciência moderna, o *ser bruta flor*. Assim, pode-se dizer que *quereres* não é *seres*, mas sim *estares*; que *quereres* não é sempre igual, ele é infinito; que *quereres* não quer só assim, sempre quer sem fim, para si, para sua mutáveis fantasias.

Florzinhas, espinhos, cravos, cozinheiras, mestres-cucas, bruta flor são *seres* produzidos pelos *quereres* de gênero e sexualidade no *currículo experimental*. Por serem tão múltiplos, diferentes e conflituosos, tais *seres* são melhores definidos se chamados de *estares* por remeter à ideia de transição, de temporalidade, de construção. Ressalta-se que expressões e demandas generificadas “estão sempre se constituindo, e que por isso são, todas elas, instáveis e passíveis de transformação” (LOURO, 2006, p. 89). Nos movimentos do currículo, tais *estares* são disponibilizados e convidam sujeitos a se posicionarem, dependendo de qual forma de *quereres* se pretende atender, seja *ele* homogeneizador, heteronormativo, reprodutivo, binário, biologizante, seja *ele* querer, abjeto, fugitivo, anormal. No currículo estudado, age o dispositivo da sexualidade - “grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 115-116).

Mesmo que seja vista como algo raro e excepcional, fugindo dos binarismos - “alunas *florzinhas* e *cozinheiras* fazem e alunos *espinhos* e *mestres-cucas* pensam sobre o feito” - presentes nesse currículo, há o desejo de produzir a *bruta flor*. Tal *estares* mistura algumas características tidas, historicamente, como femininas - organização, capricho, atenção, paciência, doçura, habilidade manual - com outras tidas como masculinas - racionalidade, esperteza, habilidade de abstração do pensamento. Esse desejo de produção - que desorganiza, bagunça, sacode e estremece amarrações de gênero e sexualidade que fazem o *quereres* querer de determinadas formas - só é possível pelas demandas do fazer experimental advindas da ciência moderna, que exigiriam características de ambos os gêneros, e das exigências da pedagogia moderna que produziu a necessidade de sucesso escolar para todos/as os/as estudantes independentemente do gênero e sexualidade que assumam.

Se o *quereres* apresenta abalos em suas formas de desejar, configurar e conformar sexualidades e gêneros, isso se deve, portanto, ao cruzamento de discursos que compõem o *currículo experimental*: generificados, biologizantes, da ciência moderna e pedagógicos. Na operação dessa maquinaria conflituosa do *quereres*, acionam-se técnicas de dominação e de si, tais como as *técnicas de nomeação, de reconhecimento e de destinação*. Ao agir de diferenciadas formas, em múltiplos sujeitos e com diferentes objetivos a depender do discurso que as opera, essas técnicas compõem um governo que visa produzir saberes sobre gê-

neros e sexualidades em meio a relações de poder para, assim, compor sujeitos do fazer experimental. Um governo seria, então, anseios, desejos, incitações, vontades, caprichos, ambições, *quereres sem fim* de ocasionar *estares*, convidar *seres* e regular em direção a *bruta flor*.

Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b. pp. 151-172.
- CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dia logicamente situado. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Julho-dez., 2006. pp. 83-97.
- CARVALHAR, Danielle Lameirinhas. Currículo da Educação Infantil: sexualidades e heteronormatividades na produção de identidades. In: PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). Curitiba: Ed. CRV, 2010. pp. 31-52.
- CARVALHO, Marília Pinto. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. In: *Estudos Feministas*. Ano 9. Florianópolis: 2001. pp. 554-574.
- CLIFFORD, James. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George E. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- CORAZZA, Sandra. *História da Infância sem fim*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- COSTA, Maria Conceição. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Julho-dez. 2006. pp. 455-459.
- FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela Rodrigues S. (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. pp. 31-40.
- _____. Entre tias, tiazinhas: pedagogias culturais em circulação. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). *Século XXI: Qual o conhecimento? Qual currículo?* 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michael. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 20. reimp. São Paulo: Graal, 2010.
- _____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. São Paulo: Graal, 2006.
- _____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *As técnicas de si*. 1982. pp. 01-23, Disponível em <<http://vsites.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/tecnicas.pdf>>.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista do final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. pp. 33-117.

JORDÃO, Patrícia. A antropologia pós-moderna: uma nova concepção da etnografia e seus sujeitos. In: *Revista de Iniciação Científica*. v. 4, n.1, 2004.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Julho-dez. 2006. pp. 35-61.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica: 2008.

_____. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar E. E.; ZEN, Maria Isabel H. D.; XAVIER, Maria Luisa M. de F. (Org.). *Saúde e sexualidade na escola*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. pp. 85-96.

_____. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, Alfredo. *Crítica Pós-estruturalista e Educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MELO, Hildete Pereira; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Julho-dez. 2006. pp. 301-331.

MISKOLCI, Richard. A teoria *Queer* e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. *16º Congresso de Leitura do Brasil (Cole)*. Campinas: 2007. 19 p.

OSADA, Neide M.; COSTA, Maria. A construção social de gênero na Biologia: preconceitos e obstáculos na biologia molecular. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: Julho-dez. 2006. pp. 279-299.

PARAÍSO, Marlucy Alves; GONÇALVES, Esfefa Pereira. A política curricular dos “reagrupamentos” escolares: práticas generificadas no currículo escolar. In: *IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares*. João Pessoa: 2009.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Raciocínios generificados no currículo escolar e possibilidades de aprender. In: *V Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões curriculares/IX Colóquio sobre questões curriculares*. Porto-PT: 2010.

_____. *Currículo e mídia educativa brasileira: poder, saber e subjetivação*. Chapecó: Argos, 2007.

_____. Política da subjetividade docente no currículo da mídia educativa brasileira. *Educação e Sociedade*. Campinas: v. 27, n. 94, pp. 91-115, 2006.

_____. Contribuições dos estudos culturais para a educação. *Presença Pedagógica*. Belo Horizonte, v. 10, n. 55, pp. 53-61, 2004.

_____. *Currículo e Mídia Educativa*: Práticas de produção e tecnologias de subjetivação no discurso da mídia educativa sobre a educação escolar. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Ponto de Vista. In: *Estudos Feministas*. Florianópolis: jan. de 2002. pp. 155-167.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. pp. 578-605.

REIS, Cristina D'Ávila. *Currículo escolar e Gênero*: a constituição genericada de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. Dissertação de Mestrado (em Educação). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ROLNIK, Suely. Guerra dos gêneros & guerra aos gêneros. In: *Estudos feministas*. Florianópolis: v. 4, n. 1, pp. 01-06, 2006.

ROSA, Graciema de Fátima da. O corpo feito cenário. In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela Rodrigues S. (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SARAIVA-NEVES, Margarida; CABALLERO, Concesa; MOREIRA, Marco Antonio. Repensando o papel do trabalho experimental, na aprendizagem da Física, em sala de aula – um estudo exploratório. In: *Investigações em Ensino de Ciências*. v. 11(3), pp. 383-401, 2006.

SCHWENGBER, Maria Simone V. Professora, cadê seu corpo? In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela Rodrigues S. (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. pp.73-84.

SCOOT, Joan W. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 1 3(1), jan.-abril de 2005, pp. 11-31.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SILVA, Tomaz T. *Documentos de Identidade*: uma introdução às teorias de currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Rosimeri A. O ponto fora da curva. In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela Rodrigues S. (Org.). *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

WALKERDINE, Valerie. Ciência, Razão e a Mente Feminina. In: *Educação e Realidade*. 32(1). Porto Alegre: jan./jun. 2007. pp. 07-24.

_____. O raciocínio em tempos pós-modernos. In: *Educação e Realidade*. 20(2). Porto Alegre: jul./dez. 1995. pp. 207-226.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: *Estudos Feministas*. Ano 9. Florianópolis: 2/2009. pp. 460-482.

Entre o passageiro e o eterno: representações da solidão e da melancolia na poesia feminina brasileira

Adrienne Kátia Savazoni Morelato

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Orientadora: Profa. Guacira Marcondes Machado Leite

Estudar a solidão e a melancolia na poesia, aqui especificamente na poesia de autoras brasileiras, é tentar desvelar o mistério que circunda a gênese da criação poética. Pois a solidão e a melancolia sempre estiveram associadas ao ato de poetizar, se não ligadas à própria figura do poeta. Essa imagem do criador, a do Poeta solitário e melancólico olhando para a sociedade com tédio e tristeza, certo desdém pelo modo de vida social, se aprofundou no Romantismo, porém essa imagem de alguma forma se encontra já na Grécia Antiga quando Aristóteles, em Problema XXX¹, associou a melancolia como uma característica do gênio. No Romantismo, essa ligação se acentuou porque o poeta se viu como um ser à margem do Capital, já que a sua produção não se transformava nem em mercadoria, nem em lucro. Dessa maneira, a rejeição que o poeta sofria foi projetada por ele com superioridade, olhar crítico e despreço pela produção em série². Ele transforma a escrita em espaço contra a mercantilização da vida, enquanto a poesia oferece um espaço único para a originalidade e o talento individual. Pois “o individualismo dessa poesia é uma reivindicação do ser contra o formalismo” (MONTEIRO, 1965, p. 23).

Em relação ao feminino, sabe-se que a mulher sempre foi um ser exatamente localizado à margem do Direito Social, colocada como um não ser e sem nenhum acesso à voz, o que a levaria como poeta a um olhar duplamente triste, enquanto psicologicamente ela se veria como um ser em falta quando comparada ao homem, considerado *parâmetro social* (*falocentrismo*). Sua solidão seria ainda mais contundente, porque ela não se incluiria na sociedade nem como poeta e nem como sujeito. O uso dessa tristeza, ou a influência dessa postura aquém da sociedade na poesia feminina brasileira, mais particularmente na obra de Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa e Adalgisa Nery, serão o objeto deste trabalho.

É necessário, antes de tudo, enumerar os diversos sentidos que a melancolia e a solidão ganharam ao longo da história. A melancolia, por exemplo, é vista tanto pelo viés psicológico e médico, quanto pelo viés filosófico, e as duas visões acabam por se confundir. Desde a Grécia Antiga ela foi associada a uma patologia e ligada diretamente a uma pulsão corporal. No período helenístico, a medicina acreditava que o corpo era feito de *quatro humores*, sendo um deles a bile negra, a responsável diretamente pela melancolia. Jackie Pigeaud, filósofo francês, ao

¹ Os mais antigos registros de que dispomos da afecção denominada melancolia (do grego golana, colp bile negra) encontram-se na Antiguidade de Homero a Sêneca, passando pelos escritos hipocráticos, pela tragédia, pelo pseudoaristotélico Problema XXX [...] E desde a antiguidade o temperamento melancólico é associado à personalidade de exceção, à genialidade (LAGES, 2002, p. 31).

² Ler a poesia Quanto vale um Poeta de Álvares de Azevedo.

estudar a relação entre humor e melancolia afirma que a bile negra seria análoga à terra, que é fria e seca; a bile amarela ao fogo, quente e seca; e o flegma à água, fria e úmida. Enquanto o sangue seria a crase de todos os outros. Cada humor é associado numa rede de correspondências imaginárias às quatro estações do ano, às quatro fases da vida e à influência planetária, ligados ao influxo dos deuses do panteão antigo, sendo Saturno associado a Cronos – regente dos humores melancólicos. Nesta relação, percebe-se o envolvimento das secreções corporais, os humores, com os quatro elementos da natureza e com o universo, ligando as doenças do corpo às doenças da alma. Estes elementos são presentes na simbologia da obra poética das três poetisas pretendidas para a pesquisa e que mais tarde será aprofundada: “Esses quatro humores constituem um mito. Eles criam o vivente humano. Sua presença simultânea é a condição *sine qua non* da vida humana. Eles fazem do homem um ser contínuo e orgânico” (PIGEAUD, 2009, p. 66).

Ao criar o vivente humano e defini-lo como ser contínuo e orgânico, relacionando-o com os elementos da natureza, seu ritmo e fluxo, os humores acabam por marcar a individualidade e a personalidade da pessoa. Mas especialmente a bile negra, causa tanto da melancolia como da loucura, irá compor de alguma forma o destino da cultura ocidental. Aristóteles em Problema XXX afirma que todos os homens excepcionais foram melancólicos e cita, entre eles, Platão, Sócrates, Empédocles e Lisandro (PIGEAUD, 2009). Observa-se, desta maneira, na cultura antiga a aproximação entre gênio, loucura e melancolia, a qual será posta ao máximo grau na literatura com o Romantismo: “Entre o gênio e o louco não há diferença de natureza, mas de grau. A loucura é um estado paroxístico do temperamento da bile negra. Esse humor, ora frio, ora quente, é extremamente instável e delicado” (PIGEAUD, 2009, p. 105). Neste sentido, a melancolia não deixaria de ser um estado patológico, um desvio ao equilíbrio natural que seria inerente ao gênio, seja ele filósofo, poeta ou louco. “Os poetas, os loucos e os melancólicos criam metáfora” (PIGEAUD, 2009, p. 109). Mas é Aristóteles em Problema XXX quem primeiro aproximará a melancolia da arte de criar metáforas: “Natureza indispensável à boa metáfora o temperamento melancólico” (apud PIGEAUD, 2009, p. 104). Assim, a metáfora será a expressão de vida do temperamento melancólico constituindo para o poeta o cerne de sua criação poética³: Enquanto Cornélio Agrippa de Netlesheim (apud LAGES, 2002, p. 41) define, por exemplo, três tipos de melancolia: a melancolia imaginativa própria dos artistas, a melancolia oriunda da razão própria dos cientistas e filósofos e a melancolia que se concentra na mente trazida por demônios e espíritos.

Contemporaneamente, Júlia Kristeva, pesquisadora francesa, não deixou de ligar a melancolia à patologia, mas agora a uma causa puramente psico-

3 “São os melancólicos que são ligados à poesia [...] Assim, o conhecimento poético não é um conhecimento passivo. Ele é essencialmente a arte da metáfora. Assim, a poesia está ligada ao corpo, ao humor, mas não é a reprodução passiva de uma parte do mundo [...] o poeta transforma a realidade em uma metáfora que se assemelha a um sonho; o intérprete do sonho reconverte um sonho que se assemelha a uma metáfora da realidade” (PIGEAUD, 2009, p.113).

lógica, pois antes de Freud a ciência médica a via como um sintoma corporal, físico, como é o caso da bile negra professada pela medicina grega. Para a psicologia, a melancolia manifesta em si a intolerância da perda do outro porque “melhor fragmentado, retalhado, cortado, engolido, digerido do que perdido” (KRISTEVA, 2004, p. 18). A perda traz uma dor inquestionável e resgata a efemeridade do ser e sua incapacidade de dominar o tempo que escoia pela memória, a qual não deixa de ser criação ficcional: “Procurei-me nesta água da minha memória” (MEIRELES, 1982, p. 88). Kristeva (2004)⁴ afirma ainda que o desejo do melancólico não é necessariamente recuperar o outro, mas esse tempo em que o outro se fez presente, por essa razão, o melancólico seria um habitante do imaginário, que é nada mais que a memória preenchida pela criação.

A poesia oriunda da melancolia inscreve a dor que resulta da perda do tempo em forma de metáforas: “Não é retórica a poesia, nem eloquência. É dor. Dor estilizada, dor de amor, dor de saudade, dor de esperanças, dor de ilusões murchas, dor de anseios vagos, dor da impotência, dor do inexprimível.” (LOBATO, 2008, p. 98). Ela busca, pela estilização da tristeza, a sensação do eterno em meio à certeza do efêmero. Assim, o poeta usa as palavras de maneira dissonante para captar esse tempo que se esvai por ele mesmo, essa memória que se confunde entre lembrança e criação, entre presença e esquecimento. Como nos versos de Cecília Meireles: *Quando as águas escurecem-te juro/ todos os barcos se perdem/ entre o passado e o futuro/ São dois rios os meus olhos/ noite e dia correm, correm.* (MEIRELES, 1982, p. 46). Os olhos, vistos pela cultura ocidental como portais da alma, trazem o pranto que é a água da dor e da tristeza, enquanto o barco é a solidão concretizada em objeto. Os olhos, o pranto e o barco compõem uma cena que eterniza o presente e manifesta o absoluto. Já os rios representam com suas correntezas a própria passagem do tempo. A metáfora dos olhos como a matéria viva da melancolia, espelhos da tristeza e da dor, também é observada na poesia de Adalgisa Nery (1940, p. 6): *Se meus olhos não chorassem/ Eu não sentiria a dor que ronda/ as formas esboçadas no espaço/ e não haveria na minha voz/ a poesia dolorida das angustias.*

Se considerar a melancolia como um estado puramente patológico, como a poesia se liga a ela, corre-se o risco de transformar a linguagem poética - que é antes de tudo linguagem artística e, portanto, fruto também de artifício linguístico - em sintoma doentio, enquanto, para o gênio, em especial o poeta, a melancolia é ligada à subjetividade, uma forma de enxergar o mundo e a vida: “Uma melancólica disposição de espírito, inimiga de meu temperamento natural, mas provocada pela tristeza da solidão em que vivo sumido há alguns anos, engendrou em mim a ideia de escrever” (LAGES, 2002, p. 36). Pois o poeta transforma a sua tristeza em tristeza de mundo. Sua dor situada em um espaço/

4 O tempo em que vivemos sendo o do nosso discurso, a palavra estranha, retarda, ou dissipada do melancólico, o conduz a viver numa temporalidade descentrada. Ela não escoia, o vetor antes e depois não a governa, não a dirige de um passado para uma finalidade. [Por isso] o melancólico é uma memória estranha, tudo findou, ele parece dizer, mas eu permaneço fiel a esta coisa finda (KRISTEVA, 2004, p. 61).

tempo determinado se transforma em uma dor atemporal que perpassa todas as épocas e que se reflete na dor individual do leitor, onde ele descobre que a angústia que invade o seu ego não lhe pertence exclusivamente, mas que se compara a essa tristeza de mundo.

Neste sentido, a melancolia e a solidão deixam de ser angústias individuais para se transformarem em uma relação do ser com sua finita existência, uma condição de todos os humanos e o seu diferencial como espécie, enquanto a linguagem poética reinventa o sagrado, as relações com o tempo, com a vida, com a natureza e com a morte: *Tudo acabado. Tudo morto/ é a lua, a ansiar pelo degredo/ mortalha morta que espia/ Pavor do nada. Desconforto* (LISBOA, 1985, p. 76). Esse discurso será mais evidente na poesia da modernidade, quando o poeta usará seu desgosto pela sociedade como uma forma de oposição a uma realidade considerada por ele medíocre. As três autoras postas para análise dessa pesquisa; Cecília, Adalgisa e Henriqueta, revelam uma melancolia que é antes um olhar de vida e de morte sobre o mundo e não um discurso alienado, apolítico (como suas poesias já foram consideradas), que beira o absurdo, isto é, loucura, se analisado pelo desapego aos temas circunstanciais. Mário de Andrade (apud GOTTLIB, 2003, p. 51), por exemplo, diz que a poesia de Cecília Meireles “parece totalmente sem assunto” e que ela experimenta “femininamente, além das lágrimas, a angustiada volúpia de ter um nome”. Essa melancólica relação com a morte e a vida, isto é, com o que é efêmero e o que é eterno, também traz para a arte poética dessas autoras uma dose de hermetismo, obscuridade e subjetividade.

Para Julia Kristeva (2004), não existe imaginação que não seja melancólica. Enquanto para Lages, “a imaginação, até prova em contrário, deseja acreditar em uma matéria melancólica. E, apenas renunciando ao sentido próprio, admite um sentido figurado” (2002, p. 33). Desta maneira, a imaginação é considerada para muitos poetas revelação, quase um estado mediúnico onde o simbólico surge como sugestão para a construção de uma nova possibilidade tanto na vida quanto na linguagem. Enquanto a melancolia coloca o ser em um estado limite no qual há um retorno ao inorgânico, ao não nomeável: *E as lamentações aos poucos se dissolveriam no ar/ como se fossem bocas que parassem esfaldadas* (NERY, 1940, p. 7). O não nomeável é o próprio ritmo e fluxo que circunda a linguagem, a qual é feita mais dos espaços em brancos, dos intervalos e do silêncio do que da palavra.

Significar o silêncio, restabelecer o sentido de significantes outrora vazios na busca do tempo que se perdeu, eis o valor da palavra e da escrita para o melancólico. Ele abisma no vazio dos sentidos para fazer confluir todos os sentidos possíveis no silenciar definitivo da morte. Por essa razão, tem-se a sensação de que o não nomeável e o inorgânico são mais belos que os significados comuns da realidade. Enquanto isso, estabelece-se na linguagem poética uma tentativa desesperada de ligação entre o plano concreto e o abstrato: *Abrindo-se descarnado e fixo/ Como um quadro anatômico/ Espiando meu espírito nu na tempestade/ Não haveria nada. Não haveria poesia* (NERY, 1940, p. 7-8). A imagem

da água, por exemplo, como nos versos aqui citados, reforça essa tentativa de dissolução do sentido para a construção de novos, porque a liquidez permite a correnteza e o fluxo, a transitoriedade e sua abundância significarão em forma de tempestade, de rio ou de mar a plenitude da solidão e da melancolia.

Para o poeta, entre o biológico - melancolia como sintoma de um mal físico e psíquico - e o simbólico - melancolia como busca de captura do efêmero - existe a beleza que o texto literário suscita. Kristeva (2004), por exemplo, diz que a beleza é sempre triste e que o efêmero, provocador eminente da beleza, reflete o não domínio do ser diante do tempo. A efemeridade é na verdade a morte que se sofre a todo instante enquanto se vive. A perda é uma morte, o tempo é uma morte porque faz escorrer as coisas e o outro que se vão para sempre: *O tempo era ríspido e amargo/ Vinha um negro vento do mar./ Tudo gritava, noite e dia/ e nunca ninguém ouviria/ aquele coração a chorar* (MEIRELES, 1982, p. 77). Por isso, há uma corporização na poesia da dor e da tristeza, ela faz a noite e o dia ganharem bocas e gritar, porque o corpo e principalmente o rosto são o relógio mais vivo da efemeridade do tempo, os marcadores do sofrimento.

A tristeza é assumida como destino: *durmo com a noite nos meus braços/ sofrendo pelo mundo inteiro* (MEIRELES, 1982, p. 134). Quando a única coisa que resta diante da perda é o símbolo, a palavra e o imaginário onde o poeta melancólico, em sua luta contra o tempo e sua efemeridade, pode restabelecer o significado daquilo que não se define. Como nesses versos de Henriqueta Lisboa (1985, p. 54): *alguma cousa de medonho/ que se passou nesse momento/ eternizou-se no meu ermo*. Nessa luta interna e violenta, o poeta muitas vezes não encontra o sentido perfeito, nem sempre consegue recuperar o efêmero, e o tempo se torna invencível sobrando apenas o imaginário.⁵ A morte vivida a cada dia e sua angústia, intensamente sentida diante do tempo, suscitam a trágica beleza em um ciclo perverso, porque não se consegue trazer para a realidade o eterno a não ser em forma de símbolo e silêncio, nunca de maneira palpável.

Sabe-se que no Ocidente houve uma tentativa de eliminação do imaginário⁶, como se a razão pudesse por si só explicar todas as coisas e dar sentido à realidade. Contudo, o Romantismo trouxe novamente a imaginação como um

5 Apesar de ser intrínseco as categorias dicotômicas da metafísica ocidental (natureza/cultura, corpo/espírito, baixo/alto), o universo imaginário enquanto tristeza significada, mas também ao contrário, como jubilação significante nostálgica de um não - sentido fundamental e nutriente, é contido o próprio universo do possível. Possibilidade do mal como perversão e da morte como não - sentido último. Mas ainda e por causa da significação mantida dessa elipse, possibilidade infinita de resurreições, ambivalentes, polivalentes. (KRISTEVA, 2004, p. 98).

6 Há uma economia específica do discurso imaginário, tal qual ele se produziu no seio da tradição ocidental (herança da Antiguidade grega e latina, do judaísmo e do cristianismo) [...] Como um traço de união estendido entre a Coisa e o Sentido, o não nomeável e a proliferação dos signos, o afeto mútuo e a idealidade que o designa e ultrapassa [...] O imaginário não é a descrição objetiva que culminará na ciência nem o idealismo teológico que se contentará em chegar à unicidade simbólica de um além. A experiência melancólica nomeável abre o espaço de uma subjetividade necessariamente heterogênea, partilha entre os dois polos conecessários e copresentes da opacidade e do ideal. Pois, o significante tem a capacidade, através da melancolia, de se encarregar tanto do sentido quanto de se reificar em nada. (KRISTEVA, 2004, p. 98).

fator importante e crucial não só para a criação literária, mas também para a compreensão do que é o sujeito. Por esse motivo, a beleza trazida pela literatura, através da imaginação, será no mínimo angustiante e o poeta um capturador do não sentido e do nada. A morte não existe apenas no exterior, na relação do ser com a vida, mas dentro dele, em seu ego dividido, pois: “todo drama de relacionamento do melancólico com o objeto perdido é um drama que se dá no ambíguo cenário inconsciente, estando sujeito, portanto, a suas leis arbitrárias e ambivalentes” (LAGES, 2002, p. 59).

Para a psicologia, a morte antes de ser física é vivenciada dentro do ser, como uma pulsão do ego, composto também pela pulsão de vida. Porém, Kristeva (2004) discute que a pulsão de morte, de onde originaria a melancolia, não teria lugar no inconsciente, espaço do gozo ilimitado. Se no inconsciente não é lugar da pulsão de morte, essa pulsão terá lugar no ego clivado, na criação ficcional “em suma, registro do imaginário, registro da escrita que dá testemunho desse hiato, branco ou intervalo que é a morte para o inconsciente” (KRISTEVA, 2004, p. 32). Assim, a criação estético-literária, fruto da melancolia, seria uma luta contra a fragmentação do discurso e da realidade, porque através da imaginação se estabeleceria a unidade da linguagem e a restituição do simbólico.⁷

Se a psicologia (KRISTEVA, 2004) vê a melancolia como manifestação da pulsão de morte, a filosofia (PIGEAUD, 2009) a problematiza tanto como o olhar da morte sobre a vida como a expressão da vida diante da vida: *pra minha boca, triste é incoerente/ pros gestos vagos de sombra incerta/ que hoje sou eu/ minha loucura se faz tão clara/ minha desgraça tão evidente* (MEIRELES, 1982, p. 129). Para o escritor, o inconsciente não é lugar do prazer ilimitado, ao contrário, ele traz do inconsciente para a linguagem sua expressão de dor guardada ou desfeita pelo consciente. Antes da teoria do inconsciente de Freud, os escritores, a partir do Romantismo, irão desfazer o mito da razão que perfez toda cultura ocidental e cristã para trazer à tona o lado escuro da humanidade, que é nada menos que o irracional, o mundo da sombra. Friedrich (1978) nomeia de categorias negativas as características lúgubres que no Romantismo se colocam em oposição aos adjetivos da racionalidade. A escuridão, a sombra, a fantasia, a loucura, o sonho, o medo, o horror e, em especial, a dor, o desespero, a tristeza e a morte são colocados como novos motivos para a inspiração e criação literária, elevados a conceitos filosóficos e símbolos na linguagem e não mais negados da condição humana: “Baixou treva sobre o sonho” (LISBOA, 1958, p. 55). A treva representa a escuridão, a angústia, a perdição, a morte e o inferno, enquanto o sonho traz em si um resquício de luz. A poesia é redefinida e a melancolia passa a ser uma condição primordial para se caracterizar um poeta.

⁷ A criação literária é esta aventura do corpo e dos signos que dá testemunho do afeto: da tristeza como marca da separação e como início da dimensão do simbólico da alegria, como marca do triunfo que me instala no universo do artifício e do símbolo [...] mas esse testemunho, a criação literária o produz num material bem diferente do humor. Ele transpõe afeto nos ritmos, nos signos e nas formas. O semiótico e o simbólico tornam-se as marcas comunicáveis de uma realidade afetiva presente e sensível (KRISTEVA, 2004, p. 29).

Já a solidão é inerente ao estado melancólico, pois quem se angustia e olha a vida com os olhos da morte naturalmente precisa se afastar da sociedade e da realidade. Essa solidão é crítica e não alienada como muitas vezes se pensou, é uma maneira do melancólico, aqui o poeta diz que não quer fazer parte desse mundo. Porque “no mundo da falsificação, como se poderia realmente pedir ao poeta uma atitude que não seja de alheamento dele?” (MONTEIRO, 1965, p. 31). Para o poeta, a solidão passa a ser uma condição para o surgimento da criação, um método de trabalho no qual “a poesia só ocorre na morte ou na consciência solitária. Poesia de solitário e, portanto, para solitário” (LINHARES, 1965, p. 57). Na verdade, a melancolia e a solidão vão estar associadas, e pode-se dizer que não existe melancolia que não seja solitária, assim como não existe solidão que não seja melancólica.

Rousseau é um dos primeiros filósofos que irá definir a solidão como uma condição existencial e criadora oriunda da exclusão que o ser experimenta por si e pelos outros: “La solitude est d’abord présentée comme une condition résultant de l’universel complot de La malignité des hommes qui l’écartent des rangs de l’humanité” (BAGUILLET, 1991, p. 1971). Em *La rêverie du promeneur solitaire*, Rousseau cria um novo paradoxo no discurso filosófico de origem cartesiana a misturar a sua subjetividade, o seu eu em meio às suas especulações e espantos de mundo. Ele assume sua parcialidade, um olhar que lhe é próprio, enquanto a linguagem de seu discurso filosófico volta-se para si mesma, torna-se evasiva, imaginativa, devaneia-se. Com isso, tanto o eu quanto a linguagem fragmenta-se, perde-se entre a memória e o esquecimento e recria-se a cada leitura. Há uma poetização da filosofia por Rousseau em *La rêverie* que acaba por desfazer os limites entre literatura e não literatura, como também entre os gêneros literários, porque ele transforma uma construção textual vinculada à transmissão de um dizer - a prosa - em poesia, a qual não tem obrigação especificamente de dizer alguma coisa, mas de sugerir: “A impressão poética não é redutível a nenhuma outra - só ela se exprime a si própria” (MONTEIRO, 1965, p. 17).

Para o filósofo poeta, a solidão⁸, a princípio, surge como um sentimento de defesa contra a maldade humana e se mantém na repulsa à sociedade. Contudo, ela se torna uma prisão em si mesma, levando o ser a buscar o nada. Por essa razão, Rousseau considera que o só, em sua excepcionalidade, deve se separar do contato social, o qual é nocivo para uma mente imaginativa e sonhadora. Rousseau carrega o adjetivo só não apenas com o sentimento de abandono, de não compreensão e de não inclusão, mas também com o sentido da genialidade, o qual está ligado também à imagem da melancolia. A solidão traz a experiência da morte para dentro da vida porque a sensação de estar só é acompanhada pelo sentido de morrer para

⁸ La solitude (une exclusion du monde de l’action qui Le condamne à vivre physiquement à l’écart) est la conséquence de ces diverses exclusions Morales ou physiques: elle correspond à la condition malheureuse d’un homme rejeté par les autres, isolé de ses semblables, condamné à vivre Seul [...] l’exclusion (qu’elle soit réelle ou fruit d’un imaginaire malade peu impote: pour Le malade, elle est réelle (BAGUILLET, 1991, p. 81).

si e para os outros, enquanto a melancolia renova a consciência de significação do mundo e de si mesmo.⁹ Por isso, a literatura é a possibilidade do ser que morre para o contexto, encontrar-se em sua solidão melancólica para redefinir e retomar o sentido da vida, negando a indeterminação do tempo (NASCIMENTO, 2004).

Para Nascimento (2004), a poesia tem um poder infinito sobre a realidade quando desenvolve a ambiguidade de sentidos da palavra, tirando do real seu poder de representação. Ao aumentar as possibilidades de significação da palavra, a poesia cria uma desconfiança em relação à prosa porque a ambiguidade estaria na palavra em si, o que leva a um movimento de negação da referência. Pois “a poesia cria o seu próprio sentido, dá significados próprios para as palavras independente da significação nelas contida” (MONTEIRO, 1965, p. 31). Assim, um movimento infinito de negação converte a prosa em poesia. Enquanto a escrita passa a ser a experiência de ser outro e do próprio nada, da ausência e da morte, e a poesia eleva ao máximo todas essas experiências. Como explica Adolfo Casais Monteiro, “a consciência do nada na poesia é uma esperança, uma absurda esperança porque é pura consciência, e a pura consciência numa situação cria por si própria uma solidez” (MONTEIRO, 1965, p. 6). Por isso, ela constrói uma lógica própria e materialidade única, onde o corpo, quer dizer, a forma, possibilita a dissociação entre o real e o irreal, acessado pela linguagem envolta pela melancolia e pela solidão.

A escolha dessas três poetisas se deu não só pela contemporaneidade das três, mas principalmente pela escrita poética aparentemente distante das inovações linguísticas preconizadas pelas vanguardas artísticas e com o seu ápice no Movimento Modernista da década de vinte. Cecília, Henriqueta e Adalgisa são nascidas na mesma década, a de dez, e elas parecem trilhar caminhos na poesia extremamente solitários e alheios a qualquer modismo estético-social. Cecília Meireles foi mesmo associada à melancolia, Henriqueta ao hermetismo, enquanto Adalgisa experimentou um silêncio quase total de sua obra na esfera midiática e crítica-literária. Temístocles Linhares, por exemplo, afirma que Cecília “nunca pertenceu aos quadros do modernismo, dentro das classificações correntes” (LINHARES, 1976, p. 268). Já sobre Henriqueta Lisboa, o pesquisador de Diálogos sobre Poesia Brasileira irá dizer que “Henriqueta Lisboa, prosseguiu no seu caminho dentro da realidade infinitamente complexa e vasta que sempre a estimulou, buscando novos temas e amando essas coisas inexauríveis” (LINHARES, 1976, p. 107). Mas em relação a Adalgisa Nery não há nenhuma referência neste livro sobre poesia brasileira.

Observam-se muitos estudos críticos e comentários sobre Cecília Meireles, embora isolados, de poetas e pesquisadores, mas também se verifica certa

⁹ Se a morte, enquanto consciência e conhecimento da morte própria, desaparece da vida, tudo perderá sentido. Para Blanchot, como para Bataille, a questão que se coloca é como a arte e a literatura possibilitam uma mediação deste paradoxo, uma experiência da morte sem morrer que pode devolver a morte à nossa vida, salvando o sentido dela e salvando a possibilidade da existência do sujeito (NASCIMENTO, 2004, p. 118).

repetição nas opiniões e análises sobre a poeta vista como etérea e alheia à realidade. Já sobre Henriqueta Lisboa, o que existe são estudos anteriores à década de 80, quando esta ainda era viva e estava em plena atividade literária, ou seja, há uma ausência crítica e mesmo editorial sobre a poeta a partir de sua morte. Embora o interesse sobre a poeta mineira tenha reavivado atualmente com a pesquisadora Constância Lima Duarte, que está resgatando documentos e cartas da autora. Inclusive entre as correspondências existem aquelas que Henriqueta dedicou a Cecília Meireles. A pesquisadora da UFMG compara “sua poesia – musical, etérea e desencarnada – aproxima-se mais daquela realizada por Cecília Meireles” (DUARTE, 2003, p. 245). Sobre Adalgisa Nery, realmente não se encontra quase nada a não ser citações bibliográficas sem aprofundamento crítico, enquanto editorialmente suas obras não foram mais publicadas. Encontrar algum material relacionado à escritora ou mesmo a sua obra é praticamente uma descoberta. Ela geralmente é conhecida e citada como a mulher de Ismael Nery que conviveu com o movimento surrealista brasileiro e, por isso, começou a produzir poesias, embora quase ninguém saiba que ela já era viúva quando iniciou suas atividades literárias.

Essa pesquisa terá um papel importante no estudo da obra poética dessas três autoras, as quais nunca foram confrontadas e comparadas juntas em nenhum outro estudo. A escolha do corpus de análise se dará inicialmente pela primeira fase de suas obras, período em que elas mais se parecem em uma primeira leitura, mas não se poderá esquecer também a fase madura de cada uma. Portanto, o corpus de análise ainda será construído no desenrolar desta pesquisa, tendo em vista o que aproximaria as três autoras e também o que não as aproximaria, e se a melancolia e a solidão seriam esse mote comum. Pretende-se, ao estudar a melancolia e a solidão em suas obras, desvelar os motivos que levaram ao isolamento o percurso literário de cada uma. Pergunta-se também até onde se verifica uma unicidade entre as três e se o alheamento da crítica em relação às suas obras tem a ver com a presença da melancolia e solidão que seriam tipicamente femininas.

Objetivos:

Os objetivos desta pesquisa perpassam uma proposta de análise e estudo de literatura, para a apreensão do cerne daqueles textos literários, e com isso busca-se, inicialmente, aprofundar a matéria linguística utilizada pelas escritoras. O texto literário, em especial a poesia, permite que o leitor o leia de diversas maneiras, multiplicando-lhe os sentidos; contudo, quem pretende analisar uma obra literária tem que estar certo de que apenas chegará a uma das possíveis interpretações que aquele texto lhe dará. Analisar e comparar a obra poética de três poetisas da primeira metade do século XX permitirá compreender primeiramente o que é poesia para esse tempo e ver em que medida elas se compactuam ou se diferenciam.

A motivação fundamental, exposta pela justificativa deste projeto, será de destacar as representações da melancolia e da solidão no âmbito da poesia moderna através da obra de Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa e Adalgisa Nery. Mas para isso, é preciso estudar essa melancolia e solidão e escolher entre o viés psicanalítico ou filosófico, de acordo com os poemas das autoras. É preciso avaliar se essa melancolia e solidão se manifestam da mesma maneira nas três, em que se assemelham e destoam, traçando os temas e imagens que lhes são constantes. Também é preciso estabelecer o percurso poético de cada uma, analisá-las individualmente para distinguir onde se fará a aproximação e o distanciamento. Entretanto, deve-se ter em vista o contexto em que perfizeram suas obras e os diálogos que possivelmente travaram com a sua época, pois o olhar melancólico e solitário de suas poesias nada mais seria do que uma resposta ao mundo, e cabe analisar se independente do tempo ou não.

Em que medida as representações da solidão e da melancolia vão ser características do feminino e da poesia da modernidade? Aqui vamos continuar a estudar e pesquisar sobre o feminino, já que se trata de poetisas mulheres, prosseguindo com a linha de pesquisa desenvolvida no Mestrado na qual trabalhou-se a escrita feminina, mas agora do ponto de vista dessa melancolia e da solidão. Seria a melancolia e a solidão características tipicamente femininas? Aqui entram as teorias psicanalíticas, que depois de Freud associaram a melancolia à histeria que foi diagnosticada como uma doença própria de mulheres. Enquanto a linha filosófica coloca a melancolia como uma qualidade específica do gênio, tanto do poeta quanto do filósofo. Teriam as poesias das escritoras em questão - Cecília, Henriqueta e Adalgisa - uma dupla melancolia e solidão oriundas de sua condição de poetisas e mulheres?

Deve-se também nesta pesquisa traçar de que forma a melancolia e a solidão se constituíram como um princípio do Romantismo e conseqüentemente da Modernidade, pois a valorização do talento individual, dos temas negativos, do gênio e da loucura e do isolamento como condição para a criação e a imaginação, enquanto se despreza a sociedade, é fator que pode ser fruto dessa melancolia - visão de mundo e de ser humano em que se assume a efemeridade do ser. A melancolia e a solidão, assumidas pelo artista no Romantismo, seriam a causa do isolamento artístico e social do poeta, da valorização que ele faz da morte, da fantasia e da loucura e de seu banimento? Ou seriam originárias das mudanças no paradigma ocidental (razão versus emoção)? Em relação à Modernidade, é preciso compreender as diversas modernidades que se estabeleceram e em que medida o isolamento artístico próprio do percurso poético das autoras é inerente à própria Modernidade e não destoante desta. Mas, uma coisa é o isolamento de cada uma em seu processo criador, suas recusas em participar dos modismos literários, outra coisa é isso ter sido usado para isolá-las e ignorá-las tanto pelos estudos literários quanto pelas editoras, chegando, no caso de Adalgisa Nery, a uma completa ausência.

Metodologia:

Esta pesquisa sobre a melancolia e a solidão na poesia feminina brasileira originou-se do trabalho concluído no Mestrado: *A transfiguração do corpo e do mito no desenho da escrita - feminina através de Contos Exemplares de Sophia de Mello Breyner Andresen*, no qual se estudou a relação não somente entre literatura e mulher, mas também a relação entre literatura e feminino e sua influência na construção da escritura dentro da obra em prosa de Sophia de Mello Breyner Andresen. A partir deste Mestrado, houve um enriquecimento aos meus estudos sobre Modernidade e o surgimento do feminino como uma questão de mudança do paradigma cultural, social e filosófico, e na qual a literatura tem um papel crucial na consolidação dos novos valores que se destacam. Dentre eles, a solidão e a melancolia deixam de ser estados demoníacos, para ser estados de criação, onde nasce o talento individual e a originalidade da obra.

Com isso, os caminhos que esta pesquisa seguirá, a partir do Doutorado, são inicialmente: de investigação dos significados que a melancolia e a solidão ganharam durante a história. Sem dúvida a leitura de *Problema XXX* de Aristóteles ajudou na investigação histórica e filosófica sobre o tema, dada a influência que o pensador grego teve, tanto na Idade Média, quanto nas épocas posteriores, em religião, filosofia, ciência e literatura, o que torna sua definição de melancolia imprescindível à compreensão da temática. Após a visão clássica, partiu-se para a Idade Média, na qual a leitura de teocráticos da época, como Santo Agostinho, elucidou a questão. Uma pesquisa bibliográfica sobre o tema neste período foi necessária. Após o Renascimento, com o advento da racionalidade e a posterior crise da Modernidade, surgiu uma pergunta: Até que ponto a melancolia e a solidão, com o primado da razão, passam a ser características negativas associadas à não clareza e à obscuridade? Kant, por exemplo, citado por Lages, tem passagens em sua obra em que falará da melancolia.

Na verdade, fez-se uma seleção bibliográfica para se chegar realmente a autores que tratam da solidão e da melancolia. Aqui, o objetivo é traçar de que maneira esses dois aspectos humanos perfizeram tanto os significados de realidade quanto a literatura, até o momento em que se tornam condições para os novos valores estéticos e filosóficos do Romantismo. O estudo de Rousseau foi indispensável, com sua *La Réverie du Promeneur Solitaire* o filósofo, pela primeira vez, traz para a literatura e a filosofia o olhar de dentro, a subjetividade.

Não se pode deixar também de se estudar a poética para compreender os meandros da criação e em que momento a melancolia e a solidão passam de temas e motivos para se tornar condição de elaboração estética. Sobre a melancolia e solidão no Romantismo e na Modernidade Estética, a leitura de Nietzsche trouxe conceitos que visam elucidar essa questão. Já Nietzsche, com sua teoria sobre o eterno retorno, os movimentos de negação e afirmação da vida, influenciou toda a literatura do século XX, enquanto Camus com sua obra *O Homem Revoltado* faz

uma crítica ao Romantismo, ao mesmo tempo em que postula a dor como condição para a descoberta da força interior de cada indivíduo.

Também foram estudadas as teorias psicanalíticas do século XX sobre a melancolia e a solidão, a fim de compará-las com a visão filosófica que, como se observou, é anterior à psicanálise e se localiza pela primeira vez com Aristóteles e Hipócrates. A psicanálise teve a possibilidade de, baseada na literatura e também na filosofia, ligar definitivamente a melancolia e a solidão à morte, a qual ganha uma significação nova de destruição e renascimento, permanência da negação que traz a afirmação (conceitos abordados por Shopenhauer e Nietzsche) quando se fala em castração, recalque, perda e falta. A abordagem de Júlia Kristeva em *Sol Negro* e também em *O Feminino e o Sagrado* foi esmiuçada para se chegar a uma apreensão sobre a relação entre melancolia e feminino.

O que se pode averiguar é que a metodologia consiste em leitura e fichamento da bibliografia utilizada e procura por outras fontes bibliográficas que visam aprofundar o referencial teórico sobre a temática. Mas isso refere-se às teorias sobre a melancolia e a solidão e sobre a poesia, pois não se poderá deixar em momento nenhum a obra das três poetisas, obras estas que deverão ser lidas analiticamente e simultaneamente com a leitura da bibliografia sobre o tema da solidão e da melancolia, que se quer esmiuçar em suas poesias. Com essa leitura analítica, conseguir-se-á selecionar os poemas de cada autora para compor o corpus definitivo de análise da tese sempre numa relação de aproximação ou de refutação.

Resultado da Pesquisa e Discussão

A imagem da melancolia em Cecília Meireles aparece em diversos motivos, como na figura da noite no poema *Canção para remar: Noite fria, Sem desejo humano, Brisa no oceano*. Esta estrofe liga a noite ao oceano inerte e forma uma relação entre tristeza, sombra e água. Não que essa relação não exista em outros poetas, mas na poesia de mulheres ela se torna uma forma de se lidar com o próprio destino e uma maneira de ver o mundo: *Pus-me a cantar minha pena, com uma palavra tão doce, de maneira tão serena que até Deus pensou que fosse felicidade e não pena*. A melancolia passa a ser uma forma de encarar a vida e a felicidade algo que só pode existir depois de compreendida a melancolia da vida. *Pra minha boca, triste é incoerente, pro gestos vagos de sombra incerta, que hoje sou eu, minha loucura se faz tão clara, minha desgraça tão evidente, Estes meus tristes pensamentos*. (MEIRELES, 2004, p. 24). Embora a falta de comunicação entre o ser humano e as palavras seja característica da Modernidade, a condição excludente da mulher durante toda a história lhe possibilitou desenvolver a subjetividade de maneira especialmente triste, encontrando na modernidade seus meios de expressão e iden-

tidade, pois: “A totalidade sumiu, nasceu a fragilidade, a dispersão. E isso o retrato do homem moderno da fragilidade ao nada” (MONTEIRO, 1965, p. 4).

Sabe-se que as três poetisas têm ligações fortes com o Simbolismo e que para o crítico Linhares “os simbolistas nunca foram alegres e quase sempre espalharam cinzas sobre mundo” (LINHARES, 1976, p. 269). A poesia de Cecília não partilha, por exemplo, do valor absoluto das palavras, que é o sentido tradicional expresso pelo mundo masculino, aquele que teve acesso à palavra, à fala. Não, a poesia de Cecília Meireles busca os sentidos murmurados das coisas abandonadas em si mesmas (LINHARES, 1976, p. 270). Já a poesia de Lisboa trabalha a melancolia como própria da existência humana, não da natureza perfeita, ela é a resposta da consciência do ser frente ao mundo humano imperfeito onde as palavras não dizem o que deveriam, não correspondem aos desejos que deveriam: “*Este é um planeta de palavras, neutras móveis e versáteis, que de rodízio pela ponte, vão ter a margem oposta*” (LISBOA, 1982, p. 25). Enquanto Adalgisa Nery traz em seus versos a busca pelo retorno.

Henriqueta Lisboa, por exemplo, vai assumir em seus poemas a angústia eterna do ser humano de se ver *feixes de unidades, pelo interminável prélio, de preparo versus preparo* (1982, p. 9). O ser se vê dividido, mas busca a unidade: *inquietação na serenidade, humildade no orgulho, desprendimento no apego, desesperança na fé, expectativa na dúvida* (1982, p. 22). Esse ser se reconhece uno quando percebe essas mesmas divisões: *pousada do ser, de construção a construção, em demanda do mesmo ser, pátria para degredo, de não estar* (1982, p. 22). O ser não tem lugar fixo, ele vaga no espaço há uma solidão permanente do errante: *No tempo, no espaço, em nenhuma época senão de enfrentar* (1982, p. 22). O universo é um símbolo dos mais expressivos da solidão humana.

A solidão parece característica essencial do melancólico porque em sua tristeza profunda ele prefere se isolar, mas na poesia das poetisas analisadas a solidão aparece disforme e muda, ligando-se à noite, à água trêmula, ao medo, ao frio. Como exemplo tem-se o seguinte trecho do poema que justamente recebe o nome de *Solidão*, de Cecília Meireles:

“Imensas noites de inverno,
Com frias montanhas mudas
E o mar negro, mais eterno
Mais terrível, mais profundo

Este rugido das águas
É uma tristeza sem forma”
(MEIRELES, 2004, p. 31)

Na poesia dessas três autoras a solidão se manifesta de forma mais veemente na figura do mar, com seus naufragos, praias, faróis e barcos, todas essas

imagens estão presentes nas três. O mar é representante inconfundível da solidão com sua imensidão infinita lembrando o abandono, essa representação não é apenas na poesia feminina, basta lembrar Camões e Fernando Pessoa, contudo, na poesia feminina ela se torna sinônimo de desencontro e espelho, onde refletem-se seus sentimentos e a percepção de si como um ser em conflito com o ser padrão masculino: *e a minha imagem, como jogo e pensamento, abre em flor o silêncio, para enfeitar altura e ermo*. (MEIRELES, 2000, p. 85). Outro símbolo que encarna a solidão é a rosa, que por ser sozinha é plena, e na sua descrição perfeita melancólica: *em auréola sobre si mesma, estática, em arroubo diante da luz, dinâmica* (LISBOA, 1982, p. 24). A rosa se sobrepõe à angústia humana que é pequena perto do que prometem as suas pétalas: *sonho de retorno* (LISBOA, 1982, p. 24). Em realidade, a rosa une os contrários e está acima das divisões, do próprio ser, *Convite à valsa dos ventos* (LISBOA, 1982, p. 24).

Já a poeta Henriqueta Lisboa expressa a solidão com mais despersonalização que Cecília e Adalgisa. Ela busca representar a solidão do ser humano como espécie, e não apenas de um ser, através da solidão da palavra. Há uma despersonalização do eu e a poesia parece fluir sozinha, sem a interferência da subjetividade do poeta. Contudo, assim como utilizou Baudelaire, a despersonalização é simplesmente um recurso de estilo para talvez expressar-se mais universalmente, porque colocar-se inteiramente, como um eu feminino, poderia acarretar uma interpretação de sua obra muito particular e isolada - tal qual aconteceu com Adalgisa -, quando na realidade o que se procura é a consolidação de sua obra no meio público, isto é, masculino. O conflito reside no fato de, por muito tempo, o padrão e o que é aceito em forma de arte ter sido uma escolha de homens. Não poderia ser diferente com a literatura, o cânone não é senão expressão pura de uma concepção masculina do que é uma grande obra de literatura.

Poema natural

Abro os olhos, não vi nada
 Fecho os olhos, já vi tudo.
 O meu mundo é muito grande
 E tudo que penso acontece.
 Aquela nuvem lá em cima?
 Eu estou lá,
 Ela sou eu.
 Ontem com aquele calor
 Eu subi, me condensei
 E, se o calor aumentar, choverá e cairei.
 Abro os olhos, vejo um mar,
 Fecho os olhos e já sei.

Aquela alga boiando, à procura de uma pedra?
 Eu estou lá,
 Ela sou eu.
 Cansei do fundo do mar, subi, me desamparei.
 Quando a maré baixar, na areia secarei,
 Mais tarde em pó tomarei.
 Abro os olhos novamente
 E vejo a grande montanha,
 Fecho os olhos e comento:
 Aquela pedra dormindo, parada dentro do tempo,
 Recebendo sol e chuva, desmanchando-se ao vento?
 Eu estou lá,
 Ela sou eu.
 (NERY, 1940, p. 34)

Neste poema de Adalgisa Nery, a solidão parece inerente ao poeta, quando ela procura definir a sua imagem corporiza-se na natureza até se desmanchar em nuvem, vento e pó, desfazendo-se no mar, na areia, *parada dentro do tempo*. Através dos movimentos de abrir e fechar os olhos, ela se identifica e se dissolve nos elementos que vê, ampliando sua ideia de solidão como natureza em movimento que se torna estática dentro do tempo. Na concepção feminina, não se pode chegar à solidão sem sofrimento, enquanto para transcender tem que se materializar em natureza, pois ela é permanente mesmo que seja *o perfume o vento* (MEIRELES, 2004, p. 87) ou *Aquela pedra dormindo, parada dentro do tempo, Recebendo sol e chuva, desmanchando-se ao vento?* (NERY, 1940, p. 34). Pois *apenas o sol redondo, e algum esmola de vento, quebram as formas do sono, com a ideia do movimento* (MEIRELES, 2004, p. 107). Entre a solidão que se expressa no movimento da natureza e aquela que se expressa na inércia do pensamento o que se obtém é o estado do nada: *Também não pretendo nada, senão ir andando à toa, e cair no mesmo poço, de inércia e de esquecimento* (MEIRELES, 2004, p. 107).

Ao analisar todos esses trechos das três autoras, pode-se concluir que o sofrimento é visto como passageiro, a melancolia é a lição que disso fica e a solidão a única que permanece. Na verdade, a melancolia é o resultado do fim da inocência, que é o desmascaramento.

“Teu pai é aquele que errou
 e contou com a tua inocência
 é aquele que te escandalizou com seus pecados da carne
 é aquele que causou a primeira tortura do eu coração.”
 (NERY, 1940, p. 5)

A Poetisa, ao enxergar o mundo, encontra a dor. Os olhos demonstram o sintoma da aflição que a tomada de consciência da realidade traz para a vida:

“Se meus olhos não chorassem
Eu não sentiria a dor que ronda
As formas esboçadas no espaço
E não haveria na minha voz
A poesia dolorosa das angustias.”
(NERY, 1940, p. 6)

Os olhos manifestam o sofrimento que ganha voz e se personifica na natureza, atingindo a verdadeira solidão. Neste sentido, a solidão é indissociável da melancolia, com uma é possível atingir à outra, descobrindo a atemporalidade.

“Mesmo que os ouvidos se ensurdeçam
Para todos os cânticos, para todas as glórias
Para todas as dores, para todos os sofrimentos
O espírito da vida invadirá os sentidos
E voz recolhida nas curvas da nuvens
Nas escamas do peixe, nas cabeleiras das sereias
E na sombra das pedras
A grande voz recuará as memórias no tempo”
(NERY, 1940, p. 9)

A eternidade, encontrada na melancolia realizada, busca a personificação da solidão no abolimento do próprio tempo.

“De madrugada parti
Para o meu mundo abstrato
E assim posso ser hoje
Uma pequena andorinha
À procura de um telhado
Ou asa de um moinho.”
(NERY, 1940, p. 14)

Diferente de Cecília e Adalgisa, no livro *Pousada do Ser*, Henriqueta foge da pessoalização, deixa a poesia como algo que brota de si mesma, a solidão é inerente ao universo e à perfeição almejada. Mas, infelizmente, a poesia representa a significação do ser, o qual sem ela se vê roubado de sentido, vê-se ainda incompleto porque:

“Os cardos se abriram
Fecharam-se os lírios
Horizontes amplos
Estreitaram o âmbito
Só pela palavra
Que em tempo de espera
Nos foi sonogada.”
(LISBOA, 1982)

Pela palavra, a poeta faz a denúncia de que o mundo humano encontra-se cada vez mais imperfeito, *em ressonância interiores* (LISBOA, 1982, p. 30), enquanto o inumano é absoluto porque as coisas são o que são e a espécie não consegue encontrar o sentido da vida. *Cega surda e muda a criatura não mais reconhece o mundo* (LISBOA, 1982, p. 30). A melancolia não tarda porque a poeta percebe o ser humano como uma espécie limitada de consciência nebulosa.

Conclusão

A poesia feminina - que necessariamente não precisa ser escrita por mulheres, mas que perpassa essa condição - tem uma linguagem estritamente marcada pelo corpo e pela exclusão que viviam as mulheres. Essa exclusão trouxe uma subjetividade diferenciada na qual a melancolia se faz presente de uma maneira a determinar a relação dessa escrita com o mundo.

Por causa dessa exclusão, Cecília, Meireles e Adalgisa trilham caminhos próprios e solitários – únicas em seu estilo. A solidão constituiu uma marca poética e a melancolia uma forma de reconhecer suas incompatibilidades literárias com os modismos masculinos. Como exemplo têm-se suas trajetórias marcadas por estilo único que não se encaixava nos movimentos literários que afluíam. Embora façam parte da Modernidade, não se pode dizer o mesmo com o Modernismo, seguindo suas carreiras praticamente à parte. Cecília escreveu para revista festa, de um modernismo católico, Adalgisa teve contato com os surrealistas e Henriqueta com os poetas da geração de 45, mas nenhuma delas se engajou em nenhum movimento, preferindo seguir solitárias, seus caminhos poéticos com uma poética específica de compreensão total, mas particular, do mundo e da vida.

Para Cecília, não existe nada que permaneça mais do que uma lembrança no vento, a memória liga-se diretamente à sensação e a consciência de que toda experiência é efêmera, de que todas as coisas são efêmeras, e embora busque o eterno, ele é impossível. Nasce a angústia primeiramente, mas a melancolia derivada desta parece resolvê-la quando ela assume sua postura trágica diante do mundo porque diz sim à vida. O dizer sim à vida não elimina a compaixão e o pavor, mas vai além desses afetos e faz o ser: “ser em si mesmo o

eterno prazer do vir a ser – esse prazer que traz em si também o prazer no destruir” (NIETZSCHE, 2004, p. 64).

A mulher é um vir- a- ser, na medida em que “ser” em nossa sociedade é o ser masculino, o macho por excelência, o universal, em paralelo com a afirmação de Beauvoir de que a mulher não nasce mulher, torna-se mulher. Porém, existe uma diferença singular entre as máximas: “tornar-se” e “vir-a-ser”. Quando se diz tornar-se, em um primeiro momento aquele que torna não é, e ao tornar-se, torna-se um ser definitivamente. Em oposição, o vir – a – ser considera que existe um ser antes do vir, mas que este está em constante transformação e que se afirma no prazer de destruir-se e criar-se, e não em um ponto definitivo. Esta transformação do ser, para Nietzsche, só é trágica verdadeiramente se ela se der na forma do eterno retorno, que é uma constante na poesia feminina, principalmente na das três autoras estudadas, sobretudo Cecília e Adalgisa. Henriqueta parece abandonar o eterno retorno e a busca da origem na maturidade, sua poesia parece caminhar sempre para a luz e para a reflexão do presente, nunca para o paraíso perdido, já que este não poderá ser recuperado.

O vir-a-ser significa também em determinado momento um voltar ao que era, porém nunca de uma maneira passiva, mas de uma forma construtiva e modificadora. O vir- a-ser em linha reta, dos modernos progressistas e dos cristãos que concebem esse vir dentro de uma de uma linha evolutiva, é um vir falso, pois sempre anda para um além, um momento posterior que nunca chega à transformação do ser, a qual só pode acontecer dentro de um ciclo de destruição e criação. Na verdade, o desejo de retornar ao paraíso perdido mostra a insatisfação com o mundo atual, há uma verdadeira melancolia em descobrir o quanto a Modernidade Material não fez o ser humano evoluir como ser, como humano, internamente. A poesia feminina irá expressar isso de forma mais contundente, porque ela expressa a singularidade de uma linguagem que foi por muito tempo uma linguagem oprimida e silenciada, identificando-se com a angústia do ser que se isola para enxergar um mundo melhor, mas também para se misturar à podridão, continuar puro:

“Há prantos se abrindo em cada corpo
Em cada forma, em cada cor, em cada sono
Em cada fonte e em cada porto.
Há prantos de sangue em cada estrela
Em cada vento há prantos semeando
O ódio e a fome, constantes sentinelas
Das vidas nascidas por acaso”
(NERY, 1940, p 16)

Pode-se observar, assim, que o tema da solidão e da angústia foi assumido de forma desesperada pelas poetisas na fase inicial de suas carreiras, ou

seja, na poesia escrita em suas juventudes. Já nas obras poéticas construídas no período de suas maturidades, a solidão e a angústia transvestem-se de certa imparcialidade, porque elas deixam de ser frutos de um eu exacerbado, de emoções líricas, para serem revestidas por preocupações sociais e melancolia, oriundas da própria condição humana neste planeta e de sua finita existência. A solidão e a angústia deixam de ser uma preocupação de vida para se tornar uma preocupação do ser diante de sua efemeridade, um aspecto essencial para a reflexão da condição humana, seu diferencial como espécie. Há, nessa reflexão, uma profunda reinvenção do sagrado, do metafísico e das relações com o tema da vida e da morte, com a natureza, com o corpo e com o tempo. Marcas de uma escrita feminina.

Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. Metafísica, livros I e II. In: Aristóteles. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BARGUILLET, Françoise. *Rousseau ou l'illusion passionnée - les reveries du promeneur solitaire*. Paris: Presse Universitaire de France, 1991.
- BERARDINELLI, Afonso. *Da poesia à prosa*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cosacnaif, 2009.
- BERRIO, Antonio G.; FERNÁNDEZ, Teresa F. *Poética, Tradição e Modernidade*. São Paulo: Littera, 2000.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos)
- CALINESCU, Matei. *As cinco faces da modernidade*. Lisboa, Portugal: Veja, 1999.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Associação Palas Athenas, 1992.
- CAMUS, Albert. *O homem revoltado*. Trad. Valerie Rumjanek. 7. ed. São Paulo: Record, 2009.
- CLEMENT, Catherine; KRISTEVA, Julia. *O feminino e o sagrado*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- DUARTE, Constância Lima. Henriqueta Lisboa – Uma Biografia Intelectual. In: BRANDÃO, Isabel; MUZART, Zahidé L. *Refazendo Nós*. Santa Catarina: Edunisc – Editora Mulheres, 2003.
- FRIEDRICH, Hugo. *Estrutura da lírica moderna*. São Paulo: Duas cidades, 1978.
- GOTLIB, Nádia Battella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: BRANDÃO, Isabel; MUZART, Zahidé L. *Refazendo Nós*. Santa Catarina: Edunisc – Editora Mulheres, 2003.

- HAMBURGER, Michael. *A verdade da poesia*. São Paulo: Cosacnaif, 2009.
- KRISTEVA, Julia. *O Sol Negro: Depressão e Melancolia*. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LAGES, Suzana Kampff; Walter Benjamim. *Tradução e melancolia*. São Paulo: Edusp, 2002.
- LINHARES, Temistocles. *Diálogos sobre a poesia brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- LISBOA, Henriqueta. *Obras Completas: Poesia Geral (1929 -1983)*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1985.
- _____. *Pousada do Ser*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1982.
- LOBATO, Monteiro. A poesia de Ricardo Gonçalves. In: LOBATO, Monteiro. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008.
- MEIRELES, Cecília. *Viagem/ Vaga Música*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- _____. *Melhores Poemas*. Sel. de Maria Fernanda. São Paulo: Global, 2000.
- MONTEIRO, Adolfo Casais. *A palavra essencial: estudo sobre a poesia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- NASCIMENTO, Evandro. *Literatura e filosofia: diálogos*. Juiz de Fora: Imprensa Oficial, 2004.
- NERI, Regina. *A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NERY, Adalgisa. *A Mulher Ausente*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1940.
- NIETZSCHE, Friederich. *Assim falou Zaratrusta*. Trad. Eduardo Nunes Fonseca. São Paulo: Hemus, sem ano.
- _____. *Humano demasiado humano*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Ecco Hommo, como alguém se torna o que é*. : Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *O anti-cristo*. Trad. Carlos Grifo. Lisboa, Portugal: Presença, 1975.
- PIGEAUD, Jackie. *Metáfora e Melancolia: ensaios médicos e filosóficos*. Trad. Ivan Farias. Rio de Janeiro: PUC Rio, Contraponto, 2009.
- RILKE, Rainer Maria. *Cartas a um jovem poeta*. São Paulo: Globo, 1996.
- RODRIGUES, Geraldo. *Introdução Estética ao Estudo da Literatura*. São Paulo: Francisco Alves, 1949.
- ROUSSEAU, Jacques. *La rêverie du promeneur solitaire*. Paris: Livro de Poche, 2003.

CATEGORIA

GRADUADO, ESPECIALISTA

E ESTUDANTE DE MESTRADO

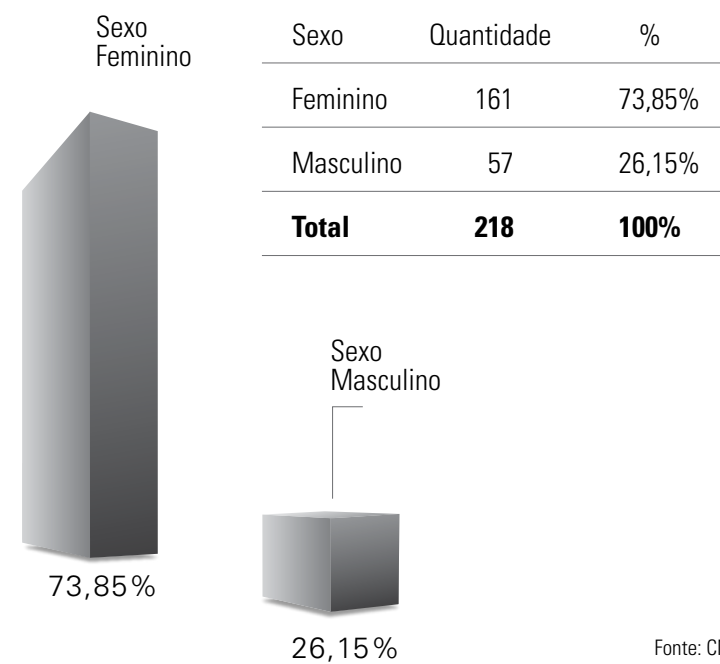
ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

Introdução

Na categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado houve 218 inscrições, sendo que 73,85% dos artigos concorrentes foram de autoria feminina. No processo de pré-seleção, foram selecionados 109 artigos, correspondendo a 50% dos trabalhos enviados.

7º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO Categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado

Artigos Inscritos Segundo o Sexo



Fonte: CNPq/SPM, 2011

O prazer como o local do “não dito”: discursos e relações juvenis sobre sexualidade(s) e gênero

Ane Talita da Silva Rocha

Universidade de São Paulo (USP)

Orientadora: Profa. Heloisa Buarque de Almeida

Introdução

Normalmente quando pensamos em pesquisas sobre sexualidade e juventude, nos vêm à cabeça questões como a gravidez na adolescência e a prevenção de DST/AIDS, a partir de um viés muitas vezes prescritivo, em que as experiências dos sujeitos são problematizadas em termos de prevenção e mudança de comportamentos, sem que as relações e a visão de mundo desses atores sejam levadas em conta. Por outro lado, vivenciar experiências prazerosas, em que se busca sair do controle social e da pauta familiar, seja no âmbito da sexualidade ou não, é muito valorizado nessa fase da vida.

Partindo de uma perspectiva dos estudos de gênero, procurei compreender como as experiências sexuais são colocadas em discurso por jovens estudantes de uma escola pública de ensino médio, atentando para a forma como o “prazer” aparece em suas falas (será que o gênero construído socialmente influi nos discursos acerca do prazer? De que maneira?). Tomei como hipótese que o prazer sexual não é frequentemente colocado no plano do dizível porque traria à baila discursos que demonstrariam as disparidades nas relações de gênero numa população que se acredita mais “esclarecida”.

Este texto baseia-se numa pesquisa etnográfica realizada durante o ano de 2010 nessa escola em São Paulo. É importante ressaltar a dificuldade enfrentada para encontrar uma escola que aceitasse a realização da pesquisa, a partir da qual podemos problematizar o lugar da sexualidade ali: o “medo” que a sexualidade do adolescente provoca em pais e educadores; o sexo é lugar do “perigo” (de uma gravidez precoce, que perturbaria todo um projeto de vida que essa/e jovem possa ter), da “transgressão” e da “doença” (sobretudo depois do advento da AIDS). O prazer não seria um tema de interesse, uma vez que a questão da contracepção e da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis seria primordial no momento em que o jovem conquista uma maior autonomia sobre o seu corpo.

Nesse sentido, notamos uma biologização/medicalização do debate acerca da sexualidade juvenil, que dessa forma ganha espaço na esfera pública através da suposta vulnerabilidade dos jovens.

“Na última década, o incremento de pesquisas sobre os comportamentos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros, tem como intuito, não apenas

retratar as práticas dessa população, mas, principalmente, proporcionar informações que possibilitem a promoção de sua saúde preventiva, mais especificamente das doenças sexualmente transmissíveis (DST) e do HIV/AIDS, ao mesmo tempo em que busca proporcionar a possibilidade de planejamento de gestações, para que essas não ocorram de forma indesejada” (FIGUEIREDO, 2008).

Assim, percebemos que a preocupação se volta cada vez mais para uma noção de educação sexual.

Objetivos

A partir de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo (PIROTTA, 2008), que buscava problematizar a questão da educação sexual nas escolas de ensino médio, através da análise dos temas tratados e dos temas que os jovens gostariam que fossem abordados, pude perceber que questões como as relações de gênero, o corpo, o prazer, a homofobia e o desejo não eram discutidas de forma satisfatória de acordo com os estudantes.

Esse cenário me suscitou algumas reflexões sobre porque as relações de gênero e as questões relacionadas ao desejo e ao prazer estão fora das abordagens da educação sexual. O prazer, as relações de gênero, a homofobia são lugares do não dito nas escolas e muitas vezes na sociedade em geral, principalmente entre os jovens com idade entre 15 e 18 anos. Considero a escola como uma instituição política e não apenas técnico-educativa, que dessa forma terá que lidar com a regulação e a norma. Terá também que se ater ao conflito que ainda não se constituiu como fala, mas pode ser encontrado nesse silêncio sobre alguns assuntos.

A sexualidade tida como lugar de perigo, conforme argumentei no começo deste texto, me leva a problematizações na linha de Mary Douglas em “Pureza e Perigo” (1976). A impureza é o lugar da desordem, onde há impureza temos certa normatividade que teme-se que seja violada. A autora pensa o corpo como metáfora da sociedade,

“é o modelo por excelência de todo o sistema finito. Os seus limites podem representar fronteiras ameaçadas ou precárias. Como o corpo tem uma estrutura complexa, as funções e as relações entre suas diferentes partes podem servir de símbolos para outras estruturas complexas” (1976, p. 138).

Toda margem se torna perigosa (ou seja, tudo que saia do discurso hegemônico), pois qualquer estrutura de ideias é vulnerável em seus limites. Limites que algumas vezes podem descortinar relações de poder hegemônicas até então pouco (ou nada) problematizadas. É algo nesse sentido que ocorre em relação ao prazer sexual. *Estar à margem significa estar em relação com o perigo, tocar numa fonte de poder* (1976, p. 118). Parto do pressuposto de que o prazer é de certa forma uma fonte de poder, no sentido que toda relação sexual parte de uma

negociação e do exercício de poder, porém segundo José Olavarría (1999), essa negociação traria implícito, em muitos casos, uma relação desigual entre os atores, em que a pessoa responsável pelo papel feminino, quando há essa “personagem” (seja biologicamente mulher ou não), teria menos poder de barganha na negociação do jogo e consequente prazer sexual.

“Haveria múltiplas formas de negociação. De acordo com relatos, cada um teria sua forma, com carícias, sorrisos, ofensas, sinais, gestos, palavras, gritos, ameaças ou golpes. Porém, de alguma maneira, seu uso estaria condicionado pelo respeito que existisse entre ambos e pelo nível de satisfação/frustração em torno da relação amorosa (quando há) e da sexualidade. No campo das relações sexuais, o que se negociaria seria a satisfação do desejo e do prazer” (OLAVARRÍA, 1999).

O esforço de colocar essa questão no plano do dizível, visível e contável pode ajudar a colocar em debate as relações de gênero e poder que são disseminadas desde o início da vida sexual dos jovens, nas quais o modelo heterossexista e homofóbico se perpetua sem problemas. Aí se encontra o perigo e a impureza do tema: a possibilidade de trazer à baila discursos que demonstrariam as disparidades nas relações de gênero numa população que acredita que seja de certa forma mais “esclarecida”, afinal esses jovens vivem em tempo de liberdade sexual (outro perigo), de informações supostamente disseminadas etc.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseia-se na abordagem antropológica e quantitativa/qualitativa, embora com ênfase na análise qualitativa, uma vez que o objetivo era problematizar os discursos dos jovens alunos. A etnografia realizada durou cerca de oito meses (entre abril e novembro de 2010), nos quais frequentei a escola em média duas vezes por semana, permanecendo todo o período da aula (das 07:00h às 12:20h). Essa estratégia foi fundamental para a construção de laços de confiança com os alunos, que no momento das entrevistas, mostraram-se dispostos a compartilhar suas experiências.

Foram realizadas quinze entrevistas em profundidade com alunos de diversas orientações sexuais: cinco garotos que se consideram heterossexuais, seis meninas que se consideram heterossexuais, dois meninos que se consideram gays, uma menina que se considera homossexual e uma menina que não sabe a sua orientação sexual.

Devido a algumas particularidades da escola na qual se realizou a pesquisa, apliquei um questionário para os alunos, no qual procurei captar a estratificação social, o arranjo familiar e o consumo cultural dos jovens¹, a partir

¹ Apliquei o questionário para uma amostra de 260 alunos. A escola possui 290 alunos no período da manhã – dados da secretaria.

deste construí um banco de dados no Excel. Os dados quantitativos são considerados importantes nesta pesquisa, afim de que possamos ter uma visão geral do ambiente escolar.

Além dos questionários e das entrevistas, foram realizados quatro grupos focais, com alunos do terceiro ano: dois com meninas e dois com meninos, os alunos foram separados por sexo, para que assim pudessem falar mais livremente sobre o assunto proposto - o prazer sexual. Para o grupo focal utilizei-me de trechos do Programa PODSEX, que foi exibido pela MTV no ano 2009, no qual duas apresentadoras falavam sobre temas relacionados à sexualidade. A escolha do programa se deu devido à aproximação que os jovens têm com esse canal e por se tratar de um programa que trata explicitamente sobre sexualidade. O trecho escolhido foi exibido no programa do dia 31/07/2009, especial sobre o dia do orgasmo. A princípio gostaria de um trecho que tratasse sobre diversos assuntos, mas no contato com a MTV soube que eles arquivaram poucos episódios e este foi o que me pareceu mais apropriado (dentro os disponíveis). Importante ressaltar que temos uma autorização da emissora para utilizar os trechos do programa na pesquisa.

Também me vali de muitas conversas informais com os alunos, nas quais me contavam os acontecimentos do final de semana e as últimas novidades da escola. Essas conversas informais trazem muitas informações a respeito das categorias classificatórias em jogo nas relações, além de fofocas, a partir das quais certas hierarquias de gênero, raça, sexualidade, classe e estilo são acionadas.

Foram utilizados termos de consentimento livre e esclarecidos durante a pesquisa, lidos e assinados por mim e pelo entrevistado ou participante de grupo focal. Uma cópia foi disponibilizada para o/a jovem e outra ficou com a pesquisadora. Além disso, também contamos com autorização da coordenação da escola para a realização da pesquisa.

Resultados da Pesquisa e Discussão

O contexto escolar

A escola pública na qual a pesquisa de campo se realizou localiza-se num bairro de classe média-alta da cidade de São Paulo e possui fama de ser uma “escola modelo” devido aos inúmeros projetos sócio-educativos em que está inserida. Possui dez salas de aulas, mas até o ano de 2009 apenas cinco destas eram utilizadas, uma vez que, devido a sua localização, não atraía alunos de bairros mais periféricos. Diante da ameaça de fechamento do estabelecimento por parte da diretoria de ensino, a direção da escola realizou um amplo trabalho de divulgação em escolas de ensino fundamental a fim de que a demanda por vagas crescesse. Deu resultado: em 2010, pela primeira vez, as dez salas de aulas estão ocupadas, sendo que cinco delas por alunos do primeiro ano. Percebe-se claramente que a direção da escola não estava preparada para esse “boom” no

número de alunos, principalmente com relação à disciplina que se espera por parte dos jovens, uma vez que entre os meses de março e junho cerca de dez alunos foram “convidados a se retirar”², seja por problemas com drogas³, seja por problemas de “comportamento”.

A entrada de novos alunos parece demarcar uma nova clivagem de classe social dentro da escola. Se entre os alunos do terceiro ano, 32% são oriundos de escolas particulares; entre os do primeiro ano esse número cai para 18%⁴ (número que ainda pode ser considerado alto, se comparado com o de outras escolas públicas da cidade). Se grande parte dos alunos do primeiro ano prefere escutar *funk*, *pagode* e *black*; muitos alunos do terceiro ano gostam mais de rock e música eletrônica. Se entre os alunos do terceiro ano vemos um predomínio do estilo “happy rock”⁵, com suas botinhas *Nike*, calças, óculos e cabelos hiper coloridos, não temos a mesma adesão a esse estilo por parte dos novos alunos. “Nessa escola tem muito ‘colorido’, não tô acostumado com isso não. Na minha outra escola, não se via essas coisas” (Pedro, 16 anos, aluno do primeiro ano)⁶.

Além dessa heterogeneidade de classe social e estilos, outra característica importante dessa escola é a diversidade sexual que nela encontramos. Casais gays e lésbicos podem ficar abraçados e se beijar na hora do intervalo, correm histórias de alunas que *ficam* com amigas, os alunos homossexuais não têm vergonha de se “assumirem” no ambiente escolar. Entre os 260 alunos que responderam ao questionário, 9 se declararam homossexuais (três meninos e seis meninas); 16 declararam-se bissexuais (todas meninas) e 7 disseram que ainda não sabem sua orientação sexual (todas meninas). Entretanto, apesar da aparência de extrema liberalidade, conforme vamos acompanhando o cotidiano dos alunos, percebemos a homofobia que se esconde atrás dessas cortinas. A fala de Paulo, aluno do terceiro ano, resume o que ouvi de muitos outros garotos, “eu acho muito feio isso (homossexualidade), acho estranho, não gosto. Mas como aqui (na escola) acham que é normal, eu fico na minha”.

2 Expressão usada tanto pelos jovens quanto pela direção da escola para se referir à expulsão dos alunos.

3 Um número expressivo de alunos da escola consome drogas. Para se ter uma ideia, dos 15 alunos que entrevistei, 12 deles declaram usar drogas regularmente (sobretudo maconha, mas o consumo de cocaína também foi relatado).

4 Os dados quantitativos foram coletados através do questionário que apliquei em todas as classes da escola.

5 Happy rock é a expressão utilizada para designar bandas que se enquadram no “rock feliz” em evidente contraposição ao estilo que anteriormente predominava no cenário musical jovem, o “emo”. A expressão foi criada pela banda Restart. Segundo um fórum de discussão de fãs de happy rock, ele é “um rock mais feliz”, menos agressivo. Bandas que abusam de um visual mais “contra padrões” do rock, usando peças e acessórios bem coloridos. Preferem falar de amor e “festas” em suas composições, de uma maneira nada melancólica e nada pra baixo”.

http://www.divirtase.uai.com.br/html/sessao_19/2010/06/05/ficha_musica/id_sessao=19&id_noticia=24882/ficha_musica.shtml. Acessado em 03/11/2010.

6 Aqui podemos notar a relação entre estilos e classe social (BOURDIEU, 2007), onde esse aluno oriundo de uma instituição localizada na periferia da cidade não tinha “coloridos” entre seus colegas de escola. O estilo aqui também é encarado como um operador de diferenças (FACCHINI, 2008).

Juventude(s) e Sexualidade(s)

Como dito anteriormente, a escola mostrou-se um ambiente que podemos observar formas diversas de performatividades de gênero (BUTLER, 1999), uma vez que há casais heterossexuais, casais homossexuais compostos tanto por meninas quanto por meninos, além de meninas que “ficam” tanto com meninos quanto com meninas e se consideram heterossexuais.

Apesar do fato do gênero ser extremamente marcado nas relações heterossexuais vivenciadas por estes jovens, as garotas possuem maior performatividade de gênero (BUTLER, 1999), tendo em vista que muitas delas “ficam” com outras meninas, sem necessariamente se identificarem como “bissexuais”. Para os meninos, essa “flexibilidade” é impossível, pois existe uma fronteira bem demarcada entre o “ser homem” e o “ser gay”. Porém, quando entrevistei algumas dessas meninas, pude perceber que essa “ficada” baseia-se, sobretudo, em beijos, não havendo qualquer tipo de “pegação” mais forte. A única entrevistada que narrou ter “transado” com outra menina (e que se considera heterossexual) salientou que não tocou na garota, sendo apenas “passiva” (FRY, 1982), “quando eu transei com menina ela que colocou o dedo em mim, eu não coloquei o dedo nela... Credo! que nojo!”⁷. Outra entrevistada disse que fica com garotas por “curiosidade” e que essa prática lhe ajuda a “se descobrir”, pois ainda não sabe qual é a sua orientação sexual⁸.

Nas histórias que me foram relatadas, o corpo tem um papel fundamental, as experiências são subjetivadas e colocadas em discurso por esses sujeitos através da sua corporificação (WACQUANT, 2002). As experiências vividas pelos corpos juvenis são de importância particular em seus discursos, de modo que podemos pensar, assim como Wacquant, na “necessidade de uma sociologia não somente do corpo, no sentido de objeto, mas também a partir do próprio corpo como instrumento de investigação e vetor de conhecimento” (WACQUANT, 2002, p.12). Um achado empírico importante é o fato de que embora as meninas tenham essa maior “flexibilidade”, elas “desconhecem” o próprio corpo, no sentido de que não se tocam, não se masturbam e não chegam ao orgasmo nas relações sexuais; no caso dos garotos acontece exatamente o oposto. Um exemplo disso é a fala da garota que “transou” com outra menina, mas que não tocou

7 Regina FACCHINI (2008) problematiza o fato de que tanto no senso comum, quanto entre profissionais de saúde, especialmente ginecologistas, práticas que não envolvam a penetração de pênis em ânus ou vagina não costumam ser consideradas como sexo, mostrando que muitas mulheres com práticas homoeróticas classificam diferentemente suas práticas como sendo eróticas ou não, sendo considerados o contexto em que a relação se dá, o grau de intimidade entre as envolvidas, uma hierarquização de práticas mais ou menos “íntimas”, o fato das parceiras estarem vestidas, ou não, no momento da prática, o fato da prática produzir, ou não, orgasmo na parceira, entre outros (pp. 44-45).

8 Em seu trabalho sobre gênero e identidade sexual no contexto igualitário, HEILBORN (2004), apesar de pesquisar adultos de camadas médias intelectualizadas, também chama a atenção para este ponto, pois para seus sujeitos de pesquisa a experimentação de relações amorosas é percebida como um laboratório, e é dentro dessa moldura que se pode entender o apelo que a bissexualidade exerce naquele contexto.

nela por “nojo”. Essa categoria apareceu de forma enfática durante a pesquisa de campo. Esse nojo do próprio corpo está no discurso da grande maioria das jovens pesquisadas quando tentei conversar sobre masturbação.

Durante o trabalho de campo, pude começar a compreender como essas performances corporais são acionadas nas brincadeiras entre os jovens e o sentido de construção de uma “identidade” que lhes é devida, o cigarro vira um “pênis” na mão da menina, que o encosta na vagina e faz movimento sensuais para as amigas; uma garota encosta um isqueiro na vagina da colega ao que ela responde: “aqui já está fervendo”. No intervalo, observamos a disposição dos corpos no pátio, com meninas bastante arrumadas passeando de um lado para o outro numa clara tentativa de serem vistas, ao passo que os meninos ficam mais parados e observam o movimento das garotas. Meninas se exibindo, meninos cobiçando. Ainda resta entender melhor até que ponto isso está de acordo com a lógica de gênero tradicional e qual o real poder de negociação das meninas em seus desejos.

A escola, junto com a praça que se localiza em frente, torna-se um ambiente de sociabilidade para além do horário das aulas. Os jovens costumam conversar na praça, jogar bola na quadra e paquerar no pátio por pelo menos duas horas após o término das aulas. Muitos casais aproveitam esse “tempo livre”, pois a escola é o único ambiente onde podem se ver (já que não estão “namorando sério”, não podem levar os parceiros em casa, além disso muitas mães não deixam as meninas mais novas – 14 ou 15 anos – saírem).

Numa tarde como outra qualquer, a inspetora da escola flagrou um casal de alunos “transando” numa das salas de aula que estavam vazias (segundo os alunos, não é a primeira vez que isso acontece). Esse episódio nos traz diversos elementos para reflexão. O primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar atenção é o encaminhamento que a escola deu para o caso: imediatamente os pais de ambos os alunos foram avisados, entretanto apenas os pais da menina tiveram que comparecer na escola para prestar esclarecimentos à direção. Segundo Daniel⁹ me contou, o coordenador apenas ligou para sua casa e conversou com seu pai. Ao chegar em casa, o pai perguntou o que tinha acontecido, ao que ele respondeu: “Você sabe, já ligaram para cá” e o pai em reposta apenas deu um sorriso de cumplicidade, não tocaram mais no assunto. Já para Daiane, as coisas foram bem diferentes: além de seus pais terem que comparecer na escola, a garota faltou às aulas durante uma semana (no dia seguinte, Daniel estava na escola normalmente), devido à vergonha que sentia diante do comentário dos outros alunos. Os comentários dos alunos também nos levam a pensar sobre a moralidade envolvida nas suas relações. É interessante pensarmos sobre a situação vivenciada por esses jovens, que os leva a ter a sala de aula como o único local em que poderiam ter intimidade. Conversando com algumas alunas sobre este ponto, elas me disseram:

9 Rapaz envolvido no caso. Esse casal está namorando (Daniel e Daiane) há 6 meses e sempre são vistos juntos em cenas de carinho. Os nomes aqui são pseudônimos.

“A gente tem que fazer nos lugares mais improváveis possíveis, o que para pessoas mais velhas é fantasia, para a gente é a única opção. Não temos onde ficar, em casa é a maior marcação cerrada, então se a gente está na escola depois da aula, por exemplo, eles acham que a gente tá jogando vôlei” (Luana, 16 anos, aluna do 2º ano).

Numa conversa com a diretora da escola sobre esse caso ela me relatou que chamou os dois alunos para conversar, mas que foi mais dura com a menina, pois

“ela é responsável pelo seu corpo, não pensou nas consequências do ato, com quantas meninas o garoto já poderia ter transado, nem na possibilidade de uma gravidez ela pensou. Imagina! O menino ganha R\$ 400,00 por mês, como vai sustentar uma mulher e filho? (...) Todo mundo quer ‘virar o olhinho’, mas pensar no que pode acontecer, ninguém pensa”.

A diferença de moralidade sexual para o menino e a menina é evidente – é ela que não deveria fazer, ele estava apenas na posição normal de “homem”, segundo a crença heteronormativa.

Uma “Semana da Saúde” foi organizada pela escola depois desse acontecimento, pois segundo a direção falta orientação aos jovens e é isso que a escola deve proporcionar. Segundo Salette (diretora da escola),

“o objetivo é orientar as meninas sobre as suas responsabilidades, pois basta tocar nos meninos que eles já ficam ‘daquele jeito’, nesse caso, a menina é que deve ser responsável, somente ela. Além disso, vamos aproveitar para falar sobre o ‘homossexualismo’, pois este é um problema que muitas escolas estão enfrentando. Muitos meninos se sentem acuados pelas meninas e acabam virando gays, sem contar com essa moda de emos... No fundo é uma situação muito triste”.

Nesta fala temos claramente duas contradições: primeiro, a escola se orgulha de ser um ambiente tolerante quanto à orientação sexual de seus alunos (e é essa imagem que “vende” para a diretoria de ensino), mas no discurso da direção e da coordenação, vemos que os preconceitos e a heteronormatividade estão claramente presentes; segundo, se basta tocar nos meninos para que fiquem ‘daquele jeito’ como eles podem se sentir acuados diante do suposto assédio das meninas de modo que acabam “virando gays”? Nesse discurso percebemos uma culpabilização das garotas em todos os casos.

Os alunos deveriam produzir cartazes que seriam espalhados pela escola durante a semana temática. Eles foram divididos em três temas: sexualidade, drogas e projeto genoma (!). Analisando os cartazes com a temática sobre sexualidade, percebemos que eles são bastante ilustrados, a maioria traz preservativos colados ou desenhos diversos, como por exemplo uma mulher de cabeça para baixo fazendo sexo oral no homem; uma mulher “de quatro” e um

homem a penetrando ou uma mulher sentada e um homem a penetrando. Interessante como em todos os casos a mulher é “passiva” na relação, temos um claro controle masculino nas imagens. A partir disso, podemos ter uma ideia do que se passa no imaginário dos alunos. Outro fato que merece destaque é que a temática homossexual não foi tratada em nenhum trabalho (apesar do fato de terem alunos homossexuais na escola). Comentando sobre os desenhos, Danilo (o coordenador da escola) diz o seguinte:

“Olha a imaginação deles: mulher de quatro, 69... Sempre sem nenhum envolvimento, como se a mulher fosse uma cadela... Não é machismo meu, mas a culpa dessa mudança de comportamento é da mulher. O homem não mudou seu jeito e a mulher mudou. Esse é o problema. Elas conseguiram muitas coisas boas, mas outras nem tanto... O homem já tem o seu instinto, aí vem uma menina e se ele não quer que ela chame ele de bicha... quem vai se arriscar?”.

Novamente as meninas aparecem como “culpadas” pela possível homossexualidade dos garotos, além da suposição de que o homem tem um “instinto” sexual, que, se for “normal”/heterossexual, não vai conseguir resistir à uma menina “dando mole”. Uma retórica bastante antiga e arraigada sobre os comportamentos esperados para os dois gêneros é acionada por um profissional da educação, importante pensarmos sobre o papel da escola para a mudança de paradigmas de gênero e sexualidade que vitimizam não apenas as meninas, mas também os meninos que não se encaixam nessa lógica heteronormativa.

Juventude(s) e relações de gênero: os discursos sobre o prazer

Apesar da aparente liberalidade sexual que se vê no ambiente escolar, os estereótipos de gênero agem a todo o momento nas relações entre os jovens pesquisados. A menina ainda é vista como diferente do menino, “por mais que ela procure agir que nem o homem, não tem como. Ela não tem aquele... Sabe? O menino pensa na razão e a menina pensa no sentimento. Por mais que a menina tente pensar na razão, ela não vai conseguir nunca” (Vanessa, 17 anos), não podendo fazer as mesmas coisas que eles fazem, principalmente no tocante à sexualidade. O menino que “pega” várias garotas ainda é visto como “o cara” e a menina que fica com vários garotos é a “vaca”:

“o homem ainda é preconceituoso em relação à mulher, em questão de ah... se a menina fica com todo mundo, ela é puta. O homem não, se o homem fica com todo mundo não, ele é o bambambam, ele é “o cara” né... Eu também acho isso, que a menina tem que se preservar (...) Antes de ficar com uma menina eu procuro saber antes qual é a dela, e dependendo eu vou só pra aproveitar porque ninguém é bobo...” (Cauã, 18 anos).

Esse tipo de concepção está presente tanto na fala dos meninos quanto das meninas: “as meninas de hoje em dia, pelo amor de Deus, tão muito putas!” (Luiza, 16 anos). A partir disto, podemos pensar que o acesso a muita informação¹⁰ e o fato de serem considerados mais “liberais” não mudam o discurso vigente entre eles, que ainda é extremamente opressor.

Em geral, as meninas procuram mostrar que são “descoladas” e que possuem total liberdade sobre o próprio corpo, porém, quando das entrevistas e dos grupos focais, elas se mostravam muito mais “inexperientes” e “recatadas” do que poderíamos imaginar a partir da “performance” que elas fazem quando estão com seu grupo de pares (seja no intervalo, seja na praça onde os alunos ficam quando saem mais cedo da escola). Podemos pensar que essa necessidade de parecer “esperta” e “descolada” é um dos resultados paradoxais da maior liberdade sexual conquistada pelas mulheres nas últimas décadas: um efeito perverso através do qual ela deve ser sexualmente ativa desde muito cedo e saber tudo sobre relacionamentos, sedução e sexualidade, mas não em nome de seu próprio desejo e sim para encenar uma “performance” aos seus pares e assim ser mais desejável pelos meninos e mais “invejável” pelas outras garotas, porém não podemos perder de vista que existe uma linha muito tênue, a qual a menina não pode ultrapassar, pois se o fizer será classificada como “fácil”. Ou seja, as meninas devem o tempo todo lidar com essa contradição nas suas relações, e procurar encontrar um equilíbrio (se é que ele existe) entre a “descolada” e a “recatada”.

Partindo da ideia de Gagnon (2006), analiso as fontes sociais do processo de aprendizagem da conduta sexual, com a concepção de *roteiro sexual*. O autor salienta a importância da identificação e compreensão das regras culturais (explícitas ou implícitas) que estruturam as práticas e comportamentos sexuais, bem como de elementos objetivos e subjetivos que integram essa experiência (como os marcadores sociais de diferença – idade, gênero, raça, cor, etnia, orientação sexual, classe social –, as expectativas, os sentimentos, as relações de poder, entre outros). Tenho por pressuposto que o prazer é de certa forma uma fonte de poder, no sentido de que toda relação sexual parte de uma negociação e do exercício de poder. Porém, segundo José Olavarría, essa negociação traria implícita em muitos casos uma relação desigual entre os atores, em que a pessoa responsável pelo papel feminino, quando há essa “personagem” (seja biologicamente mulher ou não), teria menos poder de barganha na negociação do jogo e no consequente prazer sexual.

Realizei entrevistas com 15 alunos e, nas narrativas apresentadas pelos jovens, o menino aparece sempre como o protagonista das histórias e a menina desempenha sempre um papel relacional (HEILBORN, 1999), no qual suas ações são submetidas à avaliação do grupo (principalmente do parceiro). O prazer entra nessas narrativas como o lugar do “não-dito”, pois não há conversas sobre isso entre os casais, mesmo entre os homossexuais.

10 Segundo o questionário que apliquei aos alunos, 93% deles possuem acesso à internet em casa.

Os meninos não procuram saber sobre o prazer de suas parceiras, uma vez que estas não tocam nesse assunto. A menina com quem só se fica uma vez não é “digna” de preocupação: “se é qualquer uma, foda-se, eu tive o meu prazer e quero que ela se foda!” (Cauã, 18 anos), porém quando é uma garota conhecida, com a qual eles “ficam” há mais tempo¹¹, a preocupação existe no sentido de que eles se sentem os “fodões”¹² por proporcionar prazer à menina, em nenhum momento a parceira aparece como um personagem autônomo da narrativa e sempre o prazer dela é relacionado à potência sexual dele. Nesse sentido, a história de Carlos, 19 anos, é bastante elucidativa: ele ficou durante duas semanas com uma menina e percebia que durante as relações sexuais, ela não tinha orgasmo, “eu notava, mas eu nunca cheguei a falar nada...” (tampouco a menina comentou o assunto), no entanto, em uma das vezes que eles ficaram juntos, ele percebeu que algo diferente estava acontecendo, pois as pernas dela começaram a tremer, ela ficou branca e ofegante, mas ao invés de continuar a narrativa falando que a menina teve um orgasmo, ele completa: “ah, até que enfim né (que ele a viu sentindo prazer)... Eu gostei, gostei... Foi aí que eu vi, parei assim e falei: pô, sou foda, velho! Eu sou foda!”.

Das meninas entrevistadas, cinco já tiveram experiências sexuais, destas, duas disseram nunca terem tido um orgasmo, sendo que ambas namoram. Aline, 16 anos, é homossexual e namora há um ano e três meses. Embora nunca tenha tido um orgasmo, não conversa com a sua parceira (que já teve orgasmos), uma vez que isso não se constitui como um problema para ela, porém, quando questionada sobre o que em sua opinião seria o prazer, já que aparentemente ele não se encerra no orgasmo, ela diz que não sabe o que realmente lhe proporciona prazer, ficando espantada com a própria afirmação. Sobre este casal é importante salientar que Aline pode ser considerada branca e Paula (sua namorada) é negra. As duas formam um par “masculina”/“masculina”, o que, segundo FACCHINI (2008), não é bem aceito em diversas redes de sociabilidade homossexual feminina, lembrando que elas não podem ser consideradas “modernas” - única rede acessada na pesquisa de FACCHINI (2008) que pratica esse tipo de parceria - e se enquadram mais numa rede de sociabilidade de classe popular.

Já Fernanda, 17 anos, namora há três meses e já havia tido outros três parceiros sexuais antes do atual namorado, e acha que

“a mulher é muito mais difícil de obter o orgasmo do que o homem, e o homem é bem mais rápido, então o homem tem o orgasmo dele, goza e já era... porque se o homem goza, acabou o homem, acabou tia, não é verdade? (risos) Mano, se o homem goza, acabou o sexo, a mulher tá lá: vai filho da puta! Mas acabou, ele deita e dorme (risos)”¹³.

11 Para os jovens, esse “ficar mais tempo” significa que eles estão ficando a uma ou duas semanas com a mesma pessoa.

12 Expressão usada pelos jovens para designar o menino que tem a “pegada”, ou seja, o garoto que possui um forte sex appeal.

13 Fiz a transcrição fiel às falas dos entrevistados/as, por isso o uso de gírias e palavrões.

A única vez que Fernanda teve um orgasmo foi através da masturbação (“Dá uns negócio mó estranho, né mano, nossa, é mó bom! Você fica mole” [risos]), que ela não pratica mais, uma vez que só teve essa experiência para se “conhecer”. Na sua narrativa o orgasmo aparece como algo muito distante, quase impossível de se obter junto com o parceiro,

“eu acho que pra você conseguir fazer uma menina ficar com orgasmo é muito difícil... Assim, você tem que ser... Não é “o cara”, mas assim... Vamos dizer assim, todos os homens têm o seu diferencial, né... Então, mas assim tem que ter muita paciência, não tem que pensar só nele e isso não acontece com os homens. Então é bem difícil encontrar um homem que pense em você antes de pensar nele”.

Fernanda não conversa com o namorado sobre isso, mas diz que uma hora essa conversa terá que acontecer, “porque também ninguém aguenta, não é, tia?”. Sobre Fernanda é importante salientar que ela é considerada a menina mais sensual da escola, sendo bastante expansiva e tendo sido apelidada de “delicious woman” por alguns garotos¹⁴.

A falta de conversa acontece também com as meninas que já tiveram orgasmos em suas relações sexuais, na verdade a problemática do prazer ultrapassa a questão do orgasmo e nesse grupo de jovens algumas já fingiram estar sentindo prazer (não necessariamente fingem um orgasmo, nenhuma delas relatou que já fingiu orgasmo, embora todas tenham amigas que o façam) quando não estavam, “a gente acaba fingindo que tá com muito prazer, mas não é tudo isso... Eu finjo para não deixar o cara mal e para ele me chamar de novo, senão ele pode pensar: ah, ela nem tá mais com vontade, então vou procurar outra” (Helena, 17 anos). Além de fingirem sentir prazer, as jovens também relataram que algumas vezes mantêm relações sexuais quando não estão com vontade, novamente Helena exemplifica a situação: “Eu já fiz sem vontade, acho que foi porque eu tenho muito afeto por ele e não quero dizer não. Aí eu vou e faço. A última vez que eu fiz com ele, eu tava muito sem vontade, muito mesmo. E aí eu sentia que tava uma coisa chata, meio parada, é muito ruim”.

“Não deixar o cara mal”, “pra ele se sentir bem” aparecem constantemente no discurso das meninas quando indagadas do porquê as garotas fingem que estão sentindo prazer. E os meninos concordam, “as meninas fingem para agradecer o cara, com certeza! Total! Não tem o que falar disso! Porque as meninas, querendo ou não, elas querem ter orgasmo, não tem essa: Não eu não quero... Ah tá!” (Fábio, 16 anos); “Sei lá porque as meninas acabam fingindo... Às vezes

14 Ao final da entrevista, já com o gravador desligado, continuei conversando com Fernanda que comentava comigo as posições sexuais que mais gostava e me perguntava como poderia obter mais prazer com o seu namorado. Nesse momento, chega outra aluna da escola, muito amiga dela, que ao ouvir sobre o que conversávamos, disse: “você está me saindo uma bela de uma puta, hein Fernanda”. Isso pode nos dar pistas sobre a imensa regulação que ainda se exerce à plena autonomia sexual por parte das próprias meninas.

pra não magoar o parceiro né? Eu ficaria magoado...” (Cauã, 18 anos). Esse “ficar magoado” explica-se no sentido de que o garoto, sabendo que não satisfaz a parceira, sente sua virilidade ameaçada, uma vez que “a gente vai achar que não sabe fazer” (Breno, 18 anos). No grupo focal esse ponto ficou muito explícito, pois todos concordaram que uma menina que porventura dissesse a eles que não sentiu prazer seria classificada como “malvada”. É interessante notar que o prazer masculino nas relações sexuais é tido como *natural*, não necessitando ser problematizado: “o homem sempre sente prazer, é automático, é sempre bom, estamos sempre dispostos” (Bruno, 18 anos).

A masturbação (sobretudo a feminina), o prazer autoerótico, ainda é um tema tabu para os jovens. Apenas duas meninas disseram que já se masturbaram, mesmo assim, frisando que já não o fazem mais. As representações que todas as entrevistadas têm sobre o assunto, de alguma maneira desembocam no que poderíamos chamar de “nojo” do próprio corpo:

“Pra eles seria uma coisa normal, pra menina não, se a menina fala: já me masturbei, olham pra ela com uma cara tipo: sua nojenta” (Fernanda, 17 anos).

“Nunca me masturbei, nunca! Já tive curiosidade, mas aí não sei, aí... não! E inclusive meu ex-namorado, eu tava transando com meu ex-namorado e antes a gente já tinha conversado sobre isso e ele perguntou e eu falei que não. Aí a gente tava lá e ele pegou a minha mão e colocou lá e eu comecei a gritar: Para Maurício! Eu tirei a mão e falei assim: não! Que nojo!” (Karina, 16 anos).

Outro fator que contribui para que as meninas não se masturbem são as opiniões que os meninos têm sobre o assunto:

“é mais pelos meninos, que se souberem vão falar: ah, sua siririqueira! Vão ficar zoando, sabe... A gente não fica, e aí punheteiro, mas os meninos iam cair, nossa! Ficar zoando... É bem a cara de menino fazer isso, mas tudo bem” (Karina, 16 anos).

“A menina não pode fazer nada de errado. Pro homem já é mais certo, e daí que o homem sente prazer? Ninguém questiona. Agora, se a mulher sente prazer, eu acho que é mais ‘criminalizado’, vamos dizer assim” (Camila, 16 anos).

E de certa forma, elas têm razão. Todos os meninos entrevistados disseram “achar estranho” uma menina se masturbar, “a menina fica mal visada” (Carlos, 19 anos). Numa situação de namoro, a masturbação feminina parece ser encarada pelos garotos como um sinal de que eles “não estão dando conta” e dessa forma vista de maneira negativa, “eu acho que não tem necessidade, porque mano, o que eu dou já é o suficiente... Não precisa disso!” (Carlos, 19 anos).

Já a masturbação masculina é compreendida como um *fato dado* para os

jovens, tanto meninas e meninos acham *natural* que o menino tenha experiências autoeróticas antes de iniciar sua vida sexual com parceiras. Porém, é interessante destacar que a masturbação masculina não está relacionada com a afirmação da virilidade. Muito pelo contrário, a maioria dos garotos afirmaram que se masturbavam quando eram virgens e que agora “não precisam mais disso”, já que podem encontrar parceiras sexuais. O exercício da masturbação ficaria restrito aos garotos *feinhos* e *nerds* que não conseguiriam “pegar ninguém”. Dessa forma, entendendo que a “própria masculinidade é internamente constituída por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais ou menos masculino), em que se detectam modelos hegemônicos e variantes subordinadas” (ALMEIDA, 1996), podemos perceber que os garotos que se masturbam depois de terem “perdido” a virgindade, são considerados por seus pares como “menos viris”, uma vez que não possuem acesso a parceiras sexuais reais.

O uso de preservativos também foi um tema recorrente na conversa que tive com os alunos, pois todos concordam que o seu uso diminui a sensação de prazer durante as relações sexuais. Desse modo, em algumas situações, acabam abrindo mão do seu uso:

“(…) sem camisinha é bem melhor! Várias, nossa! Várias vezes... Esse foi o meu problema, várias vezes a gente fazia sem... Tomei pílula do dia seguinte umas quatro, cinco vezes... Ai, mas é porque assim... Camisinha não faltava, mas a gente sempre caía naquela: ai, só um pouquinho e esse pouquinho vira mais um pouquinho e no final a gente não colocava...” (Karina, 16 anos).

“Eu não gosto, eu não consigo ter um orgasmo com camisinha, é raro eu ter um orgasmo com camisinha... Mas, eu tenho que usar, né? Com quem eu não conheço. Com quem eu conheço, eu não uso...” (Bernardo, 17 anos, homossexual).

“Eu acho que a camisinha realmente diminui o prazer... É bem melhor sem...” (Cauã, 18 anos).

A princípio, as meninas têm medo de manter relações sexuais sem preservativos, porém conforme vão “conhecendo” o parceiro, passam a “confiar” nele e seu uso é deixado de lado:

“Quando a gente usava era um saco, eu falava, mas se deixasse por ele toda vez a gente teria feito sem camisinha, porque é ótimo, mas eu falava ‘não’... No começo quando a gente começou a namorar, quando eu perdi minha virgindade, a gente só fazia com camisinha, depois que eu fui relaxando e depois praticamente todas as vezes a gente foi sem” (Karina, 16 anos).

Desse modo, tanto a confiança no menino (que em todos os casos insistiu muito para que elas experimentassem o não uso do preservativo) quanto o

“clima” do momento fazem com que as garotas abram mão desse método, que para esses jovens é mais contraceptivo do que preventivo para DST/AIDS. Uma gravidez não desejada é uma realidade muito mais próxima para eles do que a contaminação por alguma doença. Sendo assim, todas as meninas entrevistadas que possuem uma vida sexual ativa já fizeram o uso da pílula do dia seguinte, “já usei pílula do dia seguinte, foi com o Walter... A gente não usou camisinha porque ele não gosta” (Fernanda, 17 anos).

(In) Conclusões

As relações estabelecidas pelos jovens e suas narrativas sobre elas trazem à tona o quanto a hierarquia de gênero ainda é operante dentro dos relacionamentos sexuais/amorosos. O gênero é entendido como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas a partir de como as diferenças biológicas entre “homens” e “mulheres” são percebidas e como essas diferenças são organizadas em termos de relações de poder (SCOTT, 1990). Um achado empírico muito interessante é que nas relações homossexuais parece que esse modelo também opera, por exemplo, quando observamos a história de Aline com sua namorada. Entretanto, a fala de Bernardo (16 anos, homossexual) desconstrói um pouco essa noção: “muitas vezes o prazer e a vontade do parceiro devem estar em primeiro lugar, mesmo eu gostando de ser ativo, coloco o prazer do outro na frente do meu”. O indivíduo “passivo”, neste caso, ganha predominância sobre o “ativo”, nesse sentido, Bernardo estaria operando categorias inerentes ao modelo igualitário proposto por Peter Fry (1982).

A esta pesquisa foi fundamental entrar em contato com os jovens para amadurecer alguns tópicos discutidos no decorrer do texto, além de me chamar atenção para outras temáticas que estão intrincadas, mas que ultrapassam a questão do prazer: a importância dessa experiência que se dá no corpo; o próprio corpo como local de mostrar sua identidade¹⁵, a falta de contato das garotas com seu próprio corpo, apesar de seus discursos “liberais”, e a performatividade de gênero e sexual presentes nesse universo ainda podem trazer muitas reflexões. Para o presente artigo, procurei não me estender muito afim de que o limite de páginas fosse respeitado, porém a pesquisa se desdobra com outras perspectivas¹⁶.

Por fim, gostaria de ressaltar que com o advento da AIDS, as pesquisas acerca da sexualidade juvenil, inclusive na própria antropologia, sofreram uma

¹⁵ Aqui é importante salientar que não se trata de procurar uma substancialidade para a noção de identidade, mas sim de perceber se e como os sujeitos constroem para si mesmos (e para os outros) essa ideia de núcleo coerente do eu, a qual chamam de identidade, conceito que sabemos ser cambiante, situacional e que se encontra sempre em processo.

¹⁶ A pesquisa continuará devido a minha aprovação (na turma 2011) para o mestrado em antropologia social (PPGAS/USP).

importante influência de modelos com abordagens biomédicas. Reconheço a importância das pesquisas nessa direção. Entretanto, minha proposta de pesquisa visa fugir desse tipo de abordagem, que em minha opinião muitas vezes trabalha em cima de modelos normativos, procurando divulgar a forma “correta” e “segura” de se vivenciar a sexualidade. Vejo como legítima a preocupação de pais e educadores sobre a sexualidade dos jovens, mas pretendo sair do lugar comum da prevenção de DST/AIDS e gravidez, pois acredito que a sexualidade vai muito além disso e existem outros fatores sociais importantes a serem analisados. Um grande campo de estudos se abre...

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Ed. Scritta, 1994.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de século, 1995.
- _____. Gênero, Masculinidade e Poder: revendo um caso do sul de Portugal. In: *Anuário Antropológico/95*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1996. pp. 161-189.
- BOURDIEU, Pierre. Gosto de classes e estilo de vida. In: *A Distinção – Crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, pp. 329-376, 2006.
- BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1999.
- _____. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaios sobre noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1976.
- FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008 (Tese de Doutorado).
- FIGUEIREDO, Regina; PUPO, Lígia; ALVES, Maria Cecília; ESCUDER, Maria Mercedes. *Comportamento sexual, uso de preservativos e contracepção de emergência entre adolescentes do município de São Paulo: um estudo com estudantes de escolas públicas de Ensino Médio*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2008.
- FRAVET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, n. 13, USP, pp. 155-161, 2005.
- FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.
- GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre as brigas de galos balinesas. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora LCT, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 17, n. 48, USP, pp. 445-476, 2003.
- HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (orgs). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1996.
- _____. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FioCruz, 2008.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.
- _____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac&Naify, 2003.
- MEYER, Dagmar; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra. Sexualidades, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. In: *Educação em Revista*. Belo Horizonte, n. 46, 2007.
- MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim. *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge, 1997. (Tradução para fins didáticos de Júlio de Assis Simões “Compreendendo sexo e gênero”).
- _____. Fantasias de Poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 14, pp. 13-44, 2000.
- PIROTTA, K. Et all. A educação sexual na escola: elementos para uma avaliação dos esforços realizados. In: *BIS – Boletim do Instituto de Saúde*. São Paulo, n. 46, Instituto de Saúde, 2008.
- OLAVARRÍA, J. Desejo, prazer e poder: questões em torno da masculinidade heterossexual. In: BARBOSA, Maria; PARKER, Richard. *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Editora 34, 1999.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 39, n. 1, USP, 1996.
- RIETH, Flávia. A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 17, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade* Porto Alegre, n.16 (2), pp. 05-22, 1990.

_____. O enigma da igualdade. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, n.13 (1), pp. 11-30, 2005.

SILVA, Kelly. O poder do campo e seu campo de poder. In: BONETTI, Aline; FLEISCHER, Soraya. *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007.

VANCE, Carole: A antropologia redescobre a sexualidade – um comentário teórico. In: *PHYSIS. Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, pp.07-31, 1995.

WACQUANT, Lóic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

WEEKS, Jeffrey: O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (org.). *O corpo educado- pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

A cidade e as mariposas: A formação do imaginário social em torno da prostituição feminina em Pouso Alegre-MG (1969-1989)

Varlei Rodrigo do Couto

Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)

Orientadora: Elisabete Maria Espindola

Introdução

O presente artigo intitulado *A cidade e as mariposas: A formação do imaginário social em torno da prostituição feminina em Pouso Alegre-MG (1969-1989)*¹ aborda a campanha de moralização contra a zona do meretrício na cidade de Pouso Alegre. Busca-se aqui construir um diálogo entre as experiências e as memórias dessas mulheres e o discurso moralizador e por vezes machista da imprensa local, representado, muitas vezes, pela figura de Moacyr Honorato Reis, o Moacyr Bocudo, como era conhecido.

Objetivou-se, neste exercício, perceber como essas mulheres reagiram à campanha, impondo-se a elas como sujeitos sociais ativos, bem como perceber o conteúdo discursivo, repressor e hegemônico² desta campanha. Tal discurso constituiu uma força política com o objetivo de produzir uma suposta verdade, transformando essas mulheres em corpos estranhos e buscando, ao mesmo tempo, normatizar suas condutas em um determinado espaço da cidade.

Gênero: Apontamentos para um debate

Segundo Scott, gênero é uma categoria de análise que indica uma rejeição a determinismos biológicos no que tange às diferenças sexuais na sociedade³. Ora, esta categoria surgiu para desmistificar a noção de que as diferenças sexuais são biológicas, pautadas em um sexo que funda todo tipo de diferença entre gênero masculino e feminino. Dito em outras palavras, gênero é uma categoria que busca perceber as relações sociais entre os sexos não como produtos da natureza biológica de cada indivíduo, mas como culturalmente construídas, desta forma, passíveis de serem historicizadas. Diz Scott:

1 O presente artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso em História pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVAS intitulado *De mal necessário a problema da cidade: A formação do imaginário social em torno da prostituição feminina na cidade de Pouso Alegre-MG (1969-1989)*.

2 Hegemonia aqui pode ser entendida no sentido Gramsciano. Para este, a hegemonia de uma classe significa sua capacidade de subordinar intelectualmente as demais classes através da persuasão. Para conquistar a hegemonia é necessário que a classe fundamental se apresente às demais como aquela que representa e atende aos interesses e valores de toda sociedade, obtendo o consentimento voluntário e a anuência espontânea, garantindo, assim, a unidade do bloco social que, embora não seja homogêneo, se mantém, predominantemente, articulado e coeso. A este respeito ver: GRAMSCI, Antônio. Materialismo histórico na obra de Benedetto Croce. In: *Cadernos do cárcere*. v. 3. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

3 SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. 20(2), jul-dez/1995, pp. 71-99.

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.⁴

Torna-se necessário ir além das problematizações de Scott e perguntar: se as diferenças sexuais entre os sexos são constructos da cultura, como se dá o processo de construção destas diferenças? Quais são os limites discursivos que tangenciam e que cruzam estas diferenças? Qual é o modo ou mecanismos desta construção?⁵

Assim, seguir as trilhas do que propõe esta categoria significa abandonar determinismos, formas autoritárias e excludentes de perceber as relações sociais, para apostar em alternativas positivas, seguindo as possibilidades de um pensamento “rizomático”, com múltiplas formas e pontos de conexão.⁶ Isto significa que a noção de identidade pode ser entendida não como um conceito fixo e inerente à biologia, pelo contrário, algo histórico, singular em cada época ou período histórico.

A inclusão de gênero na história implica repensar, a partir desta categoria, a própria narrativa histórica, pois a maneira como a história era escrita até então era sempre no masculino. Para Scott:

Nós aprendemos (...) que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. (...) uma tal metodologia implica não somente numa nova história das mulheres, mas uma nova história.⁷

É interessante frisar que esta categoria se justifica na medida em que propõe uma escrita histórica que se distancie de qualquer representação fixa do gênero, ou seja, busca dar à história uma escrita livre de naturalizações e classificações identitárias, que pensa as diferenças sexuais como fruto de relações de poder e de saberes misóginos, que em uma atitude fascista e autoritária relega ao feminino um lugar de exclusão e de inferioridade. Diante disso, propõe uma narrativa não somente escrita no feminino ou no masculino, mas uma história que busque perceber as diferenças não como naturais, mas como

4 SCOTT, J. Prefácio a Gender and Politics of History. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: n. 3, pp. 11-27, 1994.

5 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008. p. 26.

6 DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34. 1990. p. 33.

7 SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. 20 (2), jul-dez/1995, pp. 71-99.

constructo histórico-social-cultural, buscando a valorização e a instauração de uma cultura filógina.⁸

É nesse trilhar que a sexualidade assume uma função historicamente construída no interior de um dispositivo histórico.⁹ Para Foucault, não se deve percebê-la como um atributo da natureza, mas como um dispositivo conectado a “técnicas móveis e conjunturais de poder”.¹⁰ Longe de qualquer determinismo, as construções em torno da sexualidade respondem às exigências de determinados discursos, os quais devem reproduzir sua verdade. Assim afirma Foucault:

As características fundamentais desta sexualidade não traduzem uma representação mais ou menos confundida pela ideologia, ou desconhecimento induzido pelas interdições; correspondem às exigências funcionais do discurso que deve produzir sua verdade.¹¹

“Escrever como fogo que consome”¹², buscando, através dos estudos de gênero, questionar nossa maneira de viver no presente, duvidando de falsas verdades e colocando em prova valores excludentes e negativos, em busca de uma existência pautada na liberdade, numa sociedade que valoriza o feminino, apontando cada vez mais para um mundo filógino.

A cidade e suas Mariposas

Moacyr Honorato Reis é personagem certo quando o assunto é prostituição na cidade sul-mineira de Pouso Alegre, e por este motivo buscamos também problematizar quem foi este homem e o porquê deste ter assumido a quase “missão” de lutar contra e denunciar a prostituição através da imprensa local.

Moacyr Honorato Reis era natural da cidade de Pouso Alegre. Filho de pai militar e *mãe alienada*,¹³ nasceu em 1930 e passou a infância pelas ruas da cidade, pois nesta época o pai fora convocado para a guerra e a mãe, que apresentava sinais de insanidade mental, precisou ser internada em um hospital da região. Membro de uma família composta por seis irmãos, passou toda sua infância perambulando pelas ruas da cidade a cargo de uma tia já idosa. A tessitura inicial de seu livro, no qual narra os primeiros anos de sua vida, é de extrema importância para que possamos acompanhar como se formou a

8 RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. In: *São Paulo em perspectiva*. n. 15, pp. 58-66, 2001.

9 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

10 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988. p. 101.

11 Idem, p. 67.

12 Referencia ao texto de ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Escrever como fogo que consome: reflexões em torno do papel da escrita nos estudos de gênero*. Acesso disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>, 18/05/2011.

13 O termo alienada foi usado por Moacyr ao escrever suas memórias. In: REIS, Moacyr Honorato. *Memórias de um bom malandro*. Pouso Alegre, 1993. p. 13.

personalidade deste sujeito tão valorizado no imaginário da prostituição em Pouso Alegre.

Assíduo frequentador da zona do meretrício, Moacyr constrói em sua narrativa um panorama de como era a zona boêmia da cidade de Pouso Alegre e principalmente qual sua relação com este espaço. Vale dizer que a necessidade de se afirmar através de um personagem, o *bom malandro*, o “amigo” de todos, o transgressor da ordem, aquele que não levava para casa o que poderia ser resolvido ali mesmo, faz-se insistentemente em toda sua narrativa.

A qual necessidade corresponde o desejo de se fazer valer como aquele que tudo pode e que ninguém brinca? Qual era seu objetivo em, a todo instante, vangloriar-se como o arruaceiro da zona e o malandro temido e respeitado por todos os frequentadores da zona do meretrício, inclusive pelas próprias prostitutas?

Moacyr inicia sua narrativa criticando a sociedade por seu caráter excludente, classista e moralista, apresentando-se como protetor da zona boêmia e defensor árduo das “mariposas”¹⁴ da cidade. No início de seu livro, assim escreve: “...paguei caras conseqüências (...) dentro da sociedade local, que sempre me discriminou, fazendo de mim um proscrito dentro da comunidade, comunidade esta em que não pedi para nascer.”¹⁵

Proveniente de uma família sem lustro, com poucos recursos financeiros e sem muitas perspectivas, Moacyr identifica-se com aqueles que, assim como ele, estão à margem de uma sociedade excludente. Suas memórias assumem um tom amargo e ressentido. Pouso Alegre, como muitas cidades, possui uma elite local tradicional, arraigada às tradições e aos costumes da cultura sul-mineira e a valores morais cristãos universais, bem como a maioria das sociedades tradicionais. Logo, qualquer comportamento desviante destes valores seria motivo de exclusão.

Contudo, a narrativa de Moacyr Bocudo muda a partir do momento em que sua posição nesta sociedade passa a mudar. Ao analisar suas memórias com maior profundidade, o que transcende aos nossos olhos é um sujeito que, a todo o momento, compactua com esta sociedade e que dela se apropria para conseguir concretizar seus objetivos particulares.

Em muitos momentos, Moacyr abandona a posição de quem denuncia a exclusão e o moralismo gratuito e passa a unir forças aos algozes moralistas em busca de seus interesses particulares.

Analisar as memórias de Moacyr é algo complicado, construir qualquer tipo de afirmação sobre elas exige um trilhar extremamente cauteloso. Este escreveu suas memórias em forma de relato autobiográfico, tentando dar a ela certo sentido de linearidade. Para ele, a vida de malandro teria sido uma autodefesa; um contra-ataque a tudo o que lhe foi imposto. Para nós, possivelmente uma forma de sobrevivência, muitas vezes traçada em linhas tortuosas,

14 Nome dado por Moacyr Honorato Reis às prostitutas da cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais.

15 REIS, Moacyr Honorato. *Op. Cit.*, p. 9.

no limite do aceitável dentro dos padrões sociais de sua época. Relembrando sua luta contra as prostitutas, Moacyr confirma sua posição:

“Nesse tempo eu comecei uma verdadeira cruzada contra as cafetinas que exploravam o lenocínio dentro da zona de Pouso Alegre. (...) Comecei a minha cruzada contra as cafetinas com vários abaixo-assinados dirigidos às autoridades constituídas dentro do município, pedindo a retirada da zona do centro da cidade. Comecei o abaixo-assinado tomando assinatura de cidadãos de bem, que radicalmente eram contra a localização da zona numa área nobre e bastante central.”¹⁶

Tem-se aqui uma das primeiras ambiguidades do pensamento de nosso *bom malandro*. Se antes, excluído desta sociedade, frequentador da zona do meretrício e solidário àqueles que estavam em condição semelhante a sua, agora, assume uma postura de combatente à zona do meretrício.

Outra ambiguidade importante está na forma como Moacyr lê e compreende esta sociedade. Antes a sociedade era composta por sujeitos, classistas e moralistas, agora estes tornaram-se *bons cidadãos*. Que experiências teriam ocorrido que poderiam levá-lo a mudar sua leitura social ocasionando nesta troca de valores? Seria esta mais uma de suas estratégias de sobrevivência deste malandro inteligente e astuto?

As contradições que envolvem o pensamento de Moacyr vão ainda mais longe. Atentemos para sua forma de perceber o papel da mulher na sociedade. Discorrendo sobre a situação da família na cidade de Pouso Alegre no início dos anos 1970, Moacyr assim escreve sobre o divórcio: “A instituição do divórcio, fator preponderante na dissociação da família, proporcionando filhos sem pai, ou seja, filhos sem rei e nem lei, é, portanto, a grandiosa culpada do estado de coisas que agora predominam dentro de nossa sociedade.”¹⁷

Conservador em sua postura paternalista, Moacyr defende a permanência da família a qualquer custo, e não percebe o divórcio como um direito conquistado dentro de uma sociedade machista, conservadora e paternalista como a brasileira. Contra o divórcio, endossa a ideia de que toda mulher deve se sujeitar ao homem independentemente da condição que este lhe proporciona no casamento. Possivelmente, mesmo em casos de traição, a mulher deveria se manter unida ao homem, o que valem são as aparências, já que a infidelidade masculina é justificada por Moacyr como um instinto natural do homem, pois o que ele não encontra em casa deve, naturalmente, procurar fora dela.¹⁸

Desta forma, Moacyr culpabiliza a mulher pela desagregação da família. Para ele, mulher era sinônimo de submissão, conjunção, elo entre o bem-estar e a

16 Ibidem, p. 169. Grifos nossos.

17 Ibidem, p. 177.

18 A respeito do conservadorismo e do paternalismo na sociedade brasileira ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

manutenção da família para o bom desenvolvimento da sociedade. Sobre esta questão Moacyr discorre: “É antes de tudo, a consequência imediata da desagregação da família, desagregação esta motivada pela grande liberdade que se deu ao sexo feminino, permitindo-lhe conquistas que sempre lhe foram vedadas.”¹⁹

De acordo com ele, a mulher era a grande culpada pela desagregação da família e pela desestruturação da sociedade, já que ao conquistar alguns direitos sociais esta se manteria distante de sua família e, por consequência, se afundaria na perdição em que a sociedade se encontrara.

O que se questiona é o fato de Moacyr generalizar e não apontar outras saídas para a mulher a não ser se sujeitar, em qualquer situação, às amarras de um relacionamento construído sobre relações desiguais e desmerecedoras. Este também percebe a mulher como ser incapaz de decidir e planejar sua própria trajetória.

Contudo, é em relação à prostituição que Moacyr dedica a grande maioria de suas memórias. É sobre este aspecto que se julga capaz de criar verdades absolutas e de firmar preceitos misóginos onde impera a desigualdade, a violência de gênero e a submissão, num imaginário pautado pelo conservadorismo machista de quem se acha apto e autorizado a falar por conta de sua experiência adquirida na convivência com a prostituição.

Como já dissemos anteriormente, Moacyr é leitura obrigatória sobre a prostituição em Pouso Alegre. Sua postura indica uma posição contrária à prostituição, porém, ao mesmo tempo, Moacyr acaba redimindo a prostituição ao tratá-la como um mal necessário à cidade:

Essas pessoas que eram discriminadas e vistas pela sociedade como proscritas cooperaram com os seus comércios carnais para que as moças de família fossem respeitadas pelo instinto animal do homem, pois os que precisavam extravasar seus instintos recorriam às mariposas de aluguel, mulheres reprimidas pelo falso moralismo engendrado por um sistema social já bastante arcaico para época.²⁰

Sobre este trecho, consideremos dois aspectos. Em primeiro lugar, Moacyr coloca-se em paralelo com o senso comum e classifica a prostituição como sendo um mal necessário à sociedade, a partir do momento em que ela serve ao mesmo tempo para preservar a família tradicional.

Nesse sentido, Moacyr desqualifica as mulheres e naturaliza a prática da prostituição, destituindo-a de singularidades e especificidades. Atitude difundida no senso comum, naturalizar a prostituição, percebendo-a como a profissão mais antiga do mundo, posição defendida pelo próprio Moacyr em vários trechos de seu livro, é uma atitude enganadora e arriscada, pois, como Margareth Rago (2008) analisa com maestria em *Os Prazeres da Noite*, é preciso atentar para as singularidades da prática da prostituição, levando em consideração um dado momento e contexto. Diz ela:

19 REIS, Moacyr Honorato. *Op. Cit.*, p. 26.

20 Idem, pp. 182-183.

Construído no século XIX, a partir de uma referência médico-policial, o conceito da prostituição não pode ser projetado retroativamente para nomear práticas de comercialização sexual do corpo feminino em outras formações sociais, sem realizar um aplainamento violento da singularidade dos acontecimentos.²¹

Em segundo lugar, e neste ponto Moacyr se mostra extremamente contraditório e enganador, coloca-se contra qualquer tipo de discriminação que exista sobre as prostitutas. Ora, ao classificar a prostituição como mal necessário, Moacyr não estaria se juntando ao que chama de “moralismo arcaico”, assumindo o lugar de quem é contra, mas tolera, já que é preciso preservar a honra e a moral de moças ditas honestas e de famílias tradicionais?

Em outro trecho de seu livro, Moacyr classifica a mulher prostituta em dois grupos distintos. Para ele, essas mulheres se dividem entre as “*prostitutas de classe*” e as “*prostitutas sem classe*”:

Mesmo na zona do meretrício havia a separação de classe que eu sempre fui favorável, pois havia a prostituta de classe que só servia aos executivos e as que residiam em casebres e inferninhos que serviam a prole mais carente da comunidade, acostumados com a promiscuidade que o ambiente lhes oferecia dentro do seu poder econômico.²²

Temos aqui duas imagens polarizadas. Primeiro sobre as mulheres, para Moacyr, a sociedade de Pouso Alegre se dividia *entre mulheres honestas e mulheres faladas*²³. E sobre a prostituição, dividida entre *prostitutas de classe e prostitutas sem classe*. Aqui a prática de uma prostituição aceitável passava por uma condição de classe social, percebe-se, desta maneira, não somente um olhar machista, mas classista e carregado de pré-conceitos.

Na visão de Moacyr a prostituta de classe era aquela que mantinha relações diretas com clientes que compunham possivelmente a elite da cidade. Estas mulheres eram por Moacyr consideradas honestas, pois vestiam-se com bastante “apuro”, andavam sempre “maquiadas e perfumadas”,²⁴ comportavam-se “honestamente” e com dignidade perante seu cliente e à própria sociedade. Percebemos que os conceitos de honestidade e dignidade para Moacyr passavam antes pela condição social a qual estas mulheres estavam inseridas.

Já do segundo grupo, apontado por Moacyr, faziam parte as prostitutas sem classe, estas não se importavam com a “aparência” ou com a “higiene pessoal”,

21 RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 25. Veja-se também: ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

22 REIS, Moacyr Honorato. *Op. Cit.*, p. 171-172.

23 PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honesta, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. A obra traz um estudo sobre os papéis sociais femininos na sociedade de Desterro atual Florianópolis entre os anos de 1880 a 1920. Tal estudo foi de suma importância para compreendermos, além dos papéis masculinos e femininos em Pouso Alegre, a postura machista e classista desta sociedade.

24 REIS, Moacyr Honorato. *Op. Cit.*, p. 69.

descuidando-se de suas vestimentas e de suas “maneiras de cuidar do próprio corpo”²⁵.

Para ele, as prostitutas do segundo grupo compõem uma classe leviana e volúvel que adora o movimento e a agitação. Instáveis física e emocionalmente, elas eram aquelas que, gulosas e incontroláveis, adoravam os excessos e possuíam modos extravagantes. Notamos que sua observação incide também sobre os lugares que estas mulheres habitam, descritos por Moacyr como casebres e inferninhos pobres, novamente *o bom malandro* evidencia sua postura classista.

Percebe-se também na fala de Moacyr uma imagem muito comum às prostitutas presente na literatura e na imprensa de final do século XIX e início do século XX, em que é possível inferir uma definição para a prostituta atribuída ao discurso médico e higienista deste período:²⁶

Amplamente disseminada, a imagem da mulher como ser naturalmente ambíguo adquiria, através dos pinceis manuseados por poetas, romancistas, médicos, higienistas, psiquiatras, e mais tarde, psicanalistas, os contornos de verdade cientificamente comprovada a partir dos avanços da medicina e dos saberes afim.²⁷

Logo em seguida, ao classificar todas as prostitutas como “mundanas”, notamos que o critério que Moacyr utiliza para separar categorias distintas de prostitutas não leva em consideração a maneira como cada uma exerce esta prática, mas sim, os clientes que cada uma possui.

O que dá certo “status” social à prostituta é o tipo de homem com quem ela se relaciona. Mais uma vez temos aí um pensamento apoiado em ideias conservadoras e moralistas que deixa de lado as singularidades da mulher, passando a percebê-la com base no *sexo forte*.

A atuação destas mulheres frente a uma clientela “elitizada” custava caro demais aos interesses de Moacyr, que neste momento atuava como barbeiro em seu salão na nova estação rodoviária - espaço que simboliza a modernização da cidade. É nesse sentido que ele apoia a campanha de moralização e prega a retirada das prostitutas do centro da cidade.

Por fim, Moacyr Honorato Reis atuou ativamente contra a zona do meretrício, localizada na região central da cidade de Pouso Alegre. Seja por motivos diversos, é necessário atentar para o fato de que o grande nome da prostituição em

25 Idem.

26 A este respeito ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

27 ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 332. A este respeito lê-se também desta mesma autora: O discurso sobre o sexo seria basicamente formulado através de duas temáticas centrais e contrapostas: a da *prostituição*, concebida como espaço da sexualidade doente, como lugar das perversões; e a do *casamento*, concebido como instituição higiênica e único espaço da sexualidade sadia reconhecido no discurso. In: *Meretrizes e doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 73.

Pouso Alegre nada fez para ajudar as prostitutas na campanha de moralização que se formou contra elas. Este via o mundo pelo olhar dos homens de seu tempo, pertencente a uma cultura conservadora e que como tal compactou com os preconceitos que excluía e inferiorizavam as mulheres na cidade de Pouso Alegre.

Sua vida pautou-se sempre pelo ângulo de quem valoriza o masculino e relega ao feminino o papel de submissão, de extensão de um sexo considerado forte e viril. As mulheres são vistas na obra de Moacyr como figuras submissas que vivem sempre à espera, em um mundo cerceado por padrões de conduta paternalistas, machistas e conservadores. Através de suas memórias é possível perceber um sujeito que se diz excluído, à margem do social, mas que ao externar suas opiniões mostra-se compactuar com estes mesmos valores misóginos que pregam a diferença e a violência através das diferenças de gênero. Ao mesmo tempo, Moacyr se mostra cioso para dele fazer parte e por ele ser aceito e reconhecido.

Se hoje Moacyr é considerado um dos personagens principais quando a discussão é prostituição em Pouso Alegre, é porque contribuiu para a construção de uma memória que valorizou sempre o olhar masculino sobre esta sociedade e a atuação de sujeitos que pretendiam atingir seus objetivos utópicos de desenvolvimento e modernização.

É contra esta memória oficial e a favor da valorização das experiências destas mulheres que voltamos nossas atenções para a atuação ativa delas contra a campanha de moralização. Nosso objetivo aqui é mostrar a campanha a partir do olhar de quem estava diretamente envolvido na questão, para isto é preciso voltar ao início da década de 1970.

O ano de 1972 representou um momento decisivo para a campanha contra a zona do meretrício em Pouso Alegre, pois neste período ocorre o projeto de lei que dispunha sobre o fechamento das casas de prostituição em no máximo 48 horas.²⁸

Qual a reação destas mulheres diante desta lei? Que rupturas a campanha de moralização gerou na vida e no cotidiano destas mulheres? Nesse sentido, as palavras da prostituta ‘X’ escritas em uma carta enviada a um amigo no ano de 1973 apontam alguns caminhos:

Não consigo mais conseguir viver com um homem que ta me atormentando e me deixando todos os dias na fossa mais profunda que uma pessoa pode ter. De noite esse ser que se acha vereador e representante desta cidade imunda, falsa e pobre vem me atormentar, me ameaçando que vai me matar. Não vou dar esse feito. Me tirou do meu canto, não me deixou mais trabalhar e Zé já fazem sete meses que minha mãe e meu pai não tem nem um grão

28 O projeto de Lei nº 1.704/72 dispunha sobre o fechamento das casas de prostituição na zona do meretrício localizada na região central da cidade. Propondo um prazo de desocupação em 48 horas, a incompatibilidade do projeto fez com que esse prazo fosse prorrogado ora para 10 dias, ora para 30 dias e enfim, para 45 dias, porém não ocorreu o fechamento da zona. A este respeito conferir: COUTO, Varlei Rodrigo do. *De mal necessário a problema da cidade: A formação do imaginário social em torno da prostituição feminina na cidade de Pouso Alegre-MG (1969-1989)*. Pouso Alegre: 2011. 101f. Monografia (TCC em História social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugenio Pacelli – UNIVÁS - Universidade do Vale do Sapucaí.

pra comer. Não sou nada, não me deixam ter nada. Se meu corpo não me da aquilo que preciso não quero mais continuar com ele. Não preciso mais da vida, prefiro a morte e já me encontro com ela. Amigo vou sentir sempre seu perfume e você também vai sentir sempre o meu... último abraço amigo beijinhos na sua boca que já tanto me beijou...²⁹

Em um primeiro momento, o que chamam atenção são as dificuldades enfrentadas por esta mulher, rompendo com a noção presente no senso comum de vida fácil, ou ainda vida de luxo. Torna-se cômodo pensar a prostituição como vida fácil, pois estamos acostumados a pensar através de clichês, como afirma o historiador Paul Veyne:

“Uma ilusão tranquilizadora nos faz perceber as coisas por meio das ideias gerais, de maneira que desconhecemos sua diversidade e a singularidade de cada uma delas. Pensamos através de clichês, por generalidades, é por isso que os discursos permanecem inconscientes para nós, escapam ao nosso olhar.”³⁰

Estas mulheres ganham seu sustento com um dinheiro advindo de relações unilaterais das quais o único papel seria o de conceder prazer ao outro, e isto não possui nada de natural. Seu corpo, de acordo com esta visão, torna-se uma materialidade sem história, um corpo imaterial cuja função única seria como instrumento de trabalho. Não problematizar essa visão seria compactuar com um imaginário misógino que discrimina para as mulheres o lugar da submissão, do esvaziamento político, percebendo seu corpo como anômalo, já que dissidente dos padrões morais construídos através de normas falocêntricas, que valorizam sempre e unicamente o masculino.

Através desta correspondência é possível percebermos desde relações de amizade e solidariedade a relações conflituosas e tensas entre o olhar das autoridades sobre o espaço de prostituição e o olhar das prostitutas sobre a cidade de Pouso Alegre. Olhares que se chocam, visões de mundo que são dissidentes. Afinal, não vivemos num espaço vazio, onde os fatos e os acontecimentos se localizam. Pelo contrário, como nos diz Foucault:

O espaço no qual vivemos, que nos leva para fora de nós mesmos, no qual a erosão das nossas vidas, do nosso tempo e da nossa história se processa num contínuo, o espaço que nos mói, é também, em si próprio, um espaço heterogêneo. Por outras palavras, não vivemos numa espécie de vácuo, no qual se colocam indivíduos e coisas, num vácuo que pode ser preenchido por vários tons de luz. Vivemos, sim, numa série de relações que delineiam lugares decididamente irredutíveis uns aos outros e que não se podem sobre-impôr.³¹

29 Carta 5. Pouso Alegre, 1973. As cinco cartas existentes foram catalogadas por ordem cronológica. Optou-se por não revelar os nomes das remetentes por pedido do doador. Foram dados nomes fictícios a todas as mulheres que têm seus nomes revelados nas cartas.

30 VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 24.

31 FOUCAULT, Michel. De outros espaços. In: *Ditos e Escritos*. Rio de Janeiro, v. 3, Forense Universitária, 2009. p. 79.

Em 1973, na edição do dia 30 de setembro, *A Gazeta de Pouso Alegre* assim discorre sobre a zona boêmia:

A zona boêmia de Pouso Alegre (centro), localizada nas ruas David Campista, Cel. Campos do Amaral, Francisco Sales, Tiradentes e Rosário, voltou a funcionar algumas casas de prostituição e vários inferninhos (em negrito como no jornal), ficando situada na parte central da cidade, onde residem inúmeras famílias compostas de adultos e crianças em idade escolar. Existem dois bares recentemente reabertos nas esquinas das ruas David Campista com a Cel. Campos do Amaral, onde várias mulheres fazem ponto neste local, infelizes da mais baixa categoria, sem nenhum pudor ou respeito à moral dão verdadeiros vexames, não só gritando palavrões como aliciando transeuntes que por ali são obrigados a passar, como ainda atentam acintosamente contra a moral, permanecendo seminuas e descompostas em plena rua, na frente de crianças que normalmente transitam neste local para fazerem compras e irem às escolas.³²

Aproximadamente um ano após a publicação da lei e do fechamento de alguns estabelecimentos observamos a notícia da reabertura de alguns destes espaços, numa forma de resistência à lei e às autoridades locais. Acima estão expostos olhares distintos sobre o mesmo foco. Tanto o artigo quanto a correspondência apresentam visões sobre a cidade de Pouso Alegre, embora sob primas diferentes.

Enquanto *A Gazeta* classifica o mundo da prostituição como *inferninho*, as prostitutas também imprimem uma visão sobre a cidade, classificando-a como *falsa e podre*, o que possibilita derrubar a afirmação de que as prostitutas eram meros fantoches, sujeitos sem nenhuma posição social, alienadas de sua condição, ou ainda, que estariam flutuando neste lugar social que é a cidade de Pouso Alegre.

Vale destacar que ao classificar a zona do meretrício como *inferninho*, a atitude do jornal seria a de deixar clara a demarcação dos espaços. Espaços duais, que oscilam entre o sagrado e o profano. Através desta visão pode-se perceber a cidade dividida entre espaços sagrados, habitados por famílias consideradas ‘honestas’, homens e mulheres “íntegros”, que levavam uma vida regrada sob o prisma do comportamento moral e catolicismo. Ora, a grande maioria dos clientes da zona era formada por homens que habitavam estes espaços considerados sagrados, esta divisão dicotômica tinha exclusivamente objetivo de manter as aparências para atender os interesses das autoridades e da elite local.

Trecho de um artigo publicado em *A Gazeta de Pouso Alegre*, sob o título de *Maria: Um exemplo para a eternidade*, traz em seu conteúdo uma espécie de alerta, ao mesmo tempo em que projeta sob a figura da prostituta o oposto desejado, segue a nota:

Mulheres de Pouso Alegre, não se percam em olhares torpes e não se deixem

32 *A Gazeta de Pouso Alegre*. Pouso Alegre. 30/09/1973. Os grifos são nossos e o que está destacado em negrito, permanece como está no artigo do jornal.

enganar pelo mundo obscuro que se vive pelas bandas da zona do meretrício. Sigam o exemplo de nossa mãe Maria, que enfrentou todos os obstáculos para se tornar a mãe de nosso senhor Jesus Cristo. (...) Vós sois dignas e fieis a sua família, pois ao contrário dessas mulheres que vivem se mostrando e jorrando uma sensualidade incontida e desenfreada, sois dignas de respeito e dedicação às suas famílias. Mirem-se bem contra elas e vejam, então, tudo aquilo que não podeis ser, pois o bem prega o contrário e se faz com comportamentos distintos deste antro de perdição que é a zona do meretrício (...)³³

Se a campanha de moralização pode ser entendida como um movimento de intolerância para com a zona do meretrício, vale dizer que em muitos momentos esta intolerância se tornou um tanto quanto ambígua. Nesse sentido, a figura da prostituta era a condição necessária para a construção da imagem da mulher-mãe. Ou seja, não somente evitada, a prostituição deveria ser observada pelas mulheres taxadas como dignas, servindo como exemplo a não ser seguido, já que deveriam mirar *contra elas* a fim de perceberem, então, *tudo aquilo* que não poderiam ser.

A campanha de moralização desde seu início se apresentou como algo incoerente, mostrando sua fragilidade e falta de consistência. Nesse sentido, a carta escrita pela prostituta “O.I.” nos revela o quão ambíguo era o imaginário social em torno da prostituição:

Ele esteve aqui e me pediu um pedido engraçado. Disse que era pra mim vestir um vestido bem apertado com o dinheiro que me deu por fora e saísse na praça depois da missa para que todas as mulheres me vissem. ‘To’com medo de que isso seja uma artimanha para eu ser presa pela polícia que fica por ali depois da reza. Não confio nele não. Ele me disse que era para que sua mulher me visse e parasse de atormentar ele para comprar um pano de seda para que ele mandasse e desse o dinheiro para fazer um vestido (...)³⁴

Podemos perceber que as demarcações sociais impostas pela sociedade a fim de separar o espaço da zona do espaço considerado digno da sociedade se diluíam, pois as prostitutas se integravam neste redemoinho social, penetrando no interior da família burguesa, contribuindo para as relações sociais que se formavam ali dentro.

Pode-se perceber que a prostituta O.I ultrapassa os limites fixados para com a zona do meretrício. Este contexto é extremamente problemático e é preciso um olhar aguçado para com alguns aspectos. Em primeiro lugar, ao inserir a prostituta na sua rede familiar o cliente quebra a demarcação das representações impostas sobre a zona, ou seja, a prostituta passa a se inserir na trama familiar, agindo e tendo alguma influência sobre esta. Neste ponto, é preciso ressaltar que a imagem da prostituta servia como contraposto à construção da imagem da mulher considerada direita, honesta.

33 A Gazeta de Pouso Alegre. Pouso Alegre. 23/09/1973.

34 Carta I. Pouso Alegre, 1971.

Vemos que toda a representação construída sobre a imagem da prostituta era necessária para que se formasse o padrão de normalidade que compunha o imaginário em torno da mulher burguesa, considerada digna de respeito e de honra.

Por que neste momento a zona do meretrício passou a representar um problema social? Novamente é preciso dobrar o olhar para a carta da prostituta ‘X’ e questionar: se Pouso Alegre culpabilizou a zona do meretrício pelo seu atraso modernizador e sua respectiva industrialização, que oportunidades foram dadas a certas mulheres que não estavam de acordo com os padrões morais estabelecidos pela sociedade?

As memórias da prostituta ‘X’ possuem um tom de ressentimento³⁵ e são capazes de nos mostrar uma mulher que faz uso da palavra para se libertar de um imaginário que a constrange, sufoca, oprime. Um corpo em desalinho com a ordem normatizadora. “Corpos que pesam”³⁶, como analisa Judith Butler.

Em muitos sentidos, as prostitutas tinham o domínio da situação, barrendo ativamente a campanha que se formava contra elas, o que nos permite destruir as bases de um imaginário que pensa as prostitutas como vítimas, submissas e pacíficas, o que pode ser percebido em outra carta:

Que vida ingrata é a nossa né meu Zé. Não tenho palavra pra agradece pela passagem que me arrumou pra que eu pudesse vê minha mãe que não anda nada bem não Zé. Parece que a coisa ta feia pra coitada. Mais meu coração ficou muito triste quando cheguei de volta e logo fiquei sabendo que tinha ido passar uns tempos em Poços de Caldas. Mais me alegrei em sabe que deixou seu novo endereço com esse seu amigo. Ai Zé nem cheguei e já tive que da umas patifatas com um tal aqui que veio ontem quereno meu corpo. Engraçado né? Pra isso meu corpo serve. Mais pra ele não tem mais nada aqui não e não entendo porque a tatata daqui disse que aqui é desse jeito sabe, tem que ser o que ser e aceita essas coisa. Zé o desgraçado do “X” me bateu e coloquei ele pra corre...³⁷

“Corpos de passagens”³⁸, corpos que passam. No imaginário social construído sobre a prostituta é assim que figuram seus corpos. Materialidade momentânea, matéria efêmera. Nesse entrelaçado jogo político em que a sexualidade assume papel preponderante, o corpo não somente é percebido como um instrumento de trabalho, mas como uma superfície que abriga sexualidades insubmissas. Sujeitos que se desviam da norma, repelem as regras morais, essas

35 Para a noção de memória e ressentimento ver: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (org.). *Memória e Ressentimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

36 Referência ao texto de Judith Butler intitulado *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Para Butler, é preciso que se vá além das definições de sexo/gênero e propõe que se passe a pensar além desses horizontes dicotômicos entre natureza/cultura, perguntando pelos limites discursivos dessas construções.

37 Carta 3. Pouso Alegre, 1971.

38 Referência ao livro de SANT’ANNA. Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagens*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

mulheres são vistas como portadoras de um corpo que é capaz de revelar sua mais íntima verdade.

Espaço de “inscrição dos acontecimentos... lugar de dissociação do Eu”, como quer Foucault³⁹, foi sobre o corpo da mulher prostituta que a campanha de moralização investiu, buscando esquadrihar e delimitar espaços que tramitavam entre o permitido e o proibido, o sagrado e o profano, estabelecendo dicotomias e instaurando linhas de demarcação sexual baseadas em uma lógica binária que classifica a mulher em polos opostos, mas que em muitos momentos se atraem. Ora, foi a partir da gestão da imagem da mulher prostituta que a construção da mulher mãe, digna e honrada pôde ser firmada no interior da lógica do aceitável, do permitido, do exemplo a ser seguido.

Projeções finais

Na urdidura das fontes analisadas nos foi possível construir também um saber sobre as experiências sociais destas mulheres. Ao mesmo tempo, retiramo-las do ostracismo de um passado ainda recente, dando visibilidade às suas experiências enquanto parte de uma memória social sobre a prostituição feminina na cidade de Pouso Alegre, MG. Aqui o embate se dá principalmente no campo da memória, onde chocam-se uma memória oficial e positivista, composta pelas ações de grandes homens e seus feitos, contra uma memória viva pulsante, vigorosa, composta por discursos contraditórios à ordem e, por vezes, também fragmentada e invisível aos projetos hegemônicos.

Sendo assim, buscou-se nesta pesquisa compreender as experiências destas mulheres que atuaram militantemente contra os moralismos excludentes, contra regras ditas conservadoras e normatizadoras de suas condutas e de seus corpos. Mulheres que, mais do que se colocarem contra uma época, buscaram ampliar seus limites, construindo para si um mundo próprio, uma existência que buscou a todo o momento a liberdade, a sobrevivência e a possibilidade de serem felizes.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Escrever como fogo que consome: reflexões em torno do papel da escrita nos estudos de gênero*. Acesso disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>, 18/05/2011.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (org.). *Memória e Ressentimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O corpo educado*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

COUTO, Varlei Rodrigo do. *De mal necessário a problema da cidade: A formação do imaginário social em torno da prostituição feminina na cidade de Pouso Alegre-MG (1969-1989)*. Pouso Alegre: 2011. 101f. Monografia (TCC em História social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugenio Pacelli – UNIVÁS - Universidade do Vale do Sapucaí.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1990.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *Psiquiatria e feminilidade*. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

_____. *De outros espaços*. In: *Ditos e Escritos*, Vol. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. – Materialismo histórico na obra de Benedetto Croce. São Paulo, v. 3, Civilização Brasileira, 2000.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

RAGO, Margareth. *Feminizar é preciso: por uma cultura filógena*. In: *São Paulo em perspectiva*. n. 15, pp. 58-66, 2001.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REIS, Moacyr Honorato. *Memórias de um bom malandro*. Pouso Alegre, 1993.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagens*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Realidade*. 20 (2), jul-dez/1995, pp. 71-99.

_____. *Prefácio a Gender and Politics of History*. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 3, pp. 11-27, 1994.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988. p. 15.

CATEGORIA

ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO

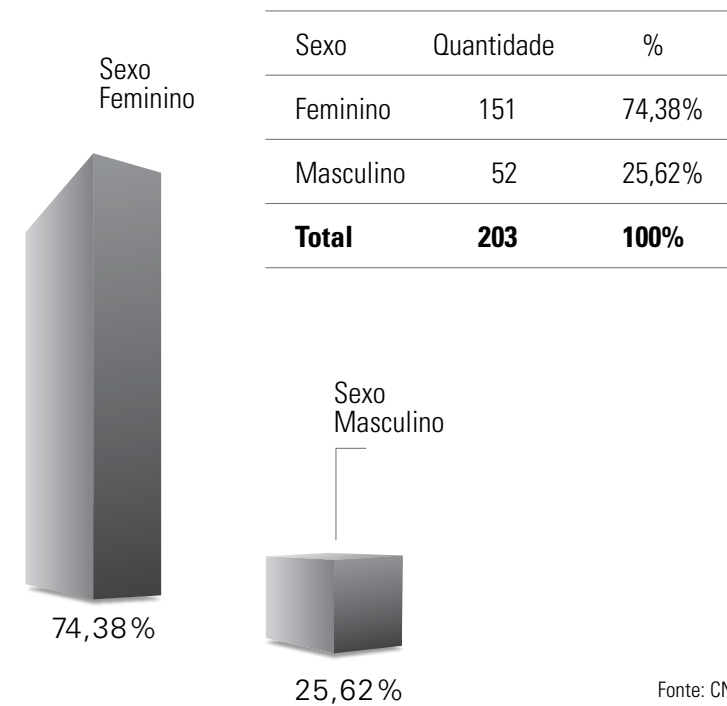
ARTIGOS CIENTÍFICOS PREMIADOS

Introdução

Na categoria Estudante de Graduação, foram inscritos 203 artigos. Assim como nas categorias anteriores, a maioria dos artigos inscritos foi escrita por mulheres, representando 74,38%, contra 31% escritos pelos homens. Na etapa de pré-seleção, 100 artigos científicos foram classificados, o que corresponde a 49,26% do total de trabalhos inscritos.

7º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO Categoria Estudante de Graduação

Artigos Inscritos Segundo o Sexo



Fonte: CNPq/SPM, 2011

Moças Desonradas: Usos da Justiça pelas mulheres e famílias populares através dos processos de defloramento em Recife (1900-1912)

Sandra Izabele de Souza

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Orientadora: Alcileide Cabral do Nascimento

Introdução

Maria do Carmo, “de cor branca, (...) natural de Pernambuco”, de aproximadamente catorze anos, vivia com seus pais, José e Brazilina, e seus irmãos no bairro da Torre, costumava frequentar o famoso Pastoril da Torre, porém sempre acompanhada pela mãe. Foi neste pastoril que Maria do Carmo conheceu Climério, com vinte e cinco anos, solteiro, natural de Pernambuco, profissão do comércio, que logo enamorou-se pela jovem moça desde o primeiro encontro. Era o ano de 1900 ou 1901, não se sabe ao certo.

Os dois costumavam conversar na cerca da casa da moça, sempre sob o olhar vigilante da mãe. Até que certo dia eles foram surpreendidos pelo pai de Maria do Carmo, que os repreendeu por achar inapropriado para uma moça de família andar de conversas com um homem na cerca de casa. Logo, José convidou Climério para entrar, indagando suas intenções para com sua filha. Climério parecia não estar preparado para assumir nenhum compromisso naquele momento, mas comprometeu-se em voltar em breve para fazê-lo. E voltou, assumindo perante José e dona Brazilina compromisso, com intenção de casamento futuro com Maria do Carmo. Climério passou a frequentar assiduamente a residência de Maria do Carmo, ganhando a confiança da família.

Tempos depois o pai de Maria do Carmo adoeceu gravemente, e numa das visitas de Climério o “chefe” da família pediu que ele, Climério, não abandonasse a sua filha e que cuidasse da sua família. Climério prometeu cumprir com o pedido de José. O pai de Maria do Carmo não resistiu e faleceu, deixando sua família, especialmente Maria do Carmo, sem um protetor oficial, já que até a sua morte ainda não se tinha realizado o casamento de Maria do Carmo com Climério.

A família teve que se mudar para a Rua da Glória, na freguesia de Santo Antônio, e Climério, tentando cumprir com o prometido, cuidava da família, muitas vezes disponibilizando recursos financeiros para pagar o aluguel e pernoitando na casa para evitar a invasão de ladrões.

No dia 9 de janeiro de 1904, aproveitando que dona Brazilina estava doente, Climério, prometendo casar-se com Maria do Carmo, conseguiu deflorá-la. O casal continuou se encontrando e pernoitando muitas vezes. Maria do Carmo, percebendo-se grávida, falou com Climério para realizar o casamento, ele prometeu fazê-lo em breve, contanto que ela não contasse nada a sua mãe. Meses se pas-

saram, vendo a moça que Climério não cumpria sua palavra e que não mais frequentava sua casa, resolveu contar o ocorrido a sua mãe. Dona Brazilina, naquele mesmo ano, em defesa da honra da sua filha, já que esta não tinha mais um protetor que o fizesse, deu queixa ao delegado de polícia do distrito de Santo Antônio.

Esse processo se estendeu por quase três anos, contem 267 páginas. Ambos os lados apresentaram advogados e testemunhas. Várias versões foram construídas, cada parte mostrando o seu lado da verdade. O juiz deu procedência à queixa, sendo o réu preso no Forte do Brum para esperar o julgamento. A Justiça convocou o júri, que depois de escutar os depoimentos das testemunhas e os argumentos dos advogados absolveu o réu. Dona Brazilina, inconformada com o desfecho dado pelo júri, apelou para o Superior Tribunal de Justiça, conseguindo que o processo fosse retomado. E no dia 2 de abril de 1907, num parecer final, a Justiça Pública fazia pedido de um novo julgamento. Infelizmente não temos o desenlace para a história de Maria do Carmo e Climério, pois o processo termina com esse parecer.

Essa é uma versão da história de amor de Maria do Carmo e Climério, mas muitas histórias como essa chegaram às delegacias de polícia e aos tribunais de justiça no início do século XX, e outras não. O certo é que muitas moças foram seduzidas (ou usaram dessa argumentação) e tiveram sua honra maculada. Sendo moças honestas e pobres, elas e/ou suas famílias solicitaram a intervenção da Justiça a fim de defender ou reparar sua honra.

Para realização dessa pesquisa utilizamos quarenta e cinco processos criminais de defloração e estupro disponíveis no Memorial da Justiça de Pernambuco. Apesar de ser uma quantidade relativamente pequena, a análise dos processos possibilitou compreender algumas características dos conflitos amorosos entre moças e rapazes, mulheres e homens das classes populares, e dos discursos produzidos sobre honra, sexualidade e gênero no início do século XX. Dos quarenta e cinco processos, quarenta e dois são de defloração - crime sexual mais comum da época - e três de estupro. Tais processos tiveram lugar em Recife no período de 1900-1912. É nesses processos que percebemos os conflitos, negociações, perspectivas e histórias de amor desses sujeitos.

Esses processos criminais constituem um universo riquíssimo para a pesquisa histórica, uma vez que através deles é possível compreender alguns comportamentos sexuais das camadas populares e a imposição do controle moral e sexual, tendo em vista o projeto de instituição de um modelo de família nuclear e burguês em curso, que visava fazer com que os membros da família assumissem novos papéis. Esses processos permitem atentar para os conflitos, negociações, perspectivas e histórias de amor desses sujeitos, bem como relações de gênero marcadas por poderes profundamente desiguais entre homens e mulheres.

Em 1890 foi adotado no Brasil o primeiro Código Penal republicano, que modificava as leis dos crimes sexuais, vigorando até 1932 com a adoção da *Consolidação das Leis Penais*. Além disso, o início do século XX foi um período de importantes transformações políticas, econômicas e sociais, especialmente devido

ao processo de industrialização, que modificou as relações de trabalho e produção, e o surto modernizador nos principais centros urbanos, com as reformas urbanas e higiênicas. Recife, apesar de ser considerada uma cidade provinciana e tradicionalista, foi palco dessas transformações dos tempos modernos.

Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar como e por que se instituiu uma política sexual direcionada ao controle das famílias populares, buscando compreender o debate jurídico em torno da honra, das condutas e dos prazeres sexuais masculinos e femininos, a partir da ótica do poder judicial que enlaça as camadas sociais urbanas.

Marginalizar ou civilizar? A honra e outras evidências nos crimes sexuais

O modelo de família burguesa defendido por muitos intelectuais estava baseado na autoridade do marido, na subordinação das mulheres e na dependência dos filhos.¹ Neste sentido, as representações que permeavam as relações daquela época eram a ideia de família e dos valores que deveriam existir no espaço desta. Nos depoimentos de Climério, Maria do Carmo e dona Brazilina percebe-se que a suposta ofendida e sua família possuíam algumas práticas de controle e coerção caras ao modelo burguês de ordem familiar. Dona Brazilina estava sempre vigiando a filha, o pai da moça não a deixou sem cuidados: percebendo o clima entre Climério e a filha, logo tratou de formalizar um relacionamento entre os dois. No entanto, apesar da vigilância dos seus pais, Maria do Carmo mostrou-se fora dos padrões burgueses, pois consentiu na relação sexual antes do casamento, mantendo outras relações durante o namoro e frequentando lugares inadequados para as moças de família, como o pastoril da Torre. As representações da família reafirmavam os papéis sociais adequados para cada membro baseados nos valores da honra, respeito, moral e bom comportamento, principalmente para as mulheres.

Contudo, esses valores e modelos nem sempre estavam presentes dentro das organizações familiares das camadas populares. É o que mostram as nossas fontes. O que se pode vislumbrar nos processos crimes são as tensões e conflitos entre os indivíduos do espaço doméstico, diluindo, assim, as representações imaginadas e difundidas pelas camadas abastardas. Filhos e filhas que contestam a autoridade paterna. Pais e mães que não conseguem e, por vezes, não exercitam o controle permanente de seus rebanhos. Homens e mulheres que precisam trabalhar. Um lar onde a liberdade ganha asas pela ausência da autoridade materna e/ou paterna.

Quando um caso parecido com o de Climério e Maria do Carmo ocorria, a família geralmente tentava resolver os conflitos dentro do âmbito privado. No entanto, se o rapaz se negasse a reparar a honra da moça o passo seguinte era dar queixa à polícia. Ao tornar público o conflito, através de um processo criminal, não só o acusado poderia ser marginalizado, por ser o réu do processo, mas também a ofendida e sua família, pois estas também têm suas condutas analisadas e julgadas.

1 FREIRE, Thiago de Oliveira Reis Marques. *Em defesa da família*: representação da família em dois jornais de Recife (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. p. 39; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 38.

Dória, citando Julian Pitt-Rivers, afirma que a honra é um traço fundamental herdada da cultura ibérica. O conceito mediterrâneo de honra está relacionado à honra masculina e à pureza sexual feminina, do mesmo jeito que é percebido na América Latina. Para o autor, “o modelo ibérico de honra ressalta o indivíduo, em especial os homens, e a acumulação de ‘virtudes’ de sua família (ou de seu sobrenome).” (DÓRIA, 1994, p. 59).

Neste sentido, o código de honra é como um mapa social no qual são definidos os lugares da mulher e do homem na sociedade. Este código de honra solidificou um conjunto de regras sociais que incluem os símbolos, a indumentária, a alimentação, os gestos, a linguagem, os prazeres, entre outras. Todavia, este conjunto de regras não é igualitário para o homem e a mulher, nem mesmo a honra. A honra feminina consiste na sua pureza sexual antes do casamento e na sua fidelidade. E a passagem de “imaculada a esposa e mãe só podia se dar no domínio estrito do sagrado vínculo matrimonial, conduzido por uma figura masculina” (DÓRIA, 1994, p. 62), ou seja, a honra feminina é refletida através da honra masculina.

Muitos intelectuais da época se empenharam para confirmar o “lugar-comum” da mulher e do homem, principalmente escrevendo artigos que eram publicados nos jornais e revistas. Margareth Rago observa o significado para a nação desta preocupação para com a família, especialmente com o novo modelo de feminilidade que era apoiado, conjunto expresso na “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”. À mulher cabia a função de cuidar da família, do lar, do marido e dos filhos, ela deveria estar sempre atenta para os mínimos detalhes da vida dos membros familiares (1985, p. 62). Ao homem cabia o papel de sustentar a família e proteger a honra das mulheres e da família.

Em relação a isso, Dória conclui que as qualidades do homem são vistas como públicas, já a mulher deve possuir qualidades interiorizadas (de espírito e domésticas). No entanto, nas representações sobre a mulher existe uma ambivalência que exprime dois aspectos inseparáveis: ela é metade subordinada e metade perigosa. Desta forma, o autor explica que o “controle sobre a mulher, afastando-a da esfera pública”, seria a “condição para a realização plena da honra masculina, isto é, da família”. Pois, citando frei José de Haro², as mulheres teriam “naturalmente a ambição de conseguir o mando e a liberdade e desejam inverter a ordem da natureza, procurando dominar os homens” (1994, p. 63).

A honra sexual das mulheres estava diretamente ligada à honra moral da família e à honra nacional, uma vez que a família representava a base da nação. Assim, era extremamente necessária a atuação do Estado na proteção à honra das mulheres honestas. A esse respeito, Iranilson Buriti assinala que:

A honra era vista como uma mercadoria usada para estabelecer relações de gênero centradas na hierarquização. Essa hierarquização de gênero era uma construção histórico-social baseada na anatomia dos

corpos masculino e feminino e balizada na ciência médica. A família honrada era construída por uma mulher devota, ordeira, submissa e recatada, policiada pela Igreja através do altar e do confessionário, e pelo Estado através de juristas conservadores que elaboraram o Código Penal de 1890 e o Código Civil de 1916, ambos centrados em princípios moralistas que naturalizavam a diferença entre os sexos. (2004, p. 2)

As opiniões eram diversas e contrárias, expressas em muitos segmentos e debates públicos, passando pelos jornais, revistas, escolas, faculdades e chegando aos tribunais dos juristas e advogados. Muitos preferiam seguir pelo caminho mais fácil e não ousar questionamentos que colocassem em debate o modelo de família e de honra daquele momento, pois “a defesa da honra ainda era observada enquanto uma marca de superioridade moral e de civilização avançada” (BURITI, 2004, p. 3). Uma mulher desonrada significava uma ofensa à autoridade paterna, às normas estabelecidas pela Igreja, à reputação familiar, ao patrimônio da família, ao Estado e a sua própria integridade moral. Caulfield nos alerta para o que estudiosos do Mediterrâneo e da América Latina chamam de “complexo honra-vergonha”, que dá aos homens completa liberdade sexual e determina a castidade e a submissão das mulheres à autoridade masculina. A historiadora continua dizendo que “a mulher não possui honra, somente vergonha; a honra do homem depende em grande escala da habilidade em impor autoridade e defender a honestidade sexual das mulheres da família” (2000, p. 46).

Muitos juristas do final do século XIX e início do XX foram atraídos pelos debates sobre a honra sexual e dedicaram muitas de suas obras a aprofundar os conhecimentos sobre os crimes sexuais, influenciando e escrevendo as leis brasileiras do início da Primeira República. Sendo suas obras muito utilizadas pelas autoridades que participavam dos processos criminais. Viveiros de Castro, Evaristo de Moraes, Macedo Soares, João Vieira, Galdino Siqueira, Clovis Beviláqua, Roberto Lira, entre outros, foram os juristas que travaram intensos debates, pois acreditavam que a criminologia representava a possibilidade de compreender novas transformações sociais e a elaboração de estratégias de controle social, como estabelecer tratamento jurídico penal diferenciado. Tobias Barreto, por exemplo, afirmava que os grupos de indivíduos considerados irresponsáveis necessitavam de um tratamento jurídico diferenciado. A mulher, neste sentido, equivalia a um tipo de “menoridade”, e frequentemente vista com ambiguidades, ora como um ser frágil, que necessitava de proteção, ora como um ser perverso ao cometer um crime ou induzir o cometimento. Era o que Viveiros de Castro professava. As mulheres poderiam ser a causa excitadora da criminalidade.

Viveiros de Castro, a partir de estudos e experiências próprias, tentava resolver os problemas para o julgamento desses crimes sexuais. Ele aconselhava fazer uma análise, primeiramente, dos dados materiais (cópula carnal, virginda-

² Este frei publicou um livro chamado *El Chichisveo Impugnado*, em Sevilla, 1729. Ver DÓRIA, 2004, p. 63.

de física, defloramento, idade) para depois orientar a delimitação dos caminhos para a análise do subjetivo (honestidade, promessa de casamento, virgindade moral, honra, etc.). Daí emergiam os valores sociais que mereciam ser defendidos nos tribunais (ESTEVES, 1989, p. 37).

Nos processos pesquisados, verifica-se que após a denúncia as ofendidas eram encaminhadas para fazer o exame médico como prova do crime. A análise das exigências materiais deveria ser aprovada para caracterizar o delito, ou seja, era preciso confirmar se houve a cópula carnal e se foi completa ou incompleta, se ocorreu o rompimento da membrana hímen, a determinar a virgindade física, e se a ofendida era menor de idade (menor de 21 anos). Como se pode ver no trecho de um auto de exame médico feito na menor Adelina Patriarcha de Oliveira:

(...) e encarregou-lhes de proceder o exame na pessoa de Adelina Patriarcha de Oliveira, respondendo aos quesitos seguintes: Primeiro se houve defloramento; segundo qual meio empregado; terceiro se houve cópula carnal; quarto se houve violências para fim libidinoso, quinto quais elas sejam. Em consequência passaram os peritos a fazer o exame ordenado e mais investigações necessárias concluídas os quais declararam o seguinte: que examinando a pessoa de Adelina Patriarcha de Oliveira de cor parda, de altura mediana, natural deste Estado, com dezoito anos de idade, residente nos Coqueiros, filha de Maria Francisca da Conceição, constituição regular, temperamento linfático encontraram: Órgãos sexuais normalmente desenvolvidos, e sem vestígios de violência para fins libidinosos. A membrana hímen dilacerada com os seus retalhos livres e cicatrizados, a entrada da vagina penetrável. E assim responderam os quesitos acima propostos: Ao primeiro sim; ao segundo, provavelmente membro viril; ao terceiro, provavelmente; ao quarto e quinto, não (...) ³.

Mas só tais exames não eram suficientes para comprovar o delito, principalmente porque havia muitas dúvidas em relação ao hímen complacente, a época do crime e a possibilidade de ter havido atentado ao pudor sem defloramento (ESTEVES, 1989, p. 37-38). Além disso, a mulher tinha que afirmar uma das três formas, sistematizadas pelo Código Penal de 1890, de consentimento ao ato sexual: sedução, engano ou fraude ⁴. Assim, Adelina, tentando reparar a sua honra, afirmava no seu depoimento que Francisco, seu noivo, a havia seduzido e prometido casar-se com ela, mas depois de ter conseguido deflorá-la não falava em casamento. Como no trecho abaixo do seu auto de depoimento:

³ Francisco Baptista Cunha, S/N, Caixa 772, Ano 1907. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

⁴ Segundo o artigo 267 do Código Penal de 1890: “deflorar mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude. Pena – de prisão celular por um ou seis anos” Ver Código Penal de 1890. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 20 set. 2010.

(...) no dia vinte e seis de julho do corrente ano, fora desvirginada pelo seu noivo Francisco de tal, conhecido por Francisco Padeiro, trabalhador em uma Padaria sita no Pátio do Terço; que o seu ofensor sobre ameaças pôde conseguir a satisfação de seus desejos libidinosos, aproveitando para isto a ausência da progenitora dela respondente; que o seu noivo Francisco prometeu casar-se com ela respondente, no entanto três meses foram decorridos sem que Francisco desse cumprimento de sua palavra; que ela respondente vendo a demora de seu noivo Francisco, deu queixa a sua mãe e esta tomou em consideração trazer ao conhecimento a polícia; que o seu noivo Francisco havia ajustado casamento desde Novembro do ano próximo passado (...) ⁵

Para conseguir comprovar a sedução, engano ou fraude, as mulheres tinham que articular um discurso bastante convincente sobre sua honestidade, dentro de todos os parâmetros estabelecidos pelo saber médico e jurídico. Várias versões sobre a honestidade da vítima e do acusado eram elaboradas. O tribunal se tornava um palco e os atores jurídicos – a ofendida, o acusado, os advogados, os promotores e os juízes – tinham que usar a parte do “real” que melhor reforçasse o seu ponto de vista. E assim era construído um modelo de culpa e um modelo de inocência (ESTEVES, 1989, p. 38).

A honra da mulher não estava somente relacionada à virgindade, mas, também, aos seus comportamentos e modos de ser. Era preciso demonstrar a honestidade da ofendida. Os advogados, promotores e juízes assumiam papéis muito importantes nos tribunais quando iam fazer suas defesas, acusações e/ou declarações, pois eles levavam sempre em conta os precedentes da ofendida, definindo se ela merecia o apoio e a proteção da Justiça (ESTEVES, 1989, p. 39-43). Isto é, a honestidade era um elemento subjetivo fundamental nos julgamentos dos crimes. A questão não estava ligada simplesmente à repressão de um ato criminoso, ou à retribuição pertinente ao caso, mas tratava-se também de uma missão de formar o cidadão completo, cumpridor de seus papéis como trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado.

Enquanto a honestidade do homem era analisada a partir do trabalho - pois “um homem honesto era aquele considerado um bom trabalhador, respeitável e leal; ele não desonraria uma mulher ou voltaria atrás em sua palavra” -, a honestidade da mulher passava pelos seus comportamentos (da sua família e das testemunhas) perante a sociedade e “referia-se à virtude moral no sentido sexual” (CAULFIELD, 2000, p. 77). Como Martha Esteves observou para o Rio de Janeiro, era “através dos comportamentos e declarações dessas ofendidas, mulheres simples na totalidade, nossos juristas, no processo de acusação, defesa ou julgamento, cumpriam seu papel pedagógico da Justiça: protegiam ou condenavam os comportamentos populares” (1989, p. 39-43). Daí a importância

⁵ Francisco Baptista Cunha, S/N, Caixa 772, Ano 1907. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

das testemunhas e de seus depoimentos para “salvar” as ofendidas. Neste caso, também estava em jogo a própria conduta das testemunhas para a análise da honestidade da ofendida. Desta forma, percebe-se que o papel da Justiça perpassava por práticas pedagógicas distintas: marginalizar ou civilizar os hábitos e comportamentos amorosos dos populares.

Assim, no processo de defloramento da menor Adelina Patriarcha de Oliveira contra o seu noivo Francisco Batista da Cunha, cinco testemunhas foram depor a favor de Adelina, na defesa da sua honra, sendo três amigas da ofendida e da sua mãe, dona Maria Francisca da Conceição. Com o parecer do exame médico, com os depoimentos das testemunhas e, mesmo, com o depoimento de Francisco que dizia que Adelina desde bem antes de namorá-lo já não era mais “donzela”, assim mesmo, no dia 16 de dezembro de 1907 a denúncia contra Francisco foi declarada como procedente e ele preso na Casa de Detenção da cidade. Porém, em 11 de janeiro foi expedido um pedido de alvará de soltura, com a própria assinatura, pois Francisco na tentativa de reparar o seu erro tinha se casado com Adelina⁶.

Casos como o de Adelina nem sempre eram julgados como procedentes. Muitos deles nem chegavam aos tribunais. Mas seria bem provável que Francisco não aceitasse casar com Adelina se o processo fosse julgado como improcedente. Como assinala Buriti, perder a virgindade significava a perda de “um valor de troca de preço altíssimo e a oportunidade de um bom casamento (...), a chance de viver um futuro digno de uma donzela” (2004, p. 8).

Percebemos que no processo Adelina correspondeu ao padrão de moça honesta que a Justiça podia proteger, caso o contrário, Francisco não seria punido e ela teria sua honra maculada.

Também a denúncia do defloramento de Maria das Mercês Nunes de Queiroz, “com dezoito anos de idade, de cor parda, digo de cor branca, de altura mediana, (...), de constituição regular, de temperamento lymphático (...)”⁷, cigareira da Fábrica Lafayette, contra Selidônio Vieira da Paz, de 21 anos de idade, guarda da Casa de Detenção do Recife, foi julgada como procedente e o acusado preso no lugar onde trabalhava. Para isso, percebe-se nos autos dos depoimentos que a ofendida e sua mãe reuniram muitas testemunhas para comprovar a honestidade de Maria das Mercês e da sua mãe, dona Eudócia Nunes de Queiroz. Como se observa no depoimento de Francisco Damião de Barros, 21 anos, proprietário de carroças, casado, sabendo ler e escrever:

(...) e as perguntas que lhe foram feitas respondeu do modo seguinte: Que há cerca de duas semanas ouviu dizer que um indivíduo de nome Selidônio, deflorou uma moça de nome Maria das Mercês, filha de Eudócia

Queiroz; que ele respondente não conhece o referido Selidônio, autor do defloramento de Maria das Mercês; que conhece Eudócia e a filha desta, e sempre ouviu fazer-se da mesma família os melhores conceitos, muito embora pobre, porém vivendo honestamente do resultado do seu trabalho (...)⁸

Nos 45 processos pesquisados constata-se que a maioria das denúncias que chegaram aos tribunais foi de ofendidas de cor parda, mais de 50% (tabela 1). Esta categoria, segundo Caulfield, era como uma categoria constituída por “uma variedade de tipos reconhecidos pelos brasileiros como uma mistura de negros, índios e descendentes de europeus, que não eram oficialmente reconhecidos pelas autoridades como brancos nem como negros” (CAULFIELD, 2000, p. 282).

Tabela 1
Quantidade de processos pela cor das ofendidas

Cor	Quantidade	Porcentagem
Branca	13	28,9%
Parda	23	51,1%
Preta	8	17,8%
Não mencionada	1	2,2%
Total	45	100%

Fonte: 45 processos pesquisados.⁹

A definição da cor das ofendidas geralmente era identificada através do exame de corpo e delito, não sendo mencionada como fator determinante dentro dos discursos jurídicos, ganhando ênfase apenas nos exames feitos pelos médicos-legistas. Segundo Lilia Schwarcz, no início do século XX havia uma disputa pela hegemonia intelectual em relação às teorias de miscigenação entre a escola de direito e a escola de medicina. Enquanto os juristas acreditavam numa prática que estava acima das diferenças sociais e raciais, através da elaboração de um código unificado, os médicos brasileiros acreditavam que a mistura racial era um veneno para a nação e que somente de suas mãos sairiam o antídoto aos males. Talvez seja por essa razão que não se observa um debate intenso entre os juristas em relação à raça dos envolvidos, o que explica também porque a cor era um elemento indispensável pelos médicos-legistas.

Além disso, a identificação da cor das ofendidas era um fator muito subjetivo, pois não se tratava de uma autoidentificação da própria ofendida, mas

⁶ Francisco Baptista Cunha, S/N, Caixa 772, Ano 1907. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

⁷ Selidônio Vieira da Paz, S/N, Caixa 772, Ano 1907. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

⁸ Idem.

⁹ Processos-crimes de defloramentos, pesquisados no Memorial da Justiça de Pernambuco, referentes à Comarca do Recife entre os anos de 1900-1912.

dependia muito da percepção dos juristas e médicos-legistas. Portanto, era bastante comum em um mesmo processo a ofendida ser identificada no exame de corpo e delito por uma cor e na certidão de batismo por outra cor.

Devemos atentar, ainda, para o fato de que no início do século XX as ideias de branqueamento da população brasileira tinham bastante relevância nos debates, já que estavam ligadas principalmente à ideia da construção de uma identidade nacional homogênea. Os debates em torno das questões raciais se concentraram especialmente nas escolas de direito e medicina, em que de um lado se propunha a lei, do outro um antídoto aos efeitos da miscigenação no Brasil. O tema de uma nação mestiça gerou novos dilemas entre os cientistas brasileiros. Se por um lado era oportuno falar em raça, visto que possibilitava certa naturalização das diferenças, principalmente as sociais; por outro lado, significava a inexistência de futuro para uma nação mestiça, uma vez que as teorias evolucionistas pregavam que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro e seria a causa da degeneração do indivíduo e, conseqüentemente, da coletividade.¹⁰

Enquanto a cor das ofendidas era uma das características relevantes nos processos, a cor do acusado raramente era mencionada. Apenas em dois processos foi apresentada a cor do acusado, sendo um contra José Francisco Flor¹¹, acusado e condenado como autor do estupro de Maria José, e outro contra João de Tal,¹² acusado como autor do defloramento de Isabel Maria da Conceição. Isso reforça as práticas dos juristas em relação às questões da raça nos processos pesquisados, pois nos dois casos percebemos que a cor do réu só foi mencionada, de alguma forma, devido à atuação dos médicos-legistas. No primeiro caso, a menção da cor só foi possível através do auto de arquivamento do processo, em que o acusado preso há seis anos havia morrido em decorrência de varíola, como constata-se no seguinte trecho: “José Francisco Flor, filho de Amaro José Felipe e Florencia de Tal, pernambucano com 35 anos de idade, casado com Joaquina Carneiro, preto e agricultor, (...). Faleceu ali (na Casa de Detenção) no dia 28 de Novembro de 1913, de varíola.”¹³

No segundo caso, a cor do acusado é citada logo no início do processo, na denúncia que o promotor público enviava ao tribunal, coisa muito incomum nos processos pesquisados. Na denúncia encaminhada pelo 1º promotor público, Thomas Luís Caldas Filho, há uma tendência discriminatória, pois o acusado é identificado como João de Tal, e até o final do processo não foi mencionado o sobrenome do acusado, além de aparecer características físicas do acusado, expressando mais uma vez os discursos médicos, da antropologia criminal, que

10 Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017 Acesso em: 15 mai. 2011. p. 137.

11 José Francisco Flor, S/N, Caixa 772, Ano 1907. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

12 João de tal, S/N, Caixa 760, Ano 1901. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

13 José Francisco Flor, S/N, Caixa 772, Ano 1907. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

colocavam em questão o indivíduo mestiço como propício à criminalidade. A exceção nos processos chama a atenção:

O 1º promotor público da capital, em virtude de suas atribuições e firmado nas diligências policiais juntas, vem perante V. S. denunciar de João de Tal, residente no engenho São Paulo, da Freguesia de Afogados, com a profissão de funileiro, de corpo regular, de cor parda (...) ¹⁴.

Na análise dos processos pesquisados há outro fator importante. Numa perspectiva quantitativa dos desfechos das denúncias, constata-se que as decisões dos juízes apresentaram maior proporção percentual de procedências de denúncias nos casos em que as ofendidas foram consideradas pretas (50%) e pardas (39,2%) (tabela 2), o que significa dizer que os juízes aceitaram as denúncias feitas por essas moças e mulheres de cor e procuraram punir ou fazer valer as promessas feitas pelos réus. Já nos processos movidos pelas mulheres brancas, apenas 7,7% foram considerados procedentes. Neste sentido, as decisões judiciais parecem assinalar outra perspectiva da questão racial. Esses juristas, principalmente oriundos da Escola de Direito do Recife, utilizavam as teorias germânicas sobre determinações das raças e defendiam a mestiçagem moral e física como estratégia de unidade nacional. Observa-se, ainda, que nos processos julgados improcedentes a cor das ofendidas é inversa: registra-se maior proporção às consideradas de cor branca (61,5%), seguidas pela parda (30,4%) e preta (12,5%). No entanto, não se pode deixar de pontuar que a quantidade de processos em que as ofendidas são de cor preta, provavelmente, é bem menor do que deveria ser.

Tabela 2

Relação entre a “cor” das ofendidas e as decisões dos juízes

Decisões dos juízes	Cor das ofendidas					
	Brancas		Pardas		Pretas	
	Porcent.	Quant.	Porcent.	Quant.	Porcent.	Quant.
Procedentes	7,7%	01	39,2%	09	50%	04
Improcedentes	61,5%	08	30,4%	07	12,5%	01
Extintos por casamento	23,1%	03	17,4%	04	25%	02
Extintos por outros motivos ¹	7,7%	01	13%	03	12,5%	01
Total	100%	13	100%	23	100%	08

Fonte: 44 processos analisados; 1 processo a cor não foi identificada.

14 João de tal, S/N, Caixa 760, Ano 1901. Comarca de Recife. Memorial da Justiça de Pernambuco.

Considerações Finais

Honra, sexualidade e relações de gênero são os elementos principais analisados nos processos criminais de defloramento deste trabalho. Através da intervenção da Justiça nos casos de amores mal resolvidos que se instituíam os modelos de feminilidades e masculinidades ideais dentro dos padrões burgueses, de ordem e progresso da nação brasileira.

Os símbolos culturais evocam múltiplas representações, frequentemente, contraditórias, o que vale para se pensar a feminilidade. Neste sentido, o comportamento feminino era visto de forma binária: da Maria, exemplo da pureza virginal e da maternidade, e de Eva, sedutora de Adão e perigosa. Esses dois modelos criavam tanto representações socialmente positivas, modelos a serem seguidos, ou representações negativas, como no caso das jovens defloradas. Desta forma, as ofendidas tinham que articular um depoimento convincente de que era uma moça honesta e que havia sido seduzida, de forma contrária não conseguiria ter sua honra reparada.

Deve-se atentar para o fato de que nesses conflitos a mulher não pode ser vista enquanto mera vítima, assim acabaríamos apenas (re)vitimizando-a, apesar de muitas vezes ser vítima. Mas deve-se entendê-la enquanto protagonista de sua história, na qual muitas vezes ela consentia com a relação sexual como parte de uma estratégia para acelerar o casamento. Como se sabe, o matrimônio era para a maioria das mulheres dessa sociedade o principal objetivo das suas vidas, principalmente nas classes abastardas. Nas camadas populares nem sempre a relação era sacramentada pelo casamento, pois existiam formas variadas de constituição da família, como por exemplo, o amasiamento - relação encontrada entre as testemunhas e muito comum entre os/as populares.

A prática do defloramento, como problema social, passou a ser criminalizada e ter uma alta demanda legal que afetava a sociedade. Ao mesmo tempo, dava visibilidade às divergências de concepção de mundo entre as elites e as camadas populares, principalmente envolvendo as concepções de família e normas de comportamentos aceitáveis para homem e mulher, a criação de uma legislação, que na teoria deveria proteger toda a sociedade, mas que na prática refletia os valores das elites e as hierarquias de gênero presentes no universo simbólico dos dois grupos, que consagravam uma maior liberdade aos comportamentos dos homens e restringia os comportamentos das mulheres.

Todavia, na maioria dos processos de defloramentos analisados, as mulheres estão em contato com a esfera pública, seja por exercerem uma profissão fora do lar familiar, seja por frequentarem as festas populares, nas praças e ruas, sobretudo, em companhias consideradas “inadequadas”. Algumas já tinham uma lista de relacionamentos anteriores. A maioria das mulheres das camadas populares não estava dentro do padrão de passividade defendido

pelos intelectuais da elite brasileira. Muito pelo contrário. Parecem exercer certa autonomia diante da própria vida.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Escrevendo e cartografando a cidade do Recife na passagem para o século XX. In: *Cahiers des Amériques Latines*. Paris, v. 48/49, p. 223-241, 2006. Disponível em: www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/CAL/cal48-49-etudes7.pdf Acesso em: 18 jan. 2011.

BURITI, Iranilson. *Façamos a família à nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30)*. Recife: 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

_____. Espaços de Eva: a mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (século XX). In: *Revista História Hoje*. São Paulo, n. 5, 2004. ISSN 1806.3993.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

DÓRIA, Carlos Alberto. A tradição honrada (a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana). In: *Cadernos Pagu* (2). Campinas, SP: 1994. p. 47-111.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

FREIRE, Thiago de Oliveira Reis Marques. *Em defesa da família: representação da família em dois jornais de Recife (1937-1945)*. Recife, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. *Os caminhos do olhar: circulação, propaganda e humor – Recife (1880-1914)*. Recife: 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

PONTUAL, Virgínia; PICCOLO, Rosane. A demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, Brasil. In: *Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/124.htm>. Acesso em: 18 jan. 2011.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Espetáculo da miscigenação*. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017 Acesso em: 15 mai. 2011.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991.

Violação da dignidade da mulher no cárcere: restrições à visita íntima nas penitenciárias femininas

Ana Carolina de Moraes Colombaroli

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Orientador: Paulo César Corrêa Borges

Introdução

A Constituição Federal instituiu, em seu art. 1º, o Estado Democrático de Direito, que tem como um de seus pilares a dignidade humana. Na Carta Magna, tratando de direitos e garantias fundamentais, afirma-se que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Tal proclamação de igualdade é reiterada, tendo como objeto o gênero, no inciso I do art. 5º: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

No mesmo sentido, por meio de publicação do Centro de Direitos do Homem das Nações Unidas, a ONU prevê regras mínimas que devem ser cumpridas no tratamento de reclusos (MORAES; SMANIO, 2002, p. 156). O princípio básico consagrado pela Organização das Nações Unidas é a igualdade, ao afirmar que:

as regras que se seguem devem ser aplicadas, imparcialmente. Não haverá discriminação alguma com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, meios de fortuna, nascimento ou outra condição. (MORAES; SMANIO, 2002, p. 157)

No entanto, a realidade prisional do Brasil, marcada pela superlotação, falta de acesso à saúde, ausência de atividades, levando a revoltas e violência, está muito longe de ao menos se parecer com as condições carcerárias proclamadas pela ONU, pela Constituição Federal, pela Lei de Execução Penal e pelos inúmeros tratados internacionais com os quais o Brasil assumiu compromissos, no que se refere ao tratamento dos presidiários.

Quando se volta o foco para os detentos do sexo feminino, a distância entre teoria e prática é ainda maior. O princípio da igualdade é, inúmeras vezes, simplesmente ignorado, notadamente sob o falso argumento de proteção da mulher custodiada contra abusos sexuais ou sua exposição, mesmo quando se refere ao exercício da livre disposição da própria sexualidade.

As normas penais e sua execução foram estruturadas (BORGES, 2007, p. 193), assim como outras formas de controle social, a partir do ponto de vista masculino, sendo as especificidades femininas desconsideradas (BUGLIONE, 2000, on-line), diante de uma sociedade com ranços machistas que vê a mulher na expressão da sexualidade apenas, como um objeto de satisfação masculina e com uma postura passiva, sem direito ao livre exercício da liberdade sexual, com o parceiro que quiser.

Embora a prisão se apresente como um espaço majoritariamente masculino, as taxas de delinquência feminina encontram-se em constante elevação. A mulher vem, ao longo do tempo, ampliando sua participação na sociedade, inclusive no mundo do crime (LIMA, 2006, p. 11), sendo uma constante o seu envolvimento com criminosos, que as iniciam na criminalidade.

Quanto ao perfil das encarceradas adotou-se como paradigma o das prisioneiras no Estado de São Paulo, onde foi realizada pesquisa pela FUNAP – Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel de Amparo ao Preso, em 2002 (HOWARD, 2006, p. 23 apud CASTILHO, 2007, p. 39). 75% das presas tinham entre 18 e 34 anos, 54% eram solteiras e somente 18% não tinham filhos, isto é, todas eram sexualmente ativas, e 82% das encarceradas eram mães e destas 66% declararam no ato da prisão que conviviam com seus filhos. Das encarceradas, 44% envolveram-se com drogas e 40% com roubo.

Dessa forma, este estudo tem por objeto central a revisão bibliográfica sobre a opressão de gênero vivenciada no sistema penitenciário brasileiro, tratando especificamente do aspecto da visita íntima para as mulheres em condição de encarceramento, tendo em vista sua importância para a materialização da dignidade humana das encarceradas e para materialização da igualdade, ambas proclamadas pela Constituição Federal, buscando determinar a sua natureza jurídica como sendo um direito inerente àquela dignidade, previsto inclusive na legislação infraconstitucional ou limitada à categoria de “regalia” administrativa, como instrumento de controle e mérito.

As mulheres presas

A mulher, mesmo quando inserida no contexto social, foi e continua sendo discriminada, excluída (FRANCO, 2004, p. 21). Apesar do desenvolvimento da ciência e do seu rompimento com a Igreja, a moral cristã relacionada à sexualidade continuou a influenciar as vidas das pessoas, o que pode ser notado com certa facilidade nos discursos criminológicos. É feito ainda uso de discurso médico e psicanalítico a respeito das diferenças entre masculino e feminino, transmitido entre gerações, impondo estereótipos entre os papéis sexuais (MARTINS, 2009, on-line).

Há de se considerar que a prisão, por si só, é um ambiente que favorece a violação de direitos. “O cárcere é uma instituição totalizante e despersonalizadora” (ESPINOZA, 2004, p. 78) e o indivíduo que nele se encontra apresenta ruptura, em diversos níveis, dos vínculos sociais. Não se trata apenas da perda da liberdade, mas da privação por completo da capacidade de autodeterminação.

O cárcere produz em seus internos – quer sejam homens, quer sejam mulheres – efeitos e sentimentos análogos (LOPES, 2007, on-line). A despeito disso, na prisão, homens e mulheres formam sistemas sociais distintos e são socializados de maneira diferente, havendo uma maior incidência de objetivos moralizadores

nas mulheres presas, para que estas assumam valores de passividade e submissão (ROSTAING apud ESPINOZA, 2004, p. 81), retomando o papel esperado pela sociedade, de esposas e mães exemplares, dedicadas às suas famílias e aos homens.

Tratar da mulher no sistema penitenciário apresenta um dilema, pois a esta sempre coube cuidar da família, dos afazeres domésticos, dos filhos, e essa é a imagem associada no imaginário social, como alguém frágil e dócil. Como poderia, ela, então, estar confinada por descumprir as regras sociais? (LIMA, 2006, p. 11)

A “educação penitenciária” busca, prioritariamente, reinstalar nas mulheres o sentimento de pudor, sendo estas objeto de incidência de objetivos moralizadores (ESPINOZA, 2004, p. 79-81), o que representa uma intervenção estatal na autodeterminação das pessoas, como corolário da dignidade humana e da liberdade de orientação e formação.

É importante ressaltar que as mulheres encarceradas são relegadas a segundo plano no sistema carcerário. Consoante informações do Departamento Penitenciário Nacional, há apenas 58 presídios no país que se destinam apenas à detenção de mulheres. A maioria dos estabelecimentos penais em que elas se encontram detidas são mistos, e neles são adaptadas alas e celas para as mulheres, sem qualquer tipo de tratamento voltado para a ressocialização das presas, com equipamentos como creche ou berçário para seus filhos.

O tratamento prisional para a encarcerada é pior que o dispensado aos homens, que também têm precárias condições no cárcere, porém a desigualdade de tratamento é patente e decorrente de questões culturais vinculadas à visão da mulher como presa e com direitos ao tratamento condizente com as suas peculiaridades e necessidades, próprias da aplicação do princípio constitucional de individualização da pena, da qual decorre a regra constitucional de Direito Penal explicitada no artigo 5º, inciso XLVIII, segundo o qual “...a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado...” (BORGES, 2005, p. 87).

Então, uma das consequências da não-aplicação da individualização da pena, em geral, é negar ou impedir que “...a dinâmica punitiva estatal se volte às finalidades político-criminais, reconhecendo que cada fato ou delinquente possui peculiaridades dependentes de um tratamento diferenciado...” (CASTRO, 2010, p. 83).

Com efeito, além do descumprimento daquela regra constitucional na prática prisional brasileira, dele decorre a discriminação e opressão da mulher encarcerada, porquanto, conforme explica Castilho (2007, p. 38), citando GARCIA:

...a prisão para a mulher é um espaço discriminador e opressivo, que se expressa na aberta desigualdade do tratamento que recebe, no sentido diferente que a prisão tem para ela, nas consequências para sua família, na forma como o Judiciário reage em face do desvio feminino e na concepção que a sociedade atribui ao desvio.

As encarceradas encontram-se multiplamente excluídas e estigma-tizadas. Carregam o estigma, inicialmente, de serem mulheres. Em sua maioria, as presidiárias são de baixa renda e escolaridade precária, carregando consigo a marca da pobreza. Posteriormente, com o seu ingresso na prisão, recebem a cicatriz de delinquente, que se perpetuará mesmo após alcançarem a liberdade, o que é bem explicado pela Teoria do Labeling Approach (GENOVÉS; UTNE; ILLESCAS, 1999, p. 369).

As políticas penitenciárias foram pensadas pelos homens e para os homens. As mulheres são, portanto, uma parcela da população carcerária situada na invisibilidade, suas necessidades por muitas vezes não são atendidas, sua dignidade é constantemente violada.

Talvez isto decorra da circunstância de que as políticas penitenciárias estejam voltadas para as altas estatísticas da criminalidade masculina, que prepondera em todos os países do mundo (GENOVÉS; UTNE; ILLESCAS, 1999, p. 304), chegando-se mesmo à tentativa de explicação daquela diferença por meio da preparação e características esperadas das mulheres, no sentido de preocupar-se com as demais pessoas e de cuidar de suas relações humanas, e, por isso, “...es más improbable que se conduzca violentamente con otros. Si las mujeres están más preparadas para eso, es possible que dimane de esta preparación mayor en sus relaciones humanas una menor tendendia a delinquir o a ser agresivas.” (GENOVÉS; UTNE; ILLESCAS, 1999, p. 308).

A reduzida presença numérica das mulheres perante a população carcerária masculina não pode ser usada como justificativa para a violação de seus direitos. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, no Brasil, elas representam cerca de 6,5% dos presidiários. No entanto, deve-se levar em conta que a taxa anual de crescimento do número de mulheres encarceradas é de 11,5%, muito superior à masculina. É de suma importância que as necessidades femininas sejam levadas em conta pelo sistema carcerário.

Visita íntima

A visita íntima é autorizada na maior parte dos países latino-americanos. O México foi pioneiro. No Brasil, foi consentida pela primeira vez em 1924, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, àqueles encarcerados que fossem casados civilmente e tivessem bom comportamento. Em 1929, já não era necessária a exigência do casamento civil e, em 1933, esse tipo de visita foi estendido aos presos provisórios. Na Argentina, iniciou-se em 1931 e em Cuba, em 1938 (BITENCOURT, 2004, p. 216). Atualmente, a visita íntima é permitida em todos os estabelecimentos prisionais masculinos no país.

A despeito disso, a visita íntima foi regulamentada às mulheres pela primeira vez em 1999. No Estado de São Paulo, o direito à livre disposição da própria sexualidade da mulher encarcerada só foi reconhecido em dezembro de 2001.

Ignora-se que a atividade sexual é elementar e instintiva. Sendo assim,

é impossível seu controle por meio da reclusão. É contraditório buscar a ressocialização da encarcerada, ao mesmo tempo em que se ignora a questão sexual, acreditando que esta não merece atenção especial. Ao ser reprimido o instinto sexual, não se contraria apenas as leis da natureza, mas também a vontade do indivíduo (BITENCOURT, 2004, p. 202-203). A abstinência sexual imposta pode gerar problemas psicológicos, favorecendo condutas inadequadas, deformando a auto-imagem do recluso, destruindo sua vida conjugal e induzindo a desvio de comportamento, segundo a orientação sexual original, forçadamente, e muitas vezes com graves sequelas psicológicas.

Neste sentido, é a lição de Bitencourt:

A imposição da abstinência sexual contraria a finalidade ressocializadora da pena privativa de liberdade, já que é impossível pretender a readaptação social da pessoa e, ao mesmo tempo, reprimir uma de suas expressões mais valiosas. Por outro lado, viola-se um princípio fundamental do direito penal: a personalidade da pena, visto que, quando se priva o recluso de suas relações sexuais normais, castiga-se também o cônjuge inocente (2004, p. 220).

Na atualidade, considera-se que a privação de relações sexuais corresponde a um tratamento cruel dentro das prisões, representando uma punição excessiva e sem justificativa legal (BITENCOURT, 2004, p. 219). Todavia, quando a maioria dos autores tratam da visita íntima, simplesmente fecham os olhos para a mulher em condição de encarceramento.

Ainda há grande dificuldade para reconhecer o direito da mulher sobre o próprio corpo, seus direitos sexuais e reprodutivos na sociedade em geral. A dificuldade é ainda mais grave para as presas (LIMA, 2006, p. 15). Permitir a visita íntima significaria conceder liberdade feminina numa sociedade ainda patriarcal e sexista, na qual, embora seja garantida constitucionalmente a igualdade entre os sexos, ainda se constata a discriminação das mulheres no cotidiano (SANTOS et.al., 2003, on-line).

É evidente o protecionismo discriminatório existente ao tratar da sexualidade feminina. A mulher encarcerada é desestimulada em sua vida sexual pela burocratização do acesso à visita íntima, havendo ainda que se considerar que o sistema punitivo brasileiro não possui uma coerência na execução da pena, fazendo com que os presidiários tenham de se adaptar às ideologias dos novos diretores (BUGLIONE, 2000, on-line).

Constata-se que as mulheres são mais submissas aos regulamentos das prisões, tendo receio de lutar pelo direito à visita íntima, temendo ser consideradas promíscuas, reafirmando, destarte, a predominância da educação patriarcal imposta há séculos (SANTOS et. al., 2003, on-line). Muitas vezes, a discriminação vem das próprias encarceradas, pois a mulher:

...se sente humilhada por manifestar o desejo de ter 'desejo', quando vai para a visita íntima. Neste caso, o delito é o desejo. E, sendo assim, ela é julgada e condenada. Nesse tribunal, as participantes são as próprias mulheres, sejam as que se encontram nas mesmas condições, isto é, presas, sejam as 'outras', isto é, mulheres trabalhadoras da instituição (LIMA, 2006, p. 79).

O discurso proclamado pelas autoridades e funcionários das instituições penitenciárias para justificar a desigualdade entre homens e mulheres, no tocante à visita íntima, tem como base argumentos de que a mulher engravida, tem necessidades sexuais diferentes das masculinas e, portanto, não necessitaria de relações sexuais (LIMA, 2006, p. 11-12). Tais explicações em muito se aproximam daquelas culturas em que se extirpa o clitóris desde criança.

As condições de visita íntima nos presídios masculinos seguem regras bem diferentes daquelas destinadas aos estabelecimentos femininos. São menos rígidas, organizadas de maneira a favorecer o contato com as parceiras, facilitando a presença das mesmas, assim como a manutenção do elo familiar. Propiciam-se condições para que o encarcerado possa aplacar a sua concupiscência, garantindo a satisfação e tranquilidade masculinas e, por via de consequência, o controle da prisão, para evitar amotinamentos. Entretanto, a lógica se inverte em relação às mulheres, nas quais não se vêem as mesmas necessidades sexuais e chega-se mesmo a inverter até a lógica constitucional do planejamento familiar - o qual é direito do casal, sendo vedada a intervenção estatal na matéria - pretendendo-se evitar gravidez decorrente dos relacionamentos sexuais, durante as visitas íntimas.

Ao comparar as visitas íntimas nos presídios femininos e masculinos, torna-se evidente a discrepância no que diz respeito à autorização de visita para os que não são casados legalmente. Lima (2006, p. 57), em pesquisa realizada na Penitenciária Feminina da Capital de São Paulo, ressalta a ausência de equidade em relação aos presos, uma vez que para que elas inscrevam seus companheiros para realização da visita íntima é necessário ter comprovada a vida conjugal. Tal critério acaba por discriminar a maioria delas. Dessa forma:

...a interpretação da opção ou não pela visita íntima passa, num primeiro momento, pela desigualdade de gênero, que se reproduz intra-gênero, tornando as mulheres não somente diferentes dos homens, mas desiguais em relação a eles e às outras mulheres, pelo valor social atribuído à instituição do casamento ou laços de conjugalidade. Assim, são submetidas, na condição de mulheres presas, a uma norma que vincula sua sexualidade ao casamento ou laços comprovados de conjugalidade com o parceiro, o que pode excluir as mulheres que, mesmo possuindo companheiros e/ou namorados, não podem usufruir desse direito (LIMA, 2006, p. 57).

Foi observado por Buglione (2000, on-line), nos presídios de Porto Alegre, que na prisão masculina basta que a companheira declare por escrito sua

condição para que o recluso receba visitas íntimas até oito vezes ao mês. Mas para que a apenada tenha direito à visita do parceiro, este deve comparecer a todas as visitas familiares semanais, sem possibilidade de relação sexual, durante quatro meses seguidos e ininterruptos. Feito isso, a concessão à visita íntima ainda dependerá do aval do diretor do presídio para que aconteça, no máximo, duas vezes ao mês.

Durante a permanência nas prisões, devido à dependência e solidão afetiva, muitas mulheres tornam-se homossexuais circunstanciais. Há um rompimento com seu instinto sexual, segundo Buglione (2000, on-line). Como muitas mulheres não podem se relacionar com seus namorados ou parceiros, acabam se relacionando com quem está acessível, a exemplo do que também ocorre em outras instituições totais.

Por outro lado, existe uma parcela de presidiárias homossexuais que têm companheiras extramuros, mas não podem receber a visita íntima, pois esta não é permitida para parceiras do mesmo sexo, representando outra discriminação pautada pela orientação sexual, o que, em síntese, representa outra forma de homofobia.

Legislação aplicável

Antes de tudo, é necessário fazer a análise legislativa da Constituição Federal, que proclama, no inciso I, de seu art. 5º, a igualdade entre os sexos.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição.

Sendo assim, a visita íntima, ampla e facilmente permitida aos homens encarcerados, deveria ser entendida às mulheres encarceradas da mesma forma. No entanto, essa ideia não traduz a realidade brasileira.

A visita íntima é uma questão contraditória na legislação nacional. A Lei n. 7.210, de 11-07-1984, Lei de Execuções Penais, regulamenta a execução das penas privativas da liberdade e as medidas de segurança, bem como as demais medidas reabilitadoras do condenado (MIRABETE, 2004, p. 21). Tal lei inicia-se tratando das finalidades da pena.

Art. 1º - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

A partir da Escola do Neodefensismo Social, buscou-se a instituição de uma política criminal fundada na ideia de que a sociedade só é realmente defendida quando se propicia ao condenado a adaptação ao meio social. Os vínculos sociais, afetivos e familiares são importantes para afastar o indivíduo da delinquência e proporcionar seu retorno à sociedade de forma efetiva. E, para a manutenção dos laços afetivos com o parceiro ou parceira, é de extrema importância que sejam mantidas as relações sexuais com certa frequência.

Já o art. 3º da mesma lei trata da preservação dos direitos dos condenados:

Art. 3º - Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único - Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

O condenado não deve cumprir, seja quantitativa, seja qualitativamente, pena diversa daquela que lhe for aplicada pela sentença. Os direitos a ele resritos devem estar diretamente expressos na sentença. Todos os outros direitos inerentes à dignidade humana permanecem intactos.

Conforme esclarecido por Mirabete (2004, p. 39), com o intuito de impedir o excesso ou desvio da execução que comprometa a dignidade humana, a LEP torna expressa a titularidade de direitos constitucionais dos encarcerados ao mesmo tempo em que assegura também direitos para que eles, em sua condição particular, possam desenvolver-se no sentido da reintegração social.

(...) o juiz tem apenas a faculdade de privar o delinquente de sua liberdade, porém não há lei que determine infligir-se a ele o castigo acessório da castidade forçada, temporária mutilação funcional do ardor erótico (MIRABETE, 2004, p. 120).

O princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal, assim como nas Regras Mínimas para o Tratamento do Preso da ONU, é repetido no parágrafo único daquele mesmo artigo 3º, afastando discriminações de ordem racial, social, política e religiosa. Então, é proibido qualquer tipo de discriminação durante a execução penal. Esse princípio não pode ser ignorado devido a determinações com base na individualização da pena ou tratamento do condenado. Nessa regra inclui-se a proibição implícita de tratamento diferenciado dos homossexuais, porquanto representaria discriminação por orientação sexual.

Ressalta-se, no entanto, que a Lei de Execuções Penais, não se adequou à igualdade entre homens e mulheres garantida pela Constituição de 1988, adotando na execução criminal o parâmetro masculino, seja por uma questão cultural, seja por uma questão numérica ou estatística.

É no art. 41, inciso X, que está reconhecido o direito do preso a receber visitas, *in verbis*:

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

(...) X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados.

Parágrafo único - Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

É fundamental para a reintegração social do encarcerado que ele não perca contato com o mundo exterior, que as relações com os familiares e amigos não sejam debilitadas. Mantendo laços com pessoas que se encontram fora do presídio, o preso não se sente como excluído totalmente da sociedade.

A visita íntima, entretanto, não é prevista de forma expressa, em momento algum, na LEP. A partir do art. 41, inciso X, interpretado de forma extensiva, vem sendo concedida aos presos, em caráter experimental, a visita íntima de cônjuge ou companheira, notadamente ao se considerar que a visita do cônjuge ou da companheira também abrange o relacionamento íntimo.

É flagrante a restrição machista do próprio legislador brasileiro que referiu-se ao cônjuge, que abrange o marido e a esposa, no sentido tradicional do casamento civil ou religioso, e, quanto ao concubinato, referiu-se à companheira, estabelecendo uma restrição ao companheiro da encarcerada, sem qualquer amparo constitucional.

Melhor teria sido o legislador referir-se a expressões genéricas, como convivente, caso mantida a restrição daquele direito à visita íntima aos que mantinham fora do cárcere e na sua constância relacionamento estável. Ainda assim, persistiria o viés moral de impedir relacionamentos sexuais, antes do casamento ou do concubinato, estabelecendo discriminações por dogmas religiosos, em detrimento da livre disposição da própria sexualidade garantida pela Constituição Federal, também àqueles que mantêm relacionamento amoroso menos estável, como em decorrência de simples namoro. Este tipo de violação do princípio constitucional da igualdade, pelo próprio legislador penal, já foi ressaltado na doutrina (BORGES, 2007, p. 193).

Por outro lado, o parágrafo único daquele mesmo artigo 41, da LEP, dispõe que as visitas podem ser suspensas por ato do diretor do presídio. Com isso, a visita ao preso deixa a categoria de direito para tornar-se regalia, que pode ser suspensa a qualquer momento pelos funcionários penitenciários.

Somente com a Resolução nº 1, de 30 de março de 1999, que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) recomendou aos Departamentos Penitenciários estaduais que seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos recolhidos nos estabelecimentos prisionais. O CNPCC considera a visita íntima como um direito constitucionalmente assegurado aos presos.

Art. 1º - A visita íntima é entendida como a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge e outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas.

Nota-se no artigo acima que, pela primeira vez, foi reconhecido o direito à visita íntima da mulher encarcerada. Só a partir de então as unidades da federação passaram a instituí-la nos presídios estaduais.

Necessário ainda é ressaltar que estas devem acontecer em local apropriado. É garantida ao preso a visita íntima com periodicidade, ao menos, mensal, como estabelece seu artigo 3º. A resolução ainda assegura que a visita íntima não pode ser suspensa por sanção disciplinar, como segue:

Art. 4º - A visita íntima não deve ser proibida ou suspensa a título de sanção disciplinar, excetuados os casos em que a infração disciplinar estiver relacionada com o seu exercício.

Entretanto, os dois artigos acima dispostos vão de encontro ao parágrafo único do art. 41 da Lei de Execuções Penais, que prevê a suspensão não só das visitas íntimas, mas de qualquer tipo de visita, por simples decisão do diretor do estabelecimento prisional. Eventual superação do conflito não pode se dar por mera prevalência da natureza jurídica daquelas normas, isto é, a lei ordinária deveria prevalecer sobre resoluções, de caráter administrativo, porquanto deve prevalecer um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, previsto no artigo 1º da Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana.

Direito ou regalia?

Foi possível perceber nas linhas anteriores que a visita íntima não está devidamente regulamentada no ordenamento jurídico brasileiro, o que causa discrepâncias no tratamento dos presidiários pelo país, ainda mais quando analisado sob o prisma de gênero.

A legislação de execução penal outorga poderes muito amplos aos funcionários penitenciários e tem um conceito vago de disciplina, “a autoridade dos guardas é sempre mantida, independente da veracidade de suas denúncias” (FRAGOSO; CATÃO; SUSSEKIND, 1980, p. 34).

Os funcionários e diretores prisionais têm o “poder da caneta”, que insere-se no cotidiano prisional e deixa marcas profundas nos comportamentos dos reclusos. Com esse poder é instalada uma regra baseada na ordem conseguida pelo medo (ESPINOZA, 2004, p. 148). A prisão é, por si só, criadora de condições de dominação, na qual os que têm poder têm também tendência a abusar dele, em menor ou maior intensidade (FRAGOSO; CATÃO; SUSSEKIND, 1980, p. 35).

Subordinar a visita íntima à disciplina dos detentos é dar aos diretores e funcionários o poder sobre as vidas afetivas dos internos, estimulando ou restringindo suas possibilidades de reintegração social e contatos com o mundo exterior. Tais restrições devem ser consideradas inconstitucionais, mesmo quando oriundas do poder legislativo, ao editar normas infraconstitucionais (art. 41, X, LEP), uma vez que a Constituição Federal garante, em seu art. 5º, inciso X, a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, além dos princípios da dignidade humana (art. 1º) e da isonomia (art. 5º), sem qualquer discriminação em decorrência do sexo.

No entanto, o abuso de poder é facilmente percebido com a obstaculização da visita íntima nas penitenciárias femininas, sob o pálio de um protecionismo discriminatório notadamente machista. Um percentual significativo de encarceradas afirma não receber a visita íntima por ser muito difícil de conseguir (BUGLIONE, 2000, on-line). Grande parte dos estabelecimentos prisionais brasileiros nem sequer permite a visita íntima para as mulheres.

Mirabete (2004, p. 121) considera que:

(...) a tendência moderna é considerá-la [a visita íntima] como um direito, ainda que limitado do preso. É um direito limitado por não ser expresso na lei como direito absoluto e sofrer uma série de restrições tanto com relação às pessoas, como às condições que devem ser impostas por motivos morais, de segurança e de boa ordem do estabelecimento.

Contudo, tantas restrições impostas à visita íntima, principalmente no tocante às mulheres presas - além da possibilidade de suspensão ou restrição desta por mera vontade do diretor do presídio -, não são admitidas pelo Direito Constitucional brasileiro, nem mesmo se limitadas à mulher encarcerada, posto que são decorrentes de uma visão machista e sexista.

O respeito aos direitos dos presos decorre da própria dignidade humana e de diversos dispositivos da legislação infraconstitucional, valendo destacar que as visitas constituem-se em um direito dos encarcerados, homens ou mulheres, inclusive a visita íntima (MIRABETE, 2004, p. 125), pois nos termos do artigo 41, inciso X, da Lei de Execução Penal brasileira, “...não foi um direito atingido pela sentença, embora possa ser limitado (artigo 41, parágrafo único, LEP)” (CASTRO, 2010, p. 95).

Entretanto, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional, apenas 9,68% das presas recebem visita íntima, realidade que difere drasticamente do que acontece nos estabelecimentos penais masculinos.

Alguns tentam justificar essa disparidade afirmando que as mulheres encarceradas não têm companheiros e que muitas delas, mesmo tendo parceiros, preferem não receber a visita íntima. Esta afirmação apenas ressoa o discurso de tantos séculos, de que a mulher não tem desejos sexuais, na sociedade patriarcal e machista, colimando o controle e a dominação pelo homem.

A porcentagem de mulheres que recebem a visita íntima é baixa porque o sistema penitenciário é carregado de objetivos moralizantes em relação a elas,

buscando incutir um sentimento de pudor e passividade. Elas são mais submissas aos regimentos prisionais e temem ser taxadas como promíscuas.

O CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária adotou medida relevantíssima ao estabelecer a visita íntima como um direito constitucional, que não pode ser suspenso a título de sanção disciplinar, exceto em casos relacionados a seu exercício. Somente dessa maneira, concomitantemente a medidas que facilitem o acesso das mulheres encarceradas à visita íntima, poder-se-á efetivamente considerá-la como um direito, na prática. No entanto, tal qual é hoje permitida, mostra-se claramente como mera regalia, a despeito do princípio da dignidade humana e da isonomia, além da previsão infraconstitucional do artigo 41, da Lei de Execução Penal. Esta situação deve ser alterada, principalmente diante da permissão facilitada aos homens, em verdadeira violação da equidade na execução penal, baseada na discriminação de orientação machista.

Conclusão

Ao adotar o Estado Democrático de Direito como fundamento e aderir à Escola do Neodefensismo Social, o Brasil assumiu o compromisso de proporcionar condições para a harmônica reintegração social do encarcerado, homem ou mulher. Para que isso ocorra, a visita íntima é de extrema importância, fazendo-se elemento fundamental para a ressocialização do recluso e da reclusa, ao estimular a manutenção de laços afetivos e familiares.

Ao tratar do universo feminino, esse tipo de visita, além de importante elemento dinamizador das relações familiares, contribui de forma decisiva para o fortalecimento da autoestima da detenta, inexistindo qualquer restrição constitucional para tanto, notadamente ao ser constatado o seu frequente e facilitado exercício nos estabelecimentos masculinos.

É necessária e urgente uma regulamentação da visita íntima, em nível nacional, abrangendo também ambos os sexos, garantindo-a como direito inerente à dignidade humana também das detentas, sejam elas hetero ou homossexuais.

Não obstante, ainda mais importante do que isso é o fim do protecionismo discriminatório direcionado às mulheres presas e a aplicação efetiva, ainda que tardia, do princípio constitucional da igualdade entre os sexos, no que se refere ao exercício do direito à visita íntima, facilitado aos homens encarcerados, mas extremamente dificultado às mulheres, pelo legislador brasileiro e pelas administrações penitenciárias.

Referências bibliográficas

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BORGES, Paulo César Corrêa. *Direito penal democrático*. 1. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

_____. A questão de gênero no Código Penal. In: BORGES, Paulo César Corrêa. (Org.) *O princípio da igualdade na perspectiva penal: Temas atuais*. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 193-210.

_____. (Org.) *Perspectivas contemporâneas do cárcere*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Vade Mecum. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Vade Mecum. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Sistema penitenciário no Brasil*: dados consolidados. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>>. Acesso em 28 out. 2010.

BUGLIONE, Samantha. A mulher enquanto metáfora do Direito Penal. In: *Jus Navigandi*. Teresina, ano 5, n. 38, 1 jan. 2000. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/946>>. Acesso em: 6 nov. 2010.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Execução da pena privativa de liberdade para mulheres: a urgência de regime especial. In: *Justitia*. São Paulo, n. 64, p. 37-45, jul./dez. 2007.

Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/25947/execucao_pena_privativa_liberdade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 nov. 2010.

CASTRO, Marcos Pereira. A dignidade do preso na execução penal e a responsabilidade do Estado. In: BORGES, Paulo César Corrêa. *Perspectivas Contemporâneas do Cárcere*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 73-128.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais.

Resolução nº 1, de 30 de março de 1999. Disponível em: <http://www.pgj.pb.gov.br/site/Internet/Conteudo/caimp/Arquivos/resolucao_n01_031999.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2010.

ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCrim, 2004. 183 p.

FRAGOSO, Heleno Claudio; CATÃO, Yolanda; SUSSEKIND, Elisabeth. *Direitos dos presos*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

FRANCO, Alberto Silva. Prólogo. In: ESPINOZA, Olga. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCrim, 2004.

GARCIA, Carmen Antony. Mujer y cárcel: el rol genérico en la ejecución de la pena. In: OLMO, Rosa dei (coord.). **Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina**. Caracas/Venezuela: Nueva Sociedad, 1998.

HOWARD, Caroline (Org.). *Direitos humanos e mulheres encarceradas*. São Paulo: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania; Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, 2006.

LIMA, Márcia de. *Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional*. Tese (Mestrado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-24032008-085201/pt-br.php>> Acesso em 23 out. 2010.

GENOVÉS, Vicente Garrido; UTNE, Per Stangeland; ILLESCAS, Santiago Redondo. *Principios de Criminología*. Valência/Espanha : Tirant Lo Blanch, 1999.

LOPES, Rosalice. Memórias de pesquisa: a experiência de uma psicóloga no interior de uma prisão feminina. In: *Imaginario*. São Paulo, v. 13, n. 14, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2007000100020&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 out. 2010.

MARTINS, Simone. A mulher junto às criminologias: de degenerada à vítima, sempre sob controle sociopenal. In: *Fractal: Revista de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, Abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 out. 2010.

MIRABETE, Julio Fabrini. *Execução penal: comentários à Lei n. 7.210/84*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

MORAES, Alexandre de; SMANIO, Giampaolo Poggio. *Legislação Penal Especial*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, Marli de Araújo et al. *A visita íntima no contexto dos direitos humanos: a concepção das reeducandas do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia*. Maceió: 2003. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigo/M/Marli_Araujo_51.pdf>. Acesso em 25 nov. 2010.

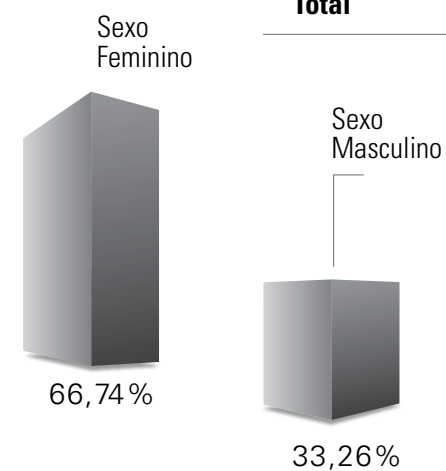
Introdução

A categoria Estudante de Ensino Médio continua sendo a que apresenta maior número de participações. Esta 7ª edição do Prêmio recebeu a inscrição de 3.376 redações vindas de todas as Unidades da Federação brasileira. Deste total, 66,74% foram inscritas por pessoas do sexo feminino e 33,26% do sexo masculino.

7º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO Categoria Estudante de Ensino Médio

Artigos Inscritos Segundo o Sexo

Sexo	Quantidade	%
Feminino	2.253	66,74%
Masculino	1.123	33,26%
Total	203	100%



Fonte: CNPq/SPM, 2011

O grande campeão das inscrições foi o estado de Minas Gerais com 24,26%, seguido de São Paulo com 16,68%. Em terceiro lugar está o Paraná (7,76%), em quarto o Rio Grande do Sul (7,11%) e em quinto o Mato Grosso do Sul (6,90%). Estes estados agregados respondem por 62,71% das inscrições totais.

O Prêmio contou com a adesão de todos os estados. O grande desafio a partir de agora é imprimir-lhe maior escala, obtendo uma participação massiva em todo o país. Assim, será fundamental a contribuição de todas e todos que almejam a construção da igualdade de gênero.

CATEGORIA
ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO
REDAÇÕES PREMIADAS NA ETAPA NACIONAL

AMAPÁ – Macapá**Ser menina, pobre e preta no Brasil***Bárbara Costa Ribeiro*

Escola Conexão Aquarela

Orientadora: Josiani Nascimento Dias

A primeira vez que me dei conta do abismo separando homens e mulheres foi quando descobri que meu pai ganhava mais que minha mãe, apesar de terem a mesma profissão.

Ele, por ser homem, detinha alguns privilégios. Para começar, sempre fazia suas rondas com um revólver, presente do chefe, com o qual poderia se proteger facilmente. Já mamãe, ela só contava com a ajuda dos próprios braços magros. Além de desarmada, também não tinha a chance de receber as mesmas comissões que papai, o qual fazia trabalhos extras como segurança.

Assim, muito jovem, dei-me conta de que, apesar de homem e mulher terem sido feitos “à imagem e semelhança de Deus”, os homens eram um bocadinho mais semelhantes, e por isso ganhavam mais.

Gradualmente, meus olhos se abriram para uma série de outras disparidades de gênero dentro de casa. Meu irmão, dois anos mais velho, sempre teve a notável preferência de papai, que frequentemente trazia balinhas para nós depois de alguma vigília. Todavia, somente para meu irmão trazia também revistas. Vai ver achava que mulheres não gostavam de ler. Pode ser até que minha mãe, inconscientemente, o tenha convencido disso, já que não lia nunca. Mas, pobrezinha, o que não admitira nem mesmo para o marido é que era quase analfabeta. Começara a trabalhar desde cedo e, atestando um triste clichê brasileiro, acabou largando os estudos.

Embora os gibis que meu irmão ganhava fossem uma prova incontestável de sua “superioridade” aos olhos de papai, só comecei a perder as estribeiras mais tarde, quando percebi que as mulheres da casa eram tratadas como criadagem. Fazíamos de tudo, eu principalmente. Desde lavar louça e trocar lâmpada até matar rato.

Meu pai e meu irmão não ajudavam. Este último só contribuía mesmo para as despesas, já que, ao longo dos anos, substituí os gibis pelas revistas de mulher pelada e a escola por uma namorada. Enquanto isso, além de estudar, eu tinha de limpar a sujeira, administrar a parca comida, lavar louça, roupa... Enfim, impossível não guardar ressentimentos. Àquela altura, eu já era uma bomba de rancor prestes a explodir.

Minha amargura só aumentou quando o papai deixou a gente. Eu estava então com quinze anos, meu irmão com uma namorada grávida e minha mãe com uma coletânea de olhos roxos. Foi uma dissolução traumática porque, embora mamãe, imbuída de coragem, tenha recorrido por conta própria à Lei Maria da Penha, nós dependíamos do pai para manter a casa financeiramente.

Ele mudara bastante nos últimos anos. Começara a beber e humilhar a família. E, apesar dos dissabores acumulados, logo após sua partida, mamãe morreu não apenas de remorso, mas também de tuberculose.

Eu e meu irmão, então, começamos a passar fome, como nunca antes. Fui impelida a trabalhar fora. Devido a tanto, eu me encontrava depressiva, ran-corosa, machucada... E cursava ainda o primeiro ano do ensino médio, pela terceira vez, reprovada consecutivamente.

Foi na escola que fiz outra descoberta, a que faltava para anular ainda mais minha autoestima já tão judiada. Descobri que era feia. Tal revelação veio no meio de uma aula, quando reparei que algumas colegas cochichavam, apontando para mim. Intuí que havia algo errado, senti-me desajustada, não só por ter repetido o ano.

Apesar de sermos um rebanho de miseráveis ali, era eu a ovelha negra, e isso contava mais. Senti de repente o peso plúmbeo da exclusão.

Com o passar do tempo, os cochichos e insultos aumentaram. O passatempo da turma era maldizer a minha aparência e cor de pele. Chamavam-me “nariz de fornalha”, “carne preta” e “Bombril”, por conta do meu “cabelo ruim”. Eles eram tão dissimulados ao me pisotear a alma que nenhum professor tomou conhecimento.

Houve um dia em que, demasiadamente oprimida, cheguei aos prantos em casa. Não tinha ninguém para me amparar, de modo que corri para o banheiro. Ali, de frente para meu algóz, o espelho baço, eu vi minha pele tão negra que beirava o roxo, meu nariz enorme e esborrachado, de narinas dilatadas, minha boca arrematando a caricatura grotesca de um símio. Naquele momento, fechei os olhos e quis sumir. Sem rastro, sem laivo, apenas me pulverizar, acabando de vez com a minha existência dolorosa.

Inconsciente do que fazia, passei a me odiar, ódio maciço, por ser negra e ser feia. Criei dentro de mim um monstro racista, maior do que todo o preconceito que eu poderia encontrar por parte de outrem.

Minha vida seguiu assim, triste. E um dia, já no finalzinho do ano, achei um bilhete bem dobrado dentro de meu caderno. A nota dizia: “Preciso falar, antes que fique louco. Te amo!”.

Não... Será? O papel estava endereçado a mim, como poderia ser engano?

E o remetente? André. O garoto de olhos castanhos, pele branca, cabelo claro, absurdo ar maduro para a pouca idade. Além daquele seu charme inefável, com um dos dentes, o canino, levemente torto. Não era possível que gostasse de mim. Mais uma brincadeira estúpida!

No mesmo dia, à hora da saída, vi André de longe, recostado ao portão. Percebi que me esperava, porque sorriu. Era surreal. Afinal, durante todo o ano letivo, não trocáramos mais que cinco palavrinhas. Mas ele sorria sim. E aquele canino superior não poderia estar mentindo... Mas fechei meus olhos para a verdade contida no riso do primeiro amor, e só pude ouvir o que minha alma gritava: Eu era esterco, jamais despertaria qualquer paixão.

Antes que o coitado do André terminasse de perguntar se eu encontrara seu bilhete, disparei todos os tipos de xingamentos e, ato contínuo, chutei-lhe o saco. Mandei que me esquecesse, me deixasse em paz. Ele ainda me olhou, confuso... E eu quase acreditei. Quase.

Desde aquele dia, não tive mais notícias do André. Mas a experiência me valeu. Cresci e percebi coisas que, àquela altura, era criança demais para entender. Não posso dizer que superei todos os traumas de quinze anos atrás, mas posso dizer o que quero para mim agora e para o meu futuro.

Quero continuar a ser uma mulher bem-sucedida, segura e dona de mim, apesar do que sofri. Não quero pena nem compaixão, quero oportunidade. Não quero que me dissequem, me esmiúcem e me cataloguem, dizendo que sou preta, rosa ou azul. Eu sou, antes de tudo, eu. Sou humana, com algum senso-crítico e responsabilidade social.

E quero que os meus futuros filhos e filhas tenham a chance de crescer em um Brasil diferente, mais humano, longe do enganoso estereótipo de nação que abraça a todos como filhos, mas, na realidade, segrega àqueles que não correspondem a determinadas expectativas.

Quem sabe, daqui a poucos anos, depois de mais algumas lágrimas e infâncias arrancadas, não consigamos formular, enfim, ainda que a preço de sangue, uma identidade nacional verdadeira e honesta, sem máscaras, sem estratos.

Sempre terei minha própria vida como exemplo: nascer menina, pobre e preta no Brasil pode ser um pesadelo, quando nós mesmas discriminamos e anulamos nossas chances de felicidade. Ou quando acreditamos que mulher é mula de carga, que branco não ama preta, que rica não ama pobre, que bonito não ama feio...

Mas, por outro lado, nascer menina, pobre e preta no Brasil também nos faz entender, depois de alguns calos, que não precisamos arder eternamente no altar dos sacrifícios. Que, antes de tudo, somos gente, feitos primeiro à base de emoção e só depois cobertos de carne. Estamos para além da questão da pele, da melanina, do sexo.

E os que vierem depois de mim saberão disso tudo. Porque já está mais do que na hora de superarmos nossas leviandades, nossas picuinhas, nossos medos, e calarmos de uma vez todos os monstros sociais que insistem em aniquilar o que temos de mais bonito: A nossa essência puramente humana, sem rótulos nem adornos. Humana.

Eu sou humana, muito prazer.

PIAUI – Teresina

Carta à mãe

Catarina Cabral Rocha

Colégio Sagrado Coração de Jesus

Mãe há quanto tempo a gente não se fala. Você deve estar bem surpresa ao receber essa carta. Parte dessa culpa é minha, eu sei, mas eu não quero perder linhas preciosas me desculpando. A gente já passa tanto tempo se desculpando... Desculpas que nunca esclarecem nada, só deixam tudo mais confuso, mais ressentido. E eu pressinto - eu sei - que você deve estar ressentida comigo. Não raiva, que você sempre me amou muito para isso, e nós realmente nunca brigamos sério. Mas também, raras vezes nos entendemos. Por que, mãe?

Tive a ideia de te escrever essa carta depois de ler a “Carta ao Pai”, do Kafka. Carta, que coisa tão antiga! Ninguém mais tem tempo para isso, é tudo rápido demais, frio demais. Mas eu precisava de uma carta para falar pelo menos uma partezinha do que eu trago dentro de mim. Cartas são longas, são afetuosas, são... humanas. Eu precisei ler o livro para entender isso. Kafka e seu pai nunca conseguiram se entender. Aí, já adulto, ele escreve uma carta a seu pai, na tentativa de reatar um diálogo que nunca existiu entre os dois, ou pelo menos, esclarecer algumas coisas.

Mas por que eu estou falando de Kafka? A relação dele com o pai não tinha nada a ver com a nossa, era cheia de intimidação, violência, abuso de poder. A nossa não tinha disso... O que torna tudo mais estranho. Por mais que você me amasse e que eu te amasse muito, não conseguíamos nos compreender. Então, eu vim fazer universidade em São Paulo, e no lugar de uma conversa esclarecedora foi colocada uma reticência. Até que eu resolvi colocar esta carta no lugar dessa reticência.

Vamos lá. Tantas lembranças! Eu me lembro que, quando era criancinha, detestava ficar presa em casa. Nunca entendi direito aquelas outras meninas, criadas em apartamentos de luxo, brincando com suas bonecas caras! Eu ficava solta no campinho, jogando futebol, vôlei, esconde-esconde, com os outros meninos do bairro. Você não ligava muito, até que um dia um vizinho fez uma brincadeira – que hoje, eu interpreto como um “puxão de orelha”. Perguntou onde estava o “menino” da casa, referindo-se a mim. A partir daí, você passou a implicar com as minhas amigadas. Começou a se preocupar em me arrumar, em me fazer usar vestidos. Dava-me bonecas. Insistia para que eu andasse com outras meninas: “Que coisa estranha, uma menina andando com moleques!”. Mas claro, eu nem ligava. E acabou ficando por isso mesmo.

Aí, eu cresci. Acho que até a oitava série nunca tivemos discussão nenhuma, a não ser aquelas bobagens de criança, aquelas coisas pela qual toda mãe passa. Só de falar nisso, já me lembrei de cada uma... Mas, bem, na oitava

série, nosso descompasso iniciou. Acho que tudo começou depois que eu passei a ler mais sobre feminismo, sobre as lutas femininas... e sobre o quanto a desigualdade de gênero no Brasil é maquiada. Mas claro, eu não podia nem falar disso em casa. Para você, todas as feministas eram lésbicas, loucas castradoras, “machonas”, infelizes e mal-amadas. Como é que a gente podia conversar?

Aquela fase da minha vida foi tão difícil, mãe, você nem imagina. Os adultos geralmente não conseguem compreender o sofrimento que é passar da infância para a adolescência; parece que o esquecem depois de ter passado por ele. Para mim, era um momento tão delicado... Eu estava me descobrindo como uma mulherzinha, e que tipo de mulher eu queria ser? Não sabia. A única coisa de que tinha certeza é que não desejava seguir a mesma trilha que já havia sido traçada por você, por minhas tias, por minha avó. Mas isso não tornava as coisas mais fáceis, não é? Pois eu teria que criar um novo modelo de mulher para mim. Quem poderia me ajudar nessa descoberta?

No colégio, era complicado. Meus professores tinham influência sobre nós, e gostavam de nos inculcar suas opiniões. Não era raro ouvir posicionamentos machistas. Uma professora chegou a nos doutrinar sobre qual seria o melhor “tipo” de esposa - a mulher obediente, que sabia ceder ao marido, para assim “controlá-lo” melhor. Fomos aconselhadas a não correr atrás dos rapazes de que gostávamos, porque homem “não gosta disso, mulher tem que se dar ao respeito”. Quantas piadas misóginas já ouvi de professores? O mais chocante era o silêncio aquiescente dos alunos, pontuado de risadas ocasionais.

Eu procurava responder, mas não era fácil. Não porque os professores não me ouviam – na maior parte das vezes em que eu contra-argumentava, eles se calavam, e alguns até pediam desculpas. O problema era comigo. Eu era jovem demais, insegura demais. Ainda me preocupava muito com o que outros pensariam sobre mim. E nem tinha muitos argumentos – eu sentia que aquilo era errado e injusto, mas o que eu conhecia? Tão pouco! Sem falar que eu sabia que não contaria com a sua aprovação, menos ainda com a de papai.

E então, eu fui crescendo. Quanto mais eu pensava, mais eu percebia que havia algo muito errado. Por que, nas festas em família, as mulheres ficavam todas na cozinha trabalhando, enquanto os “homens da casa” ficavam na sala, bebendo e conversando sobre política? Eu via você ir dormir cansada, depois de passar a noite lavando pratos com minha avó e minhas outras tias. Não havia leis ordenando aquilo, mas todos pareciam esperar que vocês cumprissem esse papel. A gota d’água foi um tio meu perguntar, jocoso, porque eu não ia ajudar você. Passei a detestar jantares em família.

E por falar em família, até hoje sinto um nó na garganta quando penso naquele célebre divórcio da minha tia, verdadeiro escândalo. Só então eu descobri que o marido batia nela. No entanto, isso não parecia novidade para o resto da família – nem para você, mãe. O que me levou a concluir que o motivo do escândalo não era ela ter sido espancada, mas ter se separado. Isso, em pleno

século XXI! Além de ter que lutar para conseguir um emprego, porque nunca havia sido nada na vida além de dona-de-casa, minha tia ainda teve que aturar os bem-intencionados conselhos para que voltasse para o marido arrependido...

Mas, claro, você não queria aquela vida para mim. Disso, eu tenho certeza. Mas a vida que você sempre sonhou para mim não era muito diferente daquela, não é? O que me faz pensar que o machismo não é algo restrito à vida das nossas avós e bisavós: ele está mais do que presente nessa atual geração. Apesar de nos considerarmos tão emancipadas! Ainda me lembro de você se esforçando para que eu aprendesse a cozinhar – o que você nunca fez com meu irmão. Você, se esforçando para que eu usasse salto alto e maquiagem – como as “meninas normais”.

Eu me lembro de um dia ter chegado a comentar em casa que não sabia se ia querer ter filhos. Ah, para que eu fui falar isso? A sua reação foi totalmente desproporcional ao fato; parecia não compreender como uma mulher pode ser feliz sem ter filhos, ou sem casar. Tive que ouvir por horas um longo sermão sobre como as mulheres só se tornam realmente completas e realizadas com a gravidez. O que me recorda outro episódio. Um professor de História, falando sobre a condição feminina através dos tempos, disse que as mulheres antigamente sofriam uma pressão social imensa para casar e ter filhos. Lembro-me de ter comentado com uma colega que, hoje, as mulheres sofrem uma pressão social imensa para trabalhar, casar e ter filhos. Pois é. E eu acrescentaria os cuidados com a aparência nessa lista.

Você se lembra, é claro, da Letícia. Filha da sua amiga, de vez em quando vinha almoçar em nossa casa com os pais. Eu nunca me interessei por ela, apesar da sua insistência para que fôssemos amigas. Ela havia começado a trabalhar como modelo e era, sob muitos pontos de vista, seu modelo ideal de menina. Notei que se preocupava muito com a aparência, com “parecer feminina”. Mas, como disse, eu não ligava para ela. Até que, algum tempo depois, descobri que ela sofria de anorexia. Chocante, não é? Mas parei para pensar: talvez não seja algo tão anômalo assim.

Engraçado, você sempre tratou o caso da Letícia, e outros distúrbios alimentares, como se fossem isso mesmo: distúrbios, isto é, algo totalmente separado da realidade. Para mim, não é bem isso. Por que a maioria esmagadora de vítimas da anorexia e bulimia são mulheres? Isso me faz pensar que essas doenças são antes reações históricas à ordem social do que uma exceção a ela. Eu sinto uma pressão imensa para ser magra, jovem e bonita; para ter os cabelos certos, usar as roupas certas e estar sempre feliz. Devo sorrir, mas não posso ter rugas no rosto; devo usar saltos altíssimos, mas nunca ter dor de coluna ou marcas nos pés. Para controlar a natureza, devo tingir o cabelo, fazer plástica, usar cremes de rejuvenescimento. Quantas apresentadoras de televisão com rugas e cabelos grisalhos você já viu, mãe? Quantas atrizes? Quantas vendedoras?

Bem, então eu vim para São Paulo. Tive que lidar com uma coisa que eu nunca pensei que sofreria: preconceito por ser nordestina. Incrível pensar que posso ser agredida por um *skinhead*, apenas por ter nascido em certa região do Brasil! Comentário ingênuo esse meu – preconceito não precisa de motivo. E aqui, o que não falta é preconceito. É claro que em todo o Brasil é assim, vê só todos esses exemplos que eu já lhe dei – mas nas grandes cidades, há uma violência maior em sua manifestação. Talvez porque a desigualdade social, a intolerância, a ignorância, o sofrimento sejam maiores, e o próprio ritmo de vida apressado não cede espaço para a convivência, para a humanização pessoal de cada um – não sei. Só sei que aqui a redoma de conforto em que eu vivia se quebrou.

“Eu te vejo sair por aí / Te avisei que a cidade era um vão/ Dá tua mão/ Não faz assim/ Não vai lá não”. Essa música é a primeira coisa que me vem à cabeça quando eu penso em São Paulo. Logo de início, que choque de realidades! No meu bairro, havia começado uma onda de estupros. Pode imaginar como eu fiquei, mãe. Estupro sempre me apareceu como algo longínquo, distante, algo difuso e pouco conhecido – quantos casos de estupro são noticiados na televisão? E de repente, eu sinto perto de mim.

Duas de minhas amigas já forem vítimas de violência sexual. Não são as únicas na universidade, com certeza, mas é um crime silencioso. Muitas têm medo de denunciar, seja por temerem o preconceito dos colegas, seja por terem sido vítimas de parentes ou amigos. Sim, amigos. Não é raro, na faculdade, o estupro de mulheres depois de festas, quando estão fragilizadas pela bebida. E o pior é que a culpa do crime frequentemente é colocada na própria vítima.

Não é um absurdo? Mas é isso mesmo. Vê só aquela Marcha das Vadias, na qual, aliás, eu fui, com muito orgulho. Uma das minhas amigas me disse que foi extremamente mal recebida na delegacia – pareciam só esperar ela dar as costas para arquivar o caso. Teve que suportar as perguntas de praxe: “Como você estava vestida?”, “Você havia bebido?”, “Você costuma sair com muitos rapazes?”, “Ora, quem mandou sair sozinha de casa?”. Estranha, nossa sociedade: em vez de conscientizar os homens e punir os criminosos, procura controlar as vítimas, como se fossem elas as culpadas. Minhas amigas não se vestiam como vadias, mãe, nem fizeram nada de errado. Para ser estuprada, basta ser mulher. Acho que as pessoas precisam entender que beber, sair à noite, andar sozinha, ter vários parceiros não são crimes. Estuprar é.

Mas, na verdade, a gente sofre muito assédio aqui. Sério mesmo. Nos ônibus, no metrô, é comum receber amassos quando se vai em pé – e quem disse que há assentos vazios? Na rua, basta usar uma saia mais curta, um decote, para receber uma buzina. E considere-se sortuda se passar um dia sem receber uma cantada - nem queira imaginar que tipo de cantada: o tipo mais invasivo, mais repugnante possível. Quanta revolta eu não senti com tudo aquilo! Especialmente depois de ter sido aconselhada por minhas amigas a não responder, sob risco até de sofrer retaliações por não ter me colocado no “meu lugar”.

Descobri muita coisa aqui. Descobri que qualquer uma pode ser vítima, embora as agressões se concentrem – que coincidência! – nos bairros mais pobres, nas favelas, nas zonas de tráfico. Descobri que a prostituição, adulta ou infantil, é muito mais comum do que eu pensava – inclusive, vive ao meu lado. Descobri que machismo e homofobia têm muito a ver um com o outro. Descobri que todas as minorias sociais - mulheres, negros, homossexuais - devem se unir. Descobri que eu não quero trocar o que eu acredito por aceitação social. Descobri, na verdade, que eu não quero esse papel que a sociedade escolheu para mim; o papel que você escolheu para mim, mãe.

Quero traçar o meu próprio caminho. Não quero que minha profissão seja só um adereço, um currículo, uma fonte de dinheiro para sapatos, bolsas e roupas: quero que seja parte do que eu sou, da minha dignidade e identidade. Se resolver me casar, que seja por amor, não por medo de ficar solteira; e que seja com alguém que me respeite. Se decidir ter filhos, quero que seja na hora que eu julgar adequada, e que seja por querer, não por imposição social ou como resultado de estupro. Sabe, mãe, eu quero muito fazer com que outras pessoas acreditem nisso. Porque eu sou feminista. É palavra difícil de dizer, palavra de significado denegrido, deformado, palavra temida, mas é o que eu sou.

“Mamãe, mamãe, não chore/ Eu quero, eu posso, eu quis, eu fiz/ Mamãe, seja feliz”. Mãe, eu sei que eu não posso mudar seu jeito de pensar, assim como você também não pode mudar aquilo em que eu acredito: acho que é isso o que chamam de conflito de gerações. Não podemos fazer muita coisa a esse respeito, a não ser tentar conversar; e eu sei que, na nossa incompreensão mútua, nós nos amamos. “Não chore nunca mais, não adianta/ Eu tenho um beijo preso na garganta”. Espero que as coisas tenham ficado mais claras, mais leves, entre nós. E espero sua carta. “E vou vivendo assim: felicidade/ Na cidade que plantei para mim/ E que não tem mais fim/ Não tem mais fim.”

SANTA CATARINA – Tangará

As mulheres que carreguei

Simone Fávero Taietti

Escola de Educação Básica Mater Salvatoris

Orientadora: Sandra Duquesne Strapazon

Antes de qualquer coisa, apresento-me, eu sou a morte. Trajo uma capa preta e, ao contrário do que as pessoas pensam, não trago uma foice comigo. Tenho em mãos flores, as quais, talvez por ironia, permanecem sempre vivas. Não tenho morada fixa, não pertenço nem ao céu, nem ao inferno. Há muito tempo, por alguma razão, fui impelida a buscar os agonizantes e tentar oferecer-lhes um pouco de paz em seus últimos suspiros. Não, nenhum ser humano pode me ver, a menos que esteja a ponto de ser levado por mim.

Estou em Teerã, capital do Irã, em uma das centenas de praças que aqui se ergueram. Há uma multidão de pessoas, na maioria homens. No centro da praça há uma mulher aos prantos, sendo amarrada e colocada de joelhos. Há um homem com um chicote na mão. Ouvi murmúrios de algumas pessoas ao meu redor, falavam em persa, língua oficial do Irã. Samira Panahi era o nome da mulher, tinha 32 anos e era viúva. A acusação era de adultério, de algum modo tiveram certeza de que a mulher traía o marido, que agora estava morto. Ela receberia 98 chibatadas e depois seria apedrejada.

Estou agora de frente para esta mulher, seus músculos estão rijos, vejo as gotículas de suor a lhe escorrerem pelo rosto. Vejo também suas lágrimas, as quais seco com delicadeza. Ela não está sentindo meu toque, muito menos está me vendo. Estou em contato com sua mente e sinto seu desespero. Seus pais se voltaram contra ela em nome da cultura e dos bons costumes de seu povo, inclusive seu pai está ali, assistindo ao espetáculo. Passo a segurar-lhe as mãos e escuto seus brados agonizantes.

Estando nesta situação, não consigo deixar de pensar em quantos corpos de mulheres que carreguei, mulheres que agora se encontram imortalizadas em livros de História como heroínas, mas que durante a vida sofreram com a designação de condição inferior. As tenho todas em minha mente e as guardo com compaixão.

Lembro-me como se fosse ontem de minha querida Aninha que, em 1849, aos 27 anos de idade, já era conhecida por Anita Garibaldi. Mulher de traços delicados e fortes ao mesmo tempo, carregando o quinto filho de Giuseppe Garibaldi. Acompanhei-os nos últimos dias de fuga, até se aproximarem da província de Ravenna, na Itália, onde pararam às pressas em uma fazenda. Anita estava em trabalho de parto, suas mãos estavam presas as minhas, ela segurava com força, já havia me visto. Em sua cabeça passavam-se cenas de batalhas que travara ao lado de Giuseppe e Bento Gonçalves na Revolução Farroupilha,

o primeiro encontro com Garibaldi, os primeiros passos e o primeiro sorriso de cada um de seus filhos. Até que senti suas mãos afrouxarem e ouvi os gritos das mulheres que estavam ao seu redor, Anita falecera com seu filho. Ela apenas queria poder beijar mais uma vez Giuseppe. Ao tomá-la em meu colo avistei Garibaldi abrindo a porta violentamente, a ele desejei conforto, antes de me retirar.

Não há como esquecer também de Olga Benário Prestes, a judia alemã que muito lutou no Brasil. Confesso que, na primeira vez que a vi, fiquei encarando seus olhos claros por alguns segundos. Eram olhos aparentemente tão frágeis, mas que tinham uma força imensurável, um símbolo de repressão e de amabilidade em um mesmo contexto. Estive com ela em seu último dia de vida no campo de concentração de Bernburg, na Alemanha. Estava sentada ao seu lado quando escreveu sua carta de despedida, ela mesma já sabia que logo estaria em meus braços. Um fato que lhe causava grande revolta era ter sido entregue por Getúlio Vargas à Alemanha nazista de Hitler que estava perseguindo os judeus. Mas, dor mesmo, ela estava sentindo por saber que não poderia mais abraçar sua filha, Anita Leocádia, e por saber que jamais sentiria Luiz Carlos Prestes, seu grande amor, novamente. Neste caso, não sequei suas lágrimas, deixei que as mesmas molhassem o papel. Percebi que este era o momento de que Olga necessitava. Ela desejava apenas que Anita Leocádia pudesse viver em paz, longe dos horrores da guerra, e que seu amado pudesse desfrutar da liberdade, sem mais ser perseguido. Escutei os gritos dos oficiais alemães, empurrando as mulheres para uma fila, todas nuas, esperando para entrar em uma grande câmara. Ali vi mulheres em pele e osso, sem cabelos, cheias de hematomas, há muito tempo já sem vida. Segurei Olga pela mão e senti o desespero de todas as que se encontravam ali. Nos poucos segundos, até sucumbirem, pude sentir cada história de vida daquelas mulheres, mulheres que viveram para seus filhos, para seus maridos, mulheres religiosas, e que, apesar de tudo, ainda possuíam uma esperança. Eu teria que carregar todas, eram muitas, mas não seria grande problema, já que almas não pesam.

Em um país marcado pelos contrastes de miscigenação racial e cultural, entre tantas mulheres que já carreguei em meus braços, a brasileira Carolina Maria de Jesus, foi a que mais me surpreendeu. Não a conheci exatamente em 13 de fevereiro de 1977, dia em que a levei. Estive presente em vários momentos de sua vida, quando quase sucumbiu pela fome, quando levei seu filho João e também quando carreguei muitos de seus vizinhos na favela em São Paulo. Aquela mulher negra de olhar sonhador parecia com tantas outras, catava latas como tantas outras, vivia na miséria como tantas outras e criava seus filhos sozinha como tantas outras. Em todas as vezes que a vi estava com um caderno debaixo do braço ou carregando folhas. No auge de seus 62 anos de idade estava em seu leito, eu estava segurando sua mão. Aos poucos foi tomando conhecimento de minha presença, num misto de espanto e lágrimas. Sua vida toda passava ali, crua, em sua mente. A fome que por muitas vezes a derrubou, os amores que

balançaram seu coração, o primeiro encontro com o jornalista Audálio Dantas em um parque, em 1958, e a emoção de dar autógrafos dois anos depois, ao publicar sua grande obra. O sonho de menina semianalfabeta de se tornar uma grande escritora, a convicção de se olhar no espelho todos os dias e ver ali a beleza que o mundo desconhecia. A beleza da alma que anos depois, já sem todo o reconhecimento, foi carregada por mim. Em seus últimos suspiros senti sua real dor, a dor da realização do sonho mais longínquo e do instantâneo esquecimento, como se quisessem varrer da mídia a mulher negra e pobre que levou a miséria do Brasil aos entendimentos do mundo. Seu grande trunfo e único contentamento era saber que jamais havia tido corrompido seu caráter e que nunca se esquecera de suas origens, além de seus maiores orgulhos, seus filhos. Carolina tinha consciência de sua importância e talento, porém sabia que poucos a conheciam já que ela representava o que a supremacia desejava esconder.

Samira estava começando a sucumbir, havia recebido as 98 chibatadas, e agora já estava enterrada, até a altura dos ombros, para que se começasse o apedrejamento. Xingamentos eram escarrados por todos os que estavam presentes, os risos dos homens se assemelhavam a dias de festa. Samira não tinha mais forças para se importar com isso, ela clamava minha chegada. Aos poucos começou a me ver e um sorriso se formou em sua face. Este sorriso foi o motivo dos insultos que se seguiram e da primeira pedrada que lhe atingiu a têmpora direita. Senti suas súplicas para que tudo acabasse de uma vez, porém eu ainda não podia levá-la.

Em minha memória surgiram outras passagens e outras mulheres, que sofreram na carne o ímpio da desigualdade e do desrespeito. A data de oito de março de 1857 surgiu como um relâmpago. Os corpos das 130 mulheres sendo tomados pelo fogo, na fábrica têxtil de Nova York. Ao carregá-las não pude deixar de ouvir um oficial da polícia nova-iorquina sorrindo, “Cortar o mal pela raiz é sempre infalível”. Alguns anos depois, em 1917, na Rússia aniquilada em fase de transição político-social, as mulheres fazendo fila para pegar algumas gramas de carne para dar de comer aos seus filhos, enquanto metade dos homens do país havia morrido na tentativa irônica do governo russo de ganhar ou tirar algum proveito da Primeira Guerra Mundial. Eu via essas filas em várias partes de Moscou, enquanto carregava corpos de mulheres e crianças que haviam sucumbido pela fome ou pelo frio. Na Segunda Guerra, em praças de Berlim, vi mulheres sendo estupradas por oficiais soviéticos que ocuparam o país após o suicídio de Hitler. Carreguei muitas dessas mulheres, ensanguentadas e com as roupas rasgadas. Em suas mentes sentia a dúvida que as atormentava, como quando um inimigo ataca pelas costas sem dar chance de defesa. Vi mulheres iguais, apenas em endereços e com nomes diferentes, em províncias chinesas, onde após a chamada Revolução Cultural na década de 70, as mulheres sofreram o cúmulo da corrida desenfreada pelo poder ministrada por Mao Tsé-Tung, tendo milhares de seguidores homens. Mulheres eram espancadas e estupradas corriqueiramente

por aqueles que se julgavam os donos do mundo. Minha mais recente lembrança remete há dias atrás, no Congo, onde, em uma construção abandonada, recolhi dois corpos, o de uma mulher e o de uma criança. Sentei-me ao lado da mulher, a criança desnutrida estava agarrada em seu peito, sugava com força inimaginável para um ser tão frágil. A mulher estava com as roupas rasgadas, descalça e com uma toalha suja cobrindo a cabeça. Vi a criança soltar do peito e desfalecer sobre o colo da mulher. Ela não gritou nem se desesperou, apenas vi uma lágrima a rolar de seus olhos. Ela me viu e não demonstrou nenhuma reação, entrei em contato com o que se passava em sua mente. Não havia muito tempo, soldados congolese a haviam estuprado. Mesmo sofrendo todo esse horror, sua atenção se voltava para o cômodo ao lado, onde sua pequena filha berrava de fome. Outra lágrima escorreu de seus olhos e senti sua mão apertando cada vez com menos força. Não se passaram mais que alguns segundos até eu estar saindo da construção com mãe e filha em meus braços.

Os risos e xingamentos aumentavam cada vez mais, conforme Samira ia perdendo as forças. Seu rosto estava com cortes profundos e o sangue que escorria salpicava a terra. Ela não aguentaria por muito tempo. Sua respiração foi ficando, aos poucos, inaudível. Seu coração doía por saber que seu pai estava ali, em meio aos outros homens, julgando-a e matando-a. Lembrava-se de várias vezes em que vira o pai espancando a mãe pelo fato da mesma deixar de lhe responder alguma pergunta, ou deixar uma mecha do cabelo se desvencilhar da burca. Samira não tinha mais forças para chorar, não tinha mais forças para nada, ouvi um último e longo suspiro. Recolhi sua alma e permaneci ali, observando aquelas pessoas. A multidão logo se dispersou, e apenas algumas conversas isoladas podiam ser ouvidas. Logo, alguns homens se aproximaram e começaram a cavar, desenterrando o corpo de Samira. Tiraram-na dali e levaram-na para, não muito distante, um cemitério, onde, em um canto, havia uma cova aberta. Jogaram-na ali e cobriram-na com terra, dando as costas logo em seguida. O cemitério estava vazio e assim permaneceu.

Eu entendo um pouco de história, um tanto de geografia e outro tanto de lógica, afinal de contas, vago por este mundo há muito tempo. Porém, algo que até hoje não consegui entender é a conduta do ser humano que se diz tão civilizado, mas que oprime, humilha e desrespeita seu semelhante. Algo que aprendi, também, com todas estas andanças, é o fato de que, por mais doloroso que possa ser carregar a alma de uma mulher injustiçada, persevera a certeza de que esta será só mais uma e, enquanto uns se julgarem superiores aos outros, isto persistirá. Tanto a voz de Samira, quanto as vozes de todas as outras mulheres que carreguei se calaram. Mas as pessoas continuaram vivendo suas vidas como se nada houvesse acontecido. Porém, eu vi o mundo ficar mais vazio e fosco. Vi, também, as almas de todas estas mulheres buscarem em mim o que desconhecera por toda vida, um pouco de paz e o reconhecimento de igualdade humana.

CATEGORIA
ESTUDANTE DE ENSINO MÉDIO
REDAÇÕES PREMIADAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

BAHIA – Barreiras**Por mais mecânicas***Carla Leticia Pereira Oliveira*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Isso não é coisa de menina, meu bem. Deixe pra lá. Eram sempre as mesmas palavras, ou algumas variações delas. O que pouco mudava era o tom de voz zombeteiro e arrogante que deixava transparecer quase sempre uma despreocupação fingida. Também não mudava o jeito como essas palavras cortavam-lhe o peito, como uma flecha atravessa o ar, com uma facilidade inacreditável. À medida que o tempo passava, elas foram criando um lugar em sua vida, aninhando-se entre um sonho e outro como um obstáculo que estaria sempre presente e com o qual teria que aprender a conviver caso decidisse por continuar na profissão.

Este tipo de pensamento das pessoas era quase tão irrefreável quanto a lembrança que a invadia ao ouvir algo assim. A imagem de seu pai, claro, do alto de seus cabelos grisalhos e olhar severo, falando graciosamente por cima do ombro enquanto mexia nos motores. O cheiro de graxa e óleo queimado, o barulho estridente das ferramentas e a sensação de estar em casa completavam o quadro que ela sempre idealizava de uma vida perfeita. Porém, ali pairavam essas benditas palavras a surrar-lhe os ouvidos. Como se fossem o preço a pagar. Desde que descobriu a paixão pelos automóveis, viu-se obrigada a lidar com as mais variadas expressões com que se deparava na oficina. Boquiabertos, os clientes perguntavam se seria ela a cuidar de seus carros e exasperavam-se ao perceber que era mulher o mecânico tão competente de que tanto ouviam falar. Sempre havia sido assim.

Uma mulher!

Uma onda de sensações a invadia. Não era algo que a fazia se sentir propriamente confortável, mas não podia deixar de admitir que também sentia certo prazer. Apesar de estar cansada disso, de aquelas palavras e olhares machucarem uma parte dela, não podia evitar pensar em como era bom provocá-los.

Ora, todo mundo quer se destacar. Ser bom em algo e ser diferente por isso. Ser desafiador. Acreditava ser isso o que as mulheres tentam fazer hoje em dia, mesmo achando não ser o melhor caminho para fazê-las provar seu valor. Via diariamente que muitas mulheres optavam por deixar de lado o que sempre lhes fora “reservado”, optavam por uma maternidade tardia ou por não se casarem, para seguir com os estudos e correr atrás do reconhecimento que tanto desejavam. Era perfeitamente claro para ela que homens e mulheres, novos ou velhos, todos têm características que são só suas, e caberia a cada um explorá-las. Mas ao que parecia, nem todos viam isso. Estava cônica do quanto parecia estranho aos olhos de um homem o fato de uma mulher possuir algum talento para algo tão... masculino. Perfeitamente compreensível.

Apesar de atualmente o discurso ser totalmente voltado para uma sociedade em que todos estejam em equilíbrio de direitos, na prática, o individualismo ainda impera. Cotidianamente, mesmo dentro da oficina, ela conseguia sentir o quanto a igualdade é, de certa forma, temida pelas pessoas: alguns gastam absolutamente todo tempo e esforço para distinguir-se dos demais. Desigualar-se da massa. Percebeu que as mulheres eram vistas dessa maneira, buscando maior espaço e poder, afinal, a integração da mulher no mercado de trabalho e o crescimento de seu papel na sociedade abalaram a todos. É preciso tempo para que mudanças sejam mais bem aceitas, para que as pessoas possam se adaptar. Porém, sendo a única mecânica de sua pequena cidade e presenciando de perto essa mudança, sabia que o verdadeiro intuito de uma mulher não é apenas se diferenciar de quem quer que seja. Pelo menos não era o dela.

Será que as pessoas não enxergavam? Tudo é uma questão de talento, aptidão e esforço! Ela via naqueles carros o que acreditava uma presidente também ver em seu gabinete: uma oportunidade de usar suas características para fazer o que gosta, o que sabe. Não era apenas por destaque pessoal, ou por provar que pode fazer o mesmo que um homem, mas por produzir com seu trabalho e vê-lo dar frutos graças a um dom seu. Ela poderia sim, fazer qualquer outra coisa. Ter filhos e cuidar da casa, trabalhar em um escritório, ser médica, arquiteta, garçonete. Mas era com carros que sabia mexer e com o que era feliz fazendo.

Os clientes, tão alheios àquela felicidade íntima, não conseguiam esconder a preocupação ao deixarem seus bebês em mãos femininas. Mas - a cada dia ela percebia e sentia o peito inflar como um balão - também havia em sua expressão algo como admiração. Se não era admiração, era respeito, ainda que tímido. O mundo cresceu, e aceitar as mulheres nas mais variadas áreas antes destinadas apenas a eles é uma prova de que as pessoas cresceram junto. Tinham que crescer. Porém, como uma criança assustada, temiam esse avanço, sempre achando que essa luta por igualdade por parte delas por vezes assumia um sentido de inversão de papéis, como se merecessem um respeito maior por estarem se atrevendo.

Aí não seria igualdade.

Algumas vezes esse medo vira preconceito, discriminação, e os problemas ficam maiores. Ai como mexer com gente é complicado! Por isso prefere máquinas. Peças e ferramentas são mais maleáveis...

Cada dia em meio aos carros, vendo como amava o que fazia e lamentando por aquelas que têm medo de assumir essa liberdade, aprendia que o mundo ainda precisaria de muitas outras mecânicas. Para ser realmente bom em algo é necessário estudo e dedicação, mas não é preciso um curso para aprender a se impor no convívio social de modo a obter mais respeito. A maneira como trabalhava era o que a caracterizava, dar o melhor de si era contribuir com o crescimento e aproveitamento da própria sociedade.

Como católica que era, acreditava que a mulher fora proveniente de uma costela retirada do homem. Uma costela fica no meio. Não na cabeça e nem nos membros inferiores, no meio do corpo humano. No meio, igual.

Isto não é coisa de menina, meu bem. Deixe pra lá. É preciso acreditar e trabalhar para que os povos encontrem seu próprio equilíbrio de direitos e obrigações, não havendo distinções por gênero ou qualquer outra coisa. Só assim palavras e frases como estas serão extintas do nosso meio ao ponto de provocarem expressões de surpresa e olhares desaprovadores ao serem pronunciadas, em qualquer ambiente profissional ou familiar.

ESPÍRITO SANTO – Vitória

Amélia, a mulher (que não deveria ser) de verdade

Ana Carolina Tardin Rodrigues de Medeiros

Colégio Sagrado Coração de Maria

Orientador: Heitor da Silva Campos Júnior

“Oh, minha filha, minha pequenina, não se preocupe! Mamãe ficará bem. Isso não foi nada. Papai não fez nada... volte para o seu quarto e sonhe, sonhe...”

E eu sonhei. Sonhei com o dia em que minha mãe não tivesse mais que chorar, não porque seus olhos estariam secos e cansados de derramar rios de lágrimas, e nem porque ela já estaria acostumada com a dor, com o abuso, com a inferioridade. Mas ela não choraria apenas por não precisar mais, pois a turgidez de lágrimas em seus olhos seria substituída por uma alegria pura, inocente, infantil. Alegria esta que eu nunca havia visto nos olhos de minha mãe. O mundo seria algo belo, justo, no qual homens e mulheres seriam considerados iguais, e o arco-íris iria colorir todas as ma...

— Acorda, anjinho, já são cinco horas da manhã. Daqui a pouco o transporte chega.

Levantei, ainda sonolenta, e fui me banhar. Para chegar ao banheiro, deveria passar pelo quarto dos meus pais, ou melhor, do meu pai, pois faz tempo que eu não vejo minha mãe descansar. Deitar-se sim, eu sabia que ela se deitava, eu sabia que ela gritava, chorava e implorava para o meu pai parar, enquanto ele mostrava que era superior, que por ser homem a possuía, e deveria lhe obedecer, deveria lhe oferecer prazer, embora aquilo a repudiasse e machucasse o cerne de seu corpo. Ela não era apenas uma mulher. Ela era a sua mulher e, querendo ou não, ela devia isso a ele.

Continuei a seguir em direção ao banheiro. As pernas bambas guiavam o meu corpo cansado, ainda dormindo, tentando não fazer nenhum ruído que pudesse despertar o meu pai. Um passinho após o outro. A luz se acendeu.

— Amélia, traga logo o meu café, mulher!

Agora de fato acordei. O meu sono passou definitivamente, com ele foi aniquilado qualquer resquício do meu belo sonho. Corri para o banheiro, me duchei, escovei os dentes e coloquei o meu uniforme escolar. Reparei que a minha bermuda estava gasta, já rasgando, mas eu não poderia pedir uma nova, pois sabia que o dinheiro em casa estava escasso. Papai não me deixava esquecer disso...

— Se sua mãe não tivesse embuchado de você, eu estaria rico, solteiro e feliz. Se eu tenho essa vida miserável, a culpa é sua e da sua mãe!

Balancei a cabeça, tentando afastar essas frases, mas era impossível, elas estavam cravadas em mim, eram parte de minha história, me possuíam.

— Amélia, eu quero usar o banheiro. Mande a sua filha se apressar.

Minha mãe nem precisou pedir. Sequei o meu corpo franzino e o chão frio de pedra do banheiro e fui direto para a cozinha.

— Bom dia, mamãe.

Acho que ela respondeu em meio a burburinhos sussurrados. Normalmente eu entendo o que ela diz por leitura labial, mas hoje ela estava de costas. E de costas ficou. Sentei e fiquei olhando para minha mãe. Ela não tinha a menor vaidade, como a Amélia de Ataulfo Alves e Mário Lago. O cabelo preso em um belo coque com presilhas coloridas — o único ponto alegre de seu corpo —, blusas pretas de manga longa e calça jeans... Embora o sol lá fora queimasse e assustasse qualquer brisa que pudesse passar por perto, elas escondiam as marcas deixadas por seu dono. No entanto, pelo reflexo do bule de café eu pude ver o seu rosto despido e pude entender porque ela não virou. Ela não podia me mostrar as suas chagas, eu não podia ver sua tez desfigurada. Mas eu vi. E pela primeira vez fazia sentido para mim a história de Marina Colasanti, *A moça tecelã*, pois assim como minha mãe Amélia, o prazer de tecer, trabalhar, cuidar da casa, de sua família, de seu emprego e, principalmente, de seu marido, passou a ser obrigação, e o límpido tecer de novos horizontes tornou-se perturbado, resumia-se a um simples meio de concretização dos caprichos hostis do marido. De seu esposo. De meu pai.

Vi e pensei: Qual seria a desculpa no trabalho? Ela já caíra da escada duas vezes no último mês, fora os atropelamentos, assaltos e “acidentes” domésticos utilizados para encobrir o meu pai. Por que ela não dizia a verdade? Por que ela não o denunciava? Ela não queria. Ela não podia. Ela dependia dele. Ela era a sua mulher.

Mascarei a verdade para mim mesma, pois não sabia o que fazer, e fui para a escola. Para quê? Estudar? Sim, aprender a usar as palavras, aprender a me defender, a expor o meu ponto de vista e para poder ser respeitada como pessoa, e, principalmente, como mulher. Quem sabe eu pudesse me formar como uma doutora de direito? Poderia, assim, auxiliar todas as Amélias, Penhas, Lúcias, que embora precisem de ajuda e queiram ter voz, se calam diante de tamanha submissão. Quem sabe eu seja uma médica? Profissão nobre, bela, respeitada. Muito embora eu só seria capaz de curar as feridas superficiais, físicas, que na realidade só denunciam a situação desigual vivida por muitas mulheres. Se me esforçasse, poderia me tornar uma reconhecida escritora, que com palavras conseguiria emocionar, alegrar e alertar pessoas de todo o mundo. Poderia ser como a embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti e presidiria o Conselho de Segurança da ONU. Ou poderia, quem sabe, ser eleita presidenta da nação!

Seja como for, eu serei amada e respeitada, e também amarei e respeitarei. Serei mulher, mulher de verdade, diferente da minha frágil mãe Amélia. E não precisarei mais passar fome, nem acharei bonito não ter o que comer. Serei mãe. E se me casar, serei esposa e não posse do meu marido. Não serei melhor ou pior do que ele... nem mesmo igual. Apenas aprenderemos a conviver com as diferenças e usá-las igualmente em nosso benefício.

O sinal tocou, os alunos correram para fora da sala de aula, mas eu quis ficar um pouco mais. Fui para a biblioteca e peguei o meu livro favorito. O livro de história. Viajei no tempo histórico, vivi no tempo de Cleópatra e lutei na França com a heroína Joana d'Arc. Passei por Ana Bolena, Carlota Joaquina e a brasileiríssima Maria Quitéria — Ah, se eu tivesse sua coragem! Estudei a revolucionária Anita Garibaldi e a cientista Maria Curie. A espiã Mata Hari e a escritora Virginia Woolf. Fui desde Madre Teresa de Calcutá a Evita Peron. Pensei em Amélia, minha mãe, amiga, e embora frágil, minha heroína, que com suas curtas palavras me acarinhava e com os seus carinhos me embevecia. Que com o seu sorriso iluminava e afastava a escuridão assombrosa da nossa realidade. Em seu colo eu me sentia segura.

Voltei para os meus livros e estudei. Quanto mais eu lia, mais eu queria aprender, sem reparar que o tempo real estava passando. O sol do dia foi substituído por uma noite escura, sem estrelas. “Bzzzz”... um pequeno pernilongo me tirou a atenção. Afastei-o. Olhei para o relógio e vi que estava atrasada.

— Papai já deve ter chegado em casa... Meu Deus! Tenho que correr!

Corri o mais rápido que pude. Meu coração pulsava intensamente e o suor escorria por minha testa. Sequei-me com o casaco. Meus pés queimavam, meus músculos tensionavam e eu sentia que iria cair. Cheguei. Eram seis horas, a *Hora do Angelus* — não para mim, não para minha mãe. A luz já estava acesa, sinal de que o senhor já estava em casa. Gostaria muito que em vez dele estivesse o anjo. Mas algo estranho ocorrera. A luz do banheiro estava apagada. Qual seria a anúncio? Onde estaria a minha mãe?

Ouvi gritos e segui. Vi minha mãe suplicando para o meu pai ter misericórdia, enquanto o sangue, que minava por todo o seu corpo nu, se mesclava com as lágrimas, e à medida que as lágrimas de sangue caíam, o carcereiro ficava mais fraco, mais calmo, mais satisfeito. Na espreita eu vi todo o *show* de horrores e quis chorar, mas como no poema de Colasanti, *Às seis da tarde*, eu não podia. Ele não podia perceber que eu estava ali. Mas minha mãe sabia, ela me conhecia, ela me sentia, e por isso chorava, temendo que eu tivesse o mesmo futuro. Mas não disse nada. Apenas olhou e em minha direção murmurou uma ordem, que eu segui.

Fui para o meu quarto, deitei, recolhi minhas lágrimas e sonhei... Sonhei que amanhã seria diferente.

GOIÁS – Goiânia

Querida Marilyn

Bárbara Borges Wendel

Colégio Ávila COC

Quando esta carta chegar as suas mãos, a mamãe já estará muito longe, mas sempre dentro do seu coração. Com certeza nada lhe faltou até hoje, não é? Pois por mais canalha que seu pai seja, dinheiro é o que não lhe faltava, e graças a esse dinheiro você pôde estudar e ser a mulher que eu sempre sonhei que você fosse.

Desculpe-me demorar tanto, mas acredito que apenas agora, com 18 anos, é que você será capaz de entender tudo que quero lhe dizer. Primeiro, o porquê desse nome, não é? Você é negra, do cabelo escuro e todo encaracolado, enquanto a Monroe é loira e branca. Meu bem, a minha vida foi movida por uma frase da Marilyn Monroe que diz: “*Não importo de viver em um mundo de homens desde que possa ser uma mulher nele.*” Por isso esse nome, não pela semelhança física, mas pelo desejo de que você fosse forte e determinada como ela. Espero que tenha dado certo

Provavelmente a esta altura da vida você já saiba muito do que passei, mas quero lhe contar com minhas palavras.

Sua avó se casou depois de dois anos que meu pai faleceu, eu tinha 14 anos. Passado três meses de convivência, o meu padrasto começou a abusar sexualmente de mim, além de me bater e me ameaçar. O que mais doía era perceber que minha mãe fingia não saber de nada. Aguentei até os 17 anos, quando o canalha quis abusar da sua tia, que tinha 13 anos. Sai de casa, apenas com uma mala e com a mão fria de sua tia ao redor da minha cintura.

Passamos fome, frio; mas só de não ter que aguentar mais aquele sujeito em cima de mim e saber que ele nunca tocaria em minha irmã, me confortava. Consegui um emprego em uma lanchonete e - graças às gordas gorjetas, oriundas de minha simpatia e, infelizmente, do meu corpo violão - conseguimos viver melhor.

Mesmo com tudo que passei nunca deixei de estudar, nem a sua tia - por isso, provavelmente, ela tenha feito você estudar tanto. Assim, com 19 anos, entrei na Faculdade Federal da Bahia, no curso de Letras.

Conheci seu pai no segundo dia de aula, quando o vi soube que o amaria. Começando a aula de Literatura Brasileira, ele declamou trechos de “*Senhora*” de José de Alencar, com isso tive certeza absoluta que o amaria para sempre. Roberto era 15 anos mais velho que eu, mas tinha um brilho no olhar de um jovem trovador romântico. Suas aulas eram repletas de discursos feministas, era fã de Simone de Beauvoir.

Em um Júri Simulado da Faculdade, Roberto se posicionou a favor daquela “*dos olhos de cigana oblíqua e dissimulada*”, contrariando uma banca de

Doutores em Literatura que defendiam o Bentinho. Naquele dia eu acreditei ter encontrado o homem perfeito.

Estava começando o segundo semestre de aulas quando recebi um ramalhete de rosas e um convite para sair de um sujeito que se intitulava como Seixas. Desconfiei que fosse Roberto, mas seria bom demais para ser verdade. À noite, do mesmo dia, recebi uma ligação do misterioso Seixas, que, para meu delírio, era o Roberto.

Sáímos e começamos a namorar no mesmo dia. Ele me dizia ter encontrado sua Aurélia. Ninguém soube do nosso romance, pois, segundo ele, a Reitoria da Faculdade poderia demiti-lo se descobrissem. Roberto dizia não ter contato com a família e eu, iludida, pensei que fosse mais uma característica em comum. Assim, éramos apenas nós dois e sua tia, que o adorava.

Com ele eu consegui esquecer todos os momentos passados com o meu padrasto. Com ele eu descobri o amor.

No dia da apresentação de minha monografia, que foi sobre a importância das personagens femininas na Literatura Brasileira, Roberto e toda a bancada defensora de Bentinho me aplaudiram de pé. Recebi um convite para fazer meu Mestrado em Paris. Sáímos para comemorar e o meu Seixas me pediu em casamento. Minha querida, aquele dia eu me senti a mulher mais feliz do planeta.

Passado dois meses, descobri que estava grávida. Eu tomava anticoncepcional, mas o 1% de ineficiência me atingiu. Chorei, no começo, por não saber o que fazer, mas depois passei a chorar de emoção. Você não foi planejada, mas Roberto e eu nos amávamos, superaríamos juntos - foi o que pensei. Além de que eu queria ser a mãe que a minha nunca tinha sido. Conte para o Roberto e tudo começou a dar errado. Ele me acusou de golpista e disse que a única forma de ficarmos juntos era eu tirar você. Chorei muito sem imaginar que o pior estava por vir. Passado uma semana recebi uma visita daquela pessoa que dizia ser minha mãe. Ela me contou, chorando, que meu padrasto havia morrido de AIDS. Ela não tinha se contaminado, mas disse que preferia porque não saberia viver sem ele. Em nenhum momento ela se preocupou comigo. Expulsei-a de casa e pedi que ela nunca mais voltasse.

Fui ao médico e o pior tinha acontecido. Eu fora contaminada e, estando grávida, as chances de que meu caso se agravasse seriam triplicadas. Procurei Roberto, pois mesmo depois de tudo que ele falara, rezava para que ele estivesse são. Quando contei que tinha AIDS ele, mesmo sabendo de toda a minha história, me chamou de vagabunda, de prostituta e disse que possivelmente você nem fosse filha dele. E então me contou tudo. Roberto era casado, tinha dois filhos. Disse que chegara a me amar e até pensou em se divorciar para ficar comigo, mas depois disso ele nunca mais queria me ver. Disse ainda que se realmente tivesse se contaminado nem poderia me processar, já que não queria perder a família dele. Ele foi embora e me deixou chorando sozinha. Chorei umas cinco horas seguidas me perguntado o que faria. Indagando onde estava o meu Seixas. Será que

tudo aquilo que havíamos passado juntos fora uma mentira? Mais uma vez eu iria sofrer por causa de um homem? O que eu tinha feito de errado? Passei uma semana perdida. Até que, movida por aquela frase da Marilyn, levantei da cama e iniciei um tratamento, principalmente para evitar que você fosse contaminada.

Corrigia, em média, 250 redações por dia e praticamente todo o dinheiro ia para remédios, médicos. Sua tia já cursava Direito e achou um excelente advogado para conseguir uma pensão para você. Tudo foi feito discretamente, pois, mesmo depois de tudo, não queria prejudicar o Roberto, que graças a Deus não havia sido contaminado.

No dia em que você nasceu, eu fui para a UTI e nem a coloquei em meus braços. Só uma semana após seu nascimento pude colocá-la no colo e beijá-la. Quando recebi a notícia de que você não tinha AIDS, a felicidade não coube em mim. Esse sim foi o dia mais feliz da minha vida.

Infelizmente a minha saúde suportou apenas um ano após seu nascimento. Passei pouco tempo ao seu lado, mas foi suficiente para ter certeza que te amarei para sempre, onde quer que eu esteja.

Minha querida, escrevo essa carta hoje sabendo que em breve irei embora. Não sei para onde, mas isso não importa. O importante é o que fiz enquanto vivia. Chorei, amei, sofri, lutei e, principalmente, fui uma mulher forte. Homem nenhum me derrotou e tenho certeza que você será como a mamãe.

Não deixe de viver por medo, mas sempre - preste atenção -, sempre, lembre-se que você é forte e mesmo nesse mundo machista nós conseguimos tudo o que desejamos. É só sonhar e não ter medo de ir atrás, afinal, nós somos mulheres, conseguimos passar por tudo de cabeças erguidas. Ninguém nos derrota.

Te amo muito e para sempre, sua mãe.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, José de. *Senhora*.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*.

MARANHÃO - Dom Pedro

Brinquedos Coloridos

Marcos Santana de Oliveira

Associação Educacional Professora Noronha

Orientador: David da Silva de Moraes

Brinquedos ensinam mais do que alguém possa imaginar. Quando era criança eu tinha muitos, mas não entendia porque minha mãe não me deixava brincar com os carrinhos do meu irmão e nem porque ele não podia tocar nas minhas bonecas.

Fui crescendo e aos poucos entendi que estou dentro de uma sociedade bem determinista. Às vezes, penso que meu papel social foi determinado desde que nasci só pelo fato de ser mulher, pois a sociedade é bem segura quando se trata de dividir papéis. Ao nascerem, meninos e meninas são logo diferenciados: furamos as orelhas das meninas e vestimos os meninos de azul ou verde.

Claro, isso é normal, é uma forma de distinguir o sexo dos bebês, assim, continuamos furando orelhas e vestindo os meninos de azul. Percebi, então, que as crianças são diferenciadas antes mesmo de entenderem sua própria identidade. O ciclo continua, pois depois de algum tempo daremos carrinhos para os meninos e bonecas para as meninas, nunca o contrário.

Os meninos, então, vão aprender a ser durões, gostar de azul e mandar nas meninas. Por outro lado, as meninas brincarão de casinha, terão como cor favorita a rosa e na maioria das brincadeiras serão submissas aos meninos. Ao crescerem, meninos e meninas serão exatamente o que se espera deles. As meninas, então, casar-se-ão e passarão os mesmos valores para seus filhos, já que foram bem educadas nas brincadeiras de casinha e bonecas.

Meninas sejam sensíveis. Meninos não chorem. Meninas vão brincar de boneca. Meninos vão brincar de carrinho. Menino não brinca de boneca e nem menina de carrinho.

Eu não escapei do padrão social: furaram minhas orelhas e brinquei de bonecas. A minha preferida era uma Emília que ganhei da minha mãe. Eu a adorava porque ela parecia questionar tudo e, aliás, nem gostava muito de rosa. Eu preferia o vermelho e o amarelo irreverentes dela.

Minha mãe sempre foi muito cuidadosa comigo, mas eu queria que ela fosse um pouco menos, pois sempre ficava com vontade de tirar os enfeites que ela colocava no meu cabelo.

Agora me recordo de alguns fatos que ocorreram entre nós que me fizeram pensar sobre o papel escolhido para as meninas e meninos dentro da sociedade.

No dia do meu aniversário de oito anos, minha mãe me deu uma boneca bem bonitinha, eu nem liguei muito, mas fiquei segurando e olhando para ela enquanto íamos para casa da minha avó. Chegando lá, todo mundo dizia que eu

estava quase uma mocinha e eu me sentia um trofeuzinho de vestido que minha mãe exibia para minhas tias.

Meu irmão logo me chamou para brincar com a turma dele em um campinho próximo à vila onde minha avó morava. Eu fui, corremos muito, fiquei com a roupa bem suja e tive um ótimo momento. Inocentemente, voltamos para a casa e minha mãe me olhou como se eu tivesse feito algo muito ruim, eu mesma me senti ruim por causa dela. Brigou comigo e perguntou sobre a boneca, que logo lembrei que não sabia onde a deixara.

Eu cresci cercada de olhares. Não sei porque meus pais, principalmente minha mãe, tinham tantas preocupações com minhas escolhas.

Lembro-me muito bem do Natal de quando eu tinha dez anos de idade, novamente na casa da minha avó. Na véspera de natal todos os meus primos e primas estavam reunidos e íamos receber nossos presentes. Perguntaram-me: “Qual você quer?”, não respondi, pois achei estranha a expectativa de todos em saber a resposta. Deixaram-me escolher entre uma boneca rosa e uma bola azul. Eu já tinha tantas bonecas rosa e a Emília de pano, que resolvi escolher a bola. Minha própria Emília me dizia para escolher a bola para brincarmos muito. Peguei o presente, fiquei distraída e meus pais se afastaram um pouco. Não entendia o que acontecia ao redor, mas tivemos que ir embora. Depois desse episódio me proibiram de jogar futebol. Minha mãe até disse que quando uma menina jogava bola seu pé caía. De acordo com ela, eu tive muita sorte de já não ter perdido o meu.

Aos quinze anos já tinha descoberto que meu pé não cairia se jogasse futebol. Pena que nessa idade já tinha desaprendido a brincar com minha Emília. Lá em casa resolvemos, então, repintar as paredes, eu queria meu quarto todo verde, mas depois de alguns atritos pintei de branco para evitar um rosa que me doía na vista.

Não é à toa que esses episódios vêm à minha cabeça, eles são apenas algumas das muitas situações constrangedoras que limitaram minha identidade. O que poderia ser tão ruim se eu jogasse bola ou gostasse de verde?

Hoje em dia já sou mãe de dois filhos e não quero que eles se lembrem de mim como eu às vezes me lembro da minha mãe. Se brincar de boneca pode mesmo determinar um padrão social feminino vou deixar minha filha escolher sozinha o que quer, sem pressionar ou pressupor sua identidade.

Eu sei, eu sei, realmente furei a orelha da minha filha e vesti meu filho de azul quando eles nasceram, mas prometo que da próxima vez que formos comprar brinquedos, os deixarei livres para escolherem o que quiserem, seja carrinho, seja boneca.

MINAS GERAIS – Teófilo Otoni

Aprendendo a inovar

Sarah Ramos Barroso

Escola Pequeno Príncipe

Orientadora: Eloá Tanure

Eu era novinho quando me ensinaram que as mulheres deveriam sempre servir e obedecer a nós, homens. Disseram-me que elas não tinham direito a contestar nada que falasse ou fizéssemos, mas que deveriam apenas, silenciosamente, ouvir ou observar-nos, e se a mandássemos fazer algo, irem rapidamente providenciar o pedido. Com esse pensamento, eu cresci numa casa onde meu pai era um fazendeiro que possuía boas terras e minha mãe vivia sempre submissa a ele.

Tínhamos muitos empregados, e dentre eles, a minha ama, Maria. Ela tinha uma linda filha, de minha idade. Negrinha, de olhos escuros, e lindos cabelos encaracolados. Laura, era o nome dela. Quando pequenos, Maria nos colocava para brincar juntos. Mas isso só quando meu pai não estava em casa, pois se ele estivesse e nos visse brincando, brigava com ela.

Ao crescer, juntamente com a Laura, fui me encantando por ela. Ao chegar à adolescência, só pensava em conquistá-la e possuí-la. Eu passava pelo jardim da casa, pegava rosas e a presenteava. Uma vez cheguei até a lhe escrever um poema. Mas, infelizmente, ela não demonstrava que o sentimento era mútuo.

Até que chegou um dia em que, já louco pelo desejo, não aguentei mais e chamei-a para passear comigo. Ela, como mulher, e de certa forma, minha criada, foi. Levei-a até um lugar que havia em minha fazenda, com uma cachoeira, verde pasto. Era uma linda paisagem. Eu havia levado um cobertor para sentarmos nele. Ficamos lá, conversando, até que eu lhe falei que a queria. Ela disse que preferia que eu não o fizesse, mas como meu desejo era mais forte, agarrei e a possuí. Via lágrimas saindo de seu rosto, ela gritar de dor, mas não conseguia parar, era mais forte que eu. Ela não dizia nada, mostrando-se submissa a mim, como uma criada deveria ser. Mas quando percebi o erro que estava cometendo, ao não levar em consideração os sentimentos, as vontades de Laura, e somente o meu bel prazer, parei instantaneamente. Pedi desculpas a ela, que se levantou e saiu correndo.

Arrumei as coisas e voltei para casa. Não poderia fazer nada naquele momento. Tinha que dar-lhe espaço. Não entendia porque meu coração se apertou ao vê-la chorar. Naquele momento me senti fazendo algo errado, algo que não tinha o direito de fazer, como se, ao pegá-la, tirasse seu direito de castidade, seu poder de escolher o que fazer ou não com seu único e maior bem, seu corpo. Mas por outro lado, a razão, aquilo que aprendi em toda a minha vida, martelava em minha cabeça e me dizia que ela era uma mulher, e, portanto, já nasceu des-

tinada a servir a um homem, ser o objeto sexual de alguém, que foi feita somente para servir e criar filhos, quando os tivesse.

Senti-me em um dilema. E como aquilo que meu coração mandava era praticamente desconhecido na sociedade, deixei a razão ganhar essa batalha. Fui até a casinha em que a Laura morava e disse-lhe que não deveria contar a ninguém o acontecido, nem à sua mãe. Aquilo seria algo que só nós dois deveríamos saber. Disse-lhe também que, quando chamasse, ela deveria vir e se oferecer a mim, não importava o momento. Ela simplesmente abaixou a cabeça e concordou.

Tempos depois daquele episódio, eu continuava a fazê-la vir a mim quando o desejo pedia. Ela nunca reclamou. Sempre cedia. Cumpria bem o seu papel. Entendia bem que mulher foi feita para obedecer ao homem, sob qualquer circunstância. Isso me fazia querê-la cada vez mais.

Não me esqueço de um dia em que estava indo para a pequena casa onde a Laura morava, e quando estava passando em frente à janela, a vi, ajoelhada no chão, de costas para mim, orando em voz alta, com a voz chorosa: "...Senhor, me ajuda, pra que o filho do patrão não tente mais fazer nada comigo, me ajuda a ter forças. Às vezes vejo falarem que o fim desse tanto de favor que tenho que fazer pros senhores vão acabar, que as moças tudo vão ter seus direitos logo, logo, que vão poder trabalhar um dia fora de casa, e o pagamento vai ser igual aos dos 'homi'. Ajuda nós, Senhor. Ajuda pra que eu não precise mais pagar o patrãozinho desse jeito que ele quer, só dando pra ele esse prazer danado, dando pra ele meu corpinho. Ajuda a gente, ajuda. Lembro daquele primeiro dia que o senhorzinho abusou de mim, e como doeu. Mas não doeu só na carne não, Senhor, doeu tudo, doeu nessa coisa que dizem que temos por dentro, essa tal de alma. Doe por dentro. Eu gostava do patrãozinho, ele me fazia feliz, me dava presentinhos. Ele sempre tentava me agradar um pouco. Mas mulher, mulher não tem direito não. Mulher tem que fazer o que os homens mandam, sem reclamar de nada. Mulher não pode falar nada, senão ganha bofetada. Lembro de quando era pequena e o patrão, Seu Antonio, me mandou buscar leite lá em 'riba' e eu disse que não porque queria brincar com minha bonequinha. Ele me deu uma bofetada na cara. Ai, Senhor, como doeu. Ficou roxo por mais de sete dias. Chorei e chorei naquele dia. Mesmo chorando, o patrão mandou eu ir lá pegar o leite e que não demorasse, porque ele queria logo. Naquele dia aprendi que mulher nasceu pra ser tratada que nem bicho, que nasceu pra viver sempre abaixo dos homens, só servindo eles. Senhor, ajuda a gente, pra que um dia nós viva tudo feliz, sem essa escravidão que eles fazem com a gente. Se a gente viver sem levar bofetada toda vez que comete algum erro, já 'tá' de bom tamanho. Me perdoe por tudo que faço de errado e por ser tão 'reclamona' assim. Amém."

Ao ouvir Laura falando tudo aquilo, chorando, deu-me um aperto no coração, vi como a tratei tão mal todos aqueles anos. Vi como - todas as vezes que eu abusava dela e pensava que ela não se importava, que até gostava - estava

errado. Compreendi que ela só me permitia abusar dela porque era seu patrãozinho – como ela me chamava -, e que havia aprendido a obedecer sempre, sem reclamar de modo algum. Como eu estava arrependido por tudo que a tinha feito passar! Naquele mesmo momento, bati à sua porta, e quando ela veio atender, com o rosto e olhos vermelhos de tanto chorar, dei-lhe um abraço bem forte e pedi-lhe desculpas por tudo que a tinha feito passar, e disse-lhe que não aconteceria novamente. Ela desculpou-me e agradeceu-me.

A partir daquela data, comecei a tratá-la bem. Até que cheguei um dia em que meu pai viu isso, chamou-me e disse-me que aquilo não deveria acontecer, pois a menina ficaria mal acostumada, achando que era prioridade, sendo diferente das outras mulheres e assim sendo tratada diferentemente, não tendo que servir a ele como as outras. Eu ouvi, com todo o respeito que tinha por meu pai, e depois que ele acabou de falar, disse-lhe que faria o que ele pediu. Mas não fiz. Continuei tratando-a bem, voltei a lhe dar flores às vezes, a surpreendê-la com pequenos mimos. E meu pai, ao perceber isso, mandou Maria, minha ama, arrumar um marido para a Laura, com o pretexto de que ela já havia passado da idade de casar, pois mulheres deveriam se casar cedo, e caso isso não ocorresse, mostraria que a moça não era uma mulher de família, o que era muito ruim. Maria concordou e prometeu arrumar logo um marido para a Laura. E assim foi. Maria arranhou um homem para ela. Era jovem ainda, e a Laura me disse que gostou um pouco dele. Marcaram o casamento para dali um mês. Meu pai estava ajudando um pouco nos preparativos. Disse que pagaria os gastos na Igreja.

No dia anterior ao casamento, chamei a Laura para passear comigo e contei-lhe que gostava dela. Ela disse-me que gostava de mim também, mas era tarde demais, já estava comprometida com outro. Contei-lhe que no dia que lhe pedi desculpas por tudo que havia feito de mal a ela, tinha ouvido sua oração, e por isso tinha me arrependido por não saber como ela se sentia em relação ao que eu lhe fazia. Ela contou-me que aquele dia foi um dos mais felizes para ela, pois soube que, com o tempo, não aconteceria com ela, sabia que seu futuro marido iria tratá-la exatamente como todos os outros tratam suas mulheres, como praticamente escravas, como objetos deles, alguém que existe só para servir-lhes, mas poderia ser com outras, outras sortudas, que um dia conseguiriam chegar onde naquele momento seria impossível, pois a sociedade não estava aberta para novos costumes, como uma mulher trabalhando fora de casa, ou até mesmo fazendo outra coisa que não fosse somente servir ao marido e a seus patrões. Ela me disse que tinha fé de que um dia a sociedade mudaria, e as mulheres poderiam se igualar aos homens em direitos. Eu concordei com ela e falei-lhe que, mesmo que ela não fosse muito feliz naquele casamento, poderia ser feliz, tendo a certeza de que se não fosse, suas filhas ou algum descendente dela seria, pois teria todos os direitos que ela, como uma mulher que viveu em um mundo em que não tinha vez alguma, não pode ter.

E assim Laura se casou. Teve quatro filhos. Duas meninas e dois meninos. Tenho certeza de que ela ensinou a suas filhas que deveriam, pouco a pouco, tentar mudar a cabeça desses homens e mostrar-lhes que as mulheres também são gente e que não merecem ser tratadas como bichos. Certamente mostrou a seus filhos que mulheres devem ser tratadas com carinho e respeito e que não nasceram para servir. Ajudar nas tarefas, até que elas podem fazer isso, mas servir homem e ser tratada como objeto, de modo algum.

Alguns devem estar se perguntando o que eu fiz de minha vida depois que a menina que eu gostava casou-se com outro. Bem, deixemos isso para outra história.

PARÁ – Castanhal

Mulher: muito além de Cinderela

Alice Martins Moraes

Instituto de Ensino Darwin

Orientadora: Eliani Martins da Cunha

Quando criança, a menina costuma escutar histórias sobre princesas indefesas que só podem ser salvas por um homem, o seu príncipe. Por mais que sejam histórias “clássicas”, felizmente elas estão ultrapassadas. Atualmente, as mulheres, de maneira geral, já têm a consciência de que podem ser mais que simples Cinderelas, de que não precisam mais ter que esperar por alguém que as resgatem: nós mesmas podemos nos resgatar, pois somos as responsáveis por nossa própria mudança de vida. Prova disso são as inúmeras conquistas femininas, ao longo de toda a História, em todos os âmbitos - profissional, familiar, público.

Ainda que apareçam como exceções, essas conquistas são verdadeiras inspirações: Cleópatra, cogovernante do Egito no século 1 a.C.; a rainha Elizabeth I, uma mulher no poder inglês no século 17; Joana D'Arc, heroína da Guerra dos 100 anos; no século 15, temos Isabel I de Castela (ou Princesa das Astúcias), que mostrou grande firmeza no poder. No século XX, dentre tantas mulheres que fizeram a diferença, não podemos deixar de citar Simone de Beauvoir, escritora, filósofa existencialista e feminista francesa, que, com suas ideias e atitudes, mostrou que a mulher não é apenas o “segundo sexo”.

No contexto nacional, esses exemplos de mulheres não são poucos: Olga Benário, ativista política; Francisca Praguier Prões, médica e feminista; Leopoldina de Habsburgo-Lorena, primeira imperatriz do Brasil; Maria Bonita, conhecida como a “Rainha do Cangaço”; Pagu, poetisa, jornalista e ativista política; Ricarda de Almeida Brito, participante da Guerra do Paraguai; Alice Tibiriçá, ativista social e feminista; e Lélia Gonzalez, intelectual, política, professora e antropóloga. Com suas ações e participação na sociedade, essas mulheres traçaram caminhos que possibilitaram os avanços e a formação de exemplos da mulher brasileira que temos hoje: como Marta, jogadora de futebol, escolhida como melhor futebolista do mundo por cinco vezes consecutivas, um recorde entre mulheres e homens; Pollyana Rabelo, única mulher mergulhadora dos Bombeiros do Brasil; Zezé Motta, atriz, cantora e ativista política; e, é claro, Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente de nosso país, entre outras.

Esses exemplos são importantes para as mulheres do mundo contemporâneo porque demonstram que foi necessário lutar pelos direitos femininos, no Brasil e no mundo, para que chegássemos à situação atual, na qual já conquistamos certo espaço na sociedade. Mas nem sempre foi assim, a mulher começou a ganhar espaço no trabalho fora de casa no século 18, na Revolução Industrial, quando foi trabalhar nas fábricas, mas foi no fim da Segunda Guerra Mundial

que as mudanças começaram a aparecer. Com os homens em guerra, foi necessária a utilização da mão-de-obra feminina. Saindo de casa, as mulheres começaram a refletir de fato sobre o que poderiam alcançar e começaram a perceber que poderiam trabalhar fora de casa.

No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX, mas pode-se dizer que somente nos anos 70 é que realmente ganhou importância. Esse atraso foi decorrente principalmente da ditadura militar. Mesmo assim, as mulheres se organizaram para formar uma militância contra o regime militar. Em 1975, organizou-se o “Ano Internacional da Mulher”, iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas). E, a partir daí, as mulheres foram ganhando mais espaço. Em 1979, iniciou-se a transmissão do programa “Mulher 80”, que discutia temas relacionados à mulher. Esse era o sinal do início da década de mais conquistas do movimento feminista até então. Entre 1980 e 1986, exibiu-se o “TV Mulher”, mais um programa direcionado a esse gênero.

Com isso, a condição feminina na sociedade brasileira foi ficando cada vez mais em evidência e muitos progressos foram obtidos. Hoje, a mulher brasileira vota, trabalha fora de casa, ocupa cargos nunca antes ocupados por mulheres, pode expressar sua opinião e, assim, ter voz, diferentemente de tempos mais remotos. Muito já foi conquistado, mas muito ainda há para ser conquistado. A realidade da mulher brasileira ainda é dura. Ela ainda é marginalizada na sociedade. Por mais que agora ela possa trabalhar fora de casa, as diferenças salariais entre mulher e homem são muito grandes - sem falar na “dupla jornada de trabalho”, já que as tarefas domésticas ainda são consideradas obrigações femininas.

Segundo estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os salários só serão iguais daqui a 87 anos. É tempo demais. Além de receber menos, as mulheres dificilmente ocupam cargos de chefia, e ainda sofrem preconceito de colegas de trabalho quando executam tarefas vistas como “de homem”. A pouca participação feminina é evidente não apenas no trabalho, mas também no cinema, no qual dificilmente interpreta o papel principal e, quando interpreta, ainda mais difícil é ser uma personagem “forte”, marcante e, mais uma vez, de comando. Tal desigualdade é visível, principalmente, na política, considerando que o Brasil é o último colocado entre aqueles que têm mulheres candidatas a cargos políticos - as mulheres representam apenas 9% dos parlamentares brasileiros, quando deveriam representar 30% - segundo o Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher).

Para resolver essa tímida participação feminina, uma boa medida seria a chamada “discriminação positiva”, ou seja, o uso de cotas para inserir a mulher na sociedade. Assim, seria reservada para as mulheres uma parcela dos cargos na televisão, no cinema, no trabalho e na política, afinal, há uma dívida nacional pelo atraso gerado pelas condições históricas.

Outra questão que deve ser observada é o fato de que as premiações e os concursos voltados para a mulher são geralmente relacionados à aparência

física, à beleza. Isso se deve à maneira como a sociedade, em geral, olha a mulher. Ela é vista apenas como um objeto a ser mostrado, um enfeite de decoração, um brinquedo para ser usado, que, quando não for mais tão interessante será jogado fora. É de notável importância, assim, que haja mais iniciativas que respeitem a mulher como um ser humano que pensa, constrói e participa do mundo efetivamente.

Há, ainda, um problema em nossa sociedade que, particularmente, considero o mais imperdoável e o maior símbolo de atraso humano em relação à população feminina: a violência contra a mulher. Esse tipo de violência atinge todas as classes sociais, em todas as partes do mundo, e existe principalmente porque a maioria dos homens é, até hoje, criada com o pensamento de que precisa exercer “dominância masculina” sobre quaisquer mulheres - pensamento resultante de uma cultura patriarcal, machista. Diariamente, muitas mulheres são violentadas – sexual, física e psicologicamente –, e essa situação precisa mudar. O Brasil possui legislação para punir essa violência, é o caso da Lei da Maria da Penha, mas o problema ainda é uma realidade e continua grave. É preciso entender que nenhuma violência é aceitável, que a vítima jamais é a culpada pelo crime, que ela precisa de ajuda. A violência praticada contra a mulher precisa ter um fim. Além disso, devem ser criadas mais campanhas que incentivem o rompimento do silêncio e a denúncia, deve-se garantir segurança às mulheres e punir os que cometem esse crime.

Por tudo isso, é preciso promover a igualdade de gêneros, como forma de evolução humana e social. O futuro começa agora. Um Brasil melhor pode começar a se tornar realidade a partir de mudanças de atitudes, e isso deve começar em casa. Um lar no qual todos têm o mesmo direito, independente do sexo, é um ambiente que formará cidadãos com esse mesmo pensamento, para poderem disseminar essa ideia para várias outras pessoas, o que, por fim, construirá uma sociedade mais evoluída, feliz, igualitária, em paz e em harmonia.

É de absoluta urgência a necessidade de haver uma superação de preconceitos e de discriminações. Para mudarmos a realidade feminina atual no Brasil, temos que mudar o tipo de pensamento que aqui tanto se manifesta. É necessária a criação de uma cultura de respeito e de valorização de mulheres e homens por igual, com maior conscientização e maior reflexão sobre a situação das desigualdades de gêneros. É preciso acabar com essa educação machista que é passada de geração a geração e ensinar a nossas crianças que somos todos iguais, independente do sexo, transmitindo a ideia de que todas as pessoas devem ser consideradas iguais, independente do gênero.

Na prática, deve-se dar continuidade, prosseguimento e avanço a políticas públicas que incentivem o respeito e a participação da mulher na sociedade. A criação de mais - e melhores - creches e a flexibilidade no horário, por exemplo, possibilitarão à mulher uma atuação mais ativa no trabalho fora de casa.

Além disso, para que as desigualdades entre os gêneros sejam superadas, as mulheres precisam ter uma postura definida e organizada na luta por

seus direitos e na busca por mudanças no comportamento da sociedade brasileira. É preciso coragem e determinação feminina para conseguir o espaço que merecem. Mas é também dever da população como um todo oferecer às mulheres o reconhecimento merecido e o apoio a essa parcela da sociedade que sempre foi fundamental para o desenvolvimento da nação.

Nós, mulheres, não queremos privilégios, apenas igualdade: igualdade de oportunidades, igualdade de respeito, igualdade de participação. Apenas igualdade de gêneros. Queremos ter o orgulho de contar às meninas, quando crianças, histórias nas quais as princesas não precisam de um príncipe para salvá-las, histórias nas quais princesas e príncipes podem atuar juntos, como coparticipantes de uma mesma história: a busca pela igualdade plena.

PARAÍBA – Bananeiras

Visita íntima

Felipe de Souza Damiano

Colégio Agrícola Vidal de Negreiros

Orientadora: Josineide da Silva Bezerra

Compreensão, hum! Nunca fui compreendida, mas acho que compreensão era algo que eles nunca pensaram em me dar. De família simples do interior, minha mãe foi singela até no nome que me deu – junção perfeita do estereótipo feminino: Maria das Rosas. Verdaderamente, ela nunca me entendeu, mas até compreendo. Afinal, ser diferente entre outros onze irmãos não costuma ajudar muito. Meu pai? Ah, ele era um homem de poucas palavras. Uma das poucas vezes em que me lembro de tê-lo ouvido falar, em alto e bom som, foi quando minha mãe lhe disse:

– Zé, num já tá na hora desses menino ir pra escola?! Maria das Rosas passa o dia todo rabiscando nuns pedaço de papé véi que a fia da cumade deu a ela. Né que a menina pegou os documento dela e começou a escrevê o nome! Agora passa o dia assim, com os papé debaixo do braço, escreveno o nome e desenhano as planta!

– Como é muié? E tu deixa?! Que estudo o quê! Estudo não enche barriga. Essa menina vai pra roça, aprendê com o cabo da enxada. E ocê num me amole com essa história. Rum... mulé burra!

Lembrar desta conversa me faz reacender as recordações de tudo pelo qual o meu pai me fez passar. Um homem que nunca demonstrou um sinal de amor por qualquer um dos filhos. Um homem que trabalhava e juntava as economias para ir à cidade beber e comprar prostitutas, chegando em casa dias depois ainda alcoolizado. Isto quando encontrado por conhecidos que o viam largado na sarjeta e dormindo nas ruas da cidade. Sempre achei que se ninguém o encontrasse ele nunca voltaria.

Talvez aquela fosse a vida que ele sempre quis ou a maneira mais fácil de suportar a que tinha. Dizem que a felicidade se encontra nas pequenas e simples coisas da vida. Acho que meu pai interpretou de maneira equivocada esta frase: foi em um copo de cachaça que ele encontrou a dele. Curado da ressaca, falava como sua vida era miserável, da falta de dinheiro... Bem, acabava sempre sobrando para minha mãe. Diferente de outros homens, que costumam bater nas mulheres ainda alcoolizados, ele o fazia em plena lucidez.

Por volta dos onze, doze anos, minha vida se limitava a ajudar minha mãe em casa e ir para a roça com meus irmãos. No pouco tempo que me restava, gostava de brincar. Contudo, nunca gostei muito de boneca, aquele ser inanimado ao qual temos que dar vida! Adorava brincar nas ruas com meus irmãos

e amigos. Brincava de bola de gude, de futebol, de esconde-esconde. Minha mãe achava estranho eu não brincar com as outras meninas e suas bonecas. Bonecas de sabugo de milho.

Durante as brincadeiras ou quando descansávamos, os meninos me afa-gavam e me beijavam. Certas vezes, chegaram a me atacar. Quando dizia ao meu irmão, sempre saía briga. Eu não gostava do que eles faziam comigo, mas, ao menos, eles me tocavam e eu podia me sentir querida e desejada. Ouvia dizer que aquilo era pecado e que quem o fazia iria para o inferno. Mas o homem também falava que a vida era boa e que se não cometêssemos pecados, iríamos para o céu, onde viver seria tão bom quanto aqui. Mesmo assim eu deixava, pois se o céu era parecido com minha vida, eu queria ir para o inferno onde seria desejada.

Tudo mudou quando meu pai passou a fazer em mim aquilo que os meninos faziam. Dava-me medo, nojo e dor. Quando terminava, eu tinha vontade de tirar minha vida! Vergonha de ter “aquilo” como pai e vergonha de mim por fazer isto. Antes de tudo, eu apanhava. Era espancada para não dizer a ninguém, e isso me causava mais revolta. Ficava pensando nas minhas irmãs e na minha mãe, com quantas outras ele fez isso? A partir deste dia não permiti que os meninos me tocassem mais. Passei a ter medo do inferno.

Minha única amizade passou a ser Betty, uma mulher letrada. Estranho. Letrada! Com ela, aprendi sobre o mundo; ela me fez pensar melhor na vida. Ajudava-me a não acha-la tão horrível. Eu comecei a sonhar. Sentia-me um pouco livre, e comecei a me achar igual a todos e merecer respeito por isso. Além do mais, com ela, eu recebia um carinho diferente, não tinha medo nem nojo, pois éramos iguais e eu gostava disso. Ela me ensinou a “mística feminina”.

Mesmo vivendo este momento que beirava meu renascimento, passei por uma das situações mais difíceis de minha vida e que culminou numa decisão cautelosa: eu engravidei. O medo e a vergonha tomaram conta de mim. O que as pessoas diriam? O que seria de mim e daquela criança? E quando ela me perguntasse por seu pai? Ela não teria vida. Tão pouco eu. Tinha medo e temia a atitude a ser tomada: o que me vinha à cabeça era ABORTAR!

Nesse período, não tive um único momento de alegria, mas apenas de aflição. Quando me lembrava, ah quando me lembrava de como tinha ocorrido, eu sentia vontade de arrancar aquela barriga fora, e novamente pensava em tirar minha própria vida e a daquela criança. Criança que me fez chegar a sentir nojo do meu próprio corpo, além de medo. Medo de que saísse de mim! Foi então, que eu pude perceber que isto não era certo, nem tampouco normal. Como eu, que nem sequer tinha vida, poderia dar vida a alguém?! Então, comecei a decidir sobre mim – sobre meu futuro e os próximos passos.

Quando falo do que fiz, muitos me condenam e me atacam.

– Você não se arrepende do que fez?

– Como você teve coragem?

Sempre me fazem lembrar pelo que passei, do que fiz. Tem gente que não me entende, que me chama de criminosa! Se for crime buscar a felicidade, a liberdade, sem pensar em atos que aprisionem o meu corpo e aniquilem minha mente, realmente sou culpada. De certa maneira, ter praticado o aborto “abriu-me os olhos”, me deu coragem, passei a exigir mais do mundo, da sociedade. Percebi que era particular em minha feminilidade e essência.

Deixei de ser apenas a Maria das Rosas e passei a ser toda e qualquer mulher que luta por uma sociedade melhor. Passei a cultuar minha Deusa: recebi a herança de Era, Artémis, Athena. O saber de Marie Curie, Mayana Zatz e Nize da Silveira; a coragem de Joana Darc e Anita Garibaldi; a persistência e luta de Aung San Suu Kyi, de Indira Gandhi, Golda Meir e Rosa Parks; o talento de Carmen Miranda, Elis Regina e Madonna; as palavras de Cecília Meireles, Simone de Beauvoir e Camille Paglia; a força de Maria da Penha; a sedução de Marilyn Monroe; a atitude de Olga Benário; a visão de Tarsila do Amaral. O desejo de fazer mais, possuído por Madre Tereza e Zilda Arns!

A beleza de todas elas e de tantas outras que, com suas qualidades e sonhos, ajudaram a construir um mundo melhor e permitiram dar um novo significado à palavra mulher. Passei a trocar, mudar meus já desgastados e velhos papéis na sociedade. Ela parou de me tornar e comandar como é ser “mulher”. Então, pude dar um novo significado à minha condição de mulher. Deixei de ser coadjuvante na história e também passei a ser protagonista. Quanto a essa história de segundo sexo, não aceito isso. Pois, afinal, qual foi o primeiro?!

Nome completo da minha interlocutora: Vida Sociedade Humana. Nessa conversa consigo, sussurra em meus ouvidos:

- Mulher, eu me lembro de tê-la visto em criação e te digo: não nascestes das costelas de alguém! Também não és culpada pela morte. Quando te olhavas a crescer, percebi tua astúcia e teu sofrimento. Por isso, não entendo te negarem valor: tu és germinação, fertilidade – parte decisiva da humanidade! Nela, tu e o outro, a quem os vejo como iguais. Iguais que cismam em diferirem-se, porque todo ser, em particular, é diferente. Diferente porque específico – Especial! Tu e o outro: especiais, específicos, diferentes. Iguais na construção de uma nova humanidade.

PARANÁ - Prudentópolis

A mulher invisível

Luane Carol Penteado

Colégio Imaculada Virgem Maria

Orientadora: Josélia Marina Koupak

Ela não era como as mulheres dos livros de história. Não provocava revoluções, não ditava regras nem mudava o mundo. Tampouco era como as mulheres dos contos de fadas, faltava-lhe a ingenuidade, parecia faltar também um final feliz depois de tudo. Ela fazia parte do mundo real e na anarquia indiferente da realidade cada ser precisa lutar por seu espaço, sem se importar muito com a forma de como as coisas devem ser e acontecer, ou esperar por condecorações e finais felizes. Sua vida era trágica e cômica, seus dias tendiam à rotina, acordava sempre na mesma hora, fazia as mesmas coisas, parecia presa em um longo e interminável dia cinzento e frio. E havia mais: ela era ignorada em todo lugar, algo realmente pior do que ser confrontada ou simplesmente desprezada.

Um dia pela manhã resolveu fazer algo diferente, colocou-se em frente a um espelho e chocada entendeu o problema, ela era invisível. Não existia nada ali. Estava explicado então o motivo de ser ignorada. Como qualquer ser sensível e delicado, chorou por horas, afinal, não é algo muito animador de repente se dar conta de que é invisível. Começava a pensar em como as coisas ficariam agora, como iria seguir sua vida, como ficariam seus planos e ambições. Tentou espelhos diferentes e nada. *Espelhos não mentem*, alguém havia dito uma vez.

Depois de dias e dias pensando e tentando encontrar uma solução para o problema da invisibilidade, a mulher invisível saiu para a rua e, uma vez lá, notou coisas que não havia notado antes. Havia todo tipo de coisa na rua, indiferença, desigualdade, humilhação, e ali estava ela, na esperança de que ao menos alguém ouvisse a sua voz. Vendo aquilo, a mulher invisível, então, se conformou, não havia mais nada a se fazer. Como ser notada, se era invisível? Certamente tinha voz, mas seu discurso não era tomado como sério nem digno de respeito. Ninguém a ouvia, ela parecia estar gritando a sete palmos de distância, bem lá no fundo. Seguia incompreendida e só, à margem, observando em silêncio.

Como era invisível, podia estar em qualquer lugar. E estava: nas empresas, nas lojas, nos restaurantes, nas farmácias, em todo o lugar. Foi aí que notou algo estranho, onde estavam todas as outras mulheres? A resposta se formou de forma clara em sua mente, era obvio, todas eram invisíveis. Por isso não se manifestavam, por isso não eram notadas. Já estavam todas conformadas. Não estavam nos livros de histórias por um grande feito, não foram imortalizadas pelas mãos de um escritor. Talvez fossem normais demais, talvez fizessem coisas tão triviais que isso não significasse nada. Era como se estivessem em outra dimensão, em outro plano, um lugar tão longe e esquecido que era impossível enxergá-las.

Algo parecia definitivamente errado, as mulheres não estavam sempre tentando melhorar a aparência, aprendendo coisas novas, ampliando seus conhecimentos, buscando melhores oportunidades justamente para serem notadas? Não parecia justo que um véu de invisibilidade as cobrisse, não deixando que mostrassem o quanto são capazes e merecedoras do melhor. Para onde quer que ela olhasse, via apenas homens, bem sucedidos ou não, desfrutando de uma sociedade que em sua opinião os favorecia. Uma sociedade machista. Mas algo não se adequava à sua teoria, pois para que haja um homem machista, deve-se existir uma mulher que se submeta a ele, certo? E parecia que ali não havia nenhuma mulher se submetendo a ninguém. Talvez estivesse exagerando as coisas.

Em uma de suas andanças, a mulher invisível deparou-se com uma aglomeração de pessoas que gritava vivas e exaltava quem quer que estivesse falando em cima de um palco improvisado. Sobre o palco ela reconheceu o prefeito da cidade, o credor das propostas utópicas de igualdade. Ele e seus homens discursavam a todos os seus feitos, proclamavam as melhoras conquistadas, tentavam a todo custo convencer seus ouvintes dizendo que todos viviam agora em uma cidade mais igual, mais justa, que todos tinham os mesmos direitos. Quanta hipocrisia em tão pequeno espaço - a mulher invisível pensou. Será que além de as mulheres terem ficado invisíveis, os homens tinham agora problemas para enxergar a verdade também? Não podia ser possível que eles não vissem tamanha desigualdade, de todos os tipos, todas as vezes que saíam na rua.

A cada lugar que passava, silenciosa como sempre, a mulher invisível via coisas que teoricamente não deviam existir, até mesmo as leis proibiam. E havia também coisas que deveriam existir: os direitos. Mas isso de algum modo não se realizava. Estas coisas pareciam-lhe um estranho paradoxo, onde havia luta e conformismo, ideias de liberdade e sentimentos de submissão. Começava a achar que o conceito de mulher e o de voz eram opostos perfeitos.

Talvez quando as páginas da história fossem, enfim, viradas, as pessoas olhassem para trás e vissem a tamanha injustiça que cometiam quase sem perceber. Falando em injustiças, a mulher invisível pensou em si mesma, em sua trágica situação e em como uma solução parecia impossível. Lembrou-se da rotina que tinha antes de calar-se diante de sua suposta invisibilidade. Então ela não era invisível, não podia ser. Mas os espelhos não mentem, não é mesmo? Não, decidiu por fim que ela não era invisível, quer espelhos mintam, quer não. Era a sociedade que estava cega. Era a sociedade que eliminava de seu campo de visão todas as Marias, Joanas, Marcelas e Priscilas, quase sem perceber, tirando-lhes chances, impondo a elas situações ridículas.

A máscara que recobria a sociedade escondia uma realidade preconceituosa, onde coisas mínimas, como a diferença entre salários de um homem e de uma mulher em uma empresa, faziam parte de um todo significativo, um todo que dava o incrível - e assustador - poder de invisibilidade às mulheres. Durante a história do homem no Brasil, da colonização à atualidade, muito ha-

via se lutado pela chamada igualdade. A mulher nos tempos coloniais do país, por exemplo, havia ficado totalmente à margem, excluída da sociedade. Muito tempo havia se passado desde que a humanidade evoluiu, mas essa evolução não parecia alcançar o interior das casas, onde a mulher seguia presa a costumes e obrigações, dependendo do marido, sendo submissa às suas vontades.

Então com o tempo, o que parecia utopia, impossível demais para ser tomado como verdade, começou a acontecer. A mulher enfim se libertava das correntes do casamento, dos antigos costumes e das autoritárias e nada democráticas leis da sociedade machista que outrora dominava. E a muralha se desfazia cada vez mais. Passava-se, então, a substituir a dona de casa e a mãe de família pela doutora, chefe, juíza, ministra, presidente. Apesar de tudo, sutis diferenças ainda marcavam os tempos de antes e o agora. A desigualdade era muito mais explícita e muito mais tolerada antes e, hoje em dia, apesar de disfarçada, há voz que se manifeste contra ela, assim como há voz que hesite, e por isso ainda está longe do ideal. Estariam todos, então, vivendo uma nova fase da história, ou apenas vivenciando uma nova versão de uma velha história, onde há muita teoria, muita discussão e falta de ação ou até mesmo um conformismo tão enraizado que se torna difícil realmente existir uma igualdade, mesmo que a história já tenha provado que a tal superioridade masculina seja um grande equívoco. A mulher invisível que o diga.

PERNAMBUCO – Santa Cruz do Capibaribe

Mulher: o sexo forte

Yasmim Timoteo da Silva

Escola de Referência em Ensino Médio Luiz Alves da Silva

Orientadora: Maria Cristina dos Anjos Ribeiro

Nos primórdios da humanidade surgiu o primeiro sentimento religioso: o de adoração à Deusa Mãe, símbolo da terra e da fertilidade. Na estrutura social o elemento feminino predominava, ou seja, era um matriarcado. Mas, por volta do período neolítico, quando o homem se tornou sedentário e passou a viver em sociedades agrícolas, começou a divisão sexual do trabalho, marcada pela capacidade reprodutora da mulher, o fato de gerar e amamentar os filhos. E, assim, a atividade de cuidar desenvolveu-se como uma tarefa da mulher, ainda que ela também participasse do cultivo e da pecuária.

No decorrer dos tempos, a sociedade dividiu-se em aldeias e clãs, e todos trabalhavam numa mesma unidade de produção, o trabalho e as atividades domésticas eram coincidentes. A função de reprodutora da espécie, que cabia à mulher, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher era considerada frágil e incapaz de assumir a liderança do grupo familiar e o homem foi associado à ideia de autoridade e poder de comando. Deste modo surgiu o patriarcado, uma sociedade fundamentada no poder do homem como chefe de família, modelo predominante até hoje.

Com este sistema familiar, começou a surgir uma sociedade machista que oprimiu, explorou e humilhou as mulheres. Felizmente, elas resistiram e lutaram para eliminar a discriminação e garantir seus direitos, se colocarem como seres humanos dignos, livres e autônomos. Não podemos esquecer-nos de mulheres como Rosa Luxemburgo, Olga Benário, Pagu, e tantas outras guerreiras que não suportaram o preconceito e a exclusão e foram à luta. De quantas coisas as mulheres foram impedidas? Dedicar-se às ciências, participar dos debates filosóficos na Grécia antiga. Isto era um absurdo para a sociedade da época!

As mulheres, além de serem tratadas com inferioridade, sofreram com as construções morais das religiões, por exemplo: os homens podiam ter relações sexuais antes do casamento e manter relacionamentos extraconjugais sem sofrer ultrajes ou punições, mas com as mulheres era totalmente ao contrário, como o caso da iraniana Sakineh, que por pouco não foi condenada ao apedrejamento por crime de adultério. Houve um tempo em que as mulheres não podiam nem sequer aprender a ler, viviam envoltas em uma teia tabus.

Na política, o direito ao voto no Brasil, a partir de 1932, não significou que as mulheres poderiam ocupar cargos. Mesmo que conseguissem ascender ao poder, havia sempre discriminação. Somente no final do século XX, período muito importante para o movimento feminista, elas conseguiram, por meio de

lutas e com o apoio ideológico comunista, chegar a desempenhar várias tarefas antes restritas aos homens, desde as que exigiam força física aos cargos administrativos, levando em consideração que antes as mulheres só poderiam executar o papel de dona de casa, mãe e esposa.

Mulheres não podiam votar, não podiam trabalhar fora, dirigir, nem ao menos usar calças. O movimento de mulheres emergindo nos cargos de poder, sobretudo a partir das três últimas décadas, pode ser considerado como um dos fenômenos sociais mais importantes dos séculos XX e XXI. O Brasil também tem evoluído bastante nesse sentido, pois temos a Lei Maria da Penha, que pune todo tipo de violência contra a mulher, e recentemente foi eleita a primeira mulher à Presidência da República.

Pode-se observar, em todos os campos, os avanços das mulheres, resultantes de uma história de lutas e conquistas de muitas e dolorosas batalhas, mas a guerra ainda não foi vencida, pois existe muito preconceito e resistência de homens, e inclusive de mulheres, com uma ideologia tacanha e obsoleta. Devemos notar que quando uma mulher luta por algo e conquista é mostrado pela mídia, na maioria das vezes, com demérito, como se fosse apadrinhamento ou favor, além de tentar vender uma imagem de que toda mulher é melindrosa e descontrolada e tem obsessão por ser igual ao homem.

A geração atual de mulheres tem uma participação mais ativa -fora do âmbito do lar. Elas, em sua maioria, não se submetem às vontades masculinas, mas procuram realizar-se profissionalmente e serem independentes. Porém, mesmo com tanto esforço para modificar a sociedade e instaurar a igualdade de gênero e a autonomia da mulher, não só no nosso país como em vários outros, ainda há agressão contra mulheres, diferenças salariais com relação aos homens, além de serem subestimadas e excluídas de conversas, grupos sociais, atividades, etc.

Eu já vi vários casos em minha família de mulheres que, ao perder a virgindade ou engravidar, casavam-se apenas para não ficarem mal vistas pela sociedade; e de pessoas que testemunharam ou sofreram violência doméstica, mas tiveram medo de denunciar, ou pensaram naquele ditado: “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher.” Quando criança, muitas foram as vezes que ouvi: “Meninas não brincam com meninos”, “Brincar com bolas ou carrinhos é coisa de menino”. E na escola, meninos excluem as meninas de brincadeiras, grupos de trabalho, com o pretexto de que elas são frágeis, frescas. E assim acontece de geração em geração.

Ainda hoje, várias mulheres sofrem com o preconceito, a violência de parceiros, de colegas de trabalho, e agem como se fosse natural. São, geralmente, pessoas com baixa escolaridade, que não têm conhecimento de seus direitos, não sabem da sua própria capacidade de vencer, de conquistar sua autonomia e se destacar. Os homens também precisam aprender que as mulheres não são inferiores, nem são objetos, e que devem ser tratadas com respeito, como seres

humanos dignos. Violência não é símbolo de masculinidade nem forma de impor respeito.

Para erradicar de vez a distribuição desigual de poder e autoridade entre homens e mulheres, sugiro como solução grandes investimentos na educação, principalmente das crianças, para que cresçam habituadas à ideia de que somos todos seres humanos com os mesmos direitos, não importando o sexo, a cor, a religião ou a classe social, e construam novos valores. O conhecimento é o caminho mais simples para a conscientização das pessoas. Com toda esta história de lutas e vitórias, quem disse que somos o sexo frágil?

RIO DE JANEIRO – Nova Iguaçu

Menino usa azul, menina usa rosa

Arthur Ferreira Figueira

Escola Técnica Estadual João Luis do Nascimento

Orientador: Rafael Huguenin

Homens e mulheres são da mesma *espécie*, pertencem ao mesmo mundo, vivem na mesma sociedade, exercem diversas funções, amam-se... Mas suas existências são igualadas? Se tal questão for analisada de um ponto de vista biológico, ambos são fisicamente diferentes de fato, porém tal diferença física pode ser considerada uma “divisória” na sociedade contemporânea? Num mundo que cada dia evolui mais, existe espaço para uma “muralha” que já deveria ter sido derrubada há tanto tempo? Venho tentar expor meu ponto de vista sobre um assunto tão polêmico e que ultrapassa essa redação.

Tal conflito começa de forma sutil, tem início quando a chegada de um bebê é anunciada, a ansiedade em saber qual será o sexo da criança, pois sendo um menino, será aquele com o enxoval **AZUL**, aquele que vai ter chuteiras penduradas no berço, aquele que vai ser um “pegador”, aquele que vai ser um “machinho”. Se for uma menina, temos um caso totalmente diferente, ela será uma mocinha, que terá o enxoval totalmente **ROSA**, será uma princesa que vai esperar um belo príncipe, que vai aprender os serviços do lar e que enquanto estiver na juventude deverá ser “casta” diante dos olhos protetores do pai. Já podemos perceber uma diferenciação entre os sexos apenas pelas cores utilizadas, o **AZUL** do céu, de superior, de estar “acima”, e o **ROSA** como a flor, frágil e delicada, que deve ser protegida e apenas tem a função de embelezar, formando uma separação entre os dois pequenos seres que acabaram de nascer e já se deparam com padrões impostos. Outros padrões vão sendo aplicados na vida cotidiana de meninos e meninas, como serviços mais rudes para os meninos (limpar o quintal, capinar) e serviços mais domésticos para as meninas (cozinhar, cuidados do lar), que vão dando novos adjetivos ao padrão **ROSA** e **AZUL**.

Outra parte importante na construção da divisória ocorre quando tem início a vida escolar, onde meninos e meninas entram em contato. A primeira ação é a divisão em filas (ou trenzinhos, como foi no meu caso), de um lado ficam as meninas com o trenzinho **ROSA** florido e do outro ficam os meninos com o trenzinho **AZUL** com super-heróis e vilões, e assim tem início a vida acadêmica. A criação da divisória só vai acentuando-se com o passar do tempo, aqueles que saem do padrão, como uma menina que gosta de jogar bola ou um menino que não faz o padrão rude masculino, são tratados como diferentes e até sofrem preconceitos (de ambas as partes).

Ao chegar à adolescência, as padronizações se tornam mais fortes, nessa fase o que se torna mais marcante é a imposição de muitos comportamentos

sexuais, que “caem” sobre os jovens (o “pré-homem” e a “pré-mulher”). De um lado estão os meninos pressionados e encorajados pela perda da virgindade e a atuação como um verdadeiro MACHO, do outro lado as meninas que muitas vezes se sentem pressionadas sobre as mesmas condições por “amigas” ou pela família (na maioria dos casos no sentido de repreender), porém de forma diferente para ambos. Podemos perceber que vão sendo acentuadas ainda mais as primeiras características citadas no início da redação, o “AZUL” e o “ROSA”, que se apresentam de diversas formas na vida do homem e da mulher.

Outro meio que gera a desigualdade de gênero é a mídia televisiva que tenta sempre se mostrar como um meio de expressão e liberdade, mas acaba sendo um expositor ofensivo do sexo feminino e de inflamação do estereótipo masculino. Um exemplo dessa pressão que a TV impõe é muito presente em comerciais voltados para os sexos masculino e feminino, no caso das mulheres, os que vão vulgarizar a mulher ou aliená-la, como o caso de comerciais de cerveja nos quais são mostradas mulheres que seguem padrões de beleza SERVINDO aos homens, ou os voltados para a dona de casa que não se adequa aos padrões de beleza que demonstram conteúdos relacionados à limpeza ou compra de aparelhos domésticos. O homem na TV é tido como aquele servido pela mulher do comercial de cerveja, como o comprador de um carro ou aquele que entende de futebol. Com isso a mídia também faz parte da criação da desigualdade entre homens e mulheres, sendo um meio que aparenta ser inofensivo e acolhedor. A introjeção de tais estereótipos é um fator que molda uma consciência social cheia de vícios de gênero.

Chegando a vida adulta, acabamos tendo homens e mulheres já moldados nos modelos AZUIS e ROSA que aplicarão e sofrerão com essa padronização e divisão. Essas consequências são encontradas em diversas etapas de nossas vidas e são encontradas principalmente pelas mulheres, como na busca de um emprego, em que se deparam com dificuldades para entrada numa empresa que não paga o mesmo salário para uma mulher, ou uma que apenas escolha mulheres para profissão de atendente e nunca de cargos mais elevados. Até obter uma oportunidade em que sejam valorizadas, podem acabar se deparando com situações de preconceito por parte de outros empregados, geralmente do sexo masculino, que não aceitam ter uma mulher em posição superior ou de mesmo nível (caso do AZUL “superior” que não aceita se submeter ao ROSA “delicado”), porém muitas vezes a mulher sofre preconceito por parte dela mesma ou de outras mulheres e acaba se sentindo incapaz de realizar uma tarefa dita “masculina”, assim não chegando à realização profissional e pessoal desejada, tendo de se render mais uma vez aos padrões impostos pela sociedade. A junção de todas essas situações (a também várias outras não citadas) cria um sentimento de conformismo e aceitação por parte das mulheres que tanto passaram por isso ou que conhecem outras na mesma situação, elas acabam desistindo de lutar pela sua igualdade. Do outro lado, ficam os homens que “assistem” tal injustiça e se

acomodam, vendo tal situação como comum e natural, e mesmo aqueles que não se conformam e tentam mudar tal “configuração” da sociedade são sufocados por tais “barreiras”.

Mas, então, devemos aceitar a desigualdade entre homens e mulheres e continuar vivendo desse modo? A resposta é **NÃO**, o conformismo apenas nos leva a um estado de estagnação, a sociedade apenas irá manter esse ciclo interminável e desigual. Devemos nos conscientizar e conscientizar aos outros, mudando nossas formas de pensar e, além de tudo, tomando iniciativas e atitudes contra esse mal que nos rodeia. Mulheres devem se tornar mais independentes, não aceitando condições impostas que as desvalorizem, mudando seus pontos de vistas e não aceitando o rótulo do “ROSA”, já os homens, mesmo estando do outro lado da barreira, o lado “AZUL”, devem abrir suas mentes para o todo, entendendo que existe outro lado igual que sente e pensa do mesmo jeito, apenas tendo pequenas características que os diferenciam e que deveriam ser tidas como forma de união e aprimoramento.

RIO GRANDE DO SUL – Erechim

Os múltiplos fatores da desigualdade

Camilla Cruz

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Orientadora: Belkiss Martins

É comum ouvirmos expressões como: “os direitos dos negros são os mesmos dos brancos” e “os direitos dos homens são os mesmos das mulheres”, contudo na prática as coisas não são bem assim.

É do conhecimento de todos que há uma grande diferença social entre brancos e negros, mesmo que muitas vezes isso não seja admitido de forma direta. O Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) mostra que em dezoito anos (de 1990 a 2008) a proporção de negros abaixo da linha de pobreza diminuiu consideravelmente (de 37,1% para 6,6%), entretanto a etnia e o sexo da criança no Brasil determinam consideravelmente seu futuro na sociedade, tanto o escolar quanto o profissional e a discriminação de raça e gênero ainda perduram.

O estudo também mostra que, em 1992, a diferença de escolaridade entre brancos e negros era significativa (12,2%) e que vem diminuindo muito nos últimos anos, isso se deve à queda na desigualdade do analfabetismo entre negros e brancos. Só em 2008 a diferença passou a ser de 0,7%, mas as mulheres negras continuam com baixa escolaridade em relação aos homens negros e aos brancos, pois elas apresentam grande defasagem escolar e isso revela a desigualdade de gênero.

O sistema de cotas raciais significou um grande avanço da desigualdade racial no Brasil, visto que tem como objetivo principal garantir aos negros o direito de realizarem o curso superior, além de compensá-los de todo o sofrimento vivido por seus antepassados durante a escravidão. No entanto, não há garantia de que os participantes do sistema de cotas chegarão ao mercado de trabalho e serão bem sucedidos.

Em alguns países como a Índia e os Estados Unidos, a cota racial não teve sucesso e acabou gerando mortes durante protestos e agravando ainda mais o racismo, já no Brasil apenas ocasionou grandes discussões, pois as opiniões divergem e resultam numa divisão: de um lado, pessoas que defendem a lei, afirmando que os negros têm menores oportunidades e diferente distribuição de renda e educação em relação aos brancos; de outro lado, pessoas que acreditam que o sistema é injusto, pois a inteligência nada tem a ver com a cor da pele e se os negros lutarem por uma vaga estudando tanto quanto os brancos terão tanta capacidade de serem aprovados no vestibular quanto eles.

A meu ver, o sistema de cotas é uma conquista dos negros e é ilusão dizermos que todos somos iguais enquanto uma parte dos brancos e negros são

milionários e outra vive abaixo da linha de pobreza. Brancos e negros são diferentes devido aos fatores que contribuem para essa diferença, fatores como distribuição de renda, perspectiva de futuro e visão de mundo, e esses fatores vêm de uma sociedade que só respeita o que é bonito e é hipócrita quanto lhe é conveniente. As diferenças entre negros e brancos são visíveis em nossa vida. Quantas vezes nos deparamos com pessoas racistas que publicamente não admitem o fato de que o são? Para que o racismo se anule é necessário educar a população de forma que as pessoas percebam que somos diferentes ao mesmo tempo em que somos iguais, e essa educação deve começar desde já, com as crianças nas escolas, em casa e nas conversas entre amigos.

O Brasil, como um país com um alto índice de miscigenação de raças, deveria ser um país livre de preconceitos, mas infelizmente não é assim. De acordo com dados do Censo de 2000 realizado pelo IBGE, o Brasil possui 169,8 milhões de habitantes e dentre eles 76,4 milhões seriam pessoas negras (pardos e pretos), o que corresponde a 45% dos habitantes. Estudos comprovam que o Brasil é a segunda maior nação negra do mundo fora do Continente africano. “*Nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre.*” Essa frase é do pesquisador especializado em Economia Social, reconhecido por trabalhar com temas como educação, desigualdade e pobreza, Ricardo Henriques, e demonstra algo significativo: o fato de que o negro não é discriminado apenas porque é negro e sim porque é pobre. O preconceito racial, então, não é apenas uma questão de raça, mas também uma questão de poder econômico. Esse fato nos remete aos tempos da escravidão, é a partir daí que se analisa que os negros sempre foram pobres e sempre foram tratados como seres inferiores, não obstante isso afetou os negros no decorrer da história e persiste até os dias de hoje em forma de preconceito e também é responsável pelo fato de que os negros são mais pobres que os brancos por terem tido, ao decorrer dos tempos a impossibilidade de alcançarem os brancos, tanto na questão econômica como na social.

Outra fantasia existente na nossa sociedade é a de que homens e mulheres possuem os mesmos direitos, pois de acordo com o ranking mundial de igualdade de gênero feito pelo Gender Gap Report, em 2006 o Brasil ocupava a 67ª posição entre os países com baixos índices de desigualdade de gênero e em 2010 caiu para a 85ª. Isso prova que a sociedade está muito deseducada em relação ao respeito que devemos ter quando convivemos com pessoas diferentes de nós, seja no campo econômico ou nas relações sociais.

Ainda que as mulheres estejam mais presentes na sociedade do que costumavam ser nos anos 60, elas ainda estão em desigualdade em relação aos homens. Esse pensamento que é definido como estereótipo de gênero é responsável pelas atitudes machistas que ainda persistem em nosso campo de convivência, ainda que insistamos em negá-lo. Essas atitudes existem através de ideias infundadas, como: a mulher é o sexo frágil, é mais fraca, menos capaz, só serve para cuidar da casa e dos filhos, não tem a necessidade de aprendizagem nem razão

para ter acesso ao conhecimento e à cultura, dentre outras mil sentenças que conhecemos.

Muitas mulheres vêm se destacando notavelmente em nosso país em posições nunca antes por elas ocupadas, desde presidente da república, como Dilma Rousseff, até delegadas, como Martha Rocha, a primeira mulher a chefiar a Polícia Civil do Rio de Janeiro. Sem falar nas juízas, promotoras, jornalistas, escritoras, empresárias, mecânicas, jogadoras de futebol, policiais, taxistas, caminhoneiras, pedreiras, cientistas, juízas de futebol, pilotas, militares, advogadas, entre tantas outras profissões, nas quais elas desempenham seus papéis tão bem quanto os homens. Mulheres assim têm o poder de modificar uma época e abrir portas para o futuro.

Todavia, sabemos que nem sempre a mulher teve seu papel na sociedade, pois muitas vezes ela foi alvo de preconceitos, conclusões erradas e teve seus direitos oprimidos por muito tempo. Ninguém desconhece que na história da humanidade a mulher sempre recebeu predicados como: fracas, inúteis, vaidosas demais, fúteis demais, inconstantes, infiéis, incapazes, entre outras coisas que denegriram a figura da mulher, pois viviam num mundo essencialmente masculino: não podiam votar, não podiam trabalhar fora, deviam apenas cozinhar, passar, limpar e cuidar das crianças. Esse passado, embora pareça distante para as últimas gerações, é um passado recente.

Na literatura não foi diferente: mulheres que queriam publicar suas obras adotavam pseudônimos masculinos, um exemplo disso é a escritora George Sand que ao vestir-se de homem, com calças compridas e sapatos masculinos, foi denominada um símbolo da rebeldia em seu tempo, um tempo de opressão, machismo e preconceito.

Apesar de as coisas terem mudado muito, não foi de forma avassaladora, sabemos que o processo de igualdade de gênero é demorado, porém sólido. Ainda vivemos numa sociedade patriarcal, e um ponto crucial que pode demonstrar isso é o fato de que há desigualdade salarial entre homens e mulheres que exercem uma mesma função, as mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens. Pesquisas apontam que cerca de 90% das mulheres brasileiras que trabalham ainda precisam cuidar dos afazeres domésticos, ou seja, elas trabalham praticamente o dobro do que os homens e em alguns casos são elas quem sustentam suas famílias. A pesquisa “Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil”, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que, em uma década, o número de mulheres responsáveis pelos domicílios brasileiros aumentou de 18,1% para 24,9%. Outras pesquisas feitas pelo IBGE mostram que a mulher brasileira aumentou seu poder aquisitivo, aumentou o nível de escolaridade, diminuiu a defasagem escolar e diminuiu a taxa de fecundidade, no entanto ainda está em 20% a taxa de analfabetismo. Os especialistas dizem que as mulheres serão as líderes deste milênio.

Logo, ainda há muito que fazer em relação à igualdade no Brasil e no mundo, mas não falo apenas em igualdade de gênero ou igualdade entre brancos e negros, falo de igualdade entre brancos, negros, asiáticos, indígenas, homossexuais, heterossexuais, bissexuais, transexuais, católicos, umbandas e evangélicos. Pois cada ser humano é capaz, independente do tipo de raça, religião, opção sexual, gênero e etc. Todos nós somos iguais e essa igualdade depende apenas de nossa educação e caráter. Afinal, todos nós possuímos a glória de sermos acima de tudo simplesmente humanos.

RONDÔNIA – Buritis

Afinal, somos todos iguais...

Diesieli de Lima Ribeiro

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Buriti

Orientadora: Gizely Storch Nascimento

Quando falamos de igualdade entre homens e mulheres, entramos em uma discussão sobre pontos de vista bem diversos e percebemos a dificuldade de entrarmos em consenso quando as opiniões são discutidas pelos sexos opostos. Na verdade, cada um quer “defender seu lado”. As pessoas, em geral, estão acostumadas a ver na mulher a fragilidade, tornando-a incapaz de realizar algumas atividades, que seriam destinadas para os homens. O homem, por sua vez, é visto como o mais forte, o que tem como função guardar, proteger, sustentar, enfim, a lei do mundo animal. Mas isso já mudou há muito tempo.

Já é passado, o tempo em que a mulher era pré-destinada a cuidar somente de seus filhos e de seus afazeres domésticos, enquanto seus maridos iam em busca do sustento de sua família. Já é passado, o tempo em que a mulher não podia expressar sua opinião, não tinha direito de votar por uma sociedade melhor para se viver, não podia sequer, exercer uma profissão, aos poucos a mulher foi conquistando seu espaço. Hoje têm direitos como qualquer cidadão e também leis que as apoiam. Porém, ainda assim, vemos que há certa desconfiança imposta sobre elas, a sociedade muitas vezes as julga incapazes de realizar funções consideradas masculinas, exemplo disso, é na política, tantos anos de Brasil e somente agora vimos uma mulher ocupar o cargo da presidência, e há quem diga que não votou na Dilma pelo fato dela ser mulher, pois achavam que ela não seria capaz de governar nosso país. Talvez não seja com a mesma intensidade de antes, mas ainda vemos certo tipo de preconceito, gerado entra as pessoas em relação aos gêneros.

A definição de homem e mulher, dada pela sociedade, cria outra espécie de preconceito, que é contra os homossexuais. Por isso, quando uma mulher é mais determinada em seu trabalho, e muitas vezes não cuida de si mesma, ou quando um homem é mais delicado e não quer exercer algumas funções masculinas mais pesadas, eles sofrem preconceitos, não somente pelo que são, ou por sua maneira de agir, mas porque a sociedade foi “educada” culturalmente assim, crescemos ouvindo esse tipo de pré-conceituação. Mas por que continuar assim? Por que não deixar o preconceito de lado?

Quando damos lugar ao preconceito, logo damos lugar também à violência. E quem mais sofre violência por parte dos homens são as mulheres. O índice de violência contra a mulher ainda é alto no Brasil, segundo o Mapa da Violência no Brasil 2010, cerca de 41.532 mulheres foram assassinadas no país de

1997 a 2007. Temos a Lei Maria da Penha que protege as mulheres agredidas por seus maridos, a questão é que a maioria das mulheres agredidas tem medo de denunciar seus agressores e acabam sofrendo durante anos as violências em suas próprias casas, muitas infelizmente morrem diante de tanta crueldade, são vítimas daquele que se diz mais forte, o qual deveria protegê-las e não maltrata-las. O disque 180 é o número que atende as ligações de violência contra a mulher. Segundo a Central, só nos primeiros cinco meses desse ano, foram registradas 95% de ligações a mais do que esse mesmo período no ano passado, ou seja, mais de 50 mil mulheres relataram algum tipo de violência verbal e/ou física.

E nos indaga a pergunta: no que homens são diferentes das mulheres? Ambos nascem do mesmo jeito, todos foram gerados pela união de seus pais, ambos comem, bebem, gostam de se divertir, no geral pretendem constituir uma família, respiram igualmente o mesmo ar, possuem os mesmos batimentos cardíacos, enfim... Muitas vezes a diferença somos nós que fazemos, claro que a mulher desenvolve mais seu lado sentimental que o homem, pelo menos a maioria delas, como também o porte físico de um homem é maior do que o da mulher, porém, a força deles, ou a delicadeza delas, não se põe como justificativa para que um tente ser melhor do que o outro.

Queremos um país livre. No entanto, para a liberdade é necessário anular qualquer tipo de preconceito. Como conseguiremos um país de liberdade, se até os gêneros estão sendo discutidos?

Se quisermos melhorar isso no Brasil, vamos começar mudando nosso modo de pensar, não podemos ser hipócritas em dizer que não fazemos parte desse meio, discutimos ser melhor do que o outro, porém não é assim que se faz a igualdade, a igualdade é feita quando concordamos que todos somos iguais, e que o que há de diferente em nós, é a qualidade que cada um tem em si próprio e que complementa o outro. O homem precisa da mulher, da mesma forma que a mulher precisa do homem, ambos foram feitos para se completarem, no que a mulher não consegue fazer é exatamente no que o homem irá ajudá-la, e da mesma forma o homem será ajudado por sua companheira. As diferenças que há em nós são para contribuir no que o outro precisa, porque em uma coisa concordamos, não existem diferenças significativas, afinal somos todos iguais.

SÃO PAULO – Itu**Aborto: uma questão moral?***Ana Paula Cardoso da Silva*

Colégio Objetivo Itu

Orientador: Henrique Frey

O aborto ou interrupção da gravidez é a expulsão prematura de um embrião ou feto do útero, pode ser espontâneo ou induzido. O aborto espontâneo pode ser causado, principalmente, por algum defeito cromossômico no embrião ou feto que impede o seu desenvolvimento natural. Isso pode ser hereditário, causado pela exposição da mãe a certos medicamentos ou resultar de doenças infecciosas. O aborto induzido pode ocorrer pela ingestão de medicamentos ou por métodos mecânicos. Este sempre foi um assunto polêmico, gerando vários debates em todo o mundo entre adultos, jovens e até políticos. A questão é: trata-se de uma questão moral?

Em debates sobre o aborto são “jogados à mesa” muitos argumentos que não só envolvem opiniões individuais ou coletivas, mas também valores éticos e, sobretudo, a religião. Em nosso país vivenciamos um grande exemplo disso em 2010 quando os três principais candidatos à presidência da república participaram de debates sobre o assunto. Marina Silva, evangélica, se dizia contrária e sua posição era extremamente conservadora nesse aspecto. Dilma e Serra nos deixaram em dúvida sobre sua real posição, declarando-se contrários para não mexer com algo que poderia lhes custar votos.

É impossível ter dados estatísticos exatos sobre o aborto induzido, devido à clandestinidade com que é praticado nos países em que ele é considerado crime. Segundo publicação recente da Organização Mundial de Saúde (*Unsafe abortion, 6th edition, 2008*), estima-se que cerca de quarenta e sete mil mulheres percam a vida anualmente em consequência de aborto em condições precárias. Ainda de acordo com o livro, em 2008 foram estimados 21,6 milhões de abortos inseguros no mundo, onde 21,2 desses ocorreram em países em desenvolvimento e apenas 0,4 ocorridos em países já desenvolvidos.

Devemos ignorar os acontecimentos que estão diante de nossos olhos e tirar o direito de escolha da mulher sobre o próprio corpo para seguir certos preceitos morais? A maioria dos brasileiros que se colocam publicamente contra a legalização do aborto são homens que jamais poderão passar por essa experiência vivendo-a intensamente como uma mulher. Aliás, mulheres independentes, que vão cuidar de um filho por si própria se o escolher ter.

A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada em 2010 com mulheres entre 18 e 39 anos de idade, atesta que de cada 100 mulheres 22 já realizaram aborto – um número bastante elevado. Um dado que chama atenção é em relação a jovens com idade entre 20 e 24 anos, pois é nesta faixa etária que se concentram

os casos. Essas mesmas jovens teriam sua juventude “cortada” caso ocorresse uma gravidez e não abortassem? Será que ainda não têm maturidade suficiente para sustentar e cuidar bem de uma criança? O fato é que tiveram como resultado uma gravidez indesejada que é a não aceitação da gravidez por qualquer motivo, seja ele a idade, estado civil, saúde, finanças, moradia, estudo, emprego, entre outros.

O aborto acaba sendo condenado também e principalmente pela religião que, na verdade, faz com que a obrigação de se ter um filho resultante de uma gravidez indesejada não passe de um modo de castigar a mulher que desnaturalizou o sexo ao separar seu prazer sexual da missão de procriar, mesmo que implique em consequências ao bem estar físico, emocional ou psíquico da mulher.

Dizer que a descriminalização do aborto no Brasil incentivaria as mulheres a praticá-lo deliberadamente sem pensar nas consequências é um argumento muito usado em debates sobre o assunto. Isso acaba sendo cruel para com as mulheres brasileiras, pois o aborto para qualquer mulher em qualquer situação, seja ela de fartura ou miséria, é uma experiência difícil, de riscos e sofrimento que traz dores, implicações psicológicas - como a auto-culpa - e até dificuldades para engravidar novamente. Sem falar nas sequelas que são agravadas pela criminalização do procedimento, pois as jovens grávidas que abortam ou pensam em fazê-lo têm que arcar com a pesada acusação de assassinato.

A legalização poderia diminuir o percentual de incidência e poderia, com certeza, diminuir o número de mortes. Afinal, com a legalização, médicos especializados poderão realizar os abortos em lugares e em circunstâncias adequadas, salvando a vida de muitas mulheres. Sem a legalização, os números de incidência de aborto e morte causada por ele não diminuirão, e as mulheres continuarão a praticá-lo em clínicas clandestinas ou por práticas caseiras e continuarão morrendo.

Não se trata de ser a favor do aborto, ninguém é, mas as pessoas não podem mais limitar em que situações ou com que valor de dinheiro uma mulher deve estar, ou ter, para poder ter o direito de abortar. As mulheres que podem pagar os altos preços para abortar em clínicas particulares abortam e não têm seu drama discutido pelo padre, juiz ou jornal. “*O ponto, então, não é ser a favor do aborto. É ser contra a criminalização.*” como afirma Maria Rita Kehl (*Repulsa ao sexo*, O Estado – 18/09/2010).

O aborto não é mais uma questão de ética, valores ou religião. Tornou-se uma questão de saúde pública. É por isso que não pode ser considerado errado um político ser a favor da legalização, pois um político visa uma melhor saúde da sociedade como um todo, então, é dever dele fazer algo para que o número de mortes diminua. Além de que, vivemos em uma sociedade democrática e devemos respeitar as decisões das outras pessoas sobre o que fazer com o próprio corpo, assim como gostaríamos que aceitassem as nossas decisões também. A descriminalização pouparia a vida de muitas mulheres. Portanto para quem é contra o aborto, se vocês acreditam que é um ato errado se preocupem apenas com o que vocês mesmos fazem com o próprio corpo, afinal, se vocês não abortarem, um feto a mais será poupado, basta!

CATEGORIA

**ESCOLA PROMOTORA DA
IGUALDADE DE GÊNERO
PROJETOS PEDAGÓGICOS PREMIADOS**

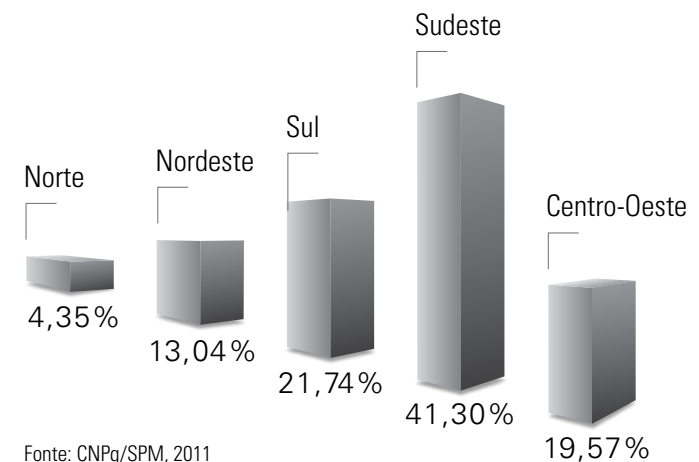
Introdução

Na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero foram inscritos 46 projetos pedagógicos, número que quase triplicou comparado com a edição anterior, no qual houve 17 inscrições. O avanço nesta categoria é bastante importante na medida em que pode representar uma ampliação do número e da qualidade das redações inscritas na Categoria Estudante de Ensino Médio nas próximas edições.

7º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO Categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero

Inscrições por Região

Região	Quantidade	%
Norte	2	4,35%
Nordeste	6	13,04%
Sul	10	21,74%
Sudeste	19	41,30%
Centro-Oeste	9	19,57%
Total	203	100%



A região Sudeste foi a que mais enviou projetos, seguida da região Sul.

CEARÁ - Ubajara
Escola Estadual de Educação Profissional
Governador Waldemar Alcântara

Título do Projeto: A Escola e as Relações de Desigualdade:
Aprender a Conviver

Coordenação do Projeto
Simone Feijó de Melo

Histórico

O projeto surgiu do desejo de incluir na prática escolar as temáticas relativas a questões de gênero, desigualdades, preconceito, violência e paz, bem como de discutir os valores universais e temas transversais, como ética, pluralidade cultural e orientação sexual, aproximando-os dos/as alunos/as, pais, mães e demais integrantes da comunidade escolar. Somando-se a essas preocupações, a escola percebeu outras situações ligadas à vida dos/as alunos/as que precisavam de ações emergenciais, tais como: violência doméstica, bullying (dentro e fora da escola) e falta de preparo de professores/as e funcionários/as para lidar com a homossexualidade. No transcorrer do projeto, percebeu-se a necessidade de diagnosticar, estudar, discutir e propor ações para a erradicação de todo e qualquer tipo de discriminação, não apenas de gênero, mas também de raça, sexo e religião, presentes na escola e na vida da comunidade escolar, ampliando-se o escopo do projeto.

Metodologia

O primeiro passo foi a discussão do projeto com os/as professores/as durante a semana pedagógica de 2011, com a utilização de dinâmica orientada por perguntas, tendo por objetivo diagnosticar as ações discriminatórias e preconceituosas existentes na escola e apontar possíveis soluções. O passo seguinte foi a elaboração dos planos de curso de 2011, quando os/as professores/as das disciplinas de História, Filosofia, Sociologia, Matemática, Biologia, Português, Artes, TPV (Temáticas, Práticas e Vivências) e Formação Cidadã incluíram ações e atividades voltadas para os temas em questão. Durante a realização da programação, os mesmos foram apresentados por meio de leituras, análise, discussão e produção de textos, paródias, poesias e charges, teatro, dança, música, realização de palestras, seminários e debates, apresentação de filmes e documentários, entre outros. O terceiro passo constou da realização de pesquisa interna (com alunos/as, professores/as e funcionários/as) e de pesquisa externa (com pais e responsáveis de alunos), cujos resultados seriam posteriormente divulgados nos

murais da escola e forneceriam informações e subsídios para o desenvolvimento do projeto. Em seguida, foi elaborado um plano de ação para o período de um ano e definido um Núcleo Gestor para o processo. Por fim, foi prevista uma avaliação dos resultados.

Impacto e Resultados

Com o projeto, esperava-se transformar a escola num espaço democrático e livre de preconceitos. Além disso, buscava-se favorecer mudanças de comportamento nos alunos e alunas, tornando-os/as capazes de influenciar os próprios lares na defesa da igualdade de gênero. Para dar continuidade ao projeto, apontou-se a necessidade da definição de um calendário de oficinas de formação para os/as professores/as da escola, bem como a criação de uma agenda permanente de ações que tratem das temáticas abordadas.

MATO GROSSO DO SUL – Coxim Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

Título do Projeto: A voz das mulheres na história da filosofia: contribuições para a desconstrução do sexismo na educação técnica e tecnológica

Coordenação do Projeto
Cleiton Zóia Munchow

Histórico

Partindo da compreensão de que as posições que os sujeitos ocupam são diferentes, a primeira ação foi conhecer como a comunidade envolvida pensava e que problemas identificava com relação à temática. Em seguida, considerando que os temas feministas e da diversidade sexual costumam ser vistos como secundários e normalmente não fazem parte do currículo escolar, foi necessário intervir no sentido de transformar a ementa da disciplina de Filosofia em uma ementa pós-feminista. Procurou-se, então, compatibilizá-la com o ideal de educação como o lugar da criação, buscando-se quebrar, na medida do possível, as hierarquias colocadas pelo sistema escolar.

Metodologia

A forma utilizada para realizar o projeto foi construir as aulas a partir de elementos que problematizassem as questões de gênero e mostrassem o caráter construído dos papéis masculino e feminino, quando se trabalhou vídeos como: “Era uma vez outra Maria”, “Por outros olhos” e “Viva a diferença”. Além das intervenções em sala, foi organizado um grupo de discussão com a finalidade de estudar obras feministas ou que fossem importantes no processo de desconstrução da desigualdade entre os gêneros, o qual viria a contribuir para a realização de outras atividades envolvendo a escola como um todo. Para análise do material coletado para a realização do diagnóstico institucional e da pesquisa bibliográfica, utilizou-se da Análise do Discurso (AD). As reuniões do grupo de discussão envolveram a seguinte sequência: apresentação de material problematizador (texto, filme, obra de arte, dados estatísticos, etc.) às/ aos estudantes; elaboração de roteiro semi-estruturado de perguntas para a reflexão; debate sobre o tema abordado no dia do encontro; tentativa de consenso sobre o tema debatido; criação de novos conceitos em torno do tema debatido. Das reuniões devem resultar materiais para se trabalhar a temática com todos/as estudantes do Campus.

Impacto e Resultados

Como resultado, a escola espera conseguir realizar uma avaliação do modo como os discentes percebem as questões relativas às relações de gênero, contribuir para a criação de um ambiente de discussão em torno de tais questões e favorecer o desenvolvimento de estratégias de ação para que os/as estudantes possam lidar com situações de discriminação e violência de gênero. A escola espera, ainda, a melhora das relações entre gêneros no Campus e a formação de lideranças capazes de atuação política, filosófica e científica diante dos problemas gerados pela desigualdade de gênero.

MINAS GERAIS – Juiz de Fora Colégio Meta de Ensino

Título do Projeto: I Semana Meta de Humanidades: O Poder Feminino em Debate

Coordenação do Projeto

Bernadette Heluey Moreira Fernandes Barata

Histórico

A I Semana de Humanidades do Colégio Meta – que atende alunos/as que frequentam desde a 5ª série do Ensino Fundamental até o Pré-Vestibular – foi realizada entre os dias 23 e 26 de março de 2011 e envolveu toda a escola em torno do tema: “O poder feminino em debate”. O objetivo da semana foi promover senso crítico, despertar a argumentação reflexiva dos/as alunos/as, ampliar os horizontes cognitivos de ensino/aprendizagem, bem como despertá-los/as para o debate voltado à questão de gênero.

Metodologia

Na primeira etapa, foi organizado um concurso para escolha do cartaz a ser utilizado na divulgação do evento dentro da escola, do qual participaram os/as alunos/as do 3º ano do Ensino Médio, divididos em grupos. O cartaz que representaria o evento foi definido por votação, realizada entre os colegiais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A segunda etapa caracterizou-se pelo planejamento e pela realização da Semana em si, que teve como estratégia relacionar cada disciplina ministrada na escola com o tema do evento. Dessa forma, cada professor/a abordou a temática de forma diferente. A programação contou com: palestra sobre *História e Mulheres*, tratando da influência da religião e participação na sociedade; minicurso sobre as mulheres na Literatura; oficina sobre a mulher brasileira e as perspectivas e princípios que norteiam a construção da modernização no Brasil; oficinas sobre as mulheres na Matemática e sobre a mulher na atualidade; e exibição e debate em torno do documentário “Meninas”. A terceira etapa consistiu na realização de exposição de desenhos – feitos pelos/as alunos/as do ensino Fundamental –, fotografias e livros em torno do universo feminino. Como parte dessa atividade, também foi oferecido um show de músicas ao vivo, apresentado por professores/as e estudantes.

Impacto e Resultados

I Semana Meta de Humanidades: *O Poder Feminino em Debates* proporcionou oportunidades para promover o repensar e a desconstrução de estereótipos acerca do feminino por parte dos/as educandos/as. Ao associar criatividade e informação sobre a temática, a Escola contribuiu para que os/as alunos/as colocassem seu olhar e compreensão sobre a história das mulheres e sua contribuição social.

PARANÁ - Ampére **Colégio Sesi Ampére - Ensino Médio**

Título do Projeto: Construindo a Igualdade de Gênero

Coordenação do Projeto

Juliano André Deotti da Silva

Histórico

O Colégio Sesi Ampére - Ensino Médio trabalha com uma metodologia baseada em Oficinas de Aprendizagem, que oferecem a possibilidade de vincular ideias-chave com a metodologia das diferentes disciplinas. Assim, entendendo a importância de trabalhar a questão de gênero, relacionada a um dos objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU, foi organizada a oficina “Homem e Mulher. Sim, elas podem!”, realizada no período de 25/04/2011 a 08/07/2011. A mesma teve por objetivo compreender o processo histórico-social da relação homem/mulher no convívio familiar, social, econômico e cultural nas diferentes sociedades, bem como verificar as inversões dos papéis sociais e buscar sugestões de convivência harmoniosa e igualitária frente às diferenças.

Metodologia

A equipe de professores/as do Colégio SESI – Ampére escolheu a temática da Oficina em seu encontro coletivo semanal, definindo em seguida um desafio problematizador que instigasse os/as alunos/as a respondê-lo de forma ampla. Na sequência, foi elaborada uma justificativa, um objetivo-geral e apontadas as competências básicas a serem desenvolvidas. Passou-se, então, à realização das atividades da Oficina, que envolveram 30 alunos/as e todos/as professores/as em um trabalho inter e transdisciplinar. A Oficina contou com atividades de leitura, análise e produção de textos e charges, pesquisa de bibliografias de mulheres que se destacaram, construção de vitrais, estudo sobre a entrada das mulheres no mercado de trabalho, participação das mulheres no esporte e relações etnicorraciais. O aprofundamento do tema se deu por meio da indicação da leitura de vários livros e exibição de filme, utilizando-se de produção teatral e de seminário como formas de resgate dos conteúdos. O projeto foi encerrado com a realização do 1º Fórum de Igualdade de Gêneros e Valorização da Mulher do Colégio SESI – Ampére, que teve como propósito valorizar a mulher e ressaltar sua evolução na atualidade, o qual contou com a participação de alunos, professores e personalidades femininas de destaque.

Impacto e Resultados

Dentre os resultados esperados pela oficina estava a mudança nas relações entre os/as próprios/as alunos/as, para que se vissem como iguais, com mesmos direitos e deveres. Outro fator foi a quebra de paradigmas, destacando as conquistas das mulheres no campo do trabalho, da política, dos esportes, entre outros. Visava, igualmente, que os/as alunos/as compreendessem as relações existentes na própria família, ocorridas a partir da saída da mulher para ingressar no mercado de trabalho. O projeto almejava, enfim, contribuir para que alunos e alunas entendessem o sentido da luta, de busca de espaço e reconhecimento, de igualdade de oportunidades, tendo em vista que todo ser humano, seja ele do sexo masculino ou feminino, tem a capacidade de criar, renovar e inovar; e se as chances forem dadas de maneira igual a todos e todas, a humanidade só terá a ganhar.

PERNAMBUCO – Carpina Escola Estadual São José

Título do Projeto: “Entre o Silêncio e o Insulto”: I Semana de Relações de Gênero e Diversidade Sexual da Escola Estadual São José

Coordenação do Projeto

Dayvison Leandro dos Santos

Histórico

Ao analisar comentários feitos na sala de aula e recreio, bem como na sala dos professores, portaria da escola e outros locais administrativos, a escola constatou alto índice de discriminação referente às diversas “facetas” da sexualidade, sinalizando o desconhecimento/desrespeito das singularidades e o fortalecimento de estigmas que resultam nas diversas formas de violência. Considerando esta realidade, bem como os avanços no plano legal relativos à Educação em Direitos Humanos, em 2010 foi criado o Grupo de Pesquisa Observatório Periférico voltado para discussões sobre relações de gênero, diversidade sexual e questões étnicorraciais, composto inicialmente por quatro estudantes. Após um ano de atividade, o coletivo passou a contar com a participação de aproximadamente trinta estudantes das diversas modalidades de ensino. No início do ano letivo de 2011, o Observatório Periférico se articulou com professores/as, estudantes, gestores, funcionários/as e sociedade civil para construir a I Semana de Relações de Gênero e Diversidade Sexual, realizada entre os dias 25/03 e 01/04 do referido ano, com atividades no período integral.

Metodologia

A atividade proposta foi estruturada em dois eixos: Relações de gênero, papéis sociais e violência(s) e Diversidade sexual e cidadania LGBT's. As atividades desenvolvidas constaram de: oficina de formação destinada a professoras/es e funcionárias/os; exibição e discussão em trono do vídeo “Era um vez... outra Maria” com as crianças dos anos finais da educação infantil; exibição e debate sobre o curta-metragem “Acorda, Raimundo, acorda!” com as/os estudantes de EJA; confecção de cartazes e debate a respeito do que meninas e meninos podem e não podem fazer, assim como leitura e discussão em torno do livro “Faca sem ponta, galinha sem pé” no Ensino Fundamental II; apresentação de palestra sobre a Lei Maria da Penha, bem como análise das composições de forró e nomenclatura de bandas com as/os estudantes de Ensino Médio; oficina de imagens; entrevistas com cozinheiras e prestadoras de serviço e discussão sobre a invisibi-

bilidade de determinadas profissões, para estudantes de Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA; pesquisa sobre as ruas batizadas com nomes de mulheres e palestra sobre a participação das mulheres na história nacional, para alunas/os do Ensino Fundamental e Médio.

Impacto e Resultados

A I Semana de Relações de Gênero e Diversidade sexual contribuiu para uma desnaturalização das opressões e explorações que ainda são frequentes em solo pernambucano, de raízes patriarcais, quebrando o silêncio e prolematizando os insultos ligados à questão de gênero e diversidade sexual. A inserção desta discussão foi essencial para o reconhecimento das múltiplas identidades no espaço escolar, assim como levantou a necessidade da efetivação de uma prática profissional que contribua para a promoção dos direitos humanos, assegurando o acesso ao direito à educação através do respeito à diversidade. Destacam-se ainda os seguintes resultados obtidos: envolvimento de diversas áreas do conhecimento em diferentes situações didáticas, ampliação das taxas de aprendizagem, envolvimento dos/as estudantes nas atividades propostas, integração entre a escola e a família na formação da cidadania e intercâmbio entre os professores/as, estudantes e comunidade.

RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro CIEP Brizolão 165 Brigadeiro Sérgio Carvalho

Título do Projeto: A Mulher na Escola: Olhares, Leituras e Reflexões

Coordenação do Projeto

Paulo Marcos da Silva Dutra

Histórico

O Projeto *A mulher na Escola: Olhares, Leituras e Reflexões* é um trabalho interdisciplinar e intercolegial que conta com a participação de toda a comunidade escolar e tem o objetivo de incentivar a inserção da temática de gênero na grade curricular, homenageando e divulgando o trabalho e a trajetória de vida de mulheres da comunidade escolar e do entorno da escola, que se destacam em suas atividades profissionais e comunitárias. O mesmo envolve alunas e alunos do Ensino Médio Regular e da Educação de Jovens e Adultos e respectivos corpos docentes e tem a pretensão de contribuir para o reconhecimento da figura feminina e sua “evolução”, mostrando às/aos jovens que a história de nosso país está recheada de heroínas, famosas ou anônimas, que não têm sua trajetória divulgada pela história “oficial”.

Metodologia

Este projeto fundamentou-se em pesquisa bibliográfica, com os dados coletados a partir de entrevistas com moradoras da comunidade do entorno do CIEP 165 Brigadeiro Sérgio Carvalho e Colégio Estadual Professor Gonçalves. O projeto em desenvolvimento pretende, a partir desses dados, fazer um estudo comparativo com outros dados recolhidos em palestras, reportagens e resultados oficiais sobre violência contra a mulher divulgados pela imprensa, discutindo-os em sala de aula. O projeto prevê a realização de um curta-metragem sobre a mulher e uma exposição e/ou mostra de talentos com personalidades femininas; e sensibilização para a produção escrita docente e discente, cujo foco é a publicação dos resultados deste projeto em formato de livro, que abarque questões discutidas ao longo do desenvolvimento desta proposta pedagógica.

Impacto e Resultados

O projeto se propunha a realizar a discussão dentro da sala de aula, envolvendo diversas disciplinas e duas unidades escolares da Rede Estadual, mas tencionava também transpor os muros da escola tanto com relação à coleta de dados e materiais como no que se refere à divulgação. Pretendia, ainda, organizar

todo o material em um livro crítico que convidasse o/a leitor/a a participar de todas as discussões até então realizadas no âmbito das escolas citadas, localizadas na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

O curta-metragem já foi produzido, tendo sido inscrito no Festival Internacional de Cinema Universitário.

Conforme relata a Escola, os resultados obtidos até o momento já mostram o quanto tem sido importante a implementação do projeto, tendo em vista a construção de sujeitos sociais conscientes de seu papel para a igualdade de gênero.

RIO GRANDE DO SUL – São Leopoldo **Escola Estadual de Ensino Médio Cristo Rei**

Título do Projeto: Construindo a Igualdade de Gênero

Coordenação

Jeferson de Moraes Jacques

Josiane de Araújo Machado

Marcia Diehl Pereira

Maria Helena Ferreira

Maria Teresinha G. de Souza

Rafael Feldens

Histórico

O projeto apresentado teve como justificativa a necessidade de repensar, refletir e debater as desigualdades de gênero estabelecidas pela sociedade a respeito da distribuição dos papéis sociais, bem como contribuir para que se efetuem mudanças nessas relações. O objetivo principal é desenvolver na escola um conjunto de ações que leve à reflexão e ao debate em torno das questões relativas às desigualdades entre homens e mulheres, por meio de práticas pedagógicas integradoras que favoreçam a igualdade de gênero.

Metodologia

A escola optou por desenvolver as temáticas de forma transversal – nas disciplinas de Geografia, Biologia, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Literatura e Educação Física –, esclarecer sobre direitos e deveres, difundir o endereço e atividades desenvolvidas pela Rede de Serviços para a Mulher do município e, especialmente, realizar ações que pudessem contribuir para promover a reflexão, o questionamento e a análise crítica a respeito das relações de gênero e sobre as desigualdades existentes entre mulheres e homens. As alunas e alunos estudaram e apresentaram assuntos relacionados ao tema, participaram de palestras, debates, oficinas, mesas redondas e juri simulado em torno da Lei Maria da Penha, utilizaram textos diversos, artigos de jornais e revistas, assistiram filmes, criaram, analisaram e compararam letras de músicas e fizeram paródias. Além disso, realizaram pesquisa entre os/as estudantes sobre as relações de gênero e sobre como viam a participação da mulher na sociedade, cujo resultado servirá de diagnóstico para detecção de outros pontos a serem trabalhados.

Impacto e Resultados

O projeto já vem sendo realizado na escola desde 2009, sendo que em 2011 vinha apresentando resultados expressivos, que seriam avaliados concretamente no final do ano. A partir dos conteúdos aprendidos, os/as estudantes criaram uma música no gênero musical *rap* que abordava as relações de gênero e foi apresentada num festival de música cujo tema era “As oito formas de modificar o mundo”. A escola foi uma das premiadas.

SÃO PAULO – São Paulo E.M.E.F. Antenor Nascentes

Título do Projeto: Educação para a Igualdade de Gêneros: “Grupo de Estudos Feministas Gilka Machado”

Coordenação do Projeto
Juliana Delmonte da Silva

Histórico

A vida da poetisa carioca Gilka Machado, marcada por uma luta diária e persistente em nome do amor e da igualdade, inspirou a criação do grupo de estudos feministas composto por alunas da 7ª e 8ª séries na escola municipal Antenor Nascentes, em São Paulo. Gilka lançou seu primeiro livro, *Cristais Partidos*, em 1915, época de dolorosas e profundas repressões patriarcais. Considerada uma mulher guerreira e corajosa, foi humilhada e criticada duramente, sendo relegada ao esquecimento literário. A montagem do grupo de estudos articula o espaço escolar com os ideais de igualdade e cidadania propostos nos parâmetros curriculares municipais e no Projeto Estratégico de Ação (PEA) da Unidade Escolar e levou em consideração que a escola, espaço de mudança por excelência – e também, ferramenta de perpetuação das deficiências sociais –, deve cumprir o seu papel de pioneira na luta pelo justo acesso de todos/as à sociedade e na construção de um projeto de igualdade de gênero.

Metodologia

O projeto desenvolveu semanalmente assuntos referentes à condição e mobilidade da mulher na sociedade, oportunidades e exclusões e contexto histórico e social, envolvendo temas como contos de fadas, linguagem machista, mulher negra, violência doméstica, mulher na política, movimento feminista, mulher na literatura e outros. O trabalho foi facilitado por meio da participação das integrantes do grupo em atividades como oficinas, estudo de textos/poemas, análise de revistas, jornais e suplementos literários, exibição de filmes e documentários.

Impacto e Resultados

O projeto - que em sua primeira fase envolveu 25 meninas de treze e quatorze anos - contribuiu, conforme depoimentos, para a mudança de valores e atitudes dos/as participantes do projeto. Teve como produto final a criação de um blog (www.gilkamachado.wordpress.com), no qual estão disponíveis as

discussões do grupo, informações extras, resultados de pesquisas e debates, materiais produzidos, etc. e a confecção de um livro-diário contendo todos os passos do desenvolvimento do projeto. A segunda fase planejada previa, ainda, a produção de um vídeo documentário para ser apresentado na Feira Cultural da escola, abarcando os temas da violência doméstica, identidade feminina, pesquisas realizadas, entrevistas e depoimentos; a confecção de cartazes explicativos e de folhetos de conteúdo informativo; e a realização de palestras a serem ministradas pelas próprias participantes do grupo a outros/as alunos/as.

(Footnotes)

1 Desses processos, dois foram extintos, pois os acusados eram militares e durante o andamento do processo haviam sido transferidos para outros estados. Os outros três processos não foram explicitados os motivos para o arquivamento.

